

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 35 | 2006

Edição comemorativa
Centenário da Revolta
Fausto Cardoso

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.

© 2006 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Editoração Eletrônica

Adilma Menezes CEAV/UFS

Imagen da Capa

Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem

700 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1,
n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geo-
gráfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
49010-190 Aracaju - Sergipe
Fundado em 06 de agosto de 1912

PRESIDENTE HONORÁRIO

Governador do Estado
João Alves Filho

PRESIDENTE DE HONRA

Maria Thetis Nunes

DIRETORIA

BIÊNIO 2006-2007

PRESIDENTE

José Ibarê Costa Dantas

VICE-PRESIDENTE

Terezinha Alves de Oliva

SECRETÁRIO GERAL

Lenalda Andrade Santos

1º SECRETÁRIO

Tereza Cristina Cerqueira da Graça

2º SECRETÁRIO

José Rivadálvio Lima

ORADOR

Luiz Antonio Barreto

1º TESOUREIRO

Ancelmo de Oliveira

2º TESOUREIRO

Saumíneo da Silva Nascimento

DIRETOR DO MUSEU E

DA PINACOTECA

Verônica Maria Menezes Nunes

DIRETOR DO ARQUIVO E

DA BIBLIOTECA

Itamar Freitas de Oliveira

COMISSÕES

COMISSÃO DE HISTÓRIA

Beatriz Góiz Dantas
Jackson da Silva Lima
Ruy Belém de Araújo

COMISSÃO DE GEOGRAFIA

Adelci Figueiredo Santos
Neuza Góis Ribeiro
Vera Lúcia França.

COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Gilton Feitosa Conceição
José Araújo Filho
José Maria do Nascimento

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Antônio Carlos Santos
José Mário dos Santos Resende
Samuel Barros de M. Albuquerque

COMISSÃO DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO

João Gomes Cardoso Barreto
José Hamilton Maciel Silva
Luiz Eduardo de Magalhães.

COMISSÃO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA

Antônio Bitencourt Júnior
Lourival Santana Santos
Suely Gleide Amâncio da Silva.

LISTA DE SÓCIOS

SÓCIOS BENEMÉRITOS

1. Antônio Carlos Valadares
2. João Fonte de Farias
3. José Carlos Mesquita Teixeira
4. José Eduardo Barros Dutra
5. Lourival Baptista
6. Marcelo Déda Chagas
7. Sebastião Celso de Carvalho

SÓCIOS EFETIVOS

1. Afonso Barbosa de Souza
2. Aglaé D'Avila Fontes
3. Airton Bezerra Lócio de Carvalho
4. Alexandre de Santana Magalhães
5. Amâncio Cardoso dos Santos Neto
6. Ana Conceição Sobral de Carvalho
7. Ana Maria Fonseca Medina
8. Ancelmo de Oliveira
9. Antônio Bittencourt Júnior
10. Antônio Carlos dos Santos
11. Antônio Carlos Nascimento Santos
12. Antônio Fernando de Araújo Sá
13. Antônio Lindvaldo Sousa
14. Antônio Ponciano Bezerra
15. Antônio Porfírio de Matos Neto
16. Antônio Samarone de Santana
17. Aristela Aristides Lima
18. Beatriz Góis Dantas
19. Bemvindo Salles de Campos Neto
20. Cléber Viera Silva
21. Cristina de Almeida Valença

22. Djaldino Mota Moreno
23. Edmilson Menezes
24. Eduardo Antônio Seabra
25. Edvaldo Nogueira Filho
26. Emmanuel Franco
27. Eugênia Andrade Vieira da Silva
28. Evande dos Santos
29. Fernando José Ferreira Aguiar
30. Francisco José Alves dos Santos
31. Gerson Vilas Boas
32. Gilton Feitosa Conceição
33. Hélio José Porto
34. Ilma Mendes Fontes
35. Itamar Freitas de Oliveira
36. Jackson da Silva Lima
37. Jean Marcel D'Ávila Fontes de Alencar
38. João Costa
39. João Francisco dos Santos
40. João Gomes Cardoso Barreto
41. João Hélio de Almeida
42. João Oliva Alves
43. Jorge Carvalho do Nascimento
44. José Alberto Pereira Barreto
45. José Anderson do Nascimento
46. José Antônio Santos
47. José Araújo Filho
48. José Francisco da Rocha
49. José Francisco de Menezes
50. José Hamilton Maciel Silva
51. José Hamilton Maciel Silva Filho
52. José Ibaré Costa Dantas
53. José Lima Santana
54. José Maria do Nascimento
55. José Mário dos Santos Rezende
56. José Marques Vieira Macedo
57. José Rivadálvio Lima
58. José Thiago da Silva Filho
59. José Vieira da Cruz
60. Josué Modesto dos Passos Subrinho
61. Juvenal Francisco da Rocha Neto
62. Lenalda Andrade Santos
63. Lourival Santana Santos
64. Luiz Alberto dos Santos
65. Luiz Antônio Barreto
66. Luiz Eduardo de Magalhães
67. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
68. Luiz Vieira Lima
69. Manfredo Góes Martins
70. Manoel Alves de Souza
71. Manuel Cabral Machado
72. Marcelo Batista Santos
73. Margarida Araújo Costa
74. Maria Glória Santana de Almeida
75. Maria Lígia Madureira Pina
76. Maria Lúcia Marques Cruz e Silva
77. Maria Neide Sobral da Silva
78. Maria Nele dos Santos
79. Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
80. Murilo Melins
81. Neuza Maria Gois Ribeiro
82. Osvaldo Novaes
83. Pedro dos Santos
84. Petrônio Andrade Gomes
85. Ricardo Santos Silva Leite
86. Rogério Freire Graça
87. Rômulo de Oliveira Silva
88. Ruy Belém de Araújo
89. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
90. Saumíneo da Silva Nascimento
91. Suely Gleide Amâncio da Silva
92. Tadeu Cunha Rebouças
93. Tereza Cristina Cerqueira da Graça
94. Terezinha Alves de Oliva
95. Vera Lúcia Alves França
96. Verônica Maria Menezes Nunes
97. Vilder Santos
98. Wagner da Silva Ribeiro

SÓCIOS CORRESPONDENTES

1. Acrísio Torres Araújo
2. Adilson Cezar
3. Adirson Vasconcelos
4. Agnaldo Marques
5. Almir de Oliveira
6. Aluysio Mendonça Sampaio
7. Alvair Vieira Maciel
8. Antônio Vasconcelos
9. Arivaldo Silveira Fontes
10. A Nonato Marques
11. Cleonice Campelo
12. Clóvis Me
13. Dino Willy Cozza
14. Dionysia Brandão Rocha
15. Edvaldo M. Boaventura
16. Elodia Ferraz Macedo
17. Elza Regis de Oliveira
18. Elze Bezerra
19. Eno Teodoro Wanke
20. Esther Caldas Guimarães Bertoletti
21. Ewerton Vieira Machado
22. Fábio da Silva
23. Francisco de Albuquerque
24. Francisco C. Nobre de Lacerda Filho
25. Hélio Melo
26. João Carlos Paes de Mendonça
27. João Feltre Medeiros
28. João Fontes de Faria
29. João Justiniano da Fonseca
30. Jorge Alecantro de Oliveira Júnior
31. José Arthur da Cruz Rios
32. José Passos Neto
33. José Otávio de Melo
34. José Sebastião Wither
35. Josué Modesto Passos
36. Junot Silveira
37. Lauro Fontes
38. Lilian Salomão
39. Luiz Carlos Fontes de Alencar
40. Luiz de Araújo Pereira
41. Luís Mott
42. Luiz Paulino Bonfim
43. Marco Antônio Vasconcelos Cruz
44. Manuel Correia de Andrade
45. Márcio Polidoro
46. Mário Cabral
47. Marcus Odilon
48. Nassim Gabriel Mehedff
49. Nazir Maia
50. Omer Mont'Alegre
51. Ovídio Melo
52. Ricardo Teles Araújo
53. Rui Vieira da Cunha
54. Salime Abdo (parente de Padre Aurélio)
55. Sérgio Sampaio
56. Sônia Van Dick
57. Stela Leonardos
58. Ulisses Passarelli
59. Victorino Coutinho Chermont de Miranda

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS**FUNÇÃO**

Oficial Administrativo
Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Executor de Serviços Básicos

FUNCIONÁRIO

Ângela Nickaulis Corrêa Silva
Gustavo Paulo Bomfim
Valdenir Silva Santos
Analice Alves Marinho Santos
Fagner Araújo Costa
Hermeson Alves de Menezes
José Alberto Caldas Júnior
Maria Fernanda dos Santos
Maria do Carmo de Jesus Ferreira

APRESENTAÇÃO

A publicação do número 35 da Revista do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE renova a satisfação por havermos conseguido manter a sua anualidade, apresentando colaborações representativas dos intelectuais patrícios.

A presente edição começa evocando “A Revolta de 1906”, quando as duas lideranças mais expressivas no estado foram assassinadas, traumatizando a população de Sergipe. Após o conflito, a popularidade do líder da rebelião, Fausto Cardoso, que já era grande, ampliou-se, configurando uma espécie de glorificação, tema dos trabalhos de abertura.

O segundo bloco de textos tem como elemento comum a cultura, envolvendo as representações sobre os índios em manifestações populares e o patrimônio imaterial registrado na imprensa sergipana.

Seguem-se dois artigos de temáticas diversas. O primeiro, o mais longo deste número, abordando variados aspectos da vida cultural dos primeiros moradores do território sergipano, e o seguinte enfocando a experiência de imigração alemã no Império e na República em Sergipe.

O quarto conjunto de trabalhos está centrado em estudos genealógicos de algumas famílias sergipanas, tema que tem ajudado os historiadores a encontrar vinculações esclarecedoras em acontecimentos entranhados por relações familiares.

A quinta parte dos escritos aparece ligada à educação. De um lado, tratando do impulso modernizador no governo José Rolemberg Leite. De outro, a contribuição de Acrísio Tôrres de Araújo na produção de texto sobre a Geografia.

Em 2005, alguns dos mais eminentes intelectuais de Sergipe nos deixaram, após grande contribuição ao ensino e à pesquisa. Vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, serviram-no com dedicação, sobretudo quando a “Casa de Sergipe” atravessava momentos de grandes dificuldades. Seus nomes são lembrados, a exemplo do que acontece com o desaparecimento de nossos confrades, como manifestação de saudade e sincero reconhecimento.

Nas páginas finais, aparece nosso relatório de prestação de contas, em um ano de luta no sentido de conseguir recursos para reformar o prédio e assegurar condições financeiras que garantissem seu funcionamento dentro de um padrão de dignidade. Apesar de algumas esperanças frustradas, houve conquistas e realizações que merecem ser registradas.

Seguindo a tradicional linha pluralista da Revista, persiste a variedade de temas e a diversidade de autores, desde jovens que começam a produzir contribuições significativas até consagrados escritores que continuam enriquecendo a literatura humanística de nosso estado. Além da diversidade, merece ser registrado a quantidade de pesquisadores que têm demonstrado interesse em publicar no periódico do IHGS, enviando suas colaborações, de tal forma que já dispomos de trabalhos suficientes para um novo volume.

Para que este número fosse concluído, mais uma vez contamos com o trabalho responsável dos pareceristas, da **Comissão de Documentação e Divulgação**, especialmente o nosso confrade, Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, que acompanhou todas as suas fases da edição e de Adilma Menezes que realizou a editoração eletrônica.

De modo especial, temos a ressaltar o papel da Universidade Federal de Sergipe, através do seu Magnífico Reitor, professor dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho, com quem temos ampliado o sistema

de parcerias, envolvendo inclusive a publicação da Revista do IHGS a partir deste número.

Aracaju/Se, 30 de maio de 2006

José Ibarê Costa Dantas

Presidente do IHGS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
FAUSTO CARDOSO, HERÓI DE SERGIPE	17
Terezinha Alves de Oliva	
DESVELANDO UM MONUMENTO: representações e lutas políticas na construção da memória de Fausto Cardoso	45
Giliard da Silva Prado	
APARIÇÕES DO “INVISÍVEL”: fragmentos do patrimônio imaterial em jornais sergipanos (1960-2000)	75
Fabrícia de Oliveira Santos	
REPRESENTAÇÕES SOBRE ÍNDIOS EM DANÇAS E FOLGUEDOS FOLCLÓRICOS	89
Beatriz Góis Dantas	
AVVENTURAS E DESVENTURAS DOS PRIMEIROS MORADORES DE SERGIPE DEL REY MENCIONADOS NAS VISITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO E NAS CARTAS DE SESMARIAS (1591-1623)	105
Luiz Mott	

NOTAS PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SERGIPE	151
Jorge Carvalho do Nascimento	
OS VALADARES: últimos cem anos de uma família sertaneja	179
Paulo Valadares	
CAPITÃO-MOR ANTÔNIO MARTINS FONTES	199
Ricardo Teles Araújo	
POLÍTICA EDUCACIONAL, EDUCAÇÃO FÍSICA E	
ESPORTES: o impulso modernizador de José Rollemburg	
Leite e Acrísio Cruz (1947-1951)	217
Hamilcar Silveira Dantas Junior	
ACRÍSIO TÔRRES ARAÚJO: rompendo o silêncio com	
a sua Geografia de Sergipe	253
Vera Maria dos Santos	
PÁGINAS DA SAUDADE	
FERNANDO PORTO	289
Luiz Antonio Barreto	
URBANO NETO	293
Luiz Antonio Barreto	
JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES	297
José Ibarê Costa Dantas	
RELATÓRIO	
Segundo ano de gestão - 2005	309

FAUSTO CARDOSO, HERÓI DE SERGIPE

TEREZINHA ALVES DE OLIVA*

RESUMO

As imagens póstumas de Fausto Cardoso repetem construções feitas a seu respeito durante a campanha que o elegeu deputado federal, mas focalizam principalmente a sua morte, no desfecho trágico do movimento político que, em 1906, depôs o governo Guilherme Campos, objetivando golpear o domínio do Monsenhor Olímpio Campos na política sergipana. Apresentado como mártir da liberdade, Fausto Cardoso foi consagrado como vitorioso nos rituais da memória. Ao tempo em que os seus adeptos entendiam saldar, com esta consagração, a dívida contraída com a sua morte, tornaram-no um símbolo de virtudes atribuídas aos sergipanos, transformando o monumento erguido em sua homenagem, numa construção identitária.

PALAVRAS-CHAVE: Fausto Cardoso, memória, identidade sergipana.

*Museu do Homem Sergipano /Universidade Federal de Sergipe

ABSTRACT

This posthumous images of Fausto Cardoso's biography researches about him that were made during the political campaign that selected him to the Senate, but they focus on his death mainly occurred in the tragic end of the dynasty, but especially from office of Governor Góis to the Minister of Education and Culture and worse days to attack the political force of Monarchists. Olívio Camps and Sérgio Buarque of Graça to his memory had been destroyed, Fausto Cardoso was seen especially this winter in the deep sadness of his historical memory. While his followers had in mind to say the deep sadness of this death with this conclusion, they made him a symbol of virtues of the people of São Paulo that transmuted the status part in his words in an idyllic construction.

KEY WORDS - Fausto Cardoso, memory, identity of Sérgio Buarque.



Fausto Cardoso (foto sobre tela de Arthur Sartori, 1914)

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

“Fausto já não é o chefe de maragatos. É o orago de Sergipe!” Com esta proclamação, o jurista Gumercindo Bessa, orador oficial da cerimônia de inauguração do monumento erguido em homenagem a Fausto Cardoso na praça principal de Aracaju, encerrou, emocionado, a sua fala. Gente vinda de todo o Sergipe testemunhava a entronização de um herói, naquele dia 08 de setembro de 1912. O comércio fechou as portas e a capital dedicou-se aos rituais que rememoravam o Deputado morto, havia seis anos, doravante eternizado no bronze. A festa iniciada ainda pela manhã, continuou até a noite.

Gumercindo Bessa definia o novo status conferido a Fausto Cardoso, que se transformara, de chefe revolucionário derrotado, em uma espécie de protetor, por quem os sergipanos nutriam veneração e devoção. A analogia com os *maragatos* associava aos revolucionários federalistas derrotados na luta contra Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, os partidários de Fausto Cardoso - os *faustistas* – que investiram contra o poder do monsenhor Olímpio Campos em Sergipe no fatídico ano de 1906.

A transição de “chefe de maragatos” a “orago de Sergipe” demorara seis anos, um período de lutas, de violência e de paixão. Em torno das figuras de Fausto Cardoso e de Olímpio Campos, os respectivos partidários travaram uma disputa que marcou indelevelmente a paisagem de Aracaju, envolveu diferentes personalidades e meios e mobiliou, em todo o Estado, a população urbana. Ao lado das construções simbólicas que representam as imagens póstumas de ambos os políticos, os logradouros, prédios e salas de aula batizados com os respectivos nomes são uma expressão espacial dessa disputa.

Este artigo propõe-se a acompanhar o processo que transformou Fausto Cardoso de líder derrotado em herói civilizador. Compreende, portanto, a idéia de que os faustistas fabricaram um Fausto Cardoso póstumo e o lançaram à posteridade, utilizando essa construção não apenas como instrumento da luta política, mas acreditando no exercício de um dever de justiça para com o líder que perdeu a vida no desfecho da chamada “revolução” de 1906. É o pagamento de uma dívida de sangue, que busca compensar a ausência de reação armada

à ação militar que esmagou o movimento. Nesta compreensão, toma-se por base o estudo feito por Peter Burke a respeito da imagem pública de Luís XIV¹, no qual a propaganda em torno do rei francês é vista como um processo que acompanhou as diferentes fases do reinado em seu desenvolvimento, fugindo à versão que a considera um instrumento puramente ideológico e mostrando a sua relação com o exercício do poder.

A documentação escrita, particularmente o que foi veiculado pela imprensa de oposição, é o que será aqui explorado. Infelizmente, embora haja numerosas referências ao registro fotográfico das atividades desenvolvidas pelos faustistas no culto ao seu líder, quase nada ainda foi encontrado nos arquivos pesquisados.

A elaboração da imagem do herói inspira-se na ação política do homenageado, particularmente nos episódios da revolta Fausto Cardoso. Fundamenta-se também no registro da atuação que teve o Deputado na tribuna da Câmara, aprofundando e ampliando o que dele foi dito na propaganda eleitoral quando candidato a deputado federal pela oposição ao Olimpismo. Mas foram os rituais fúnebres que o consagraram, ao se repetirem, religiosamente, nas datas de aniversário da sua morte. O legado atravessou os anos e foi mantido, ainda, pelo menos uma geração após a dos que o instituíram, como um culto que passou de pais para filhos.

Compreende, particularmente, o período de 1906 a 1912, da segunda eleição do Deputado² até a inauguração da estátua que domina a antiga praça do Palácio, que já fora chamada “do Imperador”, “da República”, “Benjamin Constant” e desde 17 de abril de 1912 passou a ser denominada Praça Fausto Cardoso. Mas vai além, expressa nas vozes que alimentaram o mito do mártir sergipano, até esfumaçar-se a sua imagem, transformando o herói numa referência eventual da história.

¹ BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

² Fausto Cardoso foi deputado federal por Sergipe no período 1900-1902 e eleger-se para um segundo mandato em 1906.

BASES DA CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM

A CAMPANHA ELEITORAL

Em 1906, Fausto Cardoso se apresentou ao eleitorado sergipano pleiteando uma vaga na Câmara dos Deputados. Em menos de vinte dias o Jornal de Sergipe, órgão oposicionista, radicalizou a crítica à situação dominante, convocando os eleitores para uma “guerra” cujo objetivo era a derrubada do Olimpismo. O mando do Monsenhor Olímpio Campos em Sergipe completava então sete anos, alijando, segundo o jornal, as mentes mais críticas e independentes.

No Rio de Janeiro, a numerosa “colônia sergipana” contribuía para fomentar a imagem de que a situação olimpista expulsara a inteligência sergipana. Os expatriados – assim se chamavam – obrigados a buscar oportunidades longe da terra, entendiam que o Monsenhor declarara “guerra aos que sabem ler”, porque ele “não gosta de homens de talento superior, capazes de baterem asas e voarem”.³

Fausto Cardoso se enquadrava à perfeição no perfil de representante da inteligência expatriada ainda que a sua ida para o Rio de Janeiro tivesse acontecido antes que Olímpio Campos assumisse o domínio da política sergipana. Deputado federal por Sergipe (1900-1902) que se tornou rebelde à orientação do chefe político estadual em 1902, aparecia como alguém capaz de honrar a tradição de inteligência dos sergipanos, que não era reconhecida nos representantes eleitos pela situação para o Parlamento Nacional. Por isso o eleitorado de Aracaju era advertido: “Aracajuanos, não vos iludais; é mister recuperardes o prestígio do talento e do gênio, que sempre exerceistes, nas assembléias parlamentares.”⁴ Além disso, ele sempre se mostrou sensível às dificuldades dos conterrâneos que procuraram estabelecer-se na capital federal, criando neste sentido uma fama de alta significação numa terra de emigrantes.

³ Cascudo Velho. Coisas melindrosas e coisas ridículas. *Jornal de Sergipe*, Aracaju, 14/5/1905, p. 1.

⁴ *Jornal de Sergipe*. Ao Povo Sergipano. Aracaju, 27/1/1906, p. 1 e 2.

Por isso o Jornal de Sergipe lhe atribuía a missão de “pregar com sua palavra de fogo, no parlamento brasileiro, a morte da tirania que há tanto tempo vitima esta terra inditosa”,⁵ chorar os gemidos das vítimas, proclamar os nomes dos perseguidos e clamar por vingança. Luiz José da Costa Filho e João Pereira Barreto eram os artífices mais ativos da campanha.

O resultado da eleição foi favorável aos oposicionistas. Se um novo dispositivo legal proporcionara oportunidade às minorias, o processo de Reconhecimento de Poderes que ao final determinava quem eram os eleitos, tornou Fausto Cardoso o candidato mais votado. Então, jubilosos, os vencedores festejaram, colocando no deputado eleito a esperança de que Sergipe se libertasse da oligarquia olímpista.

A VOLTA A SERGIPE

Para consolidar essa imagem, fortalecer a oposição e tornar-se o seu chefe efetivo, Fausto Cardoso precisaria vir a Sergipe, de onde saíra sem retornar, desde 1890. A presença física e o contato com os que o elegeram passou a ser fundamental. Além disso, havia o projeto de criação de um novo partido, que teria a função expressa de combater o domínio olímpista.

E ele viria a Sergipe no mês de agosto. Em julho, o Senador Olímpio Campos apareceu, inesperadamente, em Aracaju. Os governistas temiam o impacto da chegada de Fausto Cardoso. Também o temiam os outros grupos políticos: os valadonistas, que tendo o seu líder (o Deputado Valadão) como chefe da oposição – uma oposição nominal, diga-se de passagem – viam de perto a oportunidade de Fausto Cardoso ocupar este lugar de fato; e o grupo do Senador Coelho e Campos, que fora companheiro de chapa do novo deputado e embora pessoalmente rompido com Olímpio Campos, considerava-se apenas o chefe de uma dissidência.

⁵ *Jornal de Sergipe*. Dr. Fausto Cardoso. Aracaju, 11/2/1906, p. 1.

No dia 1 de agosto, precedido de campanha ainda mais calorosa e de boatos de toda a ordem, chegaria Fausto Cardoso em Aracaju. O Jornal de Sergipe falando em governistas acuados, em tropas enviadas para o interior e anunciando que a Polícia se encontrava em prontidão, criava um clima de medo para uns e de vitória para outros. Mas a recepção que Sergipe deu ao Deputado foi mesmo um ponto alto na sua biografia. O faustista João Mota comenta isso: “Dos dias marcantes dos primeiros versos e dos discursos acadêmicos da estréia, aos dias de luta da idade adulta quando se afirmou poeta de escol, jornalista ágil, vigoroso, temido, advogado, jurista renomado, professor de Direito, afinal, Deputado por Sergipe, eletrizando a Câmara pelo revide fulminante aos aparteantes e o vigor e eloqüência de suas palavras. Das vitórias do saber e da inteligência, do elevado prestígio social e político na força para prover com sergipanos os cargos públicos até o esplendor no triunfo – a apoteose de sua chegada a Sergipe. Então, a intermina romaria ao Chalé e o coração em festa para abraçar a todos com palavras de carinho e de esperança!”⁶

Aracaju se movimentava. De todo o Estado chegavam curiosos, correligionários, que o memorialista José Cupertino Dantas define como “adventícios alegres, com fisionomia e modos de vencedores”⁷. Os organizadores da visita conclamavam a população a receber o Deputado “como quem recebe o libertador de uma terra vilipendiada e oprimida”⁸. Sem convites especiais, todos se sentiriam igualmente importantes, poderiam aproximar-se de Fausto Cardoso e abraçá-lo sem acanhamento, pois apesar da fama e do prestígio – garantiam - ele era um homem simples.

Festas “nunca vistas em Sergipe” conforme testemunham os registros, tornaram a capital uma cidade embandeirada e ornada com

⁶ Motta, João. Carta, *Revista de Aracaju*, n. 6, 1957, p. 98/99.

⁷ Dantas, José Cupertino. Revolta Fausto Cardoso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 17, v. XII, 1941/1942, p. 18.

⁸ *Jornal de Sergipe*, Fausto Cardoso. Aracaju, 29/7/1906, p. 9.

mastros e folhagem. Fogos e banda de música tocando o hino sergipano levavam a multidão ao delírio, invadindo a Ponte do Imperador e investindo sobre o adorado visitante. Somente a cena do encontro entre Fausto Cardoso e Gumercindo Bessa abriu uma clareira na confusão de corpos apinhados na rua, pois segundo o Jornal de Sergipe, “pálidos, comovidos, exaltados, os dois homens se abraçaram, se beijaram, à vista da multidão que os aclamava.”⁹

A presença de meninas, moças e mulheres, deu à recepção um colorido especial, numa terra em que elas não costumavam aparecer em público sem cuidados, e num tempo em que a mulher não tinha ainda o direito de votar. Eram elas as portadoras das flores, chuvas de flores que se derramavam nos lugares por onde passava o líder. Começaria ali uma relação duradoura de amor, de paixão e de idolatria.

A multidão encantada acompanhou o recém-chegado até a casa onde ele se hospedou e ouviu-lhe o primeiro discurso, tendo como púlpito um sofá. Vários outros se seguiram, no banquete e nas diversas visitas que o Deputado realizou naquele dia. Mas a festa continuou nos dias seguintes. A casa onde se hospedou o “Messias sergipano” passou a ser chamada de “palacete da redenção” e recebia dia e noite os chefes políticos oposicionistas, correligionários, amigos e curiosos. Incansável, ele atendia a todos calorosamente.

A REVOLTA

Das primeiras confabulações políticas resultou a criação do Partido Progressista que, por gestões de Fausto Cardoso, teve um caráter amplo, abrigando diversos setores da oposição ao Olimpismo. Feito isto, no dia 9 de agosto o Deputado foi a Divina Pastora, alegando ir visitar o túmulo dos pais e cuidar de negócios da família. Por onde ele passou repetiu-se a festa e a aclamação. Há quem diga que esta viagem foi uma retirada estratégica de Aracaju, perfeitamente dentro dos

⁹ Idem. Fausto Cardoso – Grandes festas. Aracaju, 5/8/1906, p. 1.

planos da revolta, para despistar as autoridades. Cabral Machado, no entanto, a considera uma “viagem sentimental”, uma viagem de recordações, que descreve romanticamente: Fausto “abraça e revê amigos e parentes. No cemitério de Divina Pastora, atrás da velha igreja, sofre as lembranças dos pais. (...) Depois vai ao engenho S. Félix, então propriedade do coronel João Gomes. Reconhece e abraça as pessoas humildes, os pretos velhos do engenho. Ao passar pelo Cassange, relembrava com saudade os “tempos de noivado”.¹⁰ O fato é que Fausto Cardoso teve que retornar às pressas para Aracaju, pois na madruga- da do dia 10 de agosto eclodiu a revolta que levou à rendição os ocupantes do palácio. O governo olimpista asilou-se na Capitania dos Portos e exigiu a presença do Deputado para estabelecer as condições da rendição.

É ainda de Cabral Machado a descrição da bela cena do retorno, numa viagem a cavalo em que os acompanhantes teriam tido dificuldade de acompanhar o seu ritmo: “À tardinha chega Fausto acompanhado de um cortejo enorme de cavaleiros. E desfila perante a tropa policial formada e o povo em delírio. Era a glorificação.

Abraça os amigos e de botas mesmo, dirige-se à Capitania dos Portos, onde se acham homiziadas as autoridades vencidas”.¹¹

O Presidente Guilherme Campos, o Vice-Presidente Pelino Nobre e o Senador Olímpio Campos, na presença do Capitão dos Portos, Amintas Jorge, conversaram longamente com Fausto Cardoso a quem pediram garantias de vida. Em seguida, o Presidente e o Vice assinaram o documento de renúncia entregando-o ao Deputado. Tudo pareceu correr num clima de “máxima cordialidade”, como o testemunhou o Capitão dos Portos e como parece indicar a famosa cena do juramento da paz, que se seguiu ao episódio das renúncias, descrita por Péricles Muniz Barreto:

¹⁰ Machado, M. C. A tragédia de Fausto Cardoso. *Revista de Aracaju*, n. 6, Aracaju, 1957, p. 82.

¹¹ Idem, p. 84.

“A praça monstruosamente povoada emudeceu, e Fausto estendendo a mão nervosa e abençoadora sobre os impávidos discípulos e amigos seguidores, à feição de Jesus falando aos apóstolos, nos escombros da Judéia, exclamou com voz fervendo em verdades torrenciais : - Juro , disse, que não praticarei ato algum violento, nem consentirei que algum o pratique; Juro que, respeitarei a vida e a pessoa dos meus adversários defendendo-os como coisas sagradas, castigando a quem os ofender, porque é de paz a nossa missão e para a tolerância e para o perdão a nossa vitória.”¹²

Estava ali uma “revolução”, pregada nessa cena cinematográfica, que torna a revolta de 1906, como diz Cabral Machado, diferente de todos os outros movimentos que houve em Sergipe. É o romantismo político explícito, traduzindo uma outra forma de fazer política, estranha aos costumes locais da agressão e até da violência extrema. Entretanto o juramento de não-violência e de perdão não foi recíproco. Guilherme Campos tomou providências para demonstrar ter renunciado por coação e para requerer do Presidente da República a intervenção federal em Sergipe, nos moldes que preconizava o artigo 6º da Constituição Brasileira. As negociações feitas em nome do Senador Olímpio Campos junto à facção política dominante no Congresso Nacional, o Bloco, garantiram que a intervenção federal fosse aprovada. O prestígio pessoal e a argumentação jurídica e sociológica de Fausto Cardoso não foram suficientes para impedir o que se configurou, para o Bloco, como oportunidade de desafiar o Presidente da República – amigo pessoal de Fausto Cardoso - e de trazer para as hostes pinheiristas um Governo Estadual até então recalcitrante.

A intervenção se fez, com a chegada de batalhões do Exército vindos da Bahia e de Pernambuco. O General Firmino Rego, comandante da tropa, chegou a Aracaju em 27 de agosto e no dia seguinte, logo cedo, comunicou a Fausto Cardoso que iria tomar o palácio e repor as autoridades depostas. Seco e objetivo, não deu ouvidos aos argumentos com que o Deputado tentou demovê-lo.

¹² Barreto, P. M. apud Machado, M. C. op.cit. p. 84-85.

A MORTE DE FAUSTO CARDOSO

Eram nove horas da manhã quando começava o último e espetacular ato da vida de Fausto Cardoso. Após a rápida “conferência” acima referida, o general Firmino Rego daria início à retomada do palácio e à reposição. Houve quem atribuísse ao Deputado, nessa cena, o comportamento de um desesperado, um insensato, e o ambíguo papel de vítima e réu na tragédia que marca o fim da revolta.

Na verdade, apesar do temperamento inflamado, Fausto Cardoso teve, no curso da revolta, o papel de um moderador, tentando evitar atos de violência dos correligionários. Afirmado com convicção a legitimidade da causa abraçada, cuidou para que as providências do novo governo obedecessem à lei e mantivessem o Estado em paz, evitando a desordem que configuraria base legal para a intervenção. Em telegrama ao Presidente da Câmara dos Deputados, no dia 14 de agosto, declarava: “Toda oposição à minha obra abençoada pela Providência, reconhecida, aceita adversários, mudará em guerra sanguinolenta movimento nobilitador alma sergipana, feito sem uma só prisão”¹³. Por isso, diante do comandante da intervenção, ao perceber que seus argumentos eram inúteis e não conseguiam demover um general decidido a executar a sua missão, tomou uma atitude impetuosa e emocionada.

Contra os apelos do bom senso feitos por seus amigos e até por membros do governo progressista, o Deputado conclamou: “O palácio é dos sergipanos. Siga-me quem quer morrer comigo.” Desarmado e acompanhado por menos de vinte homens incluindo o seu filho, Humberto, Fausto Cardoso subiu as escadas do palácio. Os soldados os acompanharam apontando armas que logo atingiram o Secretário de Governo João Mota e feriram mortalmente o popular Nicolau do Nascimento. Indignado, desesperado, Fausto Cardoso foi agarrado pelo braço e arrastado para fora do palácio.

¹³ Cardoso, Fausto, apud Oliva de Souza, Terezinha. *Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a revolta Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 188, grifo nosso.

Cabral Machado descreve o que se seguiu: “Na calçada, diz José Cupertino Dantas, o alferes [referência ao tenente Franco, ajudante de ordens do general] largou a sua presa e ordenou a formação em linha. A aglomeração cresceria e o Dr Fausto continuava a concitar o povo à ocupação do palácio, corresse sangue embora, contanto que, se o tomasse, que pertencia aos sergipanos. Abrindo o colete, dirigiu-se des temido aos soldados numa apóstrofe veemente: “miseráveis, exército de bandidos, covardes, atirem, matem um representante da nação.” As suas últimas palavras foram abafadas pelo sinistro estampido de um disparo, partido da fila dos soldados; varado no ventre por bala cambaleou, caindo nos braços do filho, que com o auxílio de amigos, o conduziu para o chalé, onde expirou.”¹⁴ No caminho, porém, na esquina da rua de Pacatuba com a praça do palácio, esvaindo-se em sangue, pediu água. Era a hora do último brinde: “Bebo à alma de Sergipe.” Todos os esforços dos médicos presentes foram inúteis. Fausto calou para sempre e no tempo de meia hora estava morto.

DE VENCIDOS A VENCEDORES

É João Mota, o único sobrevivente dos feridos no episódio, quem proclama, lembrando os fatos de 1906: “Então o pequeno Sergipe agigantou-se diante da imolação de seu glorioso Filho. Estremeceu de espanto, enxugou as lágrimas e, apesar do ambiente de terror criado por energúmenos que exploravam o governo reposto, foi uma glorificação o sepultamento de Fausto!”¹⁵

Sob a liderança de Gumercindo Bessa, os faustistas preparam uma apoteose só comparável à recepção feita em 1 de agosto. Os corpos de Fausto Cardoso e de Nicolau do Nascimento – o príncipe e o plebeu, como os chamou Cabral Machado, foram conduzidos sob um coro de soluços. Testemunha ocular, J. Duarte afirmou: “Creio que nunca mais

¹⁴ Machado, Manoel Cabral. op. cit, p. 92.

¹⁵ Mota, J. op.cit. p. 99.

verei espetáculo igual em manifestação sincera e espontânea de dor. Pode-se dizer que a população inteira chorava, soluçava, lamentava a perda irreparável.”¹⁶

O fato repercutiu em todo o país. Sessões na Câmara e no Senado homenagearam o morto; estudantes universitários em vários lugares também o fizeram. Os sergipanos residentes em outros estados se manifestaram. Mas foi em Sergipe que ele foi mais pranteado, mais cultuado e mais amado.

A inesperada morte de Fausto Cardoso desnorteou os revoltosos. Apesar da concentração de tropas no interior para um provável choque armado, o que houve foi a debandada geral. A reação militar impossível foi substituída pela reação emocional: “Morto o chefe querido e insubstituível, foi como se nos tivessem decepado a cabeça. (...) Morto Fausto foi como se tivesse morrido o nosso ideal.”¹⁷ Só houve forças para enterrar o líder. Depois disso, escondidos, perseguidos, humilhados e ainda sentindo-se injustiçados, os faustistas foram esmagados pela derrota. Todos os atos do governo progressista foram anulados e os funcionários olimpistas, reintegrados nos cargos.

Com a ajuda da colônia sergipana no Rio, os amigos de Fausto Cardoso tentaram, em vão, conseguir a apuração dos fatos e o estabelecimento de culpados pelo seu assassinato. Esta situação terminou estimulando os filhos do Deputado a fazer justiça com as próprias mãos. Em 9 de novembro de 1906 eles assassinaram o senador Olímpio Campos, no Rio de Janeiro. A partir daí, Gumercindo Bessa, que com justiça anotou no seu diário “morreu no Rio Monsenhor Olímpio Campos cruelmente assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso, de cuja morte não era culpado”, também anotaria a ocorrência de espancamientos, fugas e pânico entre os faustistas.¹⁸

¹⁶ Duarte, J. apud Oliva de Souza, T. op. cit. p. 220.

¹⁷ Dantas, Olegário apud Oliva de Souza, T. op. cit.p. 216.

¹⁸ Cf. Oliva de Souza, T. op. cit.

Olimpismo e Faustismo igualavam-se agora pela perda dos respectivos chefes, mas os olimpistas continuavam no poder, em condições de reprimir manifestações dos vencidos. Estes, entretanto, não se limitaram ao silêncio. Ao contrário, fomentaram uma desafiadora campanha em torno da memória de Fausto Cardoso, com efeitos importantes sobre os significados da revolta na historiografia política de Sergipe. Uma inegável batalha de memórias se estabeleceu. Os olimpistas deram ao seu chefe um enterro grandioso, recebendo com honras o corpo transportado desde o Rio de Janeiro. As missas fúnebres aconteceram em todo o Estado. Um ano depois, inauguraram um jardim na praça ao lado do palácio do Governo, denominando-o “Jardim Olímpio Campos” e em 1916 implantariam a estátua do Monsenhor na Praça da Matriz, que seria batizada com o seu nome, como o foi também o palácio do Governo.

Os faustistas, por seu turno, mantiveram incansável culto a Fausto Cardoso, proclamando através dele a sua ressurreição, como se pode ver em manifestações como a de Joaquim Maurício Cardoso:

“Ergue-te, Fausto, ergue-te ao menos um instante e vem ver a imponência da romaria que hoje te é feita.

Quebra essas cadeias que te prendem ao fundo do sepulcro e vem a nossos braços. Ah! Fausto, bem sei que são importantes os nossos esforços neste sentido. Pela tua ressurreição, ao menos por um momento, para que unicamente visses a prova palpável, frisante da nossa gratidão, garanto que por milhares se contariam as vidas dos que veneram a tua memória.”¹⁹

Estudosos da memória observam a importância das construções póstumas. Elas objetivam manter viva uma imagem do indivíduo e “recriam a pessoa no templo da memória”²⁰. É interessante perceber

¹⁹ Cardoso, Joaquim Maurício. Fausto Cardoso, *Diário da Manhã*, Aracaju, 27/8/1911, p. 2.

²⁰ Abreu, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996, p. 67.

como isto se deu, em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX e como o culto a Fausto Cardoso foi o resultado de ações coordenadas e objetivas. A partir da missa de sétimo dia, sempre no dia 28 de cada mês repetiram-se os rituais de rememoração através das missas que, nos primeiros anos, seus admiradores ou admiradoras mandavam celebrar: Era esta uma forma de recordação, de fixação do nome do homenageado, como reconheceu um jornalista ainda em 1907: “mensalmente têm tido, na Capital e localidades outras, o caridoso cuidado de mandarem sufragar a sua alma, e constantemente o seu nome é repetido ao povo, para que se conserve indelével em seu coração...”²¹

O túmulo de Fausto Cardoso, no cemitério Santa Isabel, era continuamente visitado. Todo mês após as missas fúnebres, aconteciam romarias ao cemitério, transformadas em grandes cerimônias, com destacada participação de mulheres e crianças, contando, por vezes, com representações de cidades como Maruim e Riachuelo, importantes redutos de faustistas.

Por outro lado, as homenagens prestadas à memória do Deputado em outros estados brasileiros repercutiam em Sergipe, através de notas transcritas pelos jornais, ou materializavam-se na oferta de coroas mortuárias encaminhadas a Aracaju. De Belém do Pará, o deputado Artur Lemos enviou uma coroa toda feita em alumínio, encomendada em Paris e considerada “a mais importante que até hoje veio à América do Sul”.²² De Porto Alegre, os estudantes da Escola Militar também enviaram uma coroa, que ficou exposta à visitação pública no elegante Magasin Victor, em Aracaju.

²¹ A Razão. Dr. Fausto Cardoso. Aracaju 25/8/1907, p. 2.

²² Correio de Aracaju, 6/12/1906, p. 2.

PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DE MORTE: A GRANDE ROMARIA

Durante todo o ano de 1906, sucederam-se as cerimônias de rememoração em clima de desafio aos governistas. Estes tentaram, por vezes, impedir as manifestações. Não raro os portões do cemitério eram fechados, enquanto admiradoras de Fausto Cardoso terminavam atirando pelas grades do portão as flores que deveriam levar ao túmulo.²³

Os olimpistas tiveram que suportar, ainda no governo Guilherme Campos, as celebrações do primeiro ano da morte do tribuno, em 28 de agosto de 1907. Sob rumores de perseguição, a imprensa divulgava o convite para as solenes exéquias seguidas de romaria e o pedido para que o comércio cerrasse as portas na hora da solenidade. Havia expectativa de grande afluência de pessoas, pois “para honrar a memória do grande extinto e ninguém mais do que ele o merece, irão hoje, cobrir de flores e custosas grinaldas o seu túmulo, todos aqueles que o amaram , que o adoraram, quase, e que transformaram o seu nome em alvo querido de real e verdadeiro culto.”²⁴ Simbolicamente, a romaria partiu da casa onde Fausto Cardoso exalou o último suspiro. Ali, desde a véspera, ficaram em exposição as coroas enviadas para serem colocadas no túmulo.

Na Catedral de Aracaju foi celebrada missa seguida de solenes exéquias. “Luxuoso catafalco” com um símbolo representando a pátria em lágrimas emocionava as pessoas, que choravam como se estivessem numa missa de corpo presente. Nesse clima de emoção distribuíam-se reproduções do soneto “O Sonhador”, lembrando o Fausto Cardoso poeta.

Mais tarde, na procissão que se formou em direção ao cemitério, acompanhada da banda de música do batalhão do exército, crianças e senhoritas trajavam roupas de cor branca. Elas levavam as grinaldas e

²³ Cf. *Correio de Aracaju*, 2/12/1906.

²⁴ *Correio de Aracaju*. A Romaria. Aracaju, 28/8/1907, p. 1.

charolas. O *Correio de Aracaju* descreve o cortejo, que conduziu três charolas com coroas funerárias ornadas de faixas roxas com inscrições. Uma “enorme grinalda” foi oferecida pela mocidade aracajuana. Tudo era atentamente acompanhado por fotógrafos que registravam o evento, fazendo fotos que depois seriam colocadas à venda, mas que infelizmente não chegaram até nós.²⁵

No cemitério já aguardavam a chegada do cortejo muitos homens, as cabeças descobertas em sinal de respeito, alguns sobre as catacumbas, outros sobre as grades do portão. As sepulturas de Fausto Cardoso e de Nicolau do Nascimento encontravam-se cobertas de flores. Crianças recitaram, oradores se pronunciaram, enquanto eram distribuídos folhetos com poemas de Fausto Cardoso, ilustrados com o seu retrato.

As romarias ao cemitério aconteceram ininterruptamente até 1911, seguindo o padrão da primeira, organizada por Antônio Mota. e foram sempre carregadas de gestos simbólicos, por vezes espontâneos. Na segunda romaria, senhoras deixaram cair flores na praça do palácio, no lugar onde Fausto Cardoso foi morto. Na quarta romaria houve um estandarte bordado com o retrato do homenageado por “gentis sergipanas”²⁶, enquanto foram conduzidas mais de quarenta grinaldas. Destas pendiam inscrições que revelam aspectos do culto então instalado: “Ao gênio das tribunas, a mocidade das escolas; “O povo ao seu Apóstolo”; “Ao herói da Pátria a mocidade de Sergipe; “O coração das sergipanas ao coração de Fausto”; “A ti Fausto, redivivo em nossos corações, a nossa saudade, Marieta e Cristofina Leite”; “A Fausto Cardoso saudades das Riachuelenses”; “Ao querido Fausto sentidas lágrimas das Aracajuanas.”

Em 1911 teve início a campanha para a construção de um monumento em praça pública, em cuja base seriam colocados os restos mortais de Fausto Cardoso. É desse ano então, a última romaria ao

²⁵ Cf. *Correio de Aracaju*. Exéquias e Romaria. Aracaju, 01/09/1907.

²⁶ *Correio de Aracaju*. Romaria. Aracaju, 31/8/1910, p. 2.

cemitério, que o *Correio de Aracaju* descreve. Imponente e muito corrida, duas alas de senhoritas vestidas de branco formavam a procissão, em que se conduziram estandartes (do Centro Operário e da Comissão Promotora do Monumento), coroas, (de Riachuelo, de Estância, do Atheneu, de Divina Pastora, de Propriá e de Maruim) e um livro contendo o retrato de Fausto Cardoso ao lado do soneto “Taças”, de sua autoria. Houve distribuição de retratos com outros sonetos, discursos e recital. O cortejo saiu da casa onde Fausto viveu os seus últimos momentos. Pelos cálculos do *Diário da Manhã*, compareceram entre 4000 e 5000 pessoas, acompanhadas da Filarmonica Santa Cecília.

As romarias cumpriram um importante papel na manutenção e divulgação do culto a Fausto Cardoso. Elas se tornaram eventos do calendário da cidade de Aracaju durante alguns anos e constituíram acontecimentos sociais e culturais marcantes, na capital tida como silenciosa e triste. A imprensa divulgava o movimento através dos seguidos convites, das notícias e de artigos em que a memória de Fausto Cardoso era proclamada maior do que a própria morte, emergindo das sombras para reviver no coração do povo.²⁷

Essas cerimônias constituíam também uma espécie purgação, provocada pelo ato de lembrar. Havia a consciência de que o esquecimento evitaria “o martírio de uma lembrança que se cristalizaria numa dor eterna”²⁸ Mas ninguém podia esquecer. Sergipe inteiro procurava expiar a culpa pelo desaparecimento do “messias sergipano”, carregando uma dívida que só o culto à sua memória poderia saldar: “Se não pagamos a sua vida com a nossa vida, se não saldamos logo essa dívida sagrada, havemos de fazê-lo um dia com a nossa gratidão, que, graças a Deus, vai crescendo na razão direta dos anos que passam.”²⁹

Mas as romarias não foram as únicas manifestações nesse culto. Como informa o faustista João Motta, “não ficou só nisso. Botões,

²⁷ Oliveira, Homero. *Correio de Aracaju*, 28/8/1907, p. 1.

²⁸ Idem.

²⁹ Cardoso, Joaquim Maurício, op.cit.

medalhas, louças, copos, quadros com a efígie de Fausto ornavam as lapelas dos rapazes, pendiam dos pescoços das virgens, tinham lugar de honra nas cristaleiras e nas paredes da sala principal dos lares ricos e dos humildes lares.”³⁰ Houve outras representações materiais da veneração à memória do tribuno: a fábrica de charutos de Cupertino Xavier de Mello, localizada em Aracaju, tornou possível fumar um charuto “Fausto Cardoso”,³¹ enquanto o rodólogo sergipano Joaquim Martins Fontes criou a rosa “souvenir de Fausto Cardoso”³².

De diferentes formas o culto a Fausto Cardoso expressou-se no terreno do simbólico. Os seus poemas, difundidos em cópias distribuídas nas cerimônias, recitados e repetidos, popularizaram-se. O cancionero popular consagrou a saga do tribuno no romance “A morte de Fausto Cardoso”. O seu nome foi dado a recém-nascidos - tendo o historiador José Calasans declarado que conheceu inúmeros Faustos – e batizou igualmente praças, ruas, escolas ou salas de aula. Nenhuma grande homenagem a sergipanos ilustres o esquecia. A partir de 1913, com a publicação do Hinário Escolar, pela Diretoria da Instrução, um hino destacava os sergipanos a serem imitados: Fausto, Romero e Tobias constituíam a tríade apontada como modelo aos escolares sergipanos. Modelos de inteligência, de tenacidade, de coragem, que vão enfeixar características de um sergipano ideal, a orgulhar e a povoar o imaginário dos conterrâneos.

O MONUMENTO

Ainda em novembro de 1906 começou um movimento para erigir o mausoléu de Fausto Cardoso, no cemitério Santa Isabel. A idéia,

³⁰ Motta, J. op. cit. p. 99.

³¹ Cf. *Diário da Manhã*, Fábrica de Charutos Aracaju, 01/08/1912, p. 3.

³² Fontes, Emília de Marsillac (Org.). *Joaquim Fontes – o jardineiro e as rosas do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1941.

anunciada pelo *Correio de Aracaju*, encontrou adesões até de crianças, presentes entre os primeiros contribuintes de uma subscrição convocada nestes termos: “Queremos erigir um mausoléu onde se possam guardar os preciosos restos de Fausto Cardoso, um mausoléu, que como uma alevantada cronologia de pedra, fique sendo para sempre o marco, o limítrofe sagrado e inviolável entre aquela vida brilhante que se extinguiu tão cedo, e a nossa pesada saudade, que se não extinguirá jamais. Para que o fim que ora visamos, seja em breve realizado, aqui abrimos uma subscrição popular, onde cada pauta estará franca tanto ao vintém do operário honrado, que traz as mãos calosas pelo contínuo mourejar das lides, tanto a argêntea moeda que a donzela e a criança entesouram no fundo de mimosos cofrezinhos de enfeite, como também á cédula valorosa do comerciante e do capitalista”³³. Mas a campanha não prosperou, certamente atropelada pela notícia do assassinato do Senador Olímpio Campos, ocorrido em 9 de novembro daquele mesmo ano, no Rio de Janeiro.

Começaria a fase mais difícil para os faustistas e aquela em que as memórias dos dois líderes foram concorrentes. O governo Guilherme Campos estendeu-se até 1908, quando mais um olimpista ocupou o palácio do governo, o médico Rodrigues Dória, cujo período vai de 1908 a 1911. Este ainda indicou o substituto, nas articulações com o líder nacional Pinheiro Machado, mas o marechal José Siqueira de Menezes (1911/1914) no governo, prestigiou Valadão e deu espaço aos faustistas.

Foi em 1911 que uma grande campanha se realizou com o objetivo de erguer um monumento a Fausto Cardoso. Seria um monumento-túmulo, encimado por uma estátua, a primeira da capital, a ser colocada na “praça mais pública” de Aracaju. Tal como se pensou para o mausoléu, uma subscrição popular coletaria os recursos necessários. Constituída uma comissão presidida por Olegário Dantas, a quem Epifânio Dória atribui a idéia do monumento³⁴, pensou-se inicialmente

³³ *Correio de Aracaju*, Fausto Cardoso. Aracaju 11/11/1906, p. 1.

³⁴ Cf. Dória, Epifânio, Efemérides Sergipanas. *Correio de Aracaju*, 16/08/1944.

que os doadores deveriam ser apenas sergipanos, para que se configurasse o seu dever em homenagear o conterrâneo ilustre. Depois a Comissão resolveu aceitar doações que viessem de qualquer parte do país. Além das listas a serem subscritas, festas e espetáculos cinematográficos foram organizados para angariar os recursos que permitiram contratar o escultor italiano com escritório em São Paulo, Lorenzo Petrucci, para executar o monumento.

O escultor participara da Exposição de Belas Artes e Artes Industriais organizada por um grupo de artistas e de personalidades da sociedade paulista, que, aberta em 25/7/1902, reuniu trabalhos de pintura, escultura, artes industriais, cerâmica, cutelaria, desenho, arquitetura e fotografia. Junto a nomes como os de Benedito Calixto, Antonio Ferrigno e De Chirico, entre outros, que se tornariam importantes na história da arte brasileira, Lorenzo Petrucci aparecia nesse movimento de pequeno sucesso financeiro, mas de alta significação para o futuro das artes no Brasil. Autor de conhecidos monumentos em São Paulo e Belo Horizonte, ele deixaria três obras em Aracaju: os monumentos a Fausto Cardoso, Inácio Barbosa e Tobias Barreto.

Prestes a ser imortalizada no bronze, a imagem de Fausto Cardoso torna-se explicitamente a de um herói civilizador. O Correio de Aracaju anunciava que a justiça da história ia finalmente começar. Apregoava que o espírito do tribuno, simbolizado no monumento, seria o foco de luz, irradiando do litoral ao sertão os princípios de independência e de liberdade, pois “todo povo de civilização incipiente e elementar tem necessidade de um espírito que o guie na conquista do Bem. Fausto Cardoso é esse espírito, é a bandeira, que queiram ou não, há de conduzir-nos à posse desses bens que formam o substratum dos povos grandes, livres e independentes.”³⁵

A inauguração do monumento seria um marco na vida social de Aracaju, uma festa repleta de símbolos da modernidade e de elaborações sobre a identidade sergipana. Precedeu-a a execução de melho-

³⁵ Correio de Aracaju. Fausto Cardoso. Aracaju, 26/4/1911, p.1

ramentos urbanos na Praça do Palácio, que passou a chamar-se Praça Fausto Cardoso. Ali foram colocadas, em 19 de abril de 1912, as placas doadas à municipalidade pela Comissão do Monumento e a praça foi oficialmente inaugurada sob o novo nome. Em julho chegou a estátua, provocando enorme curiosidade. Somente no dia 15 de agosto aconteceu, solenemente, a transferência dos ossos “dos dois heróis da jornada de 28 de agosto”³⁶ para o sopé do monumento. As urnas com os ossos de Fausto Cardoso e de Nicolau do Nascimento foram conduzidas em andor, com o cortejo precedido da banda de música policial que executou marchas fúnebres. A solenidade teve como orador Olegário Dantas, postado sobre o pedestal do monumento.

No dia 21 de agosto chegou a Aracaju um visitante ilustre; o escultor Lorenzo Petrucci veio dirigir pessoalmente os trabalhos de levantamento da estátua, que aconteceram na madrugada de 28 de agosto, sexto aniversário da morte do tribuno. Às 6 horas, girândolas anunciam “a ressurreição de Fausto, em bronze imorredouro, no mesmo lugar onde teve morte heróica.”³⁷

A estátua permaneceu envolta na bandeira nacional, enquanto prosseguiam os preparativos para a festa. Foram construídos pavilhões, coretos e arquibancadas. Nestas ficariam exclusivamente as mulheres e naqueles, as autoridades. Pequenos pavilhões para quermesses, para a venda de bebidas e frios foram erguidos. A praça foi limpa e iluminada a acetileno. As ruas adjacentes também foram limpas e tiveram o calçamento consertado. A ponte do Imperador sofreu reparos, tudo ficou pronto para a grande festa de entronização do “abnegado patriota”, “profundo e brilhante filósofo”, “fulgurante poeta” e “fascinador (sic) tribuno”.³⁸

Fausto Cardoso em nova vida. Este foi o tom de apresentação do monumento, que a imprensa considerava o batismo do homenagea-

³⁶ *Diário da Manhã*. Fausto Cardoso. Aracaju, 13/8/1912, p. 2.

³⁷ *Diário da Manhã*. Fausto Cardoso. Aracaju, 29/8/1912, p. 1.

³⁸ *Diário da Manhã*. Fausto Cardoso. Aracaju, 28/8/1912, p. 1.

do nas asas da História.³⁹ Na presença da viúva, Maria Pastora Cardoso e de dois dos seus filhos, diante da praça repleta, ao meio dia de 8 de setembro de 1912, o Presidente do Estado, marechal Siqueira de Menezes e o Intendente de Aracaju, Napoleão Carvalho, descerraram o pano que cobria a estátua. O efeito deste gesto tem, no *Correio de Aracaju*, uma narrativa emocionada: “Neste momento não havia nada que pudesse dizer o que agitou aquela multidão: todos unissonamente deixaram sair assim num *viva* fortíssimo num estrépito formidável de palmas o orgulho e adoração fecundos que lhes germinavam no íntimo ante tão tocante cerimônia. Músicas tocaram, estrugiram foguetes, toques de corneta soaram, salvas do “Satélite” [paquete que trouxe os familiares de Fausto Cardoso] embandeirado em arco repercutiram, a emoção grandiosa do acontecimento monstruoso palpitava em todos os corações, fuzilava em todos os olhares, e, sublime, grandioso, divino mesmo, ali estava apontando à posteridade uma época, anatematizando um crime ao seu pedestal de granito em que pairam as bêncas desta terra o eneó vulto do maior dos nossos coevos patrícios que dorme o sono da glória cercado de venerações”.⁴⁰

O orador oficial da cerimônia, Gumercindo Bessa, explicou as razões da homenagem, proclamou Fausto Cardoso como herói e a causa dos faustistas como vitoriosa, dizendo: “Esta apoteose de hoje não se a consagra ao poeta, ao orador, ao filósofo, ao professor laureado; mas ao herói, ao homem abnegadamente generoso, leoninamente valente, para quem o sacrifício era uma volúpia, que, tendo consumado uma revolução incruenta, e vendo-a soçobrar preferiu submergir-se com ela a salvá-la a preço do sangue alheio ou de uma vilania própria.”⁴¹

É de Gumercindo Bessa a elaboração mais clara sobre o monumento como um símbolo em louvor ao caráter dos sergipanos, ao lembrar Nicolau Nascimento: “FAUSTO, o cerebral, NICOLAU, o me-

³⁹ *Diário da Manhã*. Fausto Cardoso. Aracaju, 07/09/1912, p. 1.

⁴⁰ *Correio de Aracaju*. Monumento a Fausto Cardoso. Aracaju, 11/09/1912, p. 1.

⁴¹ *Diário da Manhã*. A inauguração do monumento a Fausto Cardoso. Aracaju, 10/9/1912, p. 1-2.

dular, foram metais do mesmo toque, sem embargo do esmalte que um tinha e ao outro faltava; porque vibraram uníssenos como os dois ramos do mesmo diapasão, deram a mesma nota, nota clara, nota clangorosa de timbre heróico que afinal fez desabar os muros de Jericó que era nosso ergástulo.”⁴²

Nicolau é o toque da alma do povo presente na saga de Fausto Cardoso. Para valorizar este aspecto, o jurista prefere não exaltar os dotes intelectuais de Fausto, mas apelar ao coração do povo que o consagrou e que o amou pelos seus atos: “É que o povo só consagra os homens aferindo-lhes o vero peso, não pela vida de pensamento, mas pela ação, pelas paixões nobres, socialmente fecundas, que edificam o futuro ainda quando parecem arrasar o presente.”⁴³

O Presidente da Comissão, Olegário Dantas, previu que o monumento seria a tribuna dos sergipanos e o altar para o culto do patriotismo. Aproveitou a oportunidade para pedir perdão à família do tribuno pela sua morte e, apontando a estátua, declarou que Sergipe O devolvia, imortal e perenizado. Em seguida, fez entrega do monumento ao Intendente de Aracaju, que aceitou, “em nome do município o depósito sagrado que lhe acabava de ser confiado e prometia guardá-lo com o maior carinho e a acendrada devoção que merecia a memória do glorioso sergipano que ali estava representado.”⁴⁴

O próximo discurso foi do deputado João Esteves, representante da Assembléia Legislativa, que conferiu a Fausto Cardoso, em nome do povo sergipano, a coroa de herói. Pedro Barreto de Andrade traçou um paralelo entre Fausto e Gumercindo, destacando-lhes os dotes intelectuais e a filiação de ambos a Tobias Barreto. Após a fala do poeta Artur Fortes e os discursos de Costa Filho e Clodomir Silva, Armando Cardoso agradeceu, em nome da família, as homenagens prestadas ao seu Pai.

⁴² Idem, destaque no original.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.

A festa popular continuou até a noite, nas barracas de comidas e bebidas, nas exibições cinematográficas, no movimento de gente. Aracaju tinha seu primeiro monumento público, a estátua, “brilhante atestado da grandeza sergipana”, como o explicou Helvécio Andrade:

“Dir-se-á que, agitando o chapéu, dá as boas vindas aos que chegam em visita à formosa cidade, sentinelas e guarda dos preciosos despojos mortais do excelso sonhador e, desvendando o peito, afirma-lhes: esta é a pátria dos homens de talento e de valor moral, aqui nasci eu, nasceu o Tobias, o Homero de Oliveira, o Pedro de Calasans, o Joaquim Esteves, os Gomes de Souza, o Camerino, o Joaquim de Calasans, o invicto Coronel Freitas.”⁴⁵

Não há como deixar de ver aí a afirmação do que se poderia chamar um sentimento de sergipanidade, de uma identidade marcada pelo talento, pelo brilho da inteligência. Cabral Machado lembraria, com razão, como Fausto Cardoso destacava Sergipe na política nacional e ajudava a sublimar o complexo sergipano de estado pequeno e insignificante. Humilde na Federação, Sergipe exporta talentos, era este o sentimento expresso em declarações feitas desde a primeira hora: “Ninguém, como Fausto, soube, mais alto, erguer o nome de Sergipe; ninguém, por esse pedaço de terra, mais dedicou-se, esforçou-se, lutou e combateu; passou a vida, conquistando, dia a dia, para seu Sergipe, renome e glórias, e, quando a morte o surpreendeu, foi, ainda, em defesa do que o sonhador e o crente presumia ser a conquista de sua liberdade, de sua felicidade no presente, de sua grandeza no futuro.”⁴⁶

A figura de Nicolau do Nascimento inspirou referências a outro traço marcante da construção dessa identidade. Nicolau é o obscuro, o homem comum, de instrução rudimentar, social e culturalmente distante de Fausto Cardoso, mas como este, um puro, de coração infla-

⁴⁵ Andrade, Helvécio. Fausto Cardoso. Coram Populo. *Correio de Aracaju*, Aracaju, 08/09/1912, p. 2.

⁴⁶ *Correio de Aracaju*. Fausto Cardoso. Aracaju, 24/10/1906, p. 3-4.

mado⁴⁷. São dois lados da mesma moeda. Fausto Cardoso reuniu em si, talento e coragem, mas Nicolau é o “denodado companheiro”, “exemplo raro de abnegação heróica.”⁴⁸

O monumento glorifica, por isso, pretensas virtudes do caráter sergipano. Na síntese escrita por ocasião do centenário da emancipação política do Estado, Clodomir Silva destaca a grande capacidade de trabalho, a tenacidade, a bravura e a calma estóica que caracterizariam o tipo sergipano, provado nas dificuldades da vida num minguado território de escassas possibilidades. Ele elege o emigrante como símbolo do sergipano que vai exercer com inteligência e operosidade a sua peleja, colonizando outras terras, comerciando, lavrando, atuando na magistratura, nas armas, nas letras, nas artes, na cátedra, na tribuna ou no parlamento.

Fausto Cardoso, que se projetou na capital federal pela inteligência e pelos dotes da oratória, que ali acolheu e apoiou conterrâneos em busca de oportunidades⁴⁹, encerra em si as qualidades do emigrado bem sucedido e grato à terra mãe, por isso sua imagem combina o brilho intelectual a um grande coração. Por vezes ele é comparado a Francisco Camerino, o estanciano que no Paraguai morreu “na lida e coberto de glórias”⁵⁰. Mas é também visto como Demóstenes, pelo dom da oratória; como Espártaco, por ser o libertador e como Cristo, por ser o redentor de Sergipe. Na elaboração de Homero Oliveira, Cristo marchou para o Calvário, como Fausto seguiu Firmino Rego à praça pública; Cristo levava aos ombros uma cruz; ele nada levava, só o coração, o pulsar e a palavra nos lábios.⁵¹

⁴⁷ *Correio de Aracaju*. Fausto Cardoso. Aracaju, 28/08/1929, p. 1

⁴⁸ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 28/08/1936, p. 1 (Sem título).

⁴⁹ Amado, Euclides. O grande mártir. *Correio de Aracaju*, 27/8/1927, p. 2.

⁵⁰ *Diário da Manhã*. Fausto Cardoso. Aracaju, 28/8/1915, p. 1.

⁵¹ Cf. Oliveira, Homero. Fausto Cardoso. *Correio de Aracaju*, 28/08/1907, p. 1. Em vários artigos Homero Oliveira faz esta analogia. O Correio de Aracaju diz que Fausto Cardoso assumiu o cativeiro dos sergipanos como se fosse dele (27/8/1911) ou o chama explicitamente de salvador e libertador (29/8/1945).

Não é por acaso que Fausto Cardoso se tornou o “orago de Sergipe”, portador de uma imagem atraente, com quem os sergipanos podiam identificar-se. Sua morte, tal como se deu, deixou para os contemporâneos um sentimento irresistível de que a ele estaria reservada a imortalidade. Pode-se dizer que a tragédia chocou até mesmo os adversários e tão fundo ficou a sociedade sergipana marcada, que já em 1906 se afirmava: “A morte trágica do Dr. Fausto Cardoso deu a sua personalidade, já, pelos dotes excepcionais, que o revestiam, merecidamente, digna de aplausos e de festas, as proporções da celebri-dade, que moldam heróis, sagram mártires, imortalizam nomes.” Esta consciência e este anseio pareciam ser os de Fausto Cardoso, quando demonstrou desprezo pela própria vida, colocando-a a serviço das causas que apaixonadamente defendia, ou quando, como poeta, cantava o seu sonho:

Mágoa, eu quero fugir á tua garra seva!
Morte, eu quero sorver o teu gelado beijo!
Gloria, eu quero voar... Aos imortais me eleva!⁵²

⁵² Cardoso, Fausto. Desilusão Suprema. Segunda parte do Canto V de *O Sonhador*. Jackson da Silva Lima diz que *O Sonhador* é uma espécie de auto-retrato de um revolucionário privado de suas armas políticas

FONTES E BIBLIOGRAFIA

JORNAIS

- Jornal de Sergipe (1906)
Correio de Aracaju (1906-1914)
Diário da Manhã (1911-1927)
O Estado de Sergipe (1912)
A Razão (1907-1912)
Sergipe Jornal (1922-1958)

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGS/Livre Expressão, 2004.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

CARDOSO, Fausto. *Esparsos e inéditos. Coligidos e anotados por Jackson da Silva Lima*. Governo de Sergipe, 1980.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, José Cupertino. Revolta Fausto Cardoso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 17, v. XII, 1941/1942, p. 18.

MACHADO, Manoel Cabral. A tragédia de Fausto Cardoso. *Revista de Aracaju*, n. 6, Aracaju, 1957, p. 82.

MOTA, João. Carta, *Revista de Aracaju*, n. 6, 1957, p. 98/99

OLIVA DE SOUZA, Terezinha. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DESVELANDO UM
MONUMENTO:
representações
e lutas políticas na construção
da memória de Fausto
Cardoso*

GILIARD DA SILVA PRADO**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo reconstituir a história da construção do monumento a Fausto Cardoso em Aracaju, analisando sob que condições se efetivou e quais os interesses subjacentes nessa construção. Após a morte de Fausto Cardoso teve início um amplo movimento de culto à sua memória, cujo ápice se assinala na inauguração do monumento, em 1912, na principal praça de Aracaju. A construção do monumento é resultado das ações coordenadas pelos seguidores de Fausto Cardoso que, em razão do assassinato de seu líder no desfecho da revolta contra o grupo olimpista, apresentam-no como o mártir e o herói da liberdade dos sergipanos, ao mesmo tempo em que se colocam como seus herdeiros políticos e, consequentemente, como membros do único grupo capaz de levar a efeito a liberdade pela qual ele havia morrido.

PALAVRAS-CHAVE: memória, monumento, representações.

* Grande parte deste artigo foi elaborado a partir da monografia “A história gravada no bronze: o monumento a Fausto Cardoso” (São Cristóvão: UFS, 2006), que desenvolvi sob a orientação da profa. Dra. Terezinha Oliva.

** Graduado em História pela UFS. E-mail: giliardprado@yahoo.com.br

ABSTRACT

The aim of this piece of writing is to reconstitute the construction history of the monument to Fausto Cardoso in Aracaju, analyzing under what conditions it was been built and also with regard to the interests related to such construction. After Fausto Cardoso's death, a service in his memory took place, whose climax was the inauguration of the monument itself, in 1912, on the most important square in Aracaju. The monument being constructed is the result of Fausto Cardoso's followers' coordinated actions who, due to their leader's assassination by the end of the revolt against the 'olimpista' group, introduced him as a martyr and as the hero of sergipanos' freedom. At the same time they named themselves as his political heirs and, consequently, as the members of the only group able to put such freedom as he died for into practice.

KEY WORDS: memory, monument, representations.

INTRODUÇÃO

Aracaju, 1912. Numa cerimônia que concentrou uma multidão na principal praça da cidade era inaugurado o monumento a Fausto Cardoso. Imortalizava-se no bronze a memória de um homem público de prestígio que, seis anos antes, nessa mesma praça, tinha sido assassinado num trágico episódio que marcou o desfecho de um dos principais movimentos revoltosos da história de Sergipe.

A Revolta de Fausto Cardoso, como passou à História o movimento político de 1906, embora singular em alguns aspectos, inscreve-se no conjunto de rebeliões que contestaram o domínio de grupos oligárquicos e que foram freqüentes em alguns Estados do Brasil durante a Primeira República.

Não se pretende, contudo, analisar aqui o processo político da Revolta de Fausto Cardoso, que já é tema consagrado de pesquisa. Busca-se apenas apresentar brevemente este movimento revoltoso, traçando, em linhas gerais, um cenário que torne compreensível o simbolismo empregado no monumento a Fausto Cardoso, bem como a relação existente entre o culto à sua memória e os principais acontecimentos da revolta de 1906.

O controle da política sergipana era exercido desde 1899 pelo grupo oligárquico que tinha à sua frente o hábil Senador Olímpio Cam-

pos. O caráter fechado e os estreitos favorecimentos pessoais davam o tom da política praticada pelo Governo e, conseqüentemente, eram responsáveis pelo crescente descontentamento do grupo oposicionista que, excluído das benesses há sete anos, articulava-se cada vez mais em torno de seu intento de substituir a facção que detinha o poder.

O fortalecimento da oposição ocorreu durante a vitoriosa campanha política das eleições de 1906, ocasião em que conseguiu eleger seus candidatos a deputado federal e a senador. Para isso, muito contribuiu uma bem elaborada propaganda jornalística que sensibilizou a opinião pública ao atribuir unicamente às práticas oligárquicas do Governo o elevado índice de desemprego e a crise por que passava o Estado naquele momento¹. Para os oposicionistas, uma nova configuração do poder em Sergipe parecia avizinhar-se com a vitória obtida nas eleições para a representação federal. Restava-lhes manter incessantes os ataques ao Governo. E isto foi feito. Através da imprensa, era intensificada a propaganda em torno daquele que fora escolhido para ser o grande símbolo da oposição – Fausto Cardoso.

Muitas foram as razões desta escolha. Fausto Cardoso era dono de um prestígio que ia além das fronteiras sergipanas. Tinha percorrido uma trajetória biográfica que lhe conferia notoriedade nos planos intelectual e político. Brilhante orador, jornalista, escritor, ele havia ocupado cargos públicos na Capital da República e exercido com destaque o mandato de deputado federal no triênio 1900-1902, ocasião em que lançara fortes críticas à política praticada pelo monsenhor Olímpio Campos, Presidente do Estado de Sergipe na época. Eleito para o cargo de deputado federal nas eleições de 1906, Fausto Cardoso havia se tornado o grande líder da oposição e era por ela apresentado como uma espécie de mito político, como o indivíduo capaz de libertar Sergipe do atraso e do conservadorismo atribuídos aos governistas. Numa metáfora

¹ Sobre a situação sócio-econômica de Sergipe em 1906, confira: OLIVA DE SOUZA, Terezinha. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

empregada com muita propriedade, José Côrtes Duarte sintetiza bem o que foi a propaganda a favor do líder da oposição ao afirmar que: “Fausto assemelhava-se ao Messias anunciado pelos profetas políticos, vindo para curar todas as mazelas criadas pela incúria da administração pública, pela falta de justiça social, pela opressão da polícia”².

Quando e como ocorreria a derrubada do grupo no poder? Esse questionamento gravitava numa atmosfera repleta de tensão. Intensificavam-se os rumores de que a oposição articulava um golpe, visando a deposição do Governo. Muito se especulou até que Guilherme Campos, Presidente do Estado e irmão do Senador Olímpio Campos, fosse deposto através de um levante da polícia, em agosto de 1906. O tempo que os revoltosos mantiveram-se no poder teve, no entanto, curta duração. As autoridades depostas conseguiram a intervenção do Governo Federal, que enviou tropas do exército para Sergipe. A operação militar da força intervencionista culminou com o assassinato daquele que assumira a liderança da revolta – o Deputado Federal Fausto Cardoso. Transcorridos pouco mais de dois meses do trágico acontecimento, os filhos do Deputado, procurando vingar a morte do pai, assassinaram numa praça pública do Rio de Janeiro o Senador Olímpio Campos.

Deposição do Governo, intervenção de tropas do exército e mortes. Esses elementos deram cores vivas à revolta ocorrida em Sergipe. Dela resultaram as mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos. Ambos foram assassinados, tiveram praças públicas como palcos de suas mortes, foram os atores sociais que protagonizaram um espetáculo verdadeiramente trágico. Observadas essas semelhanças, tudo o mais entre eles parece ter sido divergência. Em conseqüência principalmente da forma como aconteceram as mortes dos dois principais líderes políticos daque-la época, tornaram-se ainda mais intensos os conflitos, divergências e ódios entre faustistas e olimpistas – denominações dadas aos seus respectivos partidários e seguidores. A sociedade sergipana ficara dividida.

² DUARTE, José Côrtes. *A tragédia de Sergipe e outras narrativas*. Belo Horizonte: Lemi, 1979, p. 11.

Foi, portanto, no cenário deixado pela revolta de 1906 que teve início, entre os oposicionistas, um amplo culto à memória de Fausto Cardoso. Muitos foram os meios empregados para homenagear o líder assassinado. Multiplicaram-se os seus retratos, sua efígie se fez presente em objetos de louça, broches, medalhas e gargantilhas, realizaram-se missas fúnebres e romarias ao seu túmulo, seu nome foi dado a ruas, praças e escolas. Duas homenagens bastante singulares permitiam ainda a seus correligionários e admiradores fumar um “charuto Fausto Cardoso”³ e cultivar a rosa “Souvenir de Fausto Cardoso”⁴. Contudo, não há aqui o interesse de examinar todas as práticas e representações envolvidas num culto que assumiu dimensões incomuns. O objetivo deste artigo é examinar sob que condições se efetivou e quais os interesses subjacentes na construção do monumento a Fausto Cardoso.

Nessa análise são, pois, levados em conta os usos que grupos correntes fazem da memória e também de seu reverso, ou seja, do esquecimento e do silêncio. No embate entre faustistas e olimpistas a escolha do que deve ser lembrado e igualmente do que deve ser esquecido é reveladora dos interesses dos diferentes grupos, da definição de identidades sociais e das relações de poder que marcam as batalhas da memória. Permite ainda perceber que não se deve considerar o real como algo evidente, objetivo, que está fielmente expresso nos documentos por meio dos quais se acessa o passado, mas como algo que é contraditoriamente construído a partir das representações dos diversos grupos sociais.

Neste sentido a grande diversidade de meios empregados no culto à memória de Fausto Cardoso não deve encorajar a interpretação

³ A fábrica de Cupertino Xavier de Mello em propaganda veiculada nos jornais chama a atenção de seus clientes para três novas marcas de charutos em caixas, dentre as quais consta o charuto Fausto Cardoso. Confira: *Diário da Manhã*. Fábrica de Charutos. Aracaju, 01/08/1912, p. 3.

⁴ Esta rosa foi uma homenagem prestada a Fausto Cardoso pelo rodólogo sergipano Joaquim Martins Fontes. Para detalhes sobre a hibridação a partir da qual foi obtida e sobre suas características, confira: FONTES, Emília de Marsillac (Org.). *Joaquim Fontes – o jardineiro e as rosas do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1941.

de que ele tenha transcorrido de maneira pacífica, consensual. Ao contrário, o que se observou foi uma verdadeira batalha entre memórias concorrentes, já que o desfecho duplamente trágico da revolta tinha colocado em posições antagônicas e inconciliáveis os faustistas e os olimpistas. Considerando que, conforme destaca Peter Burke⁵, na constituição da memória social o estabelecimento do que é digno de memória e igualmente daquilo que deve ser esquecido varia de acordo com os interesses dos diferentes grupos e com o momento histórico, é perfeitamente compreensível que durante o período em que os olimpistas estiveram no poder as ações que visavam a preservação da memória de Fausto Cardoso tenham sido alvo de perseguição política.

Todas as manifestações públicas que denotavam apreço e contribuíam para dar visibilidade ao faustismo sofriam forte repressão dos olimpistas. Os portões do cemitério eram fechados para impedir que fossem depositadas flores no túmulo de Fausto Cardoso, os broches e gargantilhas que traziam o seu retrato eram arrancados das pessoas que os utilizavam, os espancamentos tornaram-se freqüentes. A violência do Governo era alvo das denúncias constantes da imprensa. Neste sentido é particularmente expressiva uma série de artigos em que o *Correio de Aracaju* tornava pública a onda de violência na capital e no interior, ao mesmo tempo em que pregava a “paz e a concórdia” entre os dois grupos rivais.

A repressão, o esforço ingente de impor o silêncio aos faustistas deu a tônica de todo o período em que os olimpistas estiveram no poder. Foi assim durante o Governo de Guilherme Campos (1905-1908), período em que, ainda muito excitados os ânimos em virtude do desfecho da revolta, foram registrados os atos mais propriamente violentos, as agressões físicas. Ainda no calor dos acontecimentos de 1906 os principais líderes faustistas refugiaram-se fora do Estado com medo de represálias e o *Jornal de Sergipe*, que havia se tornado o órgão do faustismo, foi extinto. Ao final de seu mandato Guilherme Campos indicaria um correligionário, fazendo-o seu sucessor. Mantinha-se forte o olimpismo. No

⁵ BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Governo de Rodrigues Dória (1908-1911) já haviam cessado as práticas mais violentas, porém, ainda que de maneira velada, buscava-se suprimir dos faustistas o direito de cultuar a memória de seu líder.

Foi apenas no último trimestre de 1911 que, como parte integrante de um movimento de amplitude nacional – a “Política das Salvações”⁶ – o General José Siqueira de Menezes chegou à presidência do Estado de Sergipe, pondo fim ao domínio do grupo olimpista que se estabeleceu no poder desde 1899. Ligado ao Exército, o novo governante não tinha nenhum comprometimento com os interesses olimpistas. Com isso, cessaram as perseguições políticas aos faustistas que a partir daí puderam consagrar a memória de seu líder sem os obstáculos que lhes eram impostos até então. Estavam finalmente estabelecidas as condições que tornaram possível a construção do monumento a Fausto Cardoso.

A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO

Já durante a campanha sucessória para a presidência do Estado, quando se sentiu que o domínio olimpista estava chegando ao fim, portanto antes mesmo da posse de Siqueira de Menezes, a idéia de erguer um monumento a Fausto Cardoso começou a se concretizar. No dia 23 de abril de 1911, um grupo de faustistas se reuniu no prédio da Associação Comercial para levar a efeito aquela que seria a maior homenagem prestada ao líder assassinado. Nessa reunião, decidiu-se constituir uma comissão promotora do monumento, destinada a coordenar todas as ações necessárias para atingir o fim visado e à qual estava facultado o direito de nomear comissões parciais. Ficou decidido também que seriam abertas listas de donativos junto à população como forma de arrecadar o valor necessário à construção do monu-

⁶ A Política das Salvações foi implementada pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914) e recebeu este nome porque consistiu num processo de intervenções militares que pretendia “salvar” o país do domínio oligárquico. Em Sergipe, porém, não houve intervenção. Siqueira de Menezes elegeu-se na condição de candidato único, indicado por Hermes da Fonseca. A esse respeito, veja: DANTAS, José Ibaré C. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 2004, p. 35.

mento. Essas listas de riscos devem ser divulgadas em diários ou
núcleos de São Paulo e de outros Estados do Brasil. Estando tais
listas disponíveis, passa-se na reunião suspendida e distribuída
punições diretas, baseadas na assinatura das pessoas (vice-
cargos e titulares de empregos comissionados) que tiverem estabele-
cidos enlaces com organizações subversivas, ou que tenham
cidadão: Olegário Dutra (presidente), Juscelino Kubitschek (vice-
presidente), Jânio Quadros (2º secretário), Manoel
de Magalhães Pinto e Jânio Quadros (tesouros).

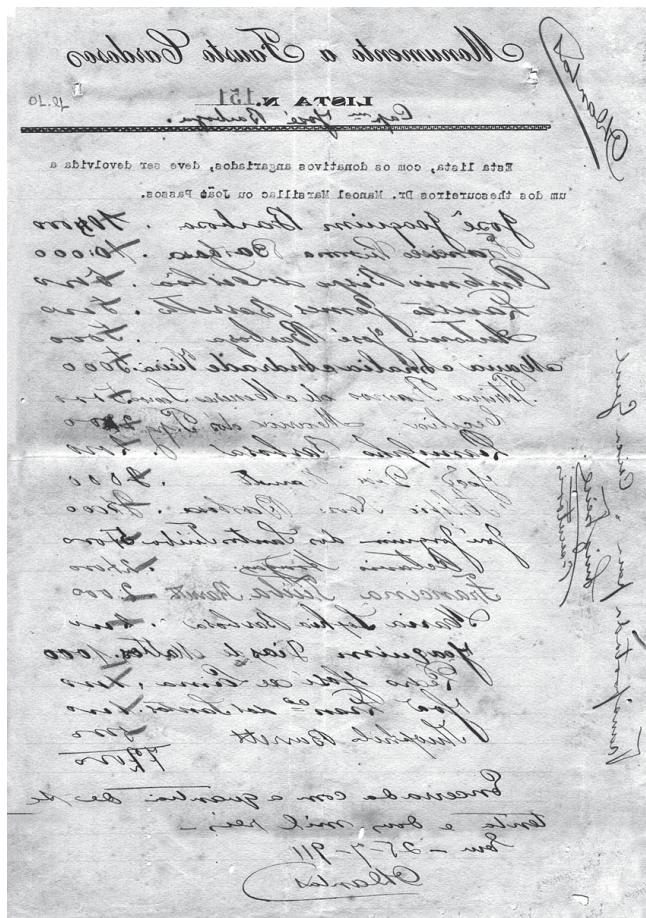


Figura 1:
Listas de organizações
Acionadas HIGC
(ex. 33, sec. 3)

Nos meses seguintes à reunião, as listas com os valores arrecadados começavam a ser recebidas pelos membros da comissão promotora, os quais anotavam criteriosamente todas as informações: o número da lista, seu responsável, a data em que era recebida e o valor arrecadado⁷. Ao serem encerradas, essas listas eram assinadas por Olegário Dantas (presidente) e Luiz Freire (1º secretário), que além das assinaturas deixavam anotações, no mínimo, curiosas. Às vezes, a pessoa a quem havia sido destinada a lista não procedia a arrecadação, devolvendo-a em branco. Diante de situações desse tipo, havia desde comentários taxativos como: “que padre ruim”, “estupidamente devolvida”, ou ainda, “devolvida por imprestabilidade do destinatário”, até aqueles que se revestiam de suave ironia como: “generoso cidadão”. Em contrapartida, quando a arrecadação era satisfatória afirmava-se que havia sido “brilhantemente encerrada com a quantia de (...)" ou então consignava-se um “voto de louvor”⁸.

A análise destas listas permite apreender o perfil do grupo de pessoas que, com suas doações, contribuíram para a construção do monumento. Essencialmente heterogêneo em sua composição, esse grupo era integrado por comerciantes, operários, padres, dentistas, advogados, farmacêuticos, professores, políticos, etc. Além disso, um dado que impressiona é o grande número de mulheres entre os contribuintes, visto que num universo de um pouco mais de 3.000 assinaturas quase 10% partiram de mãos femininas. Esses dados são ainda mais expressivos se considerarmos que a sociedade sergipana na época era acentuadamente patriarcal e hierarquizada. Também tiveram lugar nessas listas as assinaturas anônimas. “Uma admiradora faustista” e “um patrício do mártir venerado” foram algumas das várias formas com que contribuintes ocultaram seus nomes. O recurso ao anonimato torna plausível a interpretação de que essas pessoas talvez possuíssem algum tipo de

⁷ Registro das listas recebidas, IHGS, cx. 33, pacotilha 6.

⁸ Listas de donativos, IHGS, cx. 33, pacotilhas 1, 2, 3 e 4.

ligação com o olimpismo, temendo, em função disso, sofrer as consequências advindas das reviravoltas próprias da política.

Os diversos segmentos sociais que integravam o grupo de contribuintes, a considerável participação feminina e o expediente do anonimato apontam para o fato de que a mobilização para a construção do monumento não se deu apenas entre os políticos que militavam nas hostes faustistas, tendo-se tornado, ao contrário, uma causa pela qual se empenhou uma coletividade bem mais ampla. Bastante significativas neste sentido foram as listas posteriormente destinadas a arrecadar fundos para as festas da inauguração. Enquanto as listas que objetivavam arrecadar dinheiro para a construção do monumento traziam, conforme foi visto, os nomes das pessoas que haviam colaborado, as listas para as festas da inauguração registravam os municípios de onde eram provenientes as contribuições. Desse modo, trazem à luz um dado relevante: dos 33 municípios existentes em Sergipe, em agosto de 1912, 21 contribuíram com as festas⁹.

As contribuições provenientes da grande maioria dos municípios sergipanos e de alguns municípios de outros Estados do Brasil constituem-se numa evidência do prestígio popular que o nome de Fausto Cardoso havia alcançado. As arrecadações eram particularmente expressivas em Estados onde havia numerosa colônia sergipana. Os “expatriados”, mesmo distantes da terra natal, julgavam legítima a causa e se empenhavam em demonstrá-lo. Ilustrativo disso é o trabalho que fora levado a efeito em Santos-SP. Ali, além das doações, a arrecadação proveio de uma sessão de cinema explicitamente destinada a conseguir fundos para a campanha. Em carta enviada à comissão promo-

⁹ São listados a seguir os 33 municípios, assinalando-se com um asterisco aqueles que, de acordo com a documentação consultada, não contribuíram com as festas para a inauguração do monumento: Aracaju, Aquidabã*, Arauá*, Boquim*, Campos, Capela*, Divina Pastora, Espírito Santo* (atual Indiaroba), Estância, Gararu, Itabaiana, Itabaianinha*, Itaporanga, Japaratuba, Lagarto, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Pacatuba, Porto da Folha*, Própria, Riachão, Riachuelo, Rosário, Santa Luzia*, Santo Amaro*, São Cristóvão, São Paulo (atual Frei Paulo), Simão Dias, Siriri*, Socorro, Vila Cristina* (atual Cristinápolis), Vila Nova* (atual Néopois). Registraram-se contribuições provenientes também das vilas de Campo do Brito e Jaboatão.

tora do monumento, a comissão formada naquela cidade explicava o êxito obtido na arrecadação, afirmando que

(...) foram distribuídas listas angariadoras a todos os seus membros e feitos apelos à distinta colônia sergipana aqui domiciliada, por intermédio do simpático órgão da imprensa desta terra “A Tribuna” que abraçou como sua a nossa causa. Contribuiu para o senão ótimo, porém feliz resultado obtido, o bom acolhimento com que foi recebida a nossa idéia pelo patriótico povo desta hospitaleira cidade, em geral, e em particular pelos seus distintos filhos, pois que, com geral agrado seu se não negou a contribuir com seu valioso auxílio para o bom êxito obtido em um espetáculo cinematográfico efetuado no “Colyseu Santista” de propriedade do distinto e benemérito empresário Sr. F. Serrador que, gentilmente ofereceu um espetáculo em benefício a nossa grande obra. É que Fausto Cardoso não era só um sergipano ilustre, era um extraordinário homem mundial¹⁰.

Assim, o culto a Fausto Cardoso lançou mão dos meios mais modernos que então havia. Em Aracaju, os proprietários do *Cinema Ideal*, que funcionava no *Teatro Carlos Gomes*, também ofereceram um espetáculo cinematográfico cuja renda foi destinada à construção do monumento. Mais do que atender à finalidade prática com que fora pensado, esse espetáculo cinematográfico, realizado em 11 de novembro de 1911, transformou-se num grande evento que se constituiu, por si só, numa homenagem ao notável sergipano. Naquela noite, o Teatro recebera caprichosa ornamentação e grande público. Conforme assinala a imprensa: “antes de começar o espetáculo foi feita magnífica apoteose ao genial tribuno”¹¹, ocasião em que foram recitadas poesias que visavam a enaltecer a figura de Fausto Cardoso.

¹⁰ Carta recebida pela Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso. IHGS, cx. 33, pacotilha 4.

¹¹ *Correio de Aracaju*. Fausto Cardoso. Aracaju, 15/11/1911, p. 2.

Foi a partir das listas de donativos, dos juros de dinheiro em depósito e do valor arrecadado com esse espetáculo cinematográfico que se obteve a receita necessária à construção do monumento. Em novembro de 1911, decorridos apenas sete meses do lançamento das listas e sem qualquer tipo de ajuda financeira do Governo, a quantia arrecadada já era suficiente para pagar a estátua. Precisamente no dia 23 daquele mês, Cecílio Vasconcellos¹², representante da Comissão Promotora em São Paulo, celebrava o contrato com o escultor Lorenzo Petrucci. Pelos termos desse contrato, o valor de 25.500\$000 (vinte e cinco contos e quinhentos mil réis) a ser pago pela estátua seria quitado em quatro parcelas. No começo de 1912, Olegário Dantas, presidente da comissão, viajaria a São Paulo e aprovaria o modelo previamente avaliado por Cecílio Vasconcellos que, em telegrama destinado à comissão, afirmava ser a estátua “rigorosamente fiel à fisionomia de Fausto”¹³. Apesar de Epifânio Dória ter afirmado em suas *Efemérides Sergipanas* que foi de Olegário Dantas a idéia de erigir um monumento a Fausto Cardoso, a documentação consultada não permite saber se foi dele também o projeto que definiu a forma com que Fausto Cardoso seria representado na estátua.

A avaliação positiva do modelo era um indício de que tinha sido feliz a escolha do artista a quem foi confiada a estátua. Um dos expoentes no cenário artístico da *Belle Époque* paulistana, o escultor italiano Lorenzo Petrucci¹⁴ havia se destacado em duas grandes exposições coletivas realizadas em São Paulo: a Exposição de Belas Artes e Artes Industriais (1902) e a Exposição Brasileira de Belas Artes (1911). O trabalho realizado pelo escultor, que veio a Sergipe dirigir a montagem do monumento e aguardou a sua inauguração, mereceu da imprensa

¹² Não foi possível encontrar mais informações a seu respeito.

¹³ Telegrama recebido pela comissão, IHGS, cx. 33, pacotilha 4.

¹⁴ Dentre as obras importantes desse escultor, destacam-se os dois monumentos a Anita Garibaldi: um em Sorocaba-SP (1911) e outro em Belo Horizonte-MG (1913). Em Aracaju, Lorenzo Petrucci esculpiu o obelisco a Inácio Barbosa, em 1917, e o monumento a Tobias Barreto, em 1920. Este último, já destruído em parte.

o reconhecimento de que fizera “obra de inexcedível valor”¹⁵ e em virtude da “perfeição de seu trabalho”¹⁶ recebeu da comissão promotora uma menção honrosa na sua última ata de reunião.

Para que a Comissão Promotora obtivesse êxito em seu projeto era preciso bem mais do que apenas arrecadar dinheiro e contratar um escultor. Tanto é assim que a escolha do local a ser erguido o monumento deve ser vista como uma de suas principais medidas. Já em junho de 1911, ela encaminhava a Napoleão de Carvalho, Intendente do município de Aracaju, o seguinte requerimento:

A Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso entendendo que nenhum lugar é mais próprio para a colocação da estátua do grande mártir das liberdades sergipanas como aquele onde ele teve morte heróica requer a V. Exa. a devida licença para que a referida estátua seja erigida no centro da Praça Benjamim Constant (antiga do Palácio)¹⁷

Ainda no primeiro semestre de 1912, Napoleão de Carvalho sancionaria uma lei mudando o nome da praça, que passou a se chamar “Praça Fausto Cardoso”. Precisamente no dia 17 de abril daquele ano, foram colocadas as novas placas indicativas e conjuntamente inaugurada a praça que recebera nova denominação¹⁸.

A localização da praça Fausto Cardoso era estratégica, pois se constituía no local das práticas de cidadania: festas, procissões, comícios, passeatas etc. Ela abrigava os principais prédios públicos da cidade, sendo o local por excelência das concentrações cívicas. Colocada a estátua no centro da praça, com a frente voltada para o Rio Sergipe, é como se Fausto Cardoso recepcionasse aqueles que desembarcavam na cidade pela Ponte do Imperador, fazendo-lhes lembrar dos aconte-

¹⁵ *Diário da Manhã*, Lorenzo Petrucci (Aracaju, 12/09/1912), p. 1.

¹⁶ Livro de Atas da Comissão Promotora, IHGS, cx. 33, pacotilha 5.

¹⁷ Requerimento ao Intendente de Aracaju, IHGS, cx. 33, pacotilha 8.

¹⁸ *Correio de Aracaju*. Praça Dr. Fausto Cardoso. Aracaju, 19/04/1912, p. 1.

cimentos de 1906. Pois, mais do que um privilegiado espaço de sociabilidade, a praça era também o local onde Fausto Cardoso tombou abatido pela violência da intervenção que derrotou os faustistas. Vê-se então que “no ambiente urbano o local nunca é aleatório ou casual, pois o espaço não se apresenta como um elemento natural ou físico, mas sobretudo como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território... e disputas de poder na sociedade”¹⁹. Assim, por comportar os aspectos material, simbólico e funcional, essa praça, do mesmo modo que o monumento, torna-se um lugar de memória, posto que “a imaginação o investe de uma aura simbólica”²⁰.

À medida que se aproximava a inauguração do monumento ou, conforme denominava a imprensa, a “ressurreição de Fausto”, três importantes cerimônias alteravam a rotina da cidade de Aracaju. A primeira delas ocorreu no dia 15 de agosto de 1912 e consistiu na trasladação dos restos mortais de Fausto Cardoso e Nicolau Nascimento²¹ do Cemitério Santa Izabel para a base do monumento. No cortejo apoteótico, que tinha à sua frente a banda de música da polícia executando marchas fúnebres, “os ossos foram transportados em urnas de madeira envernizadas, sobre charola coberta com a Bandeira Nacional e conduzida por senhoritas”²². No dia 28, data do sexto aniversário do assassinato de Fausto Cardoso, teve lugar a segunda cerimônia. Nessa ocasião foi colocada a estátua sobre o pedestal do monumento, que “foi todo ornamentado de festões e bandeiras e durante todo o dia muitas senhoras e até crianças depositaram flores e coroas no sopé do

¹⁹ LEAL, Elisabete. *Representando a história em praça pública: os monumentos a Benjamin Constant e a Julio de Castilhos*. Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003, p. 5. (Cd-rom).

²⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. de Aun Khoury. In: *Projeto História*, v. 10. São Paulo, dez/1993, p. 21.

²¹ Popular morto no desfecho da Revolta Fausto Cardoso.

²² *O Estado de Sergipe*. Fausto Cardoso. Aracaju, 16/08/1912, p. 1.

mesmo”²³. A terceira cerimônia aconteceu com a chegada da família de Fausto Cardoso a Aracaju em 04 de setembro de 1912. Na Ponte do Imperador, o desembarque de Pastora Cardoso, viúva de Fausto, e de seus filhos²⁴, o deputado Armando Cardoso e a senhorita Mercedes Cardoso, foi marcado por uma calorosa recepção, onde se fizeram ouvir girândolas de foguetes. Todas essas cerimônias, que contavam com banda de música, foguetes, flores, discursos e com o fechamento do comércio a pedido da Comissão Promotora, atuaram como indícios de que se preparava uma imponente festa para o dia da inauguração.

Também o aparelhamento urbanístico da cidade ia sofrendo os reparos que há muito demandava e que, em virtude da tão esperada festa, tornavam-se ainda mais urgentes. A Ponte do Imperador, uma espécie de porta de entrada da cidade de Aracaju na época, a Praça Fausto Cardoso e suas ruas adjacentes foram os alvos das intervenções feitas pelo poder público, que se ocupou principalmente de problemas relacionados ao calçamento e à iluminação. Com vistas a solucionar este último aspecto do problema é que “em torno da estátua que será inaugurada a 8 do corrente foram colocados por ordem do dr. Napoleão de Carvalho, intendente Municipal, mais quatro postes de ferro com bonitos lampiões, providos de bicos duplos para iluminação a acetileno”²⁵. Essas reformas pelas quais passou o centro da cidade demonstram que, apesar de o monumento ter sido uma obra financiada unicamente pela população, o apoio do Governo era de fundamental importância para assegurar o êxito das homenagens que seriam prestadas à memória de Fausto Cardoso.

Aos poucos, estavam sendo acertados os últimos preparativos para a festa da inauguração do monumento. Em torno da estátua eram construídos pavilhões destinados às autoridades, à família de Fausto Cardoso, à Comissão Promotora, aos oradores, à imprensa e às mulheres. A

²³ Diário da Manhã. Fausto Cardoso. Aracaju, 29/08/1912, p. 1.

²⁴ O outro filho de Fausto, Humberto Cardoso, não veio a Sergipe participar da inauguração do monumento.

²⁵ Diário da Manhã. Fausto Cardoso. Aracaju, 04/09/1912, p. 1.

praça recebia cuidadosa ornamentação e tanto ela quanto os edifícios públicos que a cercavam eram fartamente iluminados. O ambiente beirava o feérico. A programação estava definida. De forma didática, os atos solenes e as atrações que comporiam a festa eram divulgados nas colunas dos jornais. Restava apenas aguardar o grande momento.

A “RESSURREIÇÃO” ATRAVÉS DO BRONZE: A INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO

Eis que em 8 de setembro de 1912 pôs-se um fim a essa espera. Nessa data teve lugar a inauguração do monumento ou, como preferia a imprensa, a “ressurreição de Fausto Cardoso”. O amanhecer do dia foi anunciado pela alvorada com a banda de música da polícia militar tocando junto à estátua. Às 11 horas, a Comissão Promotora convidou o presidente do Estado e o intendente de Aracaju para descerrarem a cortina que velava o monumento, ao passo que foi executado o hino nacional. Logo após, Gumersindo Bessa proferiu o seu discurso na condição de orador oficial do evento, no que foi seguido pelos demais oradores que assomaram à tribuna: Olegário Dantas, João Esteves, Arthur Fortes, Pedro Barreto de Andrade, Ulysses Sampaio, Carlota Salles, Clodomir Silva, Horácio Hora, Guiomar Silva e Armando Cardoso. À noite, as quermesses, a fonte luminosa e um espetáculo cinematográfico exibido pelo *Elite Cinema* em plena praça pública completaram o brilhantismo da cerimônia.

Na imagem seguinte, é possível notar que nem mesmo o dia chuvoso dispersou as pessoas, todas elegantemente trajadas para a ocasião. Vêem-se em torno do monumento os pavilhões preparados pela Comissão Promotora. Esses pavilhões, a fonte luminosa, o cinema ao ar livre e os demais elementos que compuseram o ambiente preparado para a festa destoavam do restante da paisagem urbana que, mesmo na principal praça da cidade, ainda era carente de diversos melhoramentos. Considerando-se que a cidade de Aracaju ainda não possuía uma estrada de ferro concluída, nem mesmo energia elétrica, o monumento desponta, em 1912, como o principal artefato da sua modernidade.



Figura 3: Praça Férnando Cardoso no dia da inauguração do monumento

Artefato: Memorial da Sefipol

A vivacidade e a prudência tomaram conta da festa comunitária que celebrou a inauguração do monumento. O cerimônio de inauguração evocava alegria e entusiasmo, mas também trazia preocupações e medos. Comemorava-se a conclusão de um projeto que havia sido iniciado há muitos anos, mas que só agora estava sendo realizado. A alegria era contagiante, e a alegria era sentida por todos os presentes. No entanto, havia também preocupações quanto ao futuro. O monumento seria uma referência para as gerações futuras, e isso era uma responsabilidade que não devia ser negligenciada.

Uma das principais preocupações era a conservação do monumento. A construção de um monumento é um investimento que deve ser bem gerido, para que ele possa durar muitos anos. O monumento deve ser construído com materiais de qualidade, e deve ser mantido em boas condições. A conservação do monumento é uma tarefa que deve ser realizada de forma contínua, para que ele possa permanecer em bom estado por muitos anos. O monumento é uma referência para a história, e deve ser tratado com o devido respeito e cuidado.

zelas por que passava o Estado e instaurar, por conseguinte, uma nova fase. É isto que se depreende da narrativa que segue:

... Fausto, que por sua vez corria em busca dos desesperados, trazendo na destra, desfraldada e tremulante a bandeira da nossa liberdade, no coração o bálsamo consolador das nossas almas e nos lábios o látego de fogo que havia de aterrar para sempre os degenerados da época²⁶.

O segundo episódio freqüentemente evocado é o “juramento da paz”, proferido por Fausto Cardoso no dia 10 de agosto, quando, após a tomada do Palácio, ele foi chamado pelos olimpistas para conter os ânimos dos revoltosos. De acordo com os relatos, Fausto Cardoso estendeu a mão sobre a cabeça do povo que, palavra por palavra, repetia o seguinte juramento:

Juro que não praticarei ato algum violento, nem consentirei que alguém o pratique. Juro que respeitarei a vida e a pessoa dos meus adversários, defendendo-os como coisas sagradas, castigando a quem os ofender, por que é de paz a nossa missão e para a tolerância e o perdão a nossa vitória²⁷.

O teor desse juramento é quase sempre utilizado para mostrar em Fausto Cardoso um homem virtuoso, que pautou sua ação no respeito aos governantes depostos, que, por sua vez, são apontados, ainda que indiretamente, como os responsáveis pelo assassinato, afinal “o decreto de reposição da oligarquia foi a sentença de morte do libertador de Sergipe, imprecada por aqueles que ele salvava”²⁸. Busca-se assim construir a idéia de que o zelo que Fausto Cardoso teve pela vida dos adversários não foi recíproco.

²⁶ CARDOSO, Joaquim Maurício. *Diário da Manhã*. Fausto Cardoso. Aracaju, 27/08/1911, p. 2.

²⁷ *Diário da Manhã*. Monumento a Fausto Cardoso. Aracaju, 15/09/1912, p. 1.

²⁸ Ibid.

O terceiro episódio é a caminhada de Fausto Cardoso para a morte no dia 28 de agosto. Os lances finais de sua vida são narrados com riquezas de detalhes: o diálogo com o general Firmino Rego – em que, vendo que não conseguia demovê-lo de seu intento de repor o governo olimpista, Fausto Cardoso decide protestar contra a reposição, afirmado que, se preciso fosse, “ia morrer defendendo a honra de sua terra”²⁹ –; a sua entrada no Palácio; o momento em que, oferecendo o peito à bala, afrontou a tropa do Exército e o brinde erguido “à alma de Sergipe”³⁰ antes de exalar o último suspiro. Nada disso pareceu escapar à leitura que se fez da revolta.

A forma como se deu a morte de Fausto Cardoso é o aspecto mais explorado nos discursos. Aludindo à frase em que o literato francês Vitor Hugo afirma que “felizes, entre todos, aqueles cuja morte é bela”, o redator do jornal *O Estado de Sergipe* comentava

E se bem morrer é, do modo pelo qual ele mesmo o definiu; como Cristo pela virtude, Sócrates pela razão e Leônidas pela Pátria, quem pode negar que Fausto teve uma morte bela, sacrificando-se pelo que dizia convictamente – liberdade e grandeza dos sergipanos³¹.

Em linhas gerais, a morte de Fausto Cardoso emerge desses discursos como singular, grandiosa, sublime, como resultado de seu voluntário sacrifício em nome de um ideal. Assim, apesar dele ter sido considerado grande orador, filósofo, jurista, parlamentar, as qualidades intelectuais comumente referenciadas nos discursos aparecem sempre em segundo plano, ou seja, a morte do mártir sobreponse à vida

²⁹ Ibid.

³⁰ As narrativas sobre a revolta dão conta de que Fausto Cardoso ainda agonizante, depois de ter sido alvejado, pediu água e ao bebê-la ergueu um brinde no qual teria dito “bebo à alma de Sergipe”. Essa última frase de efeito com que encerrou sua vida serviu de inspiração à poesia “Beber à alma”, recitada por Carlota Salles no dia em que se inaugurou o monumento.

³¹ *O Estado de Sergipe*. Homenagem do Estado de Sergipe a Fausto Cardoso. Aracaju, 08/09/1912, p. 1.

do “gênio”. Com muita propriedade, Gumersindo Bessa assinalou que o monumento não foi consagrado ao intelectual,

mas ao herói, ao homem abnegadamente generoso, leoninamente valente, para quem o sacrifício era uma volúpia, que, tendo consumado uma revolução incruenta, e vendo-a soçobrar preferiu submergir-se com ela a salvá-la a preço do sangue alheio ou de uma vilania própria³².

O que prevalece, portanto, são os elementos indicadores do heroísmo de Fausto Cardoso, como se depreende do artigo em que um certo Braz Cubas lembrava a morte de Fausto, no seu primeiro aniversário. Segundo ele, com o seu próprio sacrifício, o Deputado dera um exemplo “inexcedível de amor ao solo pátrio, de civismo, de abnegação e de bravura, que relembram as criações fantásticas de Dante ou os feitos bravos dos personagens homéricos”³³.

Ao lado dos personagens homéricos outros nomes foram tirados das páginas da História para que fossem construídas algumas significações em torno da imagem de Fausto Cardoso. Compararam-no a Demóstenes para evidenciar sua habilidade como orador, a Espartacos para destacar sua luta pela liberdade, aos soldados espartanos para significar a sua dedicação e coragem. Mas ele também foi lembrado como uma águia para caracterizar os altos vôos de seu intelecto. Isto para citar apenas alguns exemplos. Assim, ao empregarem essas alegorias os autores dos discursos faziam amplo uso de “esquemas”³⁴. Estes consistem na tentativa de representar uma pessoa recorrendo-se à imagem de outra, por apresentarem pontos semelhantes, estando essa outra presente no imaginário coletivo, de modo que facilite o entendimento dos significados que se buscou construir.

³² *Diário da Manhã*. A inauguração do monumento a Fausto Cardoso. Aracaju, 10/09/1912, p. 1.

³³ CUBAS, Braz. *Correio de Aracaju*. Fausto Cardoso. Aracaju, 01/09/1907, p. 2.

³⁴ Para o conceito de “esquema” ver: BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variedades de História Cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 77.

Contudo, a retórica empregada em discursos sempre permeados por expressões latinas e por alegorias com heróis antigos tinha um alcance restrito aos homens de letras. Em função disso, os faustistas lançaram mão de outros recursos para que as representações que iam sendo construídas alcançassem a todos, para que fossem capazes de atingir o imaginário social. Uma das medidas mais eficazes neste sentido foi a tentativa de significar o martírio de Fausto Cardoso através de comparações com Cristo. Dizia-se, por exemplo, que “A bravura de Cristo transformou-o em Deus; a bravura de Fausto transfigurou-o em herói”³⁵. Este paralelo chegou mais longe, identificando-se uma via crucis em comum:

Cristo marchou de Pilatos ao Calvário, como ele [Fausto Cardoso] seguiu de Firmino Rego [general que executou o decreto de reposição do governo olimpista] à praça pública... Pilatos fugiu de assistir a morte do Inocente... Firmino Rego assistiu a execução do herói... o remorso do primeiro atirou-o ao desespero e a vigília; o segundo não teve remorso, a tranqüilidade, deste, levou-o ao sossego bendito do sono³⁶.

A trajetória de Fausto Cardoso é apresentada, portanto, como uma espécie de reencenação do caminho percorrido por Cristo. O uso deste expediente foi importante para atingir a alma popular, levando-se em conta que a sociedade sergipana tinha na religiosidade cristã um dos principais componentes de seu repertório cultural.

No entanto, considerando que “toda imagem comporta uma mensagem discursiva”³⁷, o discurso mais eloquente foi aquele contido no monumento. Seu alcance também foi o maior. Não ficou restrito àqueles que presenciaram a cerimônia de inauguração e ao pequeno

³⁵ Correio de Aracaju. Fausto Cardoso. Aracaju, 28/08/1910, p. 1.

³⁶ Correio de Aracaju. Fausto Cardoso. Aracaju, 28/08/1907, p. 1.

³⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 86.

bynúlico feitor de jorras. Estava na pracinha de Aracaju qd para ser visitado por todos adoráveis daquele por ali passasse isso, ficaria ainda é desposicão dos oficiais das guarnições que estavam no morumbi assinavam-se, portanto, o apíce das ações que pretendiam da memória de Fernão Cardoso. Das guarnições dos jorras, foi possível optar num cidadão descasado do morumbi:



Figura 4: Monumento a Fernão Cardoso (Aracaju, s.d.).

Acervo: A. Genuí

Consta de degraus octogonais, base redonda com quatro corpos avançados e seguidos de uma moldura entalhada em granito polido; repousando sobre a moldura um toro de bronze modelado em folhas de louro e quatro medalhões ornamentais; surgindo daí a coluna ligada ao meio por uma faixa de louro em bronze, sendo o capitel formado de ramagens brônzeas que coroam a coluna e completam o falso octogonal, tendo em quatro das faces tarjas de bronze. Sobre tudo isso fica a estátua de bronze de FAUSTO CARDOSO³⁸.

Na estátua, Fausto Cardoso está representado no gesto com que enfrentou o exército, afastando o fraque e oferecendo o peito à bala. Um tanto poeticamente afirmou-se que ele estava representado “naquela mesma atitude heróica, de chapéu alcado, num gesto de redentor, e uma das mãos sobre o peito, onde sentia palpitar um coração abnegação e amante”³⁹. Vê-se que o monumento tem em comum com os demais discursos o fato de que também remete à revolta de 1906, gravando no bronze a sua história. No entanto, mais do que os discursos textuais, o discurso imagético facilita a recepção dos significados de que é portador, oferece-se à leitura a partir de uma linguagem que pode ser mais facilmente decifrada e que, por ser dotada de alto poder mobilizador, reveste-se de maior eficácia no seu intento de atingir o imaginário social.

Esse poder persuasivo da imagem é posto em evidência por Olegário Dantas ao afirmar em seu discurso que se tinha através do monumento “a história do nosso mais insigne herói e mártir, recontada singelamente, numa linguagem que o coração comprehende, porque resume, condensa as impressões indefiníveis que ora agitam, tumultuam, comovem a alma do povo”⁴⁰. Também sobre o forte apelo da

³⁸ *Diário da Manhã*. A inauguração do monumento a Fausto Cardoso. Aracaju, 10/09/1912, p. 1. Em sua edição de 23/07/1912 (p. 2) esse jornal afirmara que o monumento “mede 8,30 m de altura e pesa 41 toneladas”.

³⁹ *O Estado de Sergipe*. Homenagem do Estado de Sergipe a Fausto Cardoso. Aracaju, 08/09/1912, p. 1.

⁴⁰ *Diário da Manhã*. Monumento a Fausto Cardoso. Aracaju, 15/09/1912, p. 1.

imagem e ainda sobre a função do monumento refere-se este outro artigo de jornal ao afirmar que “essa estatua, será mais que um exemplo doravante, será livro que o povo habituar-se-á a ler todos os dias com os olhos d’alma, e em cujas páginas beberá com sofreguidão e confiança lições de independência e patriotismo”⁴¹.

Contudo, do mesmo modo que ocorre com o discurso textual, a apropriação do discurso imagético também pode não corresponder às intenções que lhe foram conferidas pelo autor, ou seja, a leitura desse discurso “pode levar à formulação de significados bem distantes daqueles almejados ou previstos”⁴². Desse modo assumem grande importância as inscrições do monumento, que instruem o observador sobre a forma como ele deve ser interpretado. No monumento a Fausto Cardoso há no capitel duas tarjas de bronze onde estão gravadas a sua data de nascimento “DEZEMBRO - 22 - 1864” e sua data de morte “AGOSTO - 28 - 1906”. Na parte da frente da coluna constam as seguintes inscrições: “A FAUSTO CARDOSO – O Povo”, que dá a ver que o monumento não foi obra governamental, mas sim que lhe foi oferecido pelo povo, e “VOU MORRER DEFENDENDO A HONRA DE MINHA TERRA”, inscrição que alude à frase por ele proferida quando partiu para protestar contra a reposição da oligarquia e que busca mostrar que no monumento estava representado um indivíduo que havia se sacrificado por Sergipe. Na parte de trás da coluna leem-se as seguintes inscrições: “AO HERÓICO POPULAR NICOLAU NASCIMENTO”, numa homenagem prestada àquele que fora vitimado junto com Fausto Cardoso no desfecho da revolta, e “A LIBERDADE SÓ SE PREPARA NA HISTÓRIA COM O CIMENTO DO TEMPO E O SANGUE DOS HOMENS – FAUSTO CARDOSO”, trecho retirado de um discurso de Fausto Cardoso e bastante significativo, pois parece antever a própria história daquele que, conforme se buscou mostrar, tinha derramado seu sangue em defesa da liberdade dos sergipanos.

⁴¹ Correio de Aracaju. Fausto Cardoso. Aracaju, 08/09/1912, p. 1.

⁴² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *op. cit.* p. 60.

No monumento, que consagra a ação política do homem público, está gravada uma outra história da revolta de 1906. Ali Fausto Cardoso não é representado como o indivíduo que fora derrotado no desfecho daquele movimento político. Ao contrário, o bronze materializa o herói, o mártir de atitude desafiadora, que não havia morrido como vítima, mas como líder cívico que agora ressurgia em atitude de vencedor, dando a ver que não fora em vão a sua luta, como também não o seria a luta daqueles que, como ele, sonhassem com o ideal de liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O culto a Fausto Cardoso foi marcado pela existência de conflitos. As mortes que aconteceram em decorrência da revolta de 1906 deram lugar, conforme foi visto, a uma verdadeira batalha no campo da memória, em que se tinha, de um lado, a luta dos faustistas pelo direito à lembrança e, de outro lado, a repressão exercida pelos olimpistas numa tentativa de impor o silêncio. Considerando-se que em casos como este o grupo que detém o poder faz com que prevaleçam os seus interesses, o fim do predomínio político do grupo olimpista, em 1911, foi a condição *sine qua non* para que se erguesse o monumento a Fausto Cardoso.

A mobilização para a construção desse monumento resultou, sem dúvida, das criteriosas ações coordenadas pelos faustistas, entretanto ela não deve ser entendida como obra de um partido ou grupo político. Os donativos provenientes da maior parte dos municípios sergipanos e até mesmo vindos de outros Estados do Brasil e ainda o perfil heterogêneo do grupo de contribuintes constituem-se numa evidência de que a população reconhecia como legítima a idéia de erguer um monumento a Fausto Cardoso.

Esse reconhecimento popular também foi fundamental no plano das construções simbólicas. Isto significa dizer que não se pode avaliar a construção de uma imagem heróica em torno da figura de Fausto Cardoso apenas pelo poder de persuasão contido nos discursos dos faustistas, ou como resultado de uma eficaz ideologia mobilizadora,

pois ao considerarmos que “heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva”⁴³, devemos pensar também na forma como são apropriadas as significações. Isto é, se aos olhos da população Fausto Cardoso não fosse o arquétipo de determinadas aspirações coletivas, a tentativa de mostrá-lo como herói certamente teria falhado. Vê-se assim que “por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz”⁴⁴.

A coragem, o civismo e a abnegação dos gestos heróicos de Fausto Cardoso nos momentos dramáticos da revolta de 1906 constituíram o teor dos discursos que visavam a enaltecer a sua figura. Deve-se considerar ainda que nesse culto estava subjacente um projeto político dos faustistas que, derrotados em 1906 pela força das armas, procuraram, através da glorificação de seu líder, assinalar uma vitória simbólica sobre o olimpismo. Esses faustistas colocavam-se como os herdeiros políticos de Fausto Cardoso e, portanto, como os membros do grupo capaz de levar a efeito a liberdade pela qual ele havia morrido. Por tudo isso, imortalizou-se no bronze a imagem do herói.

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55.

⁴⁴ Ibid. p. 14.

FONTES

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Atas da Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso. IHGS, caixa 33, pacotilha 5.

Carta recebida pela Comissão Promotora do Monumento a Fausto Cardoso. IHGS, cx. 33, pacotilha 4.

Balancetes de receita e despesas com a construção e as festas de inauguração do monumento. IHGS, caixa 33, pacotilha 5.

Registro das listas de donativos recebidas pela Comissão Promotora. IHGS, caixa 33, pacotilha 6.

Listas de donativos. IHGS, caixa 33, pacotilhas 1, 2, 3 e 4.

Requerimento da Comissão Promotora destinado ao Intendente de Aracaju. IHGS, caixa 33, pacotilha 8.

JORNAIS

A Razão - 1907; 1908; 1909; 1912.

Correio de Aracaju - 1906; 1907; 1908; 1909; 1910; 1911; 1912.

Diário da Manhã - 1911; 1912.

O Estado de Sergipe - 1911; 1912.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.
- AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de Velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Variedades de história cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CABRAL, Mario. *Roteiro de Aracaju*. Aracaju: Regina, 1955.
- CALASANS, José. Fausto Cardoso e a revolução de 1906. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. XIII, n. 18, 1938, pp. 19-23.
- _____. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. XXI, n. 26, 1965-1967, p. 46-57.
- CAMPOS, Edilberto. Se não me falha a memória. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, V. XVII, n. 22, 1955-1958, pp. 141-177.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT Jean. *Dicionário de símbolos*. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- DANTAS, José Cupertino. Revolta Fausto Cardoso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, vol. XII, n. 22 (1941-1942).
- DANTAS, José Ibaré C. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- _____. *O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- DOSSÉ, François. *História e ciências sociais*. Trad. Fernanda Abreu. Bauru: EDUSC, 2004
- DUARTE, J. *A tragédia de Sergipe e outras narrativas*. Belo Horizonte: Lemi, 1979.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1998.
- FONTES, E. M. (Org.) *Joaquim Fontes: o jardineiro e as rosas do Brasil*. São Paulo: São Paulo Editora, 1941.
- GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Dicionário biobibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1925.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBSBAWM, E., RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 3 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LEAL, Elisabete. *Representando a história em praça pública: os monumentos a Benjamin Constant e a Julio de Castilhos*. Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003. (Cd-rom)
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MACHADO, Manoel Cabral. A tragédia de Fausto Cardoso. *Revista de Aracaju*, n. 6, 1957. p. 59-96.

MATTOS, J. B. de. *Os monumentos nacionais de Sergipe*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1947, Separata da Revista Militar Brasileira, n. 1 e 2, 1947.

MENDONÇA, Corinto. *Contribuição ao Centenário de Aracaju: Realizações dos governadores do Estado em prol da cidade – 1892-1954*, s.d.t. MENEZES, Ulpiano T. B. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, 1992, pp. 9-24.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. de Aun Khoury. *Projeto História*, v. 10. São Paulo, dez/1993.

OLIVA DE SOUZA, Terezinha. Fausto Cardoso e Prado Sampaio, dois sergipanos da Escola de Recife. *Revista Momento*, n. 10, Aracaju, 1977, pp. 17-28.

_____. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 75.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 2, n. 3, 1989, p.3.

ROCHA, Antonio Oliveira. *Aracaju rediviva: conferência pronunciada no Centro Sergipano, em 4/7/1963*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, s.d.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*, s.d.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Decompondo um monumento: narrativa histórica e luta política na construção da memória do Duque de Caxias*. Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003. (Cd-rom)

WYNNE, João Pires. *Fausto Cardoso e os rumos filosóficos do seu pensamento*. Aracaju: s. ed., 1957.

APARIÇÕES DO “INVISÍVEL”: fragmentos do patrimônio imaterial em jornais sergipanos (1960-2000)

FABRÍCIA DE OLIVEIRA SANTOS*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar informações sobre o inventário bibliográfico do patrimônio imaterial em Sergipe, especificamente a pesquisa em jornais, realizado através da 8^a Supervintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio imaterial, inventário bibliográfico, jornais

ABSTRACT

This article has for objective to present information on the bibliographical inventory of the incorporeal patrimony in Sergipe, specifically the research in periodicals, carried through Regional Supervision of the Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

KEY WORDS: incorporeal patrimony, bibliographical inventory, periodicals

* Professora de História da SEED/SE e pesquisadora do Projeto “Identificação para Registro do Patrimônio Imaterial do Estado de Sergipe” – IPHAN – 8a. SR.

No Brasil as fontes patrimoniais intangíveis parecem ganhar maior respaldo e legitimidade a partir da Carta de Fortaleza - CE, elaborada em 1997.¹ Documento este criado a partir do “Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção” que lança bases para as iniciativas de identificação e preservação dos bens de natureza imaterial, entre elas, recomenda o aprofundamento desse conceito.

A maioria das discussões contempladas nesse documento passa a ser amparada através de Decreto Federal que, em agosto de 2000, institui “o Registro de Bens de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro²”. Bens que, identificados e reconhecidos, serão tombados.

A partir do Decreto é desenvolvido o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) para inventário dos bens a serem selecionados para registro. Um trabalho coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para efetuar o registro são realizadas atividades de pesquisa em campo, e nas diversas fontes documentais que contenham informações sobre os bens de natureza imaterial. (SANT'ANNA, 2003, p. 53-54)

A iniciativa de reconhecer a importância do patrimônio imaterial acompanha as discussões da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a qual a idéia de patrimônio intangível apreende-se a seguinte conceituação:

El conjunto de formas de cultura tradicional y popular e folclórica, es decir, las obras colectivas que emanan de una cultura y se basan en la tradición. Estas tradiciones se transitén oralmente o mediante gestos y

¹ Para consultar documento na íntegra, ver em: CURY, Isabelle Cury (Org.). *Carta de Fortaleza* – novembro de 1997. In: *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 363-365.; como também: *PATRIMÔNIO Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2000.

² DECRETO n. 3551 de 04 de agosto de 2000 do Ministério da Cultura dispõe sobre: Saberes; Celebrações, Formas de Expressões e Lugares. Disponível em: www.minc.org.br. Acesso em setembro de 2000.

se modifican con el transcurso del tiempo. Se incluyen en ellas las tradiciones orales, las costumbres, las lenguas, la música, los bailes, los rituales, las fiestas, la medicina tradicional y la farmacopea. Las artes culinarias y todas las habilidades especiales relacionadas con los aspectos materiales de la cultura, tales como las herramientas y el hábitat.³

Apesar dos debates que contemplam o patrimônio imaterial no Brasil serem antigos⁴, a sistematização das idéias decorrentes desses debates são recentes. E o Decreto “não é um instrumento de tutela e acautelamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização dessa forma patrimonial.”⁵ Atualmente, o tema tem figurado no cerne de vários debates⁶, sobretudo, no que tange ao registro e a preservação dessa forma patrimonial. Como destaca SANT’ANNA:

O registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial, que pode também ser com-

³ Disponível em: http://www.unesco.org/culture/heritage/intangible/html_sp/index_sp.shtml, acesso em fevereiro de 2003.

⁴ Ver: DIEGUES, Antônio Carlos. O patrimônio natural e o cultural: por uma visão convergente. In: *ATAS do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Repercussões dos Dez Anos da Resolução CONAMA Nº. 001/86 sobre a pesquisa e a Gestão dos Recursos Culturais no Brasil*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/ Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, 1996, p. 135-137.

⁵ SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 52.

⁶ Entre eles destacam-se o Encontro do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) realizado em 2002 cujo tema: “Preservando Culturas: Documentando o Patrimônio Imaterial”, apresenta-se como uma perspectiva que aponta para os avanços e os desafios que a ampliação proposta pela introdução do termo patrimônio imaterial às políticas culturais apresenta para os atores que estão engajados em sua formulação e implementação. Disponível em: <http://www.icom.org.br/cidoc2k2/CIDOC2002.htm>. Acesso em: 23/01/03; ocorreu também o Seminário Nacional Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e Retradicionalização, realizado em Brasília, em agosto de 2003. Disponível em: www.abant.org.br/conteudo.php?ixibir=122. Acesso em: 27/08/03. Ver também o evento: Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais, ocorrido no período de 13 a 15 de outubro de 2003 em Belém no Pará, entre outros mais recentes.

plementar a este. (...) equivale a documentar, pelos meios mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações em suas diferentes versões, tornando tais informações acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode preservá-los.⁷

Em 2004, seguindo a perspectiva do INRC começou o desafio em solo sergipano de realizar inventário do patrimônio imaterial, efetuado através da 8^a Superintendência Regional do IPHAN. Inicialmente o levantamento bibliográfico com inventário em duas fases, a primeira, já finalizada, uma consulta à literatura convencional: os livros, periódicos, e da não convencional: monografias, dissertações, teses, folhetos, etc. (ANDRADE, 2005, p. 648). Na segunda fase os documentos audiovisuais, estes sem limite temporal definido, e os jornais, com recorte temporal de 1960 a 2000.

Para efetuar o inventário bibliográfico foram selecionados os locais⁸ com acervos disponíveis à consulta, e em seguida o registro dos bens em instrumento de pesquisa, de acordo com as instruções presentes no Manual de Aplicação do INRC. Essa etapa inicial revelou uma infinidade de bens nos diversos documentos consultados.

Convém destacar que os jornais, apesar de também serem periódicos, não entraram na primeira etapa diante às suas especificidades, sobretudo, a sua freqüente periodicidade que oferece uma grande quantidade a ser inventariada. Logo, os jornais ficaram para serem consultados em uma segunda fase com instrumento de identificação redimensionado a partir da inclusão de campos específicos no instrumento de pesquisa utilizado na fase anterior, assim como as referências

⁷ SANT'ANNA, op. cit., p. 52.

⁸ E escolha dos locais foi determinada a partir de pesquisa prévia aos mesmos visando avaliar as condições de acesso aos acervos e para obter listas dos documentos de forma a evitar repetições de fontes consultadas para não existir duplidade de registros.

audiovisuais (fotografias, imagens em movimentos e os documentos sonoros), que também tiveram seu instrumento de pesquisa acrescido.

Outras equipes que também integram o INRC optaram pela pesquisa de campo, com a escolha de um bem ou de um sítio para empreender o processo de inventário, e o levantamento bibliográfico segue simultâneo ao processo.

Em Sergipe optou-se, primeiro, por um mapeamento bibliográfico de possíveis bens, a fim de obter um panorama inicial da existência ou não dos ditos bens. Nas duas fases mencionadas do levantamento bibliográfico emergiram expectativas quanto à presença do patrimônio imaterial nos diversos tipos de escritos e demais fontes documentais, uma vez que, a princípio, não estaria acompanhado de um trabalho de campo. O campo inicialmente é as fontes bibliográficas. A expectativa partiu então do desafio de perceber se essa forma patrimonial só poderia ser identificada com acuro apenas na vida real: nos terreiros, nas rodas de samba, nas apresentações de grupos folclóricos, no calor do fogão preparando doces, nas calçadas onde bordadeiras cintilam agulhas.

Com o decorrer do trabalho, os pesquisadores do Projeto “Identificação para Registro do Patrimônio Imaterial do Estado de Sergipe”⁹ – 1^a etapa (Levantamento Bibliográfico) constataram a possibilidade de vislumbrar os bens imateriais em impressos e demais fontes documentais, não da forma viva como ocorrem *in loco*, mas em muitos casos com descrições ricas e realistas, como no exemplo a seguir:

⁹ Projeto Coordenado por Rosângela Marta Siqueira Barreto/IPHAN – 8^a. SR, e financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Festa dos Cacumbís

No domingo passado a cidade alvoroçou-se ante o espetáculo interessante da tradicional festa dos Cacumbís. Pretos “lambe-sujos” e irrequietos “caboclinhos”, cantando o “Fogo de Guerra” ao som do “tambú” percorriam alegremente as ruas da cidade. Na praça São João foi armada a “maloca” onde foi dramatizado um singular combate entre “africanos” e “tapuios”. Houve muita ordem e alguma pinga também.”¹⁰

Um fato a destacar é a importância do trabalho ao promover um esquadrinhamento de possíveis bens imateriais presentes nas referências bibliográficas sobre Sergipe, o que irá auxiliar na produção de diagnósticos para o trabalho em campo, além de obter um balanço dos referidos bens. Nota-se que muitos bens citados nos documentos consultados não são mais realizados. Existe ainda a possibilidade do inventário servir de subsídio para estudos sobre as transformações das referências culturais que se perpetuaram ao longo do tempo.

Os bens identificados no inventário aparecem sob os filtros de seus autores: o estilo de escrita influenciado por seu perfil cultural, que inclui a formação acadêmica, ou não, as tendências políticas e religiosas, entre tantos outros aspectos que determinam o processo de escrita e de registro de imagens. Outro fator a ser destacado é que esses bens percebidos a partir da leitura de fontes bibliográficas raramente aparecem com a denominação de bens imateriais, e, na maioria das vezes, encontram-se bastante dispersos nos textos, ou, em muitos casos, não são citados em várias das referências consultadas¹¹. A tarefa de identificá-los e nomeá-los, enquanto bens imateriais, é dos pesquisadores que os relacionam às categorias (Saber, Celebrações, Formas de expressão, Lugares,) norteadoras do enfoque do inventário indicadas no INRC.

¹⁰ FESTA dos Cacumbis. *A Semana*. Simão Dias. Ano I, n. 3, p. 1, 22/09/1946.

¹¹ No projeto é corrente a prática de apresentar também nos relatórios técnicos uma lista das obras consultadas com ou sem bens identificados nos relatórios técnicos.

A segunda fase da pesquisa deparou-se, assim, com um tipo documental peculiar: o jornal. Em que os jornais seriam diferentes dos livros e das demais produções escritas e imagéticas? Por que tomam o pulso dos acontecimentos na hora em que ocorrem? Por que o tempo dos jornais é fremente e costuma ser determinado pelas agendas contemporâneas que, de imediato, impulsionam quem escreve sobre o agora, o imediato? Por sua periodicidade recorrente?

Através da consulta aos jornais percebe-se que este veículo de informação não é “carne viva”, mas têm vida. Não a vida pausada do livro, da revista ou do trabalho acadêmico escrito, ou filmado, com relativa calma. A vida presente no jornal é a do momento de sua publicação. É a vida quase sempre diária que não esfria em gavetas e incorpora os humores, odores, cores, clichês e frases de efeito do contexto.

O jornal apresenta uma realidade dos acontecimentos. Nas palavras de GALVÃO (1977), o jornal apresenta/representa o contexto dos fatos no “calor da hora”.

Uma variedade de temas pulula nos jornais. No entanto, não se espera encontrar no jornal uma postura sempre aparente sobre o tema em pauta, o que é mais fácil de se obter em outras fontes documentais, como nos livros, ou com outros assuntos mais corriqueiros, e exemplo das questões relativas à saúde pública (TELAROLLI JR., 1996), ou anúncios de produtos de beleza (FREYRE, 1977; S`ANTANNA, 1997) ou de escravos fugidos (FREYRE, 1963).

Como então buscar bens imateriais nas longas páginas dos jornais? Quais bens imateriais são possíveis de encontrar e como eles aparecem?

COMO IDENTIFICAR O “INVISÍVEL” NOS JORNais?

Com o decorrer da pesquisa percebe-se que o imaterial pode estar representado nas entrelinhas de uma nota jornalística, na frase de um anúncio, na matéria política, nos programa de clubes, na crônica. A metodologia para estudar temas através da consulta em jornais, geralmente leva em conta a natureza da fonte. Que veículo de informação é este?

Segundo BAUER (1957), o periódico pode definir-se por três qualidades que lhe são essenciais: a publicidade, a periodicidade, e a atualidade. E como condições necessárias para o nascimento de um periodismo ele estabelece: o progresso nas artes de multiplicar exemplares, progresso nos meios de comunicação, as necessidades do comércio, o interesse do público, e uma legislação adequada.

Ainda sobre as peculiaridades que a fonte encerra GALVÃO (1977, p. 35), ao examinar uma série de jornais brasileiros que noticiaram a Quarta Expedição a Canudos, primeiro constatou no modelo de jornal da época, uma “monotonia visual”. Entretanto, reconhece que essa monotonia é apenas visual: “(...) Estreitas colunas que obrigam o leitor de um artigo mais longo a iniciar a leitura lá em cima, logo abaixo do cabeçalho, percorrer quase um metro de papel até o pé da coluna.”

Sendo a monotonia unicamente visual, GALVÃO descobre o material variado que os jornais encerram, inclusive os anúncios: “(...) na primeira página, encontramos um grave soneto ao lado de um anúncio de tratamento de moléstias venéreas, uma crônica literária em francês, ao lado de uma lista de livros (...)” (1977, p. 36).

A veiculação do anúncio que se segue deixa perceber a existência de um bem imaterial em Sergipe:

PONTO DE CRUZ

Procura-se fornecedor

Firma atacadista do Rio de Janeiro procura bem fornecedor para bordanos em geral especialmente toalhas e colchas em ponto de cruz, possibilidades de grandes negócios para quem tiver bom artigo e bom preço. Cartas com preços e condições para

BORDADOS DO NORTE

Avenida Passos, nº. 24. 1º andar. Rio de Janeiro.¹²

¹² PONTO de cruz. *Sergipe Jornal*. Aracaju, ano XLII, p. 3, 28/06/1961.

Nota-se, portanto algumas das possibilidades que o jornal comporta. Cada título, ao seu modo, e de acordo com o seu perfil ideológico, veicula os fatos do momento temperados por seus objetivos, uma vez que muitos periódicos, além de formadores de opinião, agindo ou não de forma subliminar, muitos são instrumentos confessos de políticos e de suas práticas, com se observa no lema de *O Nordeste*: “órgão do P.T.B. no estado de Sergipe. Jornal Político e Noticioso, defensor dos interesses sociais e especialmente das classes trabalhistas”.¹³

O inventário de bens imateriais não tem objetivo de analisar a forma, como e onde os bens aparecem, mas identificá-los. No entanto, as agendas contemporâneas devem ser levadas em conta porque influenciam a emergência, ou não, desses bens, e de aspectos a eles relacionados. Como então proceder? Cada título¹⁴ tem seu formato e sua ideologia. No caso dos jornais, diferente dos outros tipos documentais, foi necessário estabelecer um recorte temporal, caso contrário horas de trabalho seriam perdidas diante a imensidão de títulos e seus respectivos números.

Para compreender a aparição de bens ao longo dos anos foi construída uma cronologia de fatos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro e sergipano que poderia influenciar na “aparição do invisível”, o que levou a uma delimitação preliminar de 1960 a 2000. De início foi elaborada uma consulta inicial de títulos disponíveis nos acervos das hemerotecas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Biblioteca Pública Epifânio Dórea para observar a recorrência do objeto de estudo nos jornais conforme a cronologia sugerida. A escolha dos títulos levou em conta a recorrência dos mesmos. Optou-se pelos jornais de maior circulação e longevidade, tanto da capital Aracaju, quanto os do interior. Diante o diagnóstico da ocorrência de dados

¹³ *O NORDESTE*. Aracaju, p. 1, 16/07/1960.

¹⁴ Para ver a relação dos títulos pesquisados, consultar os relatórios técnicos mensais dos pesquisadores do projeto.

sobre o patrimônio imaterial aparecer nos meses de festas de padroeiros, a exemplo dos jornais aracajuanos, e do carnaval a consulta também foi delimitada por um calendário de meses com representação, sobretudo, das festividades.

E O “INVISÍVEL” TEM UM TEMPO?

A busca por referências de natureza imaterial nos jornais foi, assim, pautada em cronologia histórica¹⁵ que aponta para um possível aparecimento dos bens imateriais nos jornais conforme o contexto. O recorte temporal, atitude cara, sobretudo ao historiador que pretende capturar sensibilidades de períodos, épocas, pode encontrar na teoria de BRAUDEL (1979) e de VOVELLE (1998) a possibilidade de inserir o objeto em uma longa duração: identificar as ausências, permanências e as emergências de um tema ou assunto em um contexto de cronologia abrangente. A partir da cronologia e da consulta de amostragem dos jornais obteve-se o recorte de 1960 a 2000, porém, foram consultados períodos anteriores para confrontação entre a cronologia e os dados presentes nos jornais.

O tema em estudo é fluído. Não se falava de patrimônio imaterial até pouco tempo, mas as diferentes manifestações culturais, que hoje denominamos de imateriais, eram veiculadas de forma direta ou indireta, no entanto, sem essa nomenclatura recente de “imaterial”. A nomenclatura que vez por outra aparece denomina-os de folclore.

As referências imateriais presentes nos jornais aparecem ora como um jogo de ausências e presenças, na concepção de CHARTIER (1990); a menção ao “invisível”, ora pode estar nas entrelinhas e podem figurar como representação; ora como um confuso “jogo de espelhos” (GINZBURG, 2001), considerando as distâncias e significações de/en-

¹⁵ Elaborada por Beatriz Góis Dantas, Antropóloga, Professora Emérita da UFS, consultora do referido projeto.

tre palavras no decorrer do tempo, guardando o seguinte cuidado: “a continuidade de palavras não significa necessariamente continuidade de significados” (GINZBURG, 2001, p. 42). Desse modo, pode haver uma possível intervalo temporal entre as palavras escritas ao longo do tempo nos jornais e a variação de compreensão de seus sentidos. Mesmo nas referências mais constantes, que podem ser identificadas e denominadas de patrimônio imaterial, como as frequentes aparições de programas de festas de padroeiros e notícias sobre o carnaval, percebem-se variações de significação ao sabor das mentalidades (ARIÈS, 1998) como se observa nas descrições abaixo:

Carnaval, Inflação e Desajustes

(...) e na enorme safra de marchinhas toleironas em sua maioria, há sempre algumas letras que se aproveitam, e até servem de conselho cívico; por exemplo, aquela tão útil e oportuna que manda louras e gostosões para a lavoura, e plantarem batatas os amantes do “bem bom”, dos cargos de mamança, que só querem “prata”, sombra e água fresca (...)¹⁶

Não houve carnaval na rua

As festas momescas deste ano, nesta cidade, correram de certo modo desanimadas por isso que não houve o tradicional carnaval de rua. Possivelmente a carestia e a seca contribuíram para tal desânimo, vez que esta modalidade de carnaval é feita pelas classes médias e sub-médias que não freqüentam os clubes. Nas ruas os dias consagrados à folia passaram com dias comuns. Apenas no Caiçara Clube houve animação nos bailes realizados domingo, segunda e terça até altas horas da madrugada.¹⁷

¹⁶ Carnaval, inflação e desajustes. *O Nordeste*. Aracaju, ano VI, p. 1, 03/03/1954.

¹⁷ NÃO HOUVE carnaval de rua. *A Semana*. Simão Dias, ano XV, n. 492, p. 1, 10/03/1962.

O DESTINO DO IMATERIAL

Escrever sobre folclore é como fazer uma viagem pela terra do sem fim: a gente sabe quando começa, mas não sabe quando termina... e assim é o folclore. Não precisa de livros, de pautas ou de semicolcheias para existir... vai passando de boca em boca levado talvez pelo vento.¹⁸

A reflexão sobre patrimônio imaterial, aqui apresentada, e sua emergência, sobretudo, nos jornais é uma tentativa de observar, entre outros aspectos, como os temas, sejam quais forem, podem fornecer contribuições valiosas à compreensão da sociedade a partir das leituras que as pessoas fazem sobre si e seus fatos; e como podem despertar para o reconhecimento da importância de seu patrimônio cultural seja imaterial ou não.

O inventário das referências imateriais em Sergipe prossegue. As informações são identificadas e coligidas tanto em fichas, quanto em um banco de dados que será disponibilizado na internet através da página eletrônica do IPHAN.

¹⁸ ALENCAR, Aglaé. *Sergipe Jornal. Folclore*. Aracaju, ano XLII, 11/11/1964, p. 4.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Aglaé. *Sergipe Jornal. Folclore*. Aracaju, ano XLII, 11/11/1964, p. 4.
- ANDRADE, Maria Terezinha et al. Fonte de informação em saúde e ambiente: acesso e uso. In: PHILLIPI JR, Arlindo e PELICIONI, Maria Cecília F. (Editores). *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Barueri, SP: Manole. p. 645-654.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CARNAVAL, inflação e desajustes. *O Nordeste*. Aracaju, ano VI, p. 1, 03/03/1954.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial Ltda; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CURY, Isabelle Cury (Org.). Carta de Fortaleza – novembro de 1997. In: *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 363-365.
- CONSELHO Internacional de Museus (ICOM) - <http://www.icom.org.br/cidoc2k2/CIDOC2002.htm>. Acesso em 08/2003.
- DECRETO n. 3551 de 04 de agosto de 2000 do Ministério da Cultura dispõe sobre: Saberes; Celebrações, Formas de Expressões e Lugares. Disponível em: www.minc.org.br. Acesso em setembro de 2000.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O patrimônio natural e o cultural: por uma visão convergente. In: *ATAS do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Repercussões dos Dez Anos da Resolução CONAMA N°. 001/86 sobre a pesquisa e a Gestão dos Recursos Culturais no Brasil*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, 1996, p. 135-137
- FESTA dos Cacumbis. *A Semana*. Simão Dias. Ano I, n. 3, p. 1, 22/09/1946.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: J. Olímpio. Tomo I, 1977.

- _____. *Os Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.
- GALVÃO, Walnice. *No calor da hora. A guerra de Canudos nos jornais. Quarta Expedição*. 2.ed. São Paulo: 1977.
- GUINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. Nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- NÃO HOUVE carnaval de rua. *A Semana*. Simão Dias, ano XV, n. 492, p. 1, 10/03/1962.
- O NORDESTE. Aracaju, p. 1, 16/07/1960.
- PATRIMÔNIO Inmaterial. Disponível em: http://www.unesco.org/culture/heritage/intangible/html_sp/index_sp.shtml. Acesso em 2003.
- PONTO de cruz. *Sergipe Jornal*. Aracaju, ano XLII, p. 3, 28/06/1961.
- SEMINÁRIO Nacional Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e Retradicionalização, realizado em Brasília, em agosto de 2003. Disponível em: www.abant.org.br/conteudo.pnp?ixibir=122. Acesso em: 27/08/03.
- SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55
- TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. Imprensa e Saúde Pública no Estado de São Paulo no século XIX. *História*. São Paulo. V.15, p.267-288, 1996.
- VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 65-95.

REPRESENTAÇÕES SOBRE ÍNDIOS EM DANÇAS E FOLGUEDOS FOLCLÓRICOS*

BEATRIZ GÓIS DANTAS**

RESUMO

Analisa representações sobre índios em folguedos e danças folclóricas do Nordeste, detendo-se no Lambe-sujo x Caboclinho, auto folclórico realizado em Laranjeiras que culmina com uma “guerra” entre dois grupos caracterizados como índios (caboclinhos) e negros (lambe-sujos). Nesse confronto, as representações sobre as etnias expressam-se através de vários elementos que marcam as diferenças dos grupos em oposição e mostram como as representações sobre índios e negros encontram correspondência em obras clássicas que interpretam a formação da sociedade brasileira a partir da trilogia étnica. Indicam, portanto, a circularidade das representações entre diversos códigos culturais.

PALAVRAS-CHAVE: representações, folclore, Lambe-sujo x Caboclinho.

* Trabalho apresentado no Seminário Danças e Folguedos Tradicionais no VI Festival Nacional de Danças Folclóricas de Blumenau /SC. 2003.

** Antropóloga, pesquisadora e professora emérita da UFS.

ABSTRACT

Analyzes the representations about indians in folkloricals expressions of Northeast, keeping the focus on “Lambe-sujo x Caboclinho”, which is a “folguedo” played at Laranjeiras that culminates with a “combat” between two groups characterized as indians (“Caboclinhos”) and nigers (“Lambe-sujos”). In this battle, the representations about the ethnicals groups are explicited by many elements that evidence the differences between them and show how the expressions around indians and nigers are associated with classicals books that aims the interpretation of the construction of brazilian society through the ethnical trilogy. They appoint, this way, the continuously of representations between differents culturals codes.

KEY WORDS: representations, folklore, Lambe-sujo x Caboclinho.

Os índios têm sido objeto de inúmeras representações no interior da sociedade brasileira e fora dela. Desde que foram revelados ao mundo europeu, as representações sobre eles se multiplicam e se sobrepõem indicando a importância da sua figura no imaginário dos diversos povos. Tematizados no Brasil por artistas e literatos, sobretudo pelo Romantismo, os índios também estão presentes entre camadas populares através da literatura de cordel, do universo mítico das religiões e das danças e folguedos folclóricos.

Ao buscar as representações sobre índios, as quais se deixam entrelaçar nas falas, imagens, coreografias, ações e símbolos, gerando percepções que fornecem aos grupos referenciais por meio dos quais eles constroem uma identidade coletiva consoante com o imaginário social¹, duas questões orientam este trabalho:

1) A articulação entre diferentes formas de cultura, particularmente, as passagens, entre os códigos cultos e os chamados códigos populares;²

¹ BACKZO, Bronislaw. “Imaginação Social” In: *Enciclopédia Einaudi*. vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

² BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- 2) A idéia de que as representações sobre índios são construídas em contextos em que essa etnia é contraposta a outras etnias formadoras do Brasil.

A conjunção e a influência das “três raças”, ou dos “três grupos étnicos formadores da nacionalidade”, é uma das vertentes interpretativas mais antigas e mais persistentes sobre a sociedade brasileira. Projeto que remonta, no mínimo, a 1845, quando o alemão Von Martius deu sua receita de “Como se deve escrever a História do Brasil”, teve continuidade e desdobramentos. No Brasil, o conceito de raça confundido com o de etnia “passou a ser como o sistema que o abriga, totalizante”.³ A trilogia étnica alimentou a polêmica do sergipano Sílvio Romero com os indianistas sobre a maior ou menor contribuição de negros e índios na nossa formação social,⁴ serviu de roteiro aos “Cantos e Contos Populares do Brasil”, ordenados segundo a procedência étnica das peças⁵, e forneceu matrizes para várias interpretações históricas, antropológicas e sociológicas sobre a formação do país⁶. A “fábula das três raças” está hoje disseminada por todas as camadas sociais, encontrando-se presente também no folclore⁷.

³ MATTA, Roberto da. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1981, p. 84.

⁴ ROMERO, Sílvio. *Estudos Sobre e Poesia Popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977

⁵ ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954

⁶ Sobre o assunto ver: SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; e ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁷ CASTRO, Maria Laura Viveiros de. *Festa na Floresta: O boi-bumbá de Parintins*. Rio de Janeiro: Funarte, CNF/CP/SESC, 2000. DANTAS, Beatriz Góis. Considerações sobre o tempo e contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras. *Revista do IHGS*. Aracaju, n. 27, p. 63-69, 1976. “O Jogo da Memória: dos registros das lembranças às representações sobre etnias no Lambe-sujo x Caboclinho” In: NASCIMENTO, Bráulio do. (Org.). *Estudos de Folclore em Homenagem a Manuel Diégues Jr.* Rio de Janeiro/Maceió: Comissão de Folclore/ Fundação Arnon de Melo, 1991. p. 47-58. Uma festa de Negros e Caboclos. *Cadernos UFS*. Comunicação. São Cristóvão, n. 5, p. 43-58, 1998.

Não pretendo fazer aqui um inventário das manifestações folclóricas que, em diferentes regiões do país, fazem referências explícitas ou veladas ao índio. A título de ilustração cito apenas algumas dessas ocorrências: dança dos Tapuios de Goiás e Minas, Caiapós de Minas e São Paulo, Catopês de Minas, Caboclinhos de vários estados nordestinos (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), e também de Minas, dança dos Pajés do Ceará. Uma dramatização envolvendo índios e negros em luta é o tema específico de um folguedo que em Alagoas recebe o nome de Quilombo⁸, e em Sergipe é conhecido como Lambe-sujo⁹. Neste trabalho, que se restringe ao Nordeste (excluído o Maranhão que, do ponto de vista étnico, é muito assemelhado à Amazônia), procuro examinar a representação de índios em algumas manifestações folclóricas e me ocupo mais detidamente do Lambe-Sujo e Caboclinho.

ÍNDIOS, CABOCLOS E CABOCLINHOS NO NORDESTE

Na região onde se fizeram os primeiros contatos entre índios e europeus, o termo caboclo tem vários sentidos. Além das populações das aldeias indígenas que aí remanescem aculturadas, designa os índios miscigenados, e historicamente os índios domesticados e aliados aos brancos. Mas denomina também entidades espirituais que se manifestam em expressões mágico-religiosas de vários matizes – candomblés de caboclo, catimbós, torés e, modernamente, na umbanda. Serve também para designar os personagens de vários folguedos folclóricos que se caracterizam invariavelmente com penas e às vezes com arcos e flechas.

⁸ BRANDÃO, Théo. Quilombo. *Cadernos de Folclore*. Rio de Janeiro: MEC/CDFB, 1978.

⁹ BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas: Contribuição ao seu estudo*. Aracaju: Regina, 1950. CARVALHO NETO, Paulo. O lambe-sujo. *Revista Brasileira do Folclore*, maio/agosto, p. 138-142, 1965.

Abram alas para que se apresentem os Caboclinhos, um dos muitos grupos de “índios” que se integram no Carnaval do Recife, descritos resumidamente como:

uma dança dramática de ‘índios’ trajados em luxuosos cocares e tangas de pena de ema que dançam vigorosamente, ‘atirando’ preacas (arcos e flechas), com rei e rainha, dois cordões de guerreiros, porta-estandarte, orquestra de gaita, tarol e maracá. Recitam *loas* elogiando a bravura dos índios na história pernambucana¹⁰

Dispuestos em duas fileiras, chamadas de *cordões de guerra*, os caboclinhos não desenvolvem efetivamente uma luta. Esta é, contudo, evocada na coreografia e nas *loas* (falas), cada vez mais raras devido certamente à inserção dos caboclinhos nos desfiles de Carnaval. Das falas depreende-se que a mãe dos caboclos – cantada como heroína, nobre e corajosa – é defendida de índios inimigos. Há várias referências a tribos da região e, segundo alguns estudiosos do assunto, as *loas* são inspiradas em textos de José de Alencar¹¹.

Com variações, o folguedo tem sido estudado em diferentes lugares, por diversos folcloristas, em cujas descrições encontram-se alguns pontos em comum: o uso das penas e a referência à guerra entre inimigos. Na Paraíba, a luta é representada através da coreografia envolvendo o tema da morte e da ressurreição¹². Tem mais ou menos a mesma estrutura o folguedo realizado no Rio Grande do Norte onde os dois cordões de índios inimigos simulam uma guerra contra os tapuias¹³.

O Maracatu rural, de Pernambuco, além das *baianas*, reúne *caboclos de pena* ao lado dos *caboclos de lança*. Estes representam os

¹⁰ REAL, Katarina. *O Folclore no Carnaval do Recife*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1990, p. 135.

¹¹ ALMEIDA, Renato. *Tablado Folclórico*. São Paulo: Ricordi, 1961, p. 53.

¹² ANDRADE, Mário. *Danças Dramáticas do Brasil*. São Paulo: Martins, 1959

¹³ SALLÉS, Sandro Guimarães de. Caboclinho & Caboclinho. In: *Galante*. Natal, n. 20, p. 13-20, 2003.

africanos, aqueles os índios. As diferenças se explicitam na indumentária e nas armas de guerra. A longa lança, de dois metros de comprimento (*guiada*), enfeitada de fitas, é o sinal distintivo dos africanos, e apesar dos integrantes do outro grupo carregarem uma longa flecha (*batuta*) que contrasta com a lança, são, sobretudo, as penas que lhe conferem distintividade e aparecem associadas ao seu nome: *caboclo de pena*.

No ritual de saída dos grupos da sua sede para as apresentações públicas, as armas identificadoras são postas em evidência. Um a um os caboclos de lança se aproximam para saudar o estandarte guardado por caboclos de lança e caboclos de pena, junto aos quais se encontra o mestre. Segundo a bela descrição de Roberto Benjamim:

(...) a um sinal deste o caboclo se aproxima em dança guerreira jogando a sua *guiada* para o alto, fazendo vibrar os chocalhos, dando pulos. A guarda formada em torno do estandarte se agita igualmente, como se o símbolo do grupo estivesse em perigo. Os caboclos fretem as suas lanças em gestos de violência iminente. O ruído é ensurdecedor. A assistência fica tensa com o clima de violência. Então a um novo sinal do mestre o recém-chegado pára. O mestre tira uma loa em honra do recém-chegado, que baixa a sua lança, ajoelha-se e curva-se tocando praticamente o chão, com cabeça, num gesto de respeitosa reverência à bandeira da nação e ao mestre. Este manda o caboclo “chegar” e os demais o recepcionam com gestos alegres de cortesia e fraternal amizade”¹⁴.

Percebe-se como a tensão presente no ritual de saída dos grupos, prenúncio de uma luta, é contida e transformada numa reverência à bandeira da nação e ao mestre. O termo nação, usado pelo grupo, tem uma sobrecarga de sentido indicando a nação de maracatu representada no seu estandarte, símbolo principal do grupo, mas pode também ser interpretada como a nação brasileira em cuja constituição,

¹⁴ BENJAMIM, Roberto. “Maracatus Rurais de Pernambuco.” In: PELLEGRINI FILHO, Américo (Org.). *Antologia do Folclore Brasileiro*, São Paulo: EDART; Belém, PA: UFPA; João Pessoa, PB: UFPB, 1982. p. 207.

brancos, negros e índios abrem mão de suas diferenças e se submetem a um projeto comum. A própria inserção desses grupos no Carnaval com suas normas e sua burocracia parece repetir no plano da história aquilo que se revela na estrutura do folguedo: a acomodação dos diversos na constituição do uno. Nessa trajetória a guerra é relegada a uma simples evocação referida nos cantos ou nas falas e refeita simbolicamente nas danças, mas nunca na ação entre os grupos antagônicos.

LAMBE-SUJO X CABOCLINHO, UMA “GUERRA” EXPLÍCITA ENTRE NEGROS E ÍNDIOS

Longe de ser uma ação ausente, afirmada nas falas e intuída pela coreografia, no caso do Lambe-sujo de Sergipe e do Quilombo de Alagoas a guerra se constitui no ápice de uma teatralização que culmina com a simulação de uma luta, em plena via pública, entre dois grupos caracterizados como índios e negros. Este auto tem sido interpretado de muitos modos, inclusive como rememoração do Quilombo de Palmares¹⁵, mas prefiro vê-lo como uma representação sobre as etnias¹⁶. O confronto explícito dos dois grupos em oposição faz com que os atributos destes sejam trabalhados mais detidamente e as formas de representar negros e índios se revelem com mais nuances. Segue-se uma descrição muito sucinta do Lambe-sujo presenciado em

¹⁵ BRANDÃO, Théo. Quilombo. *Cadernos de Folclore*. Rio de Janeiro: MEC/CDFB, 1978.

¹⁶ DANTAS, Beatriz Góis. Considerações sobre o tempo e contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras. *Revista do IHGS*. Aracaju, n. 27, p. 63-69, 1976. “O Jogo da Memória: dos registros das lembranças às representações sobre etnias no Lambe-sujo x Caboclinho” In: NASCIMENTO, Bráulio do. (Org.). *Estudos de Folclore em Homenagem a Manuel Diégues Jr.* Rio de Janeiro/Maceió: Comissão de Folclore/ Fundação Arnon de Melo, 1991. p. 47-58. Uma festa de Negros e Caboclos. In. *Cadernos UFS*. Comunicação. São Cristóvão, n. 5, p. 43-58, 1998.

Laranjeiras, cidade da zona açucareira de Sergipe¹⁷. O grupo dos lambe-sujos (negros) é constituído por um número variável de pessoas (às vezes, aproxima-se de uma centena) e tem alguns personagens de destaque como *feitor* (cujo número varia em função do número de negros), *pajuaba*, *vigia*, *príncipe*, *rei*, *mãe Suzana* e suas filhas. Os caboclinhos (índios), quase todos crianças e em número bem mais reduzido que o dos negros, têm como personagem de maior destaque o *rei*, que, enfeitado de penas, porta uma espada do mesmo modo que os membros da realeza negra. Filhas do *rei caboclo* fazem aparição apenas no final da encenação, do mesmo modo que alguns personagens do grupo negro.

No dia da festa, um domingo qualquer do mês de outubro - nos últimos anos o segundo domingo -, a cidade é acordada com uma barulhenta alvorada, a *batucada*, promovida pelos lambe-sujos. Mais tarde, devidamente caracterizados como negros e índios, os dois grupos circulam separadamente pela cidade cantando e dançando, evitando, contudo, encontrar-se, fingindo uma perseguição dos negros pelos índios. Assim transcorre a manhã, com investidas dos lambe-sujos que cercam as pessoas nas ruas para pedir dinheiro ou simulam assalto às casas. Após o almoço coletivo, no qual consomem os produtos arrecadados na feira da cidade através de um peditório que substituiu o antigo *saque ou roubo*, iniciam-se os preparativos do *combate*, a parte final e ponto alto da dramatização. Os lambe-sujos vão buscar o seu *rei*, e muita gente se desloca para as ruas para ver a luta que se desenrolará no território dos negros – local cercado de folhas – onde

¹⁷ A descrição aqui apresentada baseia-se em observações de campo realizadas em vários anos. Registre-se que a cada ano há pequenas variações na apresentação do auto popular. Ora eliminam-se os arcos e as flechas dos caboclinhos, ora muda-se o nome de personagens, ora amplia-se para os caboclinhos a refeição coletiva antes exclusiva dos negros. Variam também as interpretações dos atores sobre o que fazem (interpretações nativas), mas persiste a estrutura básica do auto centrada no combate entre negros e índios.

os lambe-sujos reunidos raptam filhos do chefe dos caboclinhos, enquanto cantam e dançam desafiadoramente.¹⁸

Depois de três embaixadas, em que os caboclos ameaçam deflagrar a guerra se os reféns não forem libertados, tem início a luta. Nesta o grande destaque é o duelo entre o rei negro e o rei dos caboclos, que terçam espadas enquanto os demais brincantes se engalfinham, dois a dois, numa luta corporal. A guerra, ou *combate* como dizem, se finda, invariavelmente, com a derrota dos negros. Estes são aprisionados e conduzidos pelos caboclos para pedir o *resgate*, e o fazem curvando-se ou ajoelhando-se diante de pessoas que assistem à dramatização, pedindo dinheiro para serem libertados.

Aqui se introduz o terceiro elemento da trilogia étnica – o branco – que já se fizera anunciar num canto dos negros, repetido enfaticamente ao longo do dia e, sobretudo, nos momentos que antecedem a luta:

“Samba nego,
Branco não vem cá
Se vier
Pau há de levar”.

Observe-se que, neste canto de afirmação de liberdade, o desafiado não é o caboclo, mas o branco, que se esconde por trás da aliança com o índio domesticado, o chamado caboclo. O branco, a meu ver, aparece mais claramente no final da dramatização, quando os negros vencidos pedem resgate às pessoas da assistência, pessoas da cidade. Refaz-se assim a trilogia étnica, na qual os índios são representados como guerreiros que, a serviço dos brancos, lutam e vencem os ne-

¹⁸ Em trabalhos anteriores tratei dos cantos e outros aspectos da dramatização popular. Ver DANTAS, Beatriz Góis. “O Jogo da Memória: dos registros das lembranças às representações sobre etnias no Lambe-sujo x Caboclinho” In: NASCIMENTO, Bráulio do. (Org.). *Estudos de Folclore em Homenagem a Manuel Diégues Jr.* Rio de Janeiro/Maceió: Comissão de Folclore/ Fundação Arnon de Melo, 1991. p. 47-58. Uma festa de Negros e Caboclos. In. *Cadernos UFS. Comunicação*. São Cristóvão, n. 5, p. 43-58, 1998.

dras circulares resistentes a impactos y roturas de superficie. Los materiales utilizados para la fabricación de las placas de la cubierta son resinas epoxídicas y poliuretano, que ofrecen una gran duración y resistencia a la intemperie. La cubierta es resistente a la corrosión y a la descomposición química, lo que la hace adecuada para su uso en ambientes marítimos y costeros. La cubierta es resistente a la corrosión y a la descomposición química, lo que la hace adecuada para su uso en ambientes marítimos y costeros.



Caçopelito X Laranjeira: resenha feita pelo professor

zados na caça e na pesca, no imaginário popular são vistos como armas; são, portanto, símbolos de guerreiros; enquanto foice é instrumento de trabalho, associado a trabalho braçal e agrícola. Reforça-se, assim, a representação do negro como trabalhador e a do caboclinho como guerreiro.

Negros e índios revelam atributos diferentes através do uso de instrumentos musicais, de falas e cantos, bem como de posturas e gestualidades. Os caboclos pouco falam e essa sovinice de palavras entra na construção da imagem dos índios como introspectivos e caladões. Seus movimentos são contidos e seus deslocamentos em fileiras, ao som marcial de tambor e da caixa lembram ordem, seriedade e compenetração. Em contrapartida, os lambe-sujos são marcados pela exuberância de sons, movimentos de personagens, alguns dos quais dão ao auto uma certa comicidade. O deslocamento dos lambe-sujos pelas ruas é regido pela descontração e por um certo ar de irreverência e de desordem. Sambam, pulam, requebram-se, agitam as foices no ar. É como se, lado a lado, se confrontassem dois estilos de vida, dois modos diferentes de ser: o dos índios marcado pela seriedade, gravidade e sobriedade; e o dos negros, marcado pela exuberância, alegria e comicidade. Não ousaria reduzi-los aos tipos apolíneos e dionisíacos delineados por Ruth Benedict no estudo dos índios americanos,¹⁹ mas é evidente que as diferenças entre os dois grupos que figuram negros e índios são muito fortes e foram construídas em consonância com representações vigentes no meio social mais amplo, encontrando correspondência na forma pela qual essas etnias são caracterizadas por viajantes e estudiosos que têm interpretado o Brasil.

Wallace, viajante do século XIX, contrasta o indígena taciturno e moroso com o negro alegre, vivo e loquaz. Gilberto Freyre, de quem tomei essa indicação, também endossa essa caracterização ao opor a introversão do índio a extroversão do negro, invocando o exemplo das

¹⁹ BENEDICT, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa, Livros do Brasil, [sd.]

diferenças regionais desse imenso laboratório que é o Brasil. Assim, contrasta a população baiana marcada por forte influência negra, e em vista disso “alegre, expansiva, sociável”, loquaz, às populações do extremo nordeste, sobretudo do sertão, apresentadas como “tristonhas, caladas, sonsas e até sorumbáticas”, traços atribuídos à influência indígena.²⁰

Essa caracterização tem, na argumentação de Gilberto Freyre, desdobramentos que explicam o lugar e o papel das raças na formação social brasileira. Na sua visão o papel do índio foi formidável como guerreiro de extrema bravura militar, enquanto o negro foi sobretudo o trabalhador.²¹

Essa visão esquemática, que opõe índios guerreiros, corajosos e sérios, aos negros alegres sobre os quais se apóia o trabalho agrícola é, de certo modo, reiterada nos livros didáticos, portadores de valores e imagens específicas que procuram dar conta da realidade. Nestes, a figura do índio altivo e amante da liberdade, mas incapaz para o trabalho regular, ajuda a compor o ideário das crianças nas escolas²².

Dessa forma, vê-se que as imagens de negros e índios (caboclos) construídas e apresentadas nos folguedos em exame, guardam analogias muito significativas com as imagens presentes no pensamento de letrados e no material didático veiculado entre crianças, o que remete à questão das passagens entre cultura popular e outras formas de cultura e aos movimentos contínuos entre elas.²³

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964, p. 402.

²¹ FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 132-134

²² ROCHA, Everardo. *Testemunha Ocular*. São Paulo: Brasiliense. 1984, p. 39.

²³ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

AS PENAS COMO DIACRÍTICOS

Através das diferentes formas de linguagem que entram na composição de danças e folguedos folclóricos que têm os índios como personagens, veiculam-se imagens e representações sobre etnias, semelhantes àquelas que são difundidas em outros espaços sociais, através de outros recursos e técnicas. As representações do índio, aqui metamorfoseado em caboclo, como guerreiro, transitam sem descontinuidade entre círculos eruditos e populares.

Estas representações ganham maior integridade quando vistas no interior da sociedade multiétnica também retratada em certos folguedos nordestinos. Nos exemplos aqui analisados, a composição imagética dos índios/caboclos é feita, invariavelmente, à base de penas. Isso ocorre mesmo quando as etnias não são colocadas explicitamente contracenando umas com as outras. Penas e índios se tornam equivalentes. Mais que um distintivo se torna um diacrítico, no sentido de que é o sinal marcador da etnia, aquilo que se contrapõe aos sinais adotados por outras etnias. Embora alguns grupos folclóricos reforcem essa caracterização de índio/caboclo com maracás, gaitas, arcos e flechas, referências verbais à caça, pajé, cacique, toré, tapuio, cauim e outros vocábulos que remetem ao universo indígena, ou expressões corporais e uma linguagem gestual muito marcada são as penas que terminam por conferir-lhe individualidade e caracterizá-los perante as outras etnias. Mário de Andrade, ao estudar as danças dramáticas brasileiras no início do século XX, chamava atenção para o fato de que penas também são itens culturais de povos africanos, mas no Brasil “as plumas da África, ao contágio de reminiscência ameríndia, se transformaram em plumas de bugre”.²⁴ Nessas estratégias de construção de

²⁴ ANDRADE, Mário. *Danças Dramáticas do Brasil*. São Paulo: Martins, 1959 p. 150.

identidade contrastiva, os sinais de identificação não podem ser partilhados por outros grupos, têm que ser exclusivos.²⁵

A associação entre penas e índios tem na sociedade brasileira uma longa história que ajuda na fixação dessas imagens e representações. A primeira amostra festiva do Brasil na Europa foi a encenação de uma aldeia tupi, em 1550 na cidade francesa de Rouen, onde as penas entraram em profusão na caracterização dos índios. De penas de papo de tucanos era o manto do Imperador Pedro II que, durante a segunda metade do século XIX, ajudou a construir uma representação do Brasil como país tropical em busca do seu lugar no concerto das nações fazendo uso de símbolos e alegorias indígenas.²⁶ A arte plumária dos índios do Brasil, que continua a fazer o deleite dos visitantes de vários museus no país e no exterior e dos muitos turistas que por aqui passam, tem sido um reservatório inesgotável de símbolos, tanto assim que é um cocar de penas o sinal que a Rede Globo exibe no canto direito da tela da TV ao tratar de índios no terceiro milênio.

A representação de índios como guerreiros emplumados aponta, pois, para um ponto de encontro entre o imaginário erudito e o popular, que, incidindo sobre o fascínio das imagens, revela a circularidade entre diferentes formas de cultura.

²⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. "Da cultura residual, mas irredutível". *Cultura e Política*. São Paulo, n. 1, p. 38-45, 1979.

²⁶ AMOROSO, Marta Rosa e SAEZ, Oscar. "Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu" In: SILVA, A. L. e GRUPIONE, L. D. B. (Org.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília, MEC/MAR/UNESCO, 1995. p. 237-256.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Renato. *Tablado Folclórico*. São Paulo: Ricordi, 1961.
- AMOROSO, Marta Rosa e SAEZ, Oscar. “Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu” In: SILVA, A. L. e GRUPIONE, L. D. B. (Org.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 237-256.
- ANDRADE, Mário. *Danças Dramáticas do Brasil*. São Paulo: Martins. 1959.
- BACKZO, Bronislaw. “Imaginação Social” In: *Enciclopédia Einaudi*. vol.5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BENEDICT, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, [sd].
- BENJAMIM, Roberto. “Maracatus Rurais de Pernambuco.” In: PELLEGRINI FILHO, Américo (Org.). *Antologia do Folclore Brasileiro*, São Paulo: EDART; Belém, PA: UFPA; João Pessoa, PB: UFPB, 1982. p. 199-221.
- BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas: Contribuição ao seu estudo*. Aracaju: Regina. 1950.
- BRANDÃO, Théo. Quilombo. *Cadernos de Folclore*. Rio de Janeiro: MEC/CDFB, 1978.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- CARVALHO NETO, Paulo. O lambe-sujo. *Revista Brasileira do Folclore*, maio/agosto, p. 138-142, 1965.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de. *Festa na Floresta: O boi-bumbá de Parintins*. Rio de Janeiro: Funarte, CNF/CP/SESC, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Da cultura residual, mas irredutível”. *Cultura e Política*. São Paulo, n. 1, p. 38-45, 1979.
- DANTAS, Beatriz Góis. Considerações sobre o tempo e contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 27, p. 63-69, 1976.
- _____. “O Jogo da Memória: dos registros das lembranças às representações sobre etnias no Lambe-sujo x Caboclinho” In: NASCIMENTO,

- Bráulio do. (Org.). *Estudos de Folclore em Homenagem a Manuel Diégues Jr.* Rio de Janeiro/Maceió: Comissão de Folclore/ Fundação Arnon de Melo, 1991. p. 47-58.
- _____. Uma festa de Negros e Caboclos. *Cadernos UFS. Comunicação*. São Cristóvão, n. 5, p. 43-58, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- MATTA, Roberto da. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1981.
- REAL, Katarina. *O Folclore no Carnaval do Recife*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.
- ROCHA, Everardo. *Testemunha Ocular*. São Paulo: Brasiliense. 1984.
- ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1954.
- _____. *Estudos Sobre e Poesia Popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- SALLES, Sandro Guimarães de. Caboclinho & Cabocolinho. In: *Galante*. Natal, n. 20, p. 13-20, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

AVENTURAS E DESVENTURAS DOS PRIMEIROS MORADORES DE SERGIPE DEL REY MENCIONADOS NAS VISITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO E NAS CARTAS DE SESMARIAS (1591-1623)

LUIZ MOTT*

RESUMO

Com base nas Confissões e Denunciações da *Primeira e Segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia (1591-1620)* e das *Cartas de Sesmarias (1596-1623)*, documentação rica de informações sobre os primeiros moradores do recém conquistado território de Sergipe, reconstituímos alguns aspectos primordiais da vida cultural desta região: a toponomástica de Sergipe o Novo, a presença esporádica de franceses nos primeiros anos da conquista, as referências à “Guerra de Sergipe” nas Visitações da Inquisição, o problema dos luso-brasileiros vivendo com os gentios e suas condutas heterodoxas notadamente quanto aos “pecados da carne”.

PALAVRAS-CHAVE: Sergipe, Cartas de Sesmarias, Visitação do Santo Ofício, Inquisição

* Professor do Departamento de Antropologia da UFBA

ABSTRACT

On the basis of the Confessions and Denunciations of the First and the Second Visitation of the Holly Office of Inquisition to Bahia (1591-1620) and of the Letters of Land Grant (1596-1623), documentation rich of information about the first inhabitants of just conquered territory of Sergipe, we reconstitute some primordial aspects of the cultural life of this region: the toponymy of Sergipe the New, the sporadic presence of Frenchmen in the first years of the conquest, the references to the “War of Sergipe” in the Visitations of the Inquisition, the problem of the Luso-Brazilians living with the Indians and its heterodox behaviors concerned to the “sins of the flesh”.

KEY WORDS: Sergipe, Letters of Land Grant, Visitation of the Holly Office, Inquisition

“Ajudei a povoar essas terras novas assim na paz como na guerra...”
[Carta de Sesmaria na Cotinguba, Sergipe, 1594]

INTRODUÇÃO

Modesto é o objetivo deste ensaio: reconstituir aspectos da vida cotidiana em Sergipe Del Rei, partindo das referências a seus moradores citados na *Primeira e Segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia*, entre 1591 e 1620, cotejando tal documentação primária com as *Cartas de Sesmarias* exaradas entre 1596-1623. Tratam-se de fontes documentais com referências pioneiras à esta nova conquista lusitana anexa à Capitania da Bahia, já que o primeiro núcleo “urbano” fundado em “Sergipe o Novo” data de 1º de janeiro de 1590, quando o conquistador destes sertões, o Capitão Cristóvão de Barros, finca os alicerces do arraial e depois vila de São Cristóvão, centro político e administrativo da Comarca e Capitania de Sergipe Del Rey até 1854, quando a capital da Província é transladada para o Aracaju.

Pela primeira vez na historiografia sergipana, é feito aqui o cotejamento destes dois corpos documentais até então nunca aproximados: as referidas confissões e denunciações inquisitoriais e as cartas

de pedidos e confirmação de sesmarias.¹ Documentos produzidos por autoridades distintas, com escopos diversos, onde são citados dados identificadores e existenciais de aproximadamente duas dezenas dos mesmos personagens: os primeiros brancos e alguns mestiços que participaram da conquista e ocupação do território compreendido entre o Rio Real e o Rio de São Francisco.

Malgrado Sergipe aparecer apenas pontualmente nas confissões e denunciações da Primeira e Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, o interesse na divulgação destes documentos está, sobretudo, em permitir-nos reconstituir traços fundamentais do dia a dia, das mentalidades, da história cultural e da cultura material desta frente pioneira de soldados e colonos que participaram pessoalmente da conquista e co-fundação deste novo pólo de expansão territorial da agroindústria açucareira e pecuária nordestinas logo nos primórdios de sua instalação. Daí a sugestão que o leitor “viaje” lado a lado com tais personagens na tormentosa “Guerra de Sergipe”, detendo-se nos detalhes de suas angústias, medos, inseguranças, infidelidades, mal querenças, palavras impensadas e desvios da religião oficial e da moral cristã, tal qual foram registrados pelo notário inquisitorial.

I. CARTAS DE SESMARIAS E A TOPONOMÁTICA DE SERGIPE NOVO

Começamos revisando as Cartas de Sesmarias. Tratam-se de 213 Cartas concedidas aos primeiros colonos de Sergipe, com datas extremas 1594-1623.² Constituem valiosíssimo corpus documental, verda-

¹ “Sesmaria: dada de terra inculta, ou abandonada, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-la e povoá-la.” Esta e as demais explicações de termos antigos foram pesquisadas no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (Lisboa, *Typographia Lacerdina*, 1813).

² Estas cartas de sesmarias foram transcritas por Felisbelo Freire em 1891, em sua obra pioneira *História de Sergipe*. Valemo-nos de sua 2^a Edição (Petrópolis: Vozes/Mec, 1977). Embora conste neste rol de sesmarias uma derradeira carta datada de 1669, para efeito do cotejamento com a documentação inquisitorial, que vai de 1591 a 1620, preferimos estabelecer como marco cronológico para as Cartas de Sesmaria, os limites 1596-1623.

deira cartola de mágico, do qual é possível extrair informações fantásticas sobre a geografia, genealogia, atividades econômicas, expansão territorial, administração governamental. Documentos que desde sua redação original, apesar da rusticidade de seu estilo, foram considerados tão fundamentais, que ao fugirem os primeiros moradores de São Cristóvão de Sergipe quando da invasão holandesa, no ano do Senhor de 1637, tiveram o cuidado de levar consigo esse precioso calhamaço de papel, deixando para traz os demais manuscritos históricos, lastimavelmente destruídos pelos invasores quando em retirada, queimaram essa cidade. Afim de familiarizar o leitor com seu conteúdo e redação complexa, às vezes de difícil compreensão, transcrevo em redação diplomática, *ipsis verbis*, apenas a primeira destas cartas de sesmaria:

“Carta de Tomé Fernandes, de 23 de julho de 1594.

Saibam quantos esta carta de sesmaria deste dia para sempre vierem que no ano do nascimento de Nossa Senhor Jesus Cristo de 1594, aos 23 julho de 1594, da dita era, nesta cidade de São Cristóvão, Capitania de Sergipe, de que é Capitão e Governador o Sr. Tomé da Rocha, governador geral de todo este estado do Brasil, nas pousadas de mim, escrivão ao diante nomeado, por despacho ao pé dela, do dito Sr. Capitão e Governador da qual petição e despacho o traslado, de verbo ad verbo é o seguinte: Diz Tomé Fernandes que ele veio ajudar a dar guerra em Sergipe Del Rei, em companhia de Cristóvão de Barros, Capitão Geral das Entradas, com suas armas e escravos, à sua custa, sem prêmio nenhum, nem cousa alguma Del Rei, e depois da terra já ganhada, se for [foi?] assim que nesse serviço de sua Majestade, gastou oito meses, o qual daí a um ano, tendo notícias [que] vinham moradores a povoar, não quis ser dos derradeiros, e não atendendo ao muito trabalho que passam nas terras novas, se veio sua casa movida, trazendo consigo uma filha casada onde já nesta capitania a três anos mora, ajudando a povoar assim na paz como na guerra. Pede a Vossa Mercê havendo respeito a ser dos primeiros e por seu ofício permanecer a terra com

embarcações, lhe dê de sesmaria em Contemguiba [sic] para onde se acabam os mangues verdadeiros, que chamam Coropoiba, três mil braças de terra pelo rio acima, e para o sul, quatro mil braças, a qual terra se medirão donde se acabam os ditos mangues, que declara e para este assim, e da maneira que corre o dito rio, ressalvando pontas, enseadas com suas águas, madeiras e pastos, e receberá mercê.

Despacho: Visto esta petição do suplicante, e havendo respeito a ser já morador nesta Capitania, e o que importa ao bem da terra e serviço de Sua Majestade, lhe dou em seu nome de sesmaria na parte que pede, mil braças de terra em quadra, salvando as pontas que junto do dito rio houver, que não entrarão na medição, e serão também suas e disso lhe passem sua carta, porque lha dou, com todas as madeiras e rios que dentro dela houverem. Sergipe, em 23 de julho de 1594 anos: Tomé Fernandes o que tudo isto era contendo [conteúdo?] no dito despacho e o qual era assinado pelo dito Sr. Capitão e Governador, por bem do regimento que para isso tendo dito Sr. faz-me e deu em nome de Sua Majestade a dita terra do dito Tomé Fernandes, obrigado a fazer benfeitorias na dita terra no tempo que a ordenação lhe limita, porque com as ditas condições e obrigações o dito Sr. lhe fez mercê e mandou passar carta do dito Tomé Fernandes deste dia para todo o sempre, e mandou as justiças e oficiais dela, dêem e façam dar a posse da dita terra ao dito Tomé Fernandes pelas confrontações e demarcações nesta carta conteúdas e nele e dela poderá fazer como cousa sua que já é, conforme ao dito despacho e ordenação que em todo compraz, a qual terra lhe assim dou livre e isenta de todo foro [e] tributo se mande que pagasse o dizimo a Deus que se deve a ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e por o dito Tomé Fernandes foi aceitada a dita terra com todas condições e obrigações nesta carta contendidas e da ordenação e foros desta capitania, e se obrigará a todo cumprir pelo que lhe foi passada a presente para sua guarda, da qual eu escrivão tomei e escrevi neste meu Livro das Dadas, em nome do dito Tomé Fernandes e dos mais a que tocar esta [ausentes?] e eu Manoel André, Escrivão dos Dados nesta capitania, por o Senhor

*Capitão e Governador a fiz em que o dito senhor assinou. Tomé da Rocha.*³

A leitura destas 213 Cartas de Sesmaria, que foram cuidadosamente registradas pelas primeiras autoridades de Sergipe no *Livro de Dadas*, chama a atenção para a indefinição e variedade como eram referidos os topônimos desta nova Capitania. Tudo em Sergipe revelava-se instável e impreciso nestes primeiros anos de ocupação – a começar por seu próprio nome, originado do tupi “SI’RI Ü PE”, que significa “curso do rio dos siris”, e que antes de se fixar como Sergipe, foi igualmente grafado em mais de uma dezena de variantes: Serigipe, Serygipe, Seregipe, Serigp, Sergi, Sirigipe, Serjipe, Ciriji, Cyrigipe, Cirizipe, Cerigipe, Seregippe, Sarazipi, Serzipe.⁴ Nos documentos inquisitoriais encontramos também a denominação “Sergipe o Novo”, como forma coeva para distinguir a novel conquista da primeira localidade nos Brasis a possuir tal denominação, as terras anexas ao famoso Engenho Sergipe do Conde, situado no Recôncavo da Bahia, a nove quilômetros da foz do o rio Sergi, ou Sergimirim, considerado um dos principais engenhos da Colônia, propriedade inicial de Mem de Sá, cujo nome está associado à estirpe do Conde de Linhares.⁵

Esta anomia lingüística, ou “anarquia ortográfica”⁶ observada nas Cartas de Sesmaria, reflete a dificuldade dos primeiros colonizadores em memorizar e padronizar denominações toponímicas indígenas, a

³ Freire, op.cit., 1987, p. 328-239. Há outra carta de sesmaria concedida a Thomé Fernandes, datada de 17 de janeiro de 1600, “meia léguas na testada de Francisco da Silveira, no rio de Mocori”: não sabemos se se trata do mesmo sesmeiro ou de um seu homônimo. As demais cartas constantes na *História de Sergipe* foram transcritas apenas em seu “miolo”, com os dados identificadores do sesmeiro e sua localização, sem repetir toda a fórmula solene de estilo.

⁴ Prado, Ivo. *A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias*. Rio de Janeiro, Papelaria Brazil, 1919. Esses topônimos foram retirados das cartas geográficas dos séculos XVI ao XVIII reproduzidas nesta obra.

⁵ Schwartz, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 53.

⁶ Alves, Francisco. “Contribuição à arqueologia de Sergipe Colonial”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 34. 2003-2005, p. 49.

um tempo tão diversas da fonética lusitana, mas tão importantes de serem referidas a fim de demarcar com precisão, as “datas de terra” que pleiteavam receber como mercê real. Um bom exemplo desta confusão é o nome de um dos principais afluentes da zona açucareira de Sergipe, o atual rio Cotinguiba, em cuja embocadura se situou a antiga cidade de São Cristóvão⁷, topônimo que aparece grafado nas cartas de sesmarias quando menos com doze variantes: Cotemguiba, Cotindiba, Cotendiba, Quotidiba, Quoatinguyba, Quatimdiba, Quatimguiba, Quoatimgiba, Catimdiba, Quatenjiba, Quatingeriba.

Vasculhando as referidas Cartas de Sesmarias, notamos que os conquistadores e colonos mantiveram na maioria dos casos, os mesmos topônimos já utilizados pelos indígenas, considerando que assim estariam tornando mais segura a localização das glebas que estavam requerendo. Os rios, ribeiras e riachos eram os principais pontos de referência topográficos nos primórdios desta ocupação territorial, e de um total de 45 cursos d’água citados, com exceção do Rio Real (cujo nome tupi era Hitahi), do São Francisco (Opara) e do Vaza Barris (Irapirang ou Potihipeba), 42 cursos d’água são referidos com seus nomes aborígenes, mais da metade dos quais, grafados com mais de uma variante. Transcrevo entre parênteses, quando disponíveis, os comentários de Felisbelo Freire à esta primeira relação da malha fluvial de “Sergipe o Novo”, sempre buscando, com tal descrição topônómastica, identificar tais variâncias classificatórias como reflexo da instabilidade cultural desta frente pioneira de colonos lusófonos em franco processo inclusão de neologismos da língua tupi e posterior mestiçagem vernacular. Eis como eram chamados os rios, riachos, ribeiras e cursos d’água em Sergipe entre 1596-1623: Aguapetiba, Agoa Petiba, Auguapetiba, (nome indígena rio Santa Maria); Amdaijasu, Andajatu (desconhecemos qual seja essa ribeira); Aracaju; Ariticuba, Aryticuba (afluente do Rio Real junto a foz, conserva o mesmo nome); Augiapioba,

⁷ Milliet de Saint-Adolphe, J.C.R. *Dicionário da Província de Sergipe*. Aracaju, Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, Orgs. Francisco José Alves e Itamar Freitas, 2001, p. 41.

Agiopioba (nome indígena de um riacho “esteiro”⁸ que desemboca no Poxim); Buzarema Areteca (acreditamos que se refira ao rio hoje chamado Guararema); Câbohi (conserva o mesmo nome); Cajaiba, Cajahiba, Caiaiba (não sabemos bem qual o rio que os índios chamam Caiaiaba); Comendaroba, Commendaroba; Cotemguiba, Cotindiba, Cotendiba, Quotidiba, Quoatinguyba, Quatimdiba, Quatimguiba, Quoatimgiba, Catimdiba, Quatenjiba; Goarujaby Goarujahi, Guruahy (Burarema, afluente do Real); Guacujahi; Guitihiba (nome indígena de um afluente do Rio Real); Hitanhí (Real); Hunis Estriga; Hupatinga, Upatinga (riacho hoje chamado Urubutinga, junto a Lagarto); Ibirarema (é o rio Guararema, afluente do Real); Ibura, humbura, imbura (córrego do Cotinguiba, conserva o mesmo nome); Inajaroba; Ipitanga (rio Pitanga; Ipochi, Ipochim, (nome indígena do rio Poxim); Ipochimerim; Itaguandiba (não sabemos qual era esse rio, não será Cotinguiba?); Japaratuba; Mocori, Mocory, Mocuri, Mocury, Mocoriria, Mucury; Paramupama, Peramupenba; Paratigim, Paratigi, Pritigi (afluente desconhecido do Vaza Barris ou do rio Real, acreditamos ser o Rio das Pedras); Piauhy; Piramopama, Pirao Mopama, Piranapama; Pixaxiapa (creio ser o rio Indiatuba); Pochim, Poscim; Potegipe (nome primitivo de Cotinguiba); Potihipeba (nome indígena do Vaza Barris); Quajpe; Real, Rial, (chamado pelos indios Hitanhí); Saibetiaia; São Francisco ou San Francisco; Seregipe; Taipitaia, Taymytiaia, Taipitiaia; Tāomytiaiaia, Tāomitiaia (nome indígena do rio chamado hoje Jacaré, afluente do Piauí); Tapecahy; Taporanga; Tapucurá, Tapaquru, (rio Itapicurá); Una; Vasa Barris (Irapirang).

Outros acidentes geográficos e localidades são igualmente referidos nas Cartas de Sesmarias, representando tal documentação a principal fonte para a reconstituição da história topográfica de Sergipe Del Rei em seus primeiros anos de colonização. Na orla marítima foram citados o cabedelo⁹ Ipeleme e a ponta Tinhare e as Ilhas de

⁸ “Esteiro: Parte estreita de rio ou de mar, que penetra terra adentro; braço, estuário”.

⁹ “Cabedelo: Pequeno cabo ou pequeno monte de areia que se forma junto à foz dos rios.”

Patatiba e Tinháré. São nomeadas quatro lagoas no Livro de Datas: Jabotinhaia (lagoa do Poxim que fica entre Aracaju e São Cristóvão); Jacaré Merin; Jaraputanema (nome primitivo da Lagoa Seca, na estrada de Itabaiana para Itaporanga) e Jaraquatenema. O único mangue a ter seu nome referido era conhecido por Corropoiba, havendo no rio Cotinguiba, nas proximidades da atual cidade de Laranjeiras, uma famosa pedra, Itaboca, e no Rio Piauí, o “Porto das Pedras”. Algumas veredas cortavam a novel capitania conquistada por Cristóvão de Barros: o Caminho Novo (correndo para Hopiramopama), Gauquaju, Hopiramopama e Taperagua. Algumas poucas serras e ouseiros também mantiveram seus primitivos nomes tupis: Serra da Cayaiba ou Caiaiaba; Serra do Bogio (macaco em tupi), Serra do Piauhy e da Tabangua, além do ouseiro de Joseaba ou Joseoba, “junto ao Rio São Francisco”. Passam de uma dezenas as localidades já nomeadas no território sergipense nessa passagem do século XVI para o XVII, predominando ainda os nomes nativos, diversos destes lugares-rios repetindo a denominação dos rios em cujas margens estavam situados: Caipe; Cajabuta, Cajajbuta, Cajajbata (povoação junto à cidade de Laranjeiras); Capitania de San Cristóvão de Seregipe, Capitania de Serigipe, Cidade de Serigipe; Itaporágua, Taporanga (vila de Itaporanga); Jarataquanova; Jascoba; Parratigi; Pitanga, Pitáguia; Tabaiana, Tabajana, Tabangua (Itabaiana); Taperogoi, Taperagua, Taperahagua, Taperagoa, (acredito ser o nome de Taberauá). Com exceção da Aldeia de São Tomé, sita nas imediações do Rio Real, assim batizada em 1575 pelos Jesuítas, as demais povoações tupinambá referidas neste território mantêm seu nome tribal: Maitacanema, Taperagua e Tepahoqua. Já nestes primórdios de ocupação “civilizatória”, são citadas algumas “taperas”, termo tupi (*tawa pwera, “taba que foi”*), que originalmente significava “aldeia abandonada, habitação em ruínas”, mas que posteriormente, segundo o citado dicionarista Antonio de Moraes Silva, compreenderá também “fazenda que algum tempo se granjeou, e que depois se abandonou e deixou fazer mato ou sapezal, por cansada”. Nas Cartas de Sesmarias são referidas oito taperas, relembrando que as identificações en-

tre parêntesis são sempre de autoria do ainda insuperável príncipe dos historiadores de Sergipe, o Dr. Felisbelo Freire: Enforcados, Guarauna (antiga habitação indígena junto ao rio Cotinguba), Manylha (hoje é uma povoação na estrada de Laranjeiras para Itabaiana), Paranaçu, Pixapoam, Samba, Serobim, Tajoaba ou Taioba (nome primitivo de uma aldeia junto ao rio Poxim, onde está edificado o engenho Poxim).

Estas reflexões introdutórias, conforme aludimos acima, tiveram como objetivo familiarizar o leitor com a predominância da toponomástica tupi e os primeiros sinais de miscigenação cultural em “Sergipe o Novo” – aqui salientados através de sua toponímia no primeiro quartel de sua belicosa história. Insistimos na expressão “belicosa” pois este novo território acabava de ser “desinfestado do gentio bravo”, como se dizia na época, em decorrência da sanguinolenta “Guerra de Sergipe”.

II. FRANCESES EM SERGIPE NOVO

A primeira entrada contra os índios de Sergipe, aldeados nas proximidades do Rio Real, teria acontecido em 1556, por ordem de Mem de Sá, Governador da Bahia, como vingança por terem os índios Caetés devorado D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil. “Decorrentes dessa perseguição e da investida predatória realizada contra as aldeias indígenas, cresceu no Tupinambá do Rio Real e de todo território sergipano, o ódio aos portugueses, o que os levaria a intensificar a aliança com os franceses. Entre as instruções trazidas pelo novo governador Luiz de Brito, orientando sua administração, estava a de combater a permanência dos franceses no Rio Real.”¹⁰ Um documento inquisitorial faz referência exatamente nesta época ao contacto de um colono português com os invasores franceses que contrabandeavam pau Brasil e pimenta nas costas sergipanas. Trata-se da confissão de

¹⁰ Nunes, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro, Templo Brasileiro, UFS, 1989, p. 19.

Baltasar Barbosa, datada de 23 de janeiro de 1592, mas que se reporta a um episódio ocorrido duas décadas antes, lá pelos idos de 1572, quando tinha 25 anos. Denunciou-se na Primeira Visitação da Bahia, no tempo da graça. “Disse ser cristão velho, natural dos Arcos, cinco léguas de Braga, filho de Gaspar Barbosa e de Violante Gonçalves, de idade de quarenta e cinco anos pouco mais ou menos, casado com Catarina Álvares, lavrador, morador em Sergipe do Conde deste Recôncavo. E confessando, disse que haverá vinte anos pouco mais ou menos que, perdendo-se com o tempo na costa de Sergipe, o novo, onde ora é a cidade de São Cristóvão desta capitania, e ele com outros seus companheiros foram tomados pelos franceses luteranos que naquele tempo estavam no dito lugar. E um dia, estando um luterano daqueles, disse aos companheiros, dele confessante, [que] se indo a Roma ao Papa pedir-lhe perdão, se lhe poderia o Papa perdoar as culpas de luterano para que ele voltasse a viver catolicamente, e um seu companheiro por nome Antônio Gonçalves lhe respondeu que sim, poderia perdoar o Papa. Então, ele confessante, simples e inconsideradamente, por contradizer ao seu companheiro, respondeu-lhe que o não podia fazer – e desta culpa pede perdão. E foi logo perguntado se teve ele, ou tem, dúvida que o Papa tenha maior poder sobre todos os bispos e prelados do mundo, respondeu que nunca teve, nem tem tal dúvida, e que bem creu e sabia que o Papa tem poderes de Deus para poder perdoar aos Luteranos, convertendo-se eles à fé católica. E sendo ele mais perguntado, disse que o dito Antônio Gonçalves é já morto e quando isto aconteceu estava também presente Diogo Dias, mame luco, genro de Garcia da Vila e cunhado dele confessante, morador nesta cidade, e não foi mais presente ou trem alguém, e que o dito Antônio Gonçalves, já defunto, repreendeu logo a ele confessante e ele se calou e isto fez com teima de sempre contradizer ao dito Antônio Gonçalves, por andarem de rixa. E depois disto, o dito luterano blasfemou contra o Papa, dizendo palavras injuriosas, e o dito luterano falou as ditas coisas em espanhol, que bem o entendia; e não estava bêbado nem fora de seu juízo. E foi-lhe mandado ter segredo e prometeu ter segredo pelo juramento

que recebeu, e foi-lhe mandado que no mês de março que vem torne a esta mesa.”¹¹

Nas Cartas das Sesmarias há igualmente referência a animosidade existente entre os colonos luso-brasileiros e os franceses por estarem estes mancomunados com os tupinambá. Como se sabe, os índios chamavam aos franceses de “mair”. Diz Bras Dabreo, em seu pedido de Sesmaria, datado de 15 de maio de 1623, que “sendo governador Cristóvão de Barros, ele veio ajudar a tomar este Sergipe com suas armas, cavalo e escravos, à sua custa, em serviço de Sua Majestade, e sempre o acompanhou em todos os rebates¹², sempre esteve prestes donde recebeu muitas flechadas e pelouradas¹³, por estarem os franceses em companhia do dito gentio e lhe ensinavam o artifício do fogo, por terem muitas espingardas que lhes ficaram, sendo cinqüenta homens que tinham mortos, havia três anos na Tabaiana, hora queriam os ditos franceses por mar e o gentio por terra, a tomar a Bahia, se lhe não viera dar guerra o dito Governador Cristóvão de Barros e hora matou muito gentio...”.¹⁴

Diversos outros colonos luso-brasileiros ouvidos pelo Visitador do Santo Ofício referiram ter “comido o pão que o diabo amassou” quando “tomados pelos franceses luteranos”, inimigos dos portugueses católicos, sendo espancados com tirania, sobretudo quando tais prisioneiros recusavam-se em cumprir a doutrina e rezar à moda dos protestantes. Alguns destes, quando aprisionados em naus lusitanas, tiveram pior sorte: foram jogados no mar, como aconteceu com o Beato Inácio

¹¹ *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Confissões da Bahia, 1591-1592*. Rio de Janeiro, F. Bruguet & Cia, 1935. Prefácio de Capistrano de Abreu, p. 114. *Confissões da Bahia, 1591-1592*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, Introdução e Notas de Ronaldo Vainfas. Agradeço ao Prof. Vainfas a gentileza de ter-me oferecido a versão digitada das “Confissões da Bahia”, o que facilitou sobremaneira o trabalho de cotejamento.

¹² “Rebate: Incursão, assalto, ataque súbito e inesperado; escaramuça”.

¹³ “Pelourada: série de tiros de bala ou bola de ferro ou de pedra, esférica, empregada em peças de artilharia”.

¹⁴ Freire, *op.cit.*, 1977, p. 409

de Azevedo e seus 39 companheiros jesuítas, os primeiros “Mártires do Brasil”, que foram afogados pelos calvinistas perto das ilhas Canárias (1570) e outros 12 missionários jesuítas que igualmente vinham para o Brasil e sofreram o mesmo martírio um ano depois (1571).¹⁵

Pelo que sugere o supracitado confessante Baltasar Barbosa (1572), os franceses acantonados em Sergipe eram menos fundamentalistas em matéria religiosa, pois não obrigaram seus “tomados” à prática do luteranismo, participando inclusive das conversações dos católicos – que talvez tentassem convertê-los à “verdadeira fé”, atraindo-os com a promessa de que o Papa tinha poder suficiente para perdoar-lhes e re-acolher os apóstatas ao rebanho da Santa Madre Igreja. Infelizmente a documentação não fornece mais detalhes sobre esta convivência de luso-sergipanos com os franceses: como foram “tomados” (capturados ou conquistados), como eram mantidos subjugados para não fugir, que tipo de trabalho forçado eram obrigados a prestar aos estrangeiros, como eram tratados pelos índios aliados dos invasores, como conseguiram escapar e retornar à Bahia. A leitura de outros depoimentos de prisioneiros católicos presos pelos luteranos e calvinistas, assim como a fantástica narrativa de Hans Staden, quando capturado pelos Tupinambá, aliados dos franceses na Capitania de São Vicente (1554), podem fornecer pistas cruciais para reconstituir experiência existencial tão dramática, muito semelhante à experimentada por outros católicos nas costa de Sergipe, tal qual sucedeu com Baltazar Barbosa e seus “companheiros” de infortúnio: o português Antônio Gonçalves e Diogo Dias, mameluco, “genro de Garcia da Vila (Dávila) e cunhado dele confessante”.¹⁶

¹⁵ Leite, Serafim. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939, v. 10, p. 2356-240; Mott, Luiz. “Santos e Santas no Brasil Colonial”. Série História da Fundação Waldemar Alcântara, Fortaleza, 1994, p. 5

¹⁶ Em 1595, segundo Porto Seguro, uma nau comandada por Pires de Mill naufraga nas costas de Sergipe, onde ficaram prisioneiros 116 homens. Apud Freire, *op.cit.*, 1977.

III. A GUERRA DE SERGIPE NAS VISITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

A prisão deste naufrago a pouco citado, nas costas sergipanas, efetuada pelos franceses, segundo relatou o próprio depoente, teria sucedido por volta de 1572. Poucos anos depois, exatamente, aos 5 de fevereiro de 1575, marca a chegada dos primeiros missionários a esta região, os jesuítas padre Gaspar Lourenço e do irmão leigo João Solônio, que se acantonaram às margens do Rio Real. Junto com os dois inacianos, segundo narra Felisbelo Freire, baseado nos relatos de Frei Vicente do Salvador, Southney e outros historiadores antigos, marchavam quarenta homens, sendo vinte neófitos da aldeia de Santo Antonio da Bahia e vinte soldados.¹⁷ Dirigem-se à aldeia dos tupinambá situada a seis léguas do rio Real, onde viviam por volta de mil almas, construindo aí uma capelinha de pindoba¹⁸, dedicando-a à ao apóstolo São Tomé, festejado dia 21 de dezembro, certamente em lembrança ao mito que atribuía a este incrédulo discípulo de Cristo a evangelização do Novo Mundo nos primeiros anos da era cristã. A convite do cacique Surubi, outra igrejinha é ereta mais tarde na aldeia Sarabi, tendo como orago Santo Inácio, situada às margens do Vaza Barris, talvez no mesmo sítio onde foi posteriormente edificada a vila de Itaporanga.¹⁹ Mais tarde fundam, perto do mar, a igreja de São Paulo, na região do cacique Serigi.²⁰ Em setembro deste mesmo ano, 1575, sete meses após os primeiros contactos dos padres com os nativos, em longa carta enviada ao Padre Geral da Companhia de Jesus, são narradas as dificuldades enfrentadas e os primeiros frutos colhidos

¹⁷ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 70.

¹⁸ “Pindoba: Palmeira de belo porte (*Attalea compta*), que compõe amplos palmeirais e apresenta nozes muito duras, com algumas sementes, ricas em óleo utilizável.”

¹⁹ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 70.

²⁰ Nunes, *op. cit.*, 1989, p. 21; Dantas, Beatriz. “Os índios em Sergipe”, in: *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1991, p. 35.

pelo Padre Gaspar Lourenço, “grande língua e muito afamado”, na catequização dos “negros da terra”. Informa-se sobre a fundação de uma escola de catecismo, consagrada a São Sebastião, que chegou a reunir cem catecúmenos. Muitos perigos e ameaças faziam parte do dia a dia, e sobretudo das noites, destes abnegados missionários, tanto que um morubixaba de outra aldeia, por nome Curubi, “que em tempos passados tinha morto alguns brancos e nunca havia podido aceitar sua amizade”, vindo visitar os sacerdotes, queria a todo custo que fossem visitar sua distante maloca, mas, segundo opinião dos demais silvícolas, “não havia entrado em a aldeia com boa intenção, sim com o desejo de quebrar a cabeça do padre adiante de todos, e havia alguns que estavam a esperar (dizendo): agora será, agora será!”, mas “graças à misericórdia divina”, escaparam deste ardil. “Vendo, porém, o demônio tão bons princípios na conversão daqueles gentios e que já começavam a tirar-lhes as almas da boca, começou a levantar as tempestades acostumadas para impedir esta obra”, havendo diversas deserções de índios e índias já catequizados, retorno às práticas de canibalismo e amancebrias escandalosas – condutas pecaminosas que os cristãos, notadamente os Inquisidores, chamarão de *gentilismo* ou paganism. Cerca de trinta aldeias teriam sido então contatadas pelos missionários.

Gravíssima tragédia porém sucedeu em novembro de 1575, quando o governador da Bahia, Luiz de Brito e seus soldados, “com grande aparato de guerra” e “animados pelo desejo de trazer gentio para o cativeiro”, invadem a missão de São Tomé, assolando tudo o que encontraram pela frente, levando 1200 índios cativos para a Bahia, arruinando no nascedouro a ação missionária nestes sertões. “Luiz de Brito retirou-se do território sergipano sem deixar, porém, qualquer marco de colonização. Logo os franceses retornaram ao comércio do pau Brasil com os índios Tupinambás, que voltaram dos sertões, e os Kiriri vindos das regiões interioranas para ocupar os espaços vazios resultantes da devastação que havia sido feita.”²¹

²¹ Nunes, *op.cit.*, 1989, p. 23

A sanha expansionista dos conquistadores luso-baianos mantinha a faísca dos arcabuzes bem acesa, embora registrando-se também desalentadores revezes. Em 1586, uma década após a destruição da nascente aldeia jesuítica de São Tomé, 150 soldados e 300 índios domesticados, que contavam com o apoio da Casa da Torre, adentram-se por esses sertões, sendo ferozmente trucidados pelos índios Kiriri, comandados pelo cacique Baepeba, sempre instigados pelos franceses, com quem comerciavam produtos da terra.²² Foi em 1590, sob o reinado de Felipe II, que tem início a famigerada *Guerra de Sergipe*, tendo como comandante Cristóvão de Barros, então membro da junta interina que governava o Brasil.²³ Experiente guerreiro, teve participação vital, ao lado de Mem de São, na conquista e restauração do Rio de Janeiro. Nos finais de 1590 parte da Torre de Tatuapara, a célebre sede da Casa da Torre de Garcia Dávila, comandando mais de três mil soldados, entre brancos e índios domesticados. Devido à superioridade bélica dos brancos, advinda das armas de fogo e da cavalaria, em poucos meses conseguiram vencer mais de vinte mil índios, dos quais 2400 foram mortos e 4 mil escravizados. Como relatou Frei Vicente do

²² Bezerra, Felte. *Investigações histórico-geográficas de Sergipe*. Rio de Janeiro, Edição da Organização Simões, 1952, p. 33; Nunes, *op.cit.*, 1989, p. 24.

²³ Cristóvão de Barros era filho do Provedor da Fazenda Antonio Cardoso de Barros (e seu vingador), veio comandando a frota de três galeões em socorro a Estácio de Sá, instalado no Rio de Janeiro. Engrossada na Bahia com outros barcos, constituiu a armada com que Mem de Sá conquistou e restaurou a cidade em 1567. Foi o 3º Capitão Mor do Rio de Janeiro, entre 1572-1577, onde teve sesmarias e engenho de açúcar em Magé. Em 1577 é nomeado Provedor Mor da Fazenda, como o pai, com 100 mil réis anuais. Governou interinamente a Bahia, com o Bispo D. Antonio Barreiros (1587-1591). Conquistou e fundou a Capitania de Sergipe Del Rei (1589-1590). Perpetua-lhe o nome a cidade de São Cristóvão. Ainda em 1601, na Bahia, exercia o governo. No ano anterior, instituiu morgado, “para obstar que seu filho Antônio Cardoso de Barros tudo esbanjasse”. Suas irmãs, Dona Mariana, mulher de Pedro de Abreu Lima, que recebeu da sogra, viúva, D. Guiomar de Melo, terra em Sergipe Del Rei e no São Francisco, vendidas aos Carmelitas e aos jesuítas em 1652 e D. Maria, casada com Antônio das Neves Ferro. Calmon, Pedro. *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias de Frei Jabotão*. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1985, p. 120; Mott, Luiz. “A presença de Sergipe Del Rei no Catálogo Genealógico das principais famílias, de Frei Jabotão e Pedro Calmon”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 33, 2000-2002, p. 47-61.

Salvador, “alcançada a vitória e curados os feridos, armou Cristóvão de Barros alguns cavaleiros como fazem na África, por provisão de El Rei, que para isso tinha, e fez repartição dos cativos e das terras.”²⁴

Tanto nas *Cartas de Sesmarias* quanto nas *Confissões da Visitação do Santo Ofício à Bahia* vamos encontrar interessantes informações sobre diversos destes personagens que participaram diretamente da Guerra de Sergipe, permitindo-nos conhecer, com riqueza de detalhes, as aventuras e desventuras dos primeiros moradores de Sergipe, esses intrépidos desbravadores das terras situadas entre o Rio Real e o Rio de São Francisco. A primeira menção a tal campanha militar aparece numa confissão de 20 de agosto de 1591: Catarina Fróes, natural de Lisboa, meia cristã nova, 50 anos pouco mais ou menos, mulher de Francisco de Morais que serviu nesta cidade de escrivão e de meirinho e outros ofícios, moradora nesta cidade, confessando, disse que havia um ano que nesta cidade contratou com Maria Gonçalves, d’alcunha Arde-lhe-o-rabo, mulher não casada, vagabunda, ora ausente, que lhe fizesse uns feitiços para que um seu genro Gaspar Martins, lavrador morador em Tassuapina ou morresse ou o matassem ou não tornasse da guerra de Sergipe, sertão desta capitania, na qual então estava, por não dar boa vida à sua mulher moça, filha dela confessante, por nome Isabel da Fonseca, e isto entendendo que os ditos feitiços haviam de ser arte do diabo. E para isto deu algum dinheiro à dita Maria Gonçalves e a dita Maria lhe dizia que já lhe faria os tais feitiços, pedindo-lhe mais dinheiro, e por ela vir a entender que a dita Maria Gonçalves lhe não havia de fazer coisa que obrasse, desistiu disto, nem veio a haver efeito, nem chegou a dita Maria Gonçalves dar os feitiços, e declarou ela confessante que pretendeu haver os ditos feitiços da dita maneira à instância e rogo da dita sua filha, que lho pediu que lhos negociasse por não gostar dele.²⁵

²⁴ Calmon, Pedro. *O Segredo das Minas de Prata*, 1950, p. 20, apud Nunes, *op.cit.*, 1989, p. 27

²⁵ Confissões da Bahia, *op. cit.*, 1935, p. 53

Infelizmente não sabemos o que aconteceu com o referido soldado Gaspar Martins: se morreu em campanha, se retornou ou não da guerra de Sergipe. Seu nome não consta entre os que solicitaram sesmaria no sertão sergipense. Quantos outros destes desbravadores do sertão sergipano ter-se-iam alistado nesta campanha para escapar dos desamores de suas esposas ou da implicância de sogras abusadas?

Outro colono a referir-se à Capitania de Sergipe – provavelmente soldado a pouco chegado do campo de batalha –foi Roque Garcia, que se confessou ter cometido o pecado de blasfêmia. Compareceu perante o Visitador no tempo da graça, aos 19 de agosto de 1591, dizendo que “haverá cinco meses, estando ele em Sergipe, donde é capitão Tomé da Rocha, disseram uns negros que os gentios tinham mortos quatro ou cinco homens que estavam em um barco em o rio de São Francisco, e que queimaram o barco. E dizendo o capitão que os negros mentiram, respondeu ele confessante que tanto cria ele no que diziam aqueles negros, como nos Evangelhos de São João, sendo presente Antônio Fernandes, casado, natural da ilha Terceira, soldado em Sergipe, o qual o repreendeu e ele se calou. E disse aquelas palavras parvamente, e pede delas perdão e penitência saudável com misericórdia, e disse que não deu conta disto a outrem, e foi-lhe mandado ter segredo e que atente como fala, e fale palavras de bom cristão que não dêem escândalo e lhe não causem dano em sua alma, e se vá confessar a um padre da Companhia e traga escrito, e cumprirá a penitência que lhe derem.”²⁶

Essa blasfêmia contra o quarto Evangelho não foi considerada suficientemente grave pelo Visitador para merecer punição, prevalecendo nesta avaliação mais a misericórdia do que a justiça, os dois alicerces em que se escoravam os julgamentos deste santo tribunal da fé. Digno de destaque também na confissão desse Roque Garcia – cujo nome não consta entre os beneficiários de sesmaria, é que suas palavras néscias foram proferidas como parte de um diálogo com o

²⁶ Confissões da Bahia, *op. cit.*, 1935, p. 41

Capitão Tomé da Rocha, figura importante na história local, posto que o Capitão Geral das Entradas Cristóvão de Barros ao retirar-se de Sergipe, “deixou o governo entregue a Tomé da Rocha, que na guerra de Sergipe tomou parte importante, vindo da Bahia, depois da saída de Cristóvão, auxiliar-lhe a acabar a obra da conquista que durou oito meses de grandes lutas.”²⁷ Permanece contudo a dúvida: seria verdade que “os gentios tinham mortos quatro ou cinco homens que estavam em um barco em o rio de São Francisco”, queimando em seguida a embarcação? Ou estaria certo o Capitão Tomé de Rocha, identificando esse suposto sinistro como “mentira de negros”? Outra dúvida sugere a confissão deste retornado de Sergipe: embora “negros” nesta época fosse usado indistintamente na identificação dos ameríndios, chamados de “negros da terra”, e dos africanos, referidos como “negros da guiné”, nesse contexto, tudo leva a crer que os tais “negros” que se supunha estarem mentindo, deviam ser mesmo africanos ou afro-descendentes, já que na mesma frase há referência a “gentios”, isto é, ameríndios. Salvo erra, seria esta então a primeira referência a presença da raça negra em terras de Sergipe Del Rei, 1591. Uma derradeira observação: como o Rio de São Francisco atravessa no nordeste as Capitanias da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, não há como saber com exatidão, quando citado genericamente, em qual das capitaniias ocorreu o fato em tela. Nesse caso, tudo leva a crer, dadas as circunstâncias relativas ao acontecimento, se tratava mesmo da margem sergipana do Velho Chico.

IV. VIVENDO COMO GENTIOS

Estoutra confissão, datada de 2 de fevereiro de 1592, revela aspectos deveras românticos do quotidiano dos primeiros habitantes dessa Capitania, novamente voltando ao tema da presença francesa em Sergipe Del Rei, mais precisamente na região do São Francisco.

²⁷ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 85

“Simão Luis disse ser francês de nação, natural da cidade de Rabra Nova (sic), filho de Roberto Luis, luterano, e de sua mulher Margarida Grisel, católica, que não sabe se são vivos, se defuntos, viúvo, lavrador e morador no Rio de Perabasu, de idade de 35 anos. E confessando-se, disse que, sendo ele moço de dez anos, na sua terra, fugia da doutrina de sua mãe católica e seguia a seita luterana que o dito seu pai luterano lhe ensinava. E sendo da dita condição e idade, [portanto em 1567], se veio em um navio da sua terra, o qual navio era também de luteranos, e com eles vinha ele guardando a sua seita , e desembarcando na costa deste Brasil a buscar pau [Brasil], ele, quando foi o tempo da partida no rio de S.Francisco, fugiu e se ficou em terra com os negros gentios deste Brasil, no sertão, e com os ditos gentios esteve dois anos, usando todas as gentilidades como os ditos gentios, de maneira que até ser de idade de 12 anos pouco mais ou menos, ele não teve a lei de Jesus Cristo. E depois de isto passar, fugiu dos ditos gentios para esta cidade e, em Vila Velha, o cura o confessou e os padres do dito Colégio da Companhia de Jesus o doutrinaram, e de então até agora vive catolicamente, porém sempre em seu coração teve até agora uma erronia, a qual é parecer-lhe e ter por certo que não era necessário rezar aos Santos nem às Santas, nem honrá-los, nem rogar-lhes nada, mas que somente bastava honrar, rogar, pedir e rezar a Deus, a Jesus Cristo e a Nossa Senhora, tendo para si que pois os Santos eram servos e Deus é o senhor, que não era necessário fazer conta dos servos senão do senhor, e que destas culpas pede misericórdia, dizendo que já é do conhecimento da verdade que os Santos devem ser venerados e honrados. E foi-lhe mandado que no Colégio de Jesus continuasse cada manhã estar de uma hora, estes dias seguintes, com o Padre Pero Coelho, até ele o instruir bem nas coisas de Nossa Santa Fé e que lhe importam para a salvação de sua alma, e no fim se confessasse a ele fazendo confissão geral de toda sua vida, e que traga escrito a esta mesa de como tem satisfeito a isto.”²⁸

²⁸ Confissões da Bahia, *op. cit.*, 1935, p. 146-147

Fixemo-nos apenas na culpa confessada por esse que parece ser o primeiro francês, ou um dos primeiros desta região, a aparecer na documentação, com nome, sobrenome e alguns dados biográficos: disse Simão Luiz que “com os ditos gentios esteve dois anos, usando todas as gentilidades como os ditos gentios, de maneira que até ser de idade de 12 anos pouco mais ou menos, ele não teve a lei de Jesus Cristo.” Quais seriam tais “gentilidades”, entendidas na época como sinônimo de paganismo, idolatria? Dois moradores de Sergipe nos dão mais minudência desta exótica adoção por parte de civilizados dos costumes do “gentio bravo”. O primeiro é João Gonçalves, que confessou aos 29 de janeiro de 1592. “Disse ser cristão velho, natural da capitania dos Ilhéus, costa deste Brasil, filho de Tomé Fernandes²⁹ e de sua mulher Isabel Gonçalves, trabalhadores, solteiro, que lhe parece ser de idade de 20 anos, alfaiate, morador em Sergipe do Conde deste Recôncavo. E confessando, disse que haverá três anos que foi na companhia de Cristóvão de Barros à guerra de Sergipe Novo, na qual andou no arraial, e mandando Cristóvão de Barros a Álvaro Rodrigues, mameluco da Cachoeira, por capitão de uma companhia de cento e tantos homens pelo sertão adentro a fazer descer gentio com paz, ele confessante foi na dita companhia, na qual andou no dito sertão algum mês e meio, e nesse tempo, nos sábados e sextas-feiras e dias que não eram de carne, ele confessante comeu sempre carne. E antes de partir com o dito Álvaro Rodrigues para o dito sertão, estando no arraial em Sergipe, se fez riscar em um braço e logo mostrou o braço esquerdo, entre o cotovelo e o ombro, cortados na carne, feitos como ferretes que ficam em sinal para sempre, o qual riscado é uso e costume dos gentios valentes, de maneira que riscar-se e ser riscado significa entre os gentios ser gentio cavaleiro e valente, e declarou que Estácio Martins, mameluco, alfaiate, morador de Ilhéus, lhe fez o dito riscado. Confessou mais, que haverá ano e meio que ele, confessante, foi na

²⁹ Seria esse Tomé Fernandes, pai do confessante, o mesmo que recebeu sesmaria em Sergipe em 23 de julho de 1594? Freire, *op. cit.*, 1977, p. 323.

companhia de Gonçalo Álvares, carpinteiro de Tamararia, ao sertão das Alpariacas, na qual companhia eram por todos 25 brancos, e alguns 60 selvagens pagãos, e alguns 30 escravos cristãos, e andaram no sertão 15 meses sem se confessar, donde ora poucos dias há que vieram, nos quais 15 meses, em todos os dias da quaresma e nas sextas-feiras e sábados e mais dias que não eram de carne, comeu, e assim comia toda a dita companhia do seu rancho. E de tudo pediu perdão nesta mesa e foi-lhe mandado ter segredo pelo juramento que recebeu e que se vá confessar ao Colégio de Jesus e traga escrito a esta mesa antes de se tornar para sua casa, e que depois de março torne a esta mesa.”³⁰ Nesse caso, além das tatuagens no braço, “cortados na carne, feitos como ferretes”, prova de valentia mas que possuía certamente significado simbólico, quiçá religioso, a única gentilidade praticada por esse soldado foi o comer carne em dias defesos.

Outro confessante, talvez devido à sua condição de mestiço ameríndio, apesar de ter sobrinho de um cônego no cabido de Salvador, deixou-se seduzir com mais comprometimento e por mais tempo pelo gentilismo. Trata-se de Lázaro da Cunha³¹, mameleuco, natural da capitania do Espírito Santo, filho de Tristão da Cunha, defunto, homem branco, e de sua mulher Isabel Pais, mameleuca, irmã do Cônego Jácome de Queiróz, solteiro, de idade de 30 anos, que não tem ora lugar certo de morada. E confessando suas culpas, disse que haverá sete anos pouco mais ou menos que ele foi de Pernambuco na companhia de Manuel Machado para o sertão de Paripe, no qual se deixou ficar na companhia dos tupinambases, que são gentios, e entre eles andou vivendo cinco anos pouco mais ou menos, sempre ao modo gentílico, tingido e fazendo e usando todas as cerimônias, usos, ritos, estilos e costumes dos ditos gentios, fazendo tudo assim e da maneira

³⁰ Confissões da Bahia, *op. cit.* 1935, p. 126

³¹ Este réu foi processado, apesar de confessar na graça. Recebeu penitências espirituais, além de proibido de voltar ao sertão. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 11068. [Nota de R. Vainfas]

como se ele fora gentio, e tratando com feiticeiros como eles fazem, porém, ainda que fazia tudo isto, ele nunca no seu coração deixou a fé de Jesus Cristo, e sempre em seu coração foi cristão e se encomendou a Deus e a Nossa Senhora e Santos do Paraíso. E no dito tempo andava com os ditos gentios nas suas guerras, ajudando-os contra os outros gentios, e uma vez vieram brancos cristãos ter sobre uma aldeia onde ele confessante estava, e o puseram em cerco, pelo que ele os guerreou e desbaratou, porém neste desbarate não ficou nenhum dos cristãos mortos, ainda que ficaram alguns feridos, que depois sararam. E outrossim, no dito tempo, nas guerras que ele fazia contra outros gentios, ferrou muitos deles e matou, e os deu a comer aos gentios em cuja companhia ele andava, e em todos os ditos cinco anos e meio pouco mais ou menos que andou no dito sertão, sempre nos dias das quaresmas e das sextas-feiras e sábados, e mais dias de jejum proibidos pela Igreja, comeu carne sem fazer diferença alguma e sem ter necessidade dela, e deu mais aos gentios uma espada. E sendo perguntado, disse que os ditos gentios em cuja companhia andou são inimigos dos brancos cristãos e os guerreiam, como fizeram no dito tempo que ele com eles andou, que tendo feito resgate com um arraial de perto de duzentos brancos cristãos, que foram ao dito sertão resgatar, eles ditos gentios, à traição, assaltaram com o dito arraial de brancos e mataram quatorze ou quinze brancos cristãos, e a muitos feriram e os desbarataram, tomando-lhe as peças³² e ficando-se com elas e com o resgate delas que já tinham, e neste desbarate, ficou ele confessante então desbaratado, e por isso se veio então. De maneira que os ditos gentios são inimigos dos brancos cristãos e não costumam ter paz com eles, senão enquanto eles não têm força nem posse para lhes dar guerra. E em todos os ditos anos não se confessou nem comungou, e conversou carnalmente as gentias, e tinha mulheres muitas, como costu-

³² É confissão que descreve uma típica operação de resgate, isto é, de troca de índios escravos por armas e outros bens. Neste caso, os índios que “venderam” os escravos ficaram com o resgate e com os próprios escravos - as mencionadas peças -, tomando de assalto o arraial dos portugueses após a negociação. [Nota de R. Vainfas]

mam os gentios, e todos os exteiros de gentio guardou inteiramente e, depois do dito tempo passado, se veio a Sergipe desta capitania. E depois, ainda haverá quinze meses, tornou para o sertão outra vez em companhia de Gonçalo Álvares, onde andou até agora, que de lá vem, e sempre neste espaço de tempo, nos dias da quaresma e sextas -feiras e sábados, e mais dias proibidos pela Igreja, comeu carne sem necessidade (e) não se confessou na quaresma passada que esteve no dito sertão. E foi perguntado se alguma vez em seu coração lhe pareceu que se podia salvar naquela gentilidade e que a lei dos cristãos não era boa para a salvação das almas, e se com essa intenção fez algumas obras de gentio das que tem dito ou outras algumas mais, respondeu que nunca tal lhe pareceu e sempre esperou salvar-se na lei de Cristo, e o que fez fazia por comprazer aos índios. E foi-lhe declarado o muito que lhe importa falar verdade, se fez as ditas obras de gentio com intenção de gentio, porque não pode ser absoluto senão nesta mesa, e foi admoestado que desencarregue sua consciência, porque nesta mesa não se trata mais que da salvação de sua alma, pois está no tempo da graça e perdão, respondeu que sempre teve a fé de Cristo no coração e tem dito a verdade. E foi perguntado que adorações fez ele e a quem adorava, respondeu que os ditos gentios não têm Deus nenhum em que creiam, nem adorem, nem têm ídolos mais que somente as coisas que os seus feiticeiros lhes dizem, essas crêem, e quando tomam carne humana dos selvagens, que é outra casta dos gentios, comem-na com grandes festas, bailes e regozijos, as quais festas ele confessante se achava presente, e nunca no seu coração creu aos ditos feiticeiros, mas de fora mostrava-lhes que os cria, e assim também ajuntava carne de porco com carne humana e, comendo com os ditos gentios, ele comia a de porco e os gentios a humana, cuidando eles que também a de porco que ele comia era humana, e de todas estas culpas disse que estava arrependido e pedia perdão. E assim também confessou que, uma vez no dito sertão, pecou no nefando consumadamente, dormindo carnalmente com uma gentia pelo vaso traseiro como se propriamente fizera por diante, pelo natural, e de tudo disse que pedia perdão. E foi logo mandado que se fosse confessar ao Colégio de Jesus e traga escri-

to de confissão a esta mesa. E sendo perguntado se nas ditas gentilidades andou outro algum cristão fazendo com ele o mesmo que dito tem, respondeu que não.”³³

A confissão deste mameluco Lázaro da Cunha revela com riqueza de detalhes, o que significava para um cristão católico adotar o “modo gentílico, tingido e fazendo e usando todas as cerimônias, usos, ritos, estilos e costumes dos ditos gentios, fazendo tudo assim e da maneira como se ele fora gentio, e tratando com feiticeiros como eles fazem”.

Resta ainda citar um destacado sesmeiro de Sergipe, peça importante na história das heterodoxias na Bahia quinhentista, que em seu processo inquisitorial cita o nome de outro mameluco morador em Sergipe o Novo, ambos envolvidos em uma sorte de traição pátria – favorecer a guerra dos gentios contra os cristãos – crime que fazia parte do conhecimento criminal do Tribunal do Santo Ofício por representar uma ameaça ao progresso da fé na conversão dos pagãos. O tal personagem ilustre é Domingos Fernandes Nobre, de alcunha Tomacaúna³⁴, mameluco, cristão velho, que confessou aos 11 de fevereiro de 1592 ter sido testemunha ocular e segundo outros denunciantes, seguidor destacado da famigerada “erronia da Santidade”, uma espécie de cisma religioso sincrético com elementos do catolicismo e da religião tupinambá, fenômeno estudado em 1952 pelo sergipano José Calasans na obra *Fernão Cabral e a Santidade de Jaguaripe*, e em 1995 por Ronaldo Vainfas, em *A Heresia dos Índios*.³⁵ Tomacaúna em sua confissão descreve com verve o hibridismo da vida dos mamelecos desta região nordestina, divididos entre o mundo tribal e a nova cultura dos lusitanos. *Veniam petimus* por sua transcrição integral, pois permite-

³³ Confissões da Bahia, op. cit, 1935, p. 107-108

³⁴ Processado pelo visitador. Abjurou de leve suspeita na mesa, onde foi “grandemente repreendido”. Penitências espirituais, pena pecuniária de 5 mil réis e proibição de voltar ao sertão. ANTT, IL, Proc. 10776. [Nota de R. Vainfas]

³⁵ Calasans, Salvador, s/e, 1952; Vainfas, Ronaldo. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

nos entrar no cotidiana e imaginário de um mameluco, cuja vivência hibridizada deve ter sido assaz semelhante à de muitos outros mestiços sergipanos. “Confissão de Domingos Fernandes Nobre, de alcunha Tomacaúna, no tempo da graça do Recôncavo, no último dia dela, em 11 de fevereiro de 1592: disse ser cristão velho, natural de Pernambuco, costa deste Brasil, mameluco, filho de Miguel Fernandes, homem branco, pedreiro, e de Joana, negra do gentio deste Brasil, defuntos, de idade de quarenta e seis anos, casado com Isabel Beliaga, mulher branca, cristã velha, morador nesta cidade e não tem ofício. E confessando suas culpas, disse que de idade de dezoito anos até idade de trinta e seis anos viveu como homem gentio, não rezando, nem se encomendando a Deus, cuidando que não havia de morrer nem tendo conhecimento de Deus, como verdadeiro cristão, e posto que se confessava pelas quaresmas, era por cumprir com a obrigação, e sua vida no dito tempo foi mais de gentio que de cristão, porém nunca deixou a fé de Cristo e essa teve sempre em seu coração. Confessou que haverá vinte e dois anos pouco mais ou menos que, em Pernambuco, pecou no pecado da carne com duas moças suas afilhadas, das quais ele foi padrinho quando, sendo elas gentias, as batizaram e fizeram cristãs, parecendo-lhe que tanto pecado era dormir com elas sendo suas afilhadas como se não o foram. Confessou que haverá vinte anos pouco mais ou menos que ele foi ao sertão de Porto Seguro em companhia de Antônio Dias Adorno, à conquista do ouro, e no dito sertão ele usou dos usos e costumes dos gentios, tingindo-se pelas pernas com uma tinta chamada urucum e outra jenipapo, e empenando-se pela cabeça de penas, e tangendo os pandeiros dos gentios, que são uns cabaços com pedras dentro, e tangendo seus atabaques e instrumentos, bailando com eles, cantando suas cantigas gentílicas pela língua gentílica que ele bem sabe, e que estas coisas fez por dar a entender aos gentios do dito sertão que ele era valente e não os temia, por andarem sempre em guerra. Confessou que haverá dezesseis anos pouco mais ou menos que, por mandado de João de Brito d’Almeida, que foi governador nesta capitania na ausência do governador, seu pai, Luis de Brito, que ia para a Paraíba, foi ele confessante ao sertão

de Arabó, por capitão de uma companhia a fazer descer o gentio para o povoado, na qual jornada gastou quatro ou cinco meses e, no dito sertão ele tinha mulheres, duas, ao modo gentílico, as quais eram gentias filhas de gentios que lhas davam por mulheres, e se tingia ao seu uso gentílico, e bailava e cantava e tangia com os gentios ao seu uso gentílico, e se riscou pelas coxas, nádegas e braços ao modo gentílico, o qual riscado se faz rasgando com um dente de um bicho chamado paca, e depois de rasgar a carne levemente pelo couro, esfregam por cima com uns pós pretos, e depois de sarado, ficam os lavores pretos impressos nos braços e nádegas, ou onde os põem, como ferretes, para sempre. O qual riscado costumam fazer os gentios em si quando querem mostrar que são valentes e que tem já mortos a homens, e por ele confessante se ver então em um aperto dos gentios, que se levantavam contra ele, se fez riscar por um negro do dito modo para se mostrar valente e assim escapou, porque vendo isso os gentios lhe fugiram, e então se riscou com ele pela dita maneira Francisco Afonso Capara, morador em Pirajá, termo desta cidade. Confessou que haverá quinze anos pouco mais ou menos que tornou ao mesmo sertão de Arabó desta capitania, por mandado do dito governador Luis de Brito, por capitão doutra capitania a fazer descer gentios para o povoado, na qual jornada gastou alguns seis meses, e no dito sertão lhe deram também os gentios suas filhas gentias por mulheres, e tinha duas e três juntamente por mulheres, como qualquer gentio, e bebia com eles o seu fumo, que é o fumo de uma erva que em Portugal chamam a erva santa³⁶, e bebia com eles os seus vinhos e bailava e tangia e cantava com eles ao seu modo gentílico, e andava nu como eles, e chorava e lamentava propriamente como eles ao seu uso gentílico, as quais coisas todas fazia em descrédito da lei de Deus porque os gentios, vendo-o fazer as ditas coisas, o tinham também por gentio e lhe chamavam sobrinho e estas coisas fazia (tendo em seu coração a fé de Cristo), para os gentios lhe darem bom tratamento. Confessou que haverá

³⁶ Trata-se do tabaco, e onde todos diziam “beber” entenda-se “fumar”. [Nota de R. Vainfas]

treze ou quatorze anos que, por mandado do mesmo governador, tornou ao sertão dos Ilhéus, onde gastou quatorze meses, e nele se empenou pelo rosto com almécega (resina amarela) e se tingiu com a tinta vermelha de urucum ao modo gentílico, e teve sete mulheres gentias que lhe deram gentios, e as teve ao modo gentílico, e tratou com eles e bebeu seus vinhos e fez seus bailes e tangeres e cantares, tudo como gentio. E porque eles se levantaram contra ele e seus companheiros, ele confessante e João de Remirão, senhor do engenho seu, que mora vizinho de Tassuapina desta capitania, se fingiram serem feiticeiros da maneira que os gentios costumam ser, dizendo que lhes haviam de lançar a morte para todos morrerem, e fazendo algumas invenções e fingimentos para que eles assim o cuidassem e para escaparem que os não matassem, como escaparam. Confessou que haverá vinte anos, no sertão de Pernambuco, no Rio de São Francisco, deu uma espada e rodelas, e adagas e facas grandes de Alemanha, e outras armas aos gentios que são inimigos dos cristãos e os matam e guerreiam quando tem lugar para isso. Confessou que haverá cinco ou seis anos pouco mais ou menos que, no sertão desta cidade, se elevou entre os gentios uma erronia e abusão a que eles chamavam Santidade, e tinham um gentio a que chamavam Papa, o qual dizia ser Deus, e a outros chamavam Santos, e uma gentia chamavam mãe de Deus, e a outras chamavam santas, e faziam entre si batismos com candeias acesas, lançando água pelas cabeças dos batizados, e punham -lhe nomes a seu modo, os quais batismos fazia o dito chamado Papa, autor e inventor da dita erronia e abusão, o qual se chamava Antônio e era do gentio deste Brasil, e se criou em casa dos padres da Companhia de Jesus no tempo que eles tinham aldeias em Tinhare, capitania dos Ilhéus, donde ele fugiu para o sertão. E ordenou a dita erronia, arremedando e contrafazendo os usos da igreja cristã, fazendo os ditos batismos e fazendo igrejas com altares e pias de água benta, e mesas de confrarias e tocheiros, e contas de rezar, e sacristia, e tinham no altar um ídolo de uma figura de animal que nem demonstrava ser homem, nem pássaro, nem peixe, nem bicho, mas era como quimera, no qual adoravam, e a dita negra chamada mãe de Deus era mulher

do dito Papa ao seu uso gentílico. E sendo assim levantada esta abusão, foi ele confessante, por mandado do governador Manuel Teles Barreto, por capitão de uma companhia de soldados que consigo levou para desfazer a dita erronia e prender e trazer os sustentadores dela, dos quais muitos e a mor parte deles eram cristãos que, depois de serem cristãos, fugiram para o dito chamado Papa, que também era cristão. E indo ele confessante já pelo sertão dentro, achou que os sustentadores da dita abusão fugiam por sentirem que iam contra eles, e topou com uma manga de negros do gentio deste Brasil, deles gentios e deles cristãos, os quais traziam consigo o dito ídolo, e vendo ele confessante o dito ídolo, lhe tirou o chapéu e o reverenciou fingidamente, por enganar aos que o traziam, dando-lhes a entender que cria naquela sua abusão. E pedindo-lhe os ditos negros que os deixasse fazer uma procissão com o dito ídolo, ele confessante lhes deu licença para isso, e mandou aos seus negros que consigo levava que os ajudassem a fazer a dita procissão, e com eles fez ele seus sagrados e tangeu seus instrumentos gentílicos ao seu uso daquela sua abusão chamada Santidade. E então mandou ele confessante a alguns de seus companheiros com o dito ídolo que o levassem a Fernão Cabral de Taíde, à sua fazenda de Jaguaripe, donde ele confessante tinha partido para o dito sertão, os quais companheiros eram Domingos Camacho, natural do Algarve, que ora está nas Índias de Tocumão, e Pantaleão Ribeiro, lavrador e morador na fazenda de Diogo Correa, pelos quais, com o dito ídolo, escreveu uma carta ao dito Fernão Cabral em que lhe dizia que lhe mandava ali aquele ídolo com aquela gente seguidora da dita abusão, que poderiam ser algumas sessenta almas, que lhes fizesse boa companhia enquanto ele confessante ia por diante ao sertão, por que não corresse ele perigo no sertão. E que depois de assim despedir aos ditos seus companheiros que levaram a dita sua gente e ídolo, ele confessante foi por diante, levando já consigo novo socorro de companheiros que lhe mandou o governador Manuel Teles. E chegando a um passo onde chamam Palmeiras Compridas, lhe mandou dizer o principal dos sustentadores daquela erronia, o qual chamavam papa, que ele não passasse daquele lugar sob pena de obediência, porque ele viria logo

aí ter, e logo o dito chamado Papa veio vestido com uns calções de raxa preta e uma roupeta verde e um barrete vermelho na cabeça, trazendo consigo muitos dos seus sequazes em fileiras de três, em ordem, e as fêmeas e crianças todas detrás com as mãos levantadas. E o dito chamado Papa, que vinha na dianteira, e os mais que o seguiam em fileiras, vinham fazendo meneios e movimentos com os pés e a mão e pescoço, e falando certa linguagem nova, que tudo era invenção e cerimônia daquela abusão chamada Santidade. E ele, confessante, adorou ao dito chamado Papa e se ajoelhou diante dele dizendo estas palavras, “adoro-te bode porque hás de ser odre”. E logo ele confessante fez também o pranto ao dito chamado Papa, segundo o costume gentílico, e saltou e festejou com ele ao seu modo gentílico, e bebeu o fumo com ele, ao qual fumo os seguidores da dita abusão chamavam sagrado, e tangeu e cantou com eles seus instrumentos e suas cantigas em suas linguagens, e consentiu que adorassem a ele confessante, e lhe chamassem filho de Deus e lhe chamassem também São Luis. E que todas estas coisas fez e consentiu sem a intenção nem ânimo de gentio, mas fingidamente, para enganar aquela gente daquela erronia e a trazer consigo, como trouxe, para a dita fazenda do dito Fernão Cabral. E ao dito chamado Papa deu ele confessante uma espada de cavalgar, e dantes já lhe tinha mandado um traçado³⁷ e o dito vestido com que ele vinha vestido. Confessou mais, que antes deste caso da dita abusão, foi ele ao sertão desta capitania em companhia de Luis Lopes Pessoa, com licença do governador Lourenço da Veiga³⁸, que então governava este estado, para fazerem descer gente do gentio e trazê-la consigo para o povoado, na qual entrada gastou um ano, e no dito tempo fez e usou com os ditos gentios os seus costumes gentílicos, fazendo seus tangeres e cantares da maneira sobredita, e aceitou deles quatro mulheres que lhe deram por mulheres ao seu modo gentílico. Confessou mais, que haverá dois anos e meio que ele

³⁷ “Traçado ou terçado: espada curta”. [Nota de R. Vainfas]

³⁸ Foi Governador de 1578 a 1581. [Nota de R. Vainfas]

foi com licença da mesa do governo ao sertão, na companhia de Cristóvão da Rocha, a fazer descer gentio donde ora vem ao sertão de Pernambuco, onde também consentiu e mandou fazer uma dança de espadas e festas aos gentios do dito sertão de Pernambuco, (e) também deu duas espingardas aos ditos gentios e também lhe deram seis mulheres que ele teve por mulheres.

E assim confessou que, em todos os ditos tempos que andou nos ditos sertões, comeu sempre por muitas vezes carne em todas as quaresmas e mais dias em que a igreja defende carne, e muitas vezes disse que não queria vir-se nunca do sertão, pois nele tinha muitas mulheres e comia carne nos dias defesos, e fazia mais que queria sem ninguém lhe tomar conta. E disse que, de todas estas coisas e culpas que confessado tem, pede perdão neste tempo de graça. E foi logo perguntado quanto tempo há que ele é casado com sua legítima mulher Isabel Beliaga e de que maneira tinha ele as mulheres do sertão, respondeu que há vinte e três anos pouco mais ou menos que é casado, e que no sertão as mulheres que lhe davam, ele as não recebia por palavras algumas da Igreja, somente as tomava como é costume entre os gentios para conservação de mulheres para conversação desonesta. E perguntado se podia ele escusar de comer carne nos tempos defesos, respondeu que sempre a comeu por necessidade, por não ter outro mantimento, e que quando tinha mantimento deixava de comer a carne. E declarou que, no tempo que ele adorou o chamado Papa, ele disse aos seus companheiros que o adorassem por dissimular, porém que estava diante de todos e não viu se adoraram, senão que o dito chamado Papa lhe disse que se chamava Antônio e era cristão, e fora dos padres da Companhia de Jesus de Tinharé, capitania dos Ilhéus. E sendo perguntado que pessoas viu na dita sua companhia fazer o mesmo que ele fez, ou outras coisas semelhantes, respondeu que viu ao dito capitão Cristóvão da Rocha dar aos gentios que são inimigos dos brancos, e quando podem os guerreiam e matam, um instrumento de guerra, bandeira de seda, tambor, cavalo, égua, espingarda, espada, e assim se dizia que dera uma botija de pólvora, e o viu tisnado pelo pescoço com tinta de jenipapo ao costume gentílico, e lhe viu ter cinco

ou seis mulheres ao modo gentílico, e viu a Pedro Álvares, mameleuco, morador ora em Sergipe o Novo, mandar dar uma espada aos ditos gentios por três peças, e viu a Fernão Sanches Carrilho, homem branco d'Alentejo, que ora está no rio de São Francisco, dar aos ditos gentios uma coura³⁹, e viu a Domingos Dias, mameleuco, riscado em um braço ao modo gentílico, o qual ora lhe parece que está em Paraguaçu. E por não dizer mais, foi-lhe mandado ter segredo e assim o prometeu, e do costume disse que tem ódio a Cristóvão da Rocha.”⁴⁰ Cibia aos Inquisidores a perseguição também do crime de entregar armas, munições ou cavalos aos índios e demais inimigos da fé – muçulmanos, protestantes e gentios em geral, pois assim fazendo, estavam traindo não só a nação e ao Rei, como obstaculizando o progresso da verdadeira religião, municiando os infiéis em sua peleja contra a cristandade. O tal mameleuco morador em Sergipe trocou com os índios uma espada “por três peças”, isto é, três escravos, revelando o quão pouco valia o gado humano nestes sertões Del Rei.

Tomacaúna, que na pia fora batizado como Domingos Fernandes Nobre, em 25 de maio de 1596 recebeu para si e para sua filha Joana Nobre, das mãos do Capitão de Sergipe, Diogo Quadros, “duas mil braças de terras no rio de Tãomityaiaiaia, braço do rio Piauí, que corre para a banda do norte”.⁴¹

V. PECADOS DA CARNE

Outros soldados participantes da Guerra de Sergipe o Novo, além dos já citados, também confessaram ter infringido o 4º Mandamento da Igreja, comendo carne em dia proibido. De acordo com o Direito

³⁹ Coura: gibão de couro com abas. [Nota de R. Vainfas]

⁴⁰ Confissões da Bahia, *op. cit.*, 1935, p. 167

⁴¹ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 337

Canônico, todo católico acima de 21 anos era obrigado a jejuar e se abster de carne 69 dias por ano, tendo em vista tratar-se tais sacrifícios de “sólido fundamento da castidade, extinguindo os ardores da lascívia”.⁴² De acordo com as determinações do Concílio de Trento, aplicadas através das Constituições dos Arcebispos de Portugal e seus domínios, “é proibido por direito Canônico comer carne em todos os dias da Quaresma, que começam na Quarta Feira de Cinzas até o sábado véspera da Páscoa e em todas as sextas feira e sábados de cada semana. Também é proibido comê-la na segunda, terça e quarta feira das Ladinhas de Maio, nas quatro temporas ano e em todos os mais dias em que há obrigação de jejuar, por ser da essência do jejum a abstinência da carne”.⁴³ Na perspectiva inquisitorial, o comer carne em dia proibido poderia ser indício de gentilismo ou protestantismo, já que luteranos e calvinistas desprezavam tais práticas de penitência católica.

Um dos soldados que tomou parte na Guerra de Sergipe e se acusou neste particular perante o Visitador Heitor Furtado de Mendonça aos 8 de fevereiro de 1592, foi o mameluco Paulo Adorno, natural da Bahia, 39 nove anos, viúvo, morador em Matoim, filho de Francisco Rodrigues, homem branco, defunto, cristão novo, e de sua mulher Catarina Dias Adorno, mameluca: “confessando-se, disse que no tempo que foi governador deste Brasil Luis de Brito d’Almeida⁴⁴, foi duas vezes ele confessante ao sertão, uma na companhia do capitão Antônio Dias Adorno, já defunto, e outra ele e Brás Dias, mameluco, morador na barra de Jaguaribe, ambos sós, nas quais jornadas ele comeu carne por muitas vezes em todo o tempo que elas duraram. Que a primeira, na companhia de Adorno, durou nove meses, e a outra durou três meses, e sem terem necessidade e podendo escusar

⁴² Vide, D. Sebastião. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1707. SP, Tipografia 2 de fevereiro, 1853, § 392.

⁴³ Vide, *op. cit.*, 1853, § 408 e ss.

⁴⁴ Foi Governador entre 1573 e 1578. [Nota de R. Vainfas]

carne, a comeram por muitas vezes não lhe lembra número certo, assim na quaresma como nos mais dias proibidos, e nas ditas jornadas fizeram o mesmo com ele o dito seu companheiro Brás Dias, que é homem pretalhão, muito bexigoso, cujo pai foi morador em Vila Velha, e assim também outros que ora lhe não lembram. E que, outrossim, haverá três anos que foi ao sertão de Sergipe na companhia de Cristóvão de Barros, onde também comeu carne por muitas vezes, o número lhe não lembra, também em dias proibidos, podendo-a escusar e sem desculpa, e destas culpas disse que pedia perdão. E sendo mais perguntado, disse que na dita jornada de Cristóvão de Barros, comeu também carne João Ribeiro, seu camarada e morador em Paripe, e do costume disse nada. E foi-lhe mandado ter segredo, e que torne a esta mesa no mês de maio primeiro que vem.”⁴⁵

Há entre os soldados e agregados que acompanharam o Capitão Geral das Entradas Cristóvão de Barros na conquista de Sergipe, ou que depois ali serviram, alguns que procuraram o Visitador do Santo Ofício para se auto-delatarem de desvios relacionados ao “apetite carnal”: pecados contra o sexto mandamento da Lei de Deus, estes sim, os verdadeiros “pecados da carne”. Outros foram denunciados, como é o caso de Gaspar Rodrigues (também conhecido como Gaspar Róis) “que está ora feito soldado na cidade de São Cristóvão de Sergipe desta capitania, infamado de forçar a um negro para fazer o pecado de sodomia”. Esse escândalo se espalhou como a peste pela provinciana Salvador e seu recôncavo por anos seguidos: segundo o denuncia do cristão velho Antônio Gomes, 30 anos, agente das causas dos padres da Companhia de Jesus e escrivão da câmara episcopal, casado

⁴⁵ O cotejamento entre os nomes de moradores de Sergipe citados nas *Cartas de Sesmarias* e nos *Livros das Visitações do Santo Ofício*, deve ser feito com muito cuidado, pois apesar da diminuta população residente no nordeste brasileiro nos finais do século XVI e primeiro quartel do XVII, é freqüente a ocorrência de homônimos. Nesse sentido, encontramos um tal de Baltasar Ferreira, que apesar de ser um nome e sobrenome razoavelmente raros, pleiteia em 1596 gleba de “meia légua no rio Hitanhí para viver com sua mulher e muitos filhos”, sendo que em 1618, na Mesa Inquisitorial é citado outro Baltasar Ferreira, mercador cristão velho de 40 anos, porém diferentemente do anterior, identificado como solteiro. Cf. Freire, *op. cit.*, 1977, p. 336 e p. 410

com Antônia de Pina, “há quatro ou cinco anos, nesta cidade, no Juízo Eclesiástico se tratou um auto de uma denunciação que se fez contra Gaspar Rodrigues, criado que foi de Manuel de Melo por pecar no pecado nefando com Matias, negro de Guiné. E vindo depois ter as ditas culpas à mão dele confessante, as queimou, e por isso lhe deram dez cruzados⁴⁶, e isto negociou com ele Bartolomeu de Vasconcelos, irmão do amo do dito culpado, os quais dez cruzados lhe pagou pelo dito culpado Pero de Vila Nova, francês, morador em Sergipe do Conde.”

Este Gaspar Rodrigues “que está ora feito soldado na cidade de São Cristóvão de Sergipe desta capitania”, natural de Torres Novas, tinha 30 anos quando foi denunciado. “Homem baixo do corpo e magro”, filho de Pedro Vaz e Margarida Róis, ostentava invejável destaque em seu curriculum: participara no Marrocos da Batalha da Alcácer Quibir em companhia de Dom Sebastião (1578), tornando-se cativeiro dos mouros e vendido para remar nas galés dos turcos de Argel. “Atrás quatro anos, per si adquiriu cento e tantos escudos espanhóis de ouro com que se resgatou e se tornou para Portugal, depois tornou à Ilha Terceira na armada do Marquês de Santa Cruz, daí vindo para o Brasil”. No tempo que viveu na Berbéria, esteve em Constantinopla e Grécia. Na Bahia foi criado e feitor de Manuel de Mello, o qual no tempo da graça da Primeira Visitação encontrava-se ausente, na cidade de Cusco, no Vice-Reino do Peru. Foi o irmão de seu senhor, o Cônego Bartolomeu de Vasconcelos, baiano de 32 anos, quem o denunciou na Visita de 1591. Disse que ao chegar do Reino pelo ano de 1586, Gaspar Róis “cometera algumas vezes o pecado nefando com um negro da Guiné, Matias, 18 anos, ora em Jaguaribe, escravo de seu irmão, atando-o e constrangendo-o e que por amor disto o negro lhe fugira uma vez e fora ter à casa de Manoel Miranda, cunhado do denunciante e lhe descobrira o caso. E perguntando ele denunciante ao dito negro, lhe confessara também dizendo que Gaspar Róis “peca-

⁴⁶ Para ser ter uma idéia do montante envolvido nesta corrupção, um escravo africano de menos de 25 anos (um “moleção”) valia, à época, cerca de 50 cruzados. [Nota de R. Vainfas]

va com ele, tendo ajuntamento carnal, penetrando com seu membro desonesto no seu vaso traseiro e tendo aí poluição e cumprimento com efeito e consumação, assim como faz o mesmo com uma mulher, sendo sempre ele Matias negro o paciente, e que o dito Gaspar Róis o forçara e era feitor.” Disse mais que já anos antes dera seu testemunho deste crime perante o Vigário Geral da Bahia, Sebastião da Luz, que mandou fazer os autos pelo escrivão Belchior da Costa de Ledesma, e que estando em poder do escrivão Antônio Gomes, da Câmara do Bispo, negociou Gaspar Róis com o citado cônego denunciante, irmão de seu empregador, que queimasse as ditas culpas, pagando dez cruzados ao escrivão Pero de Vila Nova, francês, morador em Sergipe do Conde, que de fato rompeu e queimou os autos, deixando-se por conseguinte de se proceder contra o delato. Devido a este quiproquó, tendo sido despedido da feitoria onde trabalhava, Gaspar Róis fugiu para Sergipe Del Rei, engajando-se como soldado na recém conquistada cidade de São Cristóvão. Experiência militar é o que não lhe faltava! Em seu processo, arquivado na Torre do Tombo, além do cônego, consta o testemunho de mais oito moradores da Bahia, um deles o Padre Baltazar Lopes, 35 anos: acrescenta que o réu estava debaixo de uma escada quando foi surpreendido em ato sodomítico com seu escravo “e ouvia dizer que estando cativo em terras de mouros usava no dito pecado, e trazia os cabelos do toutiço⁴⁷ depenado”. Muitos foram os portugueses denunciados na Inquisição por terem se tornado *berdaches*⁴⁸ na terra dos infiéis – posto haver então na barbárie maior tolerância ao homoerotismo. Seria o tal “toutiço depenado” um distintivo diacrítico utilizado pelos praticantes deste amor secreto? Outra testemunha, o eclesiástico João da Costa Tição, 39 anos, disse mais: que

⁴⁷ “Toutiço: parte posterior da cabeça.”

⁴⁸ *Berdache, bardache ou bardajo*, termo utilizado pelos europeus para referir-se aos nativos do Novo Mundo ou aos europeus em terra dos mouros, praticantes do homoerotismo, acompanhado ou não de travestismo. O termo “Bardaxo” aparece em alguns processos de sodomitas da Inquisição de Lisboa. Cf. ANTT, IL, Proc. 6465 [1576]. Dynes, W. *Encyclopedia of Homosexuality*. New York, Garland, 1990

Gaspar Róis levou um mameluco para debaixo de uma escada “e mandando que se descalçasse e se pusesse de quatro pés – e o mameluco se benzera, afastando-se...” O próprio escravo Matias – já então com 25 anos, casado, contou que estava dormindo quando o feitor Gaspar Rodrigues “o pegou à força, e por se queixar, lançou as mãos à garganta e disse que calasse se não o mataria, metendo o membro no seu traseiro, mas conseguiu desapegar, fugindo para Pirajá, e logo depois chegou o réu dizendo que era preguiçoso e não trabalhava, por isto que fugira...”. Disse que naquela época era solteiro e amigo do réu, mas depois ficou-o querendo mal e que “se não fora negro como é, se fora branco, por esta causa o houvera de matar.” O próprio Gaspar Róis é ouvido pelo Visitador em 7 de outubro de 1592: declara não ter culpas a confessar, mas suspeita ter sido preso por “causa de uns documentos falsos que seu amo mandou fazer contra si, onde se dizia que havia sodomitado a um negro. Retrucou o Inquisidor: se eram falsos os documentos, qual a razão para queimá-los? Respondeu com matreirice: “não por temer as falsidades, mas para ficar tranqüílo...”. O parecer conclusivo da Mesa Inquisitorial, datado de 4 de agosto de 1593, favoreceu o acusado: “Visto as testemunhas que depõem com o negro, [serem] somente de ouvido, que ouviram ao mesmo negro, que é cativo e ao qual o réu açoitava e castigava, e nenhuma das coisas que diz contra o réu são provadas, mas antes são boas as suposições em favor do réu, pois se apresentou à esta mesa antes de ser preso, que Gaspar Róis seja absoluto e que não lhe dê pena alguma, mas penitências espirituais, que se confessasse e pague as custas de 2\$348 réis.” De que lado estava a verdade, jamais poderemos saber.⁴⁹ O única certeza é que Gaspar Rodrigues amargava a fama de sodomita quando “era feito soldado na cidade de São Cristóvão de Sergipe”. Diversos praticantes do amor que não ousava dizer o nome viveram nesta capitania, conforme relatamos no livro *A Inquisição em Sergipe*.⁵⁰

⁴⁹ ANTT, IL, Proc. 11061; *Denunciações da Bahia*, p. 380-381; *Confissões da Bahia*, p. 54-56 e 52-53

⁵⁰ Mott, Luiz. *A Inquisição em Sergipe*. Aracaju, Fundesc, 1985

Outra vez desvios da moral sexual são citados entre os agregados do Capitão Geral da Guerra de Sergipe. Em 20 de agosto de 1591 Domingos Paiva, estudante de 21 anos, denuncia perante o Visitador que “em casa de Cristóvão de Barros, ouviu dizer a Francisco Nunes, criado do dito Cristóvão de Barros, que ora mostra ser de idade de vinte e dois anos, estando ambos sós, vindo a falar no pecado da carne, que dormir um homem com mulher não era pecado. E isto lhe disse o dito Francisco Nunes, o qual é natural dos Ilhéus e ele o tem por cristão velho e é irmão de Gaspar Fernandes, capelão desta Sé. E por ele confessante cuidar que o dito Francisco Nunes lhe disse era verdade, que dormir um homem com mulher não era pecado, assim o teve para si por espaço de alguns dias, e estando neste erro, isto mesmo disse a algumas pessoas, até que o dito capelão Gaspar Fernandes emendou a ele confessante deste erro em que estava, e lhe declarou como fazer o sobredito era pecado, e de então por diante entendeu ele ser o sobredito pecado, e nunca mais disse a ninguém que o não era, como dantes tinha dito, e que desta culpa pede perdão.”⁵¹

Citamos acima outros colonos de Sergipe que assumiram pecados carnais: o mameleuco Lázaro da Cunha disse que “uma vez no sertão, pecou no nefando consumadamente, dormindo carnalmente com uma gentia pelo vaso traseiro como se propriamente fizera por diante, pelo natural”; Tomacaúna e outros soldados disseram ter seguido o costume tupinambá, mantendo várias índias como concubinas; o feitor Gaspar Róis era infamado de sodomizar um negro guiné; o estudante de filosofia, filho de morador de São Cristóvão, manteve diversas cópulas sodomíticas com outros jovens, etc. Resta ainda citar o processo de Marcos Tavares, mameleuco, 18 anos, o único réu das Visitações do Santo Ofício a ser degredado para São Cristóvão. Era filho de Francisco Fernandes, feitor branco e Iria Alves, “brasila forra”, tendo sido criado na

⁵¹ Quanto à Cristóvão de Sá Betancourt, “morador em Sergipe”, cristão velho, que confessou em 19 de janeiro de 1592, sua descrença na existência do Inferno, por não ter-se especificado se se tratava de Sergipe Del Rei ou do Conde, deixamo-lo no “limbo” dos duvidosos. Confissões da Bahia, *op.cit.* 1935, p. 100

casa de Pero d'Aguiar d'Altro, natural de Alenquer em Portugal, membro de família que teve proeminente participação na história política e econômica de Sergipe, a ela pertencendo Tomé de Aguiar Daltro, Ouvidor de Sergipe Del Rey em 1565, e um século depois, um homônimo que ocupou o posto de Capitão Mor desta Capitania.⁵² Em seu processo consta que o mameluco Marcos Tavares, nos idos de 1586, manteve dezenas de cópulas anais com os filhos de seus protetores, Bastião e Antônio Aguiar, então com 12 e 16 anos, respectivamente. Segundo Antônio Aguiar “o dito Marcos se veio a fazer ladrão e de ruins manhas e fugiu de casa haverá 5 anos”. Foi preso por ordem do Visitador. Em sua confissão, em 3 de julho de 1593, declarou ter fornecido mais de quinze vezes com Antônio Aguiar, enquanto com Bastião Aguiar não se lembrava, pois somitigavam atrás da cama ou quando iam “passarinhlar no mato”, sempre praticando “sodomia ad invicem” (reciprocamente). Quando da análise deste caso, a Mesa Inquisitorial ponderou que apesar deste jovem de ter consumado por mais de quinze vezes o abominável pecado nefando, respeitando porém ser menor de idade no tempo em que delinqüiu “e em consideração de ser mameluco”, em vez de ser condenado à morte na fogueira, “usando de misericórdia, o relevam das penas de direito”, recebendo alternativamente as seguintes punições: no dia 19 de agosto de 1593 Marcos Tavares foi conduzido ao Auto Público na Sé da Bahia, vestindo apenas uma túnica, cingido com uma corda, descalço, trazendo acesa uma vela na mão. Ali, ostentando todos aqueles símbolos humilhantes “em presença do Senhor Inquisidor e seus assessores, de muitos religiosos, Cônegos do Cabido, dos Oficiais das Justiças, e de grande concurso de gente e povo”, teve seus nefandos pecados proclamados em alto e bom tom. No dia seguinte, foi açoitado publicamente, pelas principais ruelas de Salvador, degredado em seguida para São Cristóvão de Sergipe, ficando ainda com a pendência de pagar \$738 réis pelas custas processuais. Foi o primeiro sodomita do Brasil a ser castigado publicamente: sua condição de mestiço – provavel-

⁵² Calmon, *op. cit.*, 1985, p.432-433

mente bem visível em seu biotipo, além do fato de ter menos de 25 anos, levaram os juizes inquisitoriais a agir mais com misericórdia do que com justiça. Sem estes dirimentes, poderia ter sido queimado.⁵³

VI. SESMEIROS NA SEGUNDA VISITAÇÃO DA BAHIA

Até aqui tratamos de soldados ou moradores de Sergipe citados na *Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia* e nas *Cartas de Sesmarias*. Analisemos a seguir as referências à dita Capitania encontradas nas *Confissões e Ratificações na Segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia (1618-1620)*, onde diversos personagens aparecem igualmente citados nas mesmas cartas de doação de terras. Aos 16 de setembro de 1618, na confissão que fez o cristão novo Cristóvão Luis de Solazar, de ter zombado de uma imagem de Santo Antônio, são citados como estando presente nesse desacato, quatro dos povoadores inaugurais associados à colonização de Sergipe o Novo: o Padre Leandro Pero Velho, Gaspar Róis e Gaspar Dias Barbosa.⁵⁴ O citado sacerdote, também referido apenas como Pero Velho, era cônego no cabido da Sé da Bahia, e seu nome consta entre os que receberam mercê régia, com carta de sesmaria datada de 30 de junho de 1603, onde justificava seu pedido dizendo querer “ajudar a povoar a capitania de Sergipe na qual tem muitas criações de gado de toda a sorte e não tem terras onde traga as ditas criações e faça mantimentos.” Recebeu do Capitão Tomé da Rocha data de uma légua em quadra de terras devolutas “na ribeira de Ipoxy Grande que se medirão da Ponte (ou Ponta?) do Caminha de Taperahaugua, tanto para além como para aquém, ficando em meio a ribeira acima rumo direito.”⁵⁵ O segundo morador de Sergipe

⁵³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 11080; Confissões da Bahia, *op. cit.*, 1935, p. 153

⁵⁴ Segunda Visitação, *op. cit.*, 1963, p. 428-429

⁵⁵ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 396.

citado nessa confissão já é nosso conhecido: o sodomita Gaspar Rodrigues (ou Róis), que servia como soldado em Sergipe, “feitor que foi de Domingos Araújo”, e cuja fama pública de praticante do “mau pecado” foi maldosamente lembrada pelo judeu para blasfemar contra o santinho lusitano. O terceiro e quarto “moradores de Sergipe Del Rei” citados nesse documento foram Gaspar Dias Barbosa, casado e seu irmão Manoel Afonso – que recebeu uma sesmaria de 1200 braças em quadra “no rio Quatimdiba nas quabeseiras de huã dada de joam ferreira”.⁵⁶ Em 1618, quando da Segunda Visitação, este último já havia falecido. Outra testemunha citada nessa mesma visitação inquisitorial chamava-se Paulo Afonso, “feitor de uma roça [do fazendeiro] Pero Garcia, morador no Rio Vermelho, residente o mais do tempo em Sergipe Del Rey”. Aliás, este parece ter sido um padrão bastante regular de posse fundiária nesta novel capitania: o absenteísmo, intercalando, os proprietários de terra e fazendas, suas estadias, entre Sergipe e a Bahia, malgrado muitos dos primeiros sesmeiros terem perdido suas doações exatamente por terem deixado devolutas suas propriedades.⁵⁷

Aos 25 de maio de 1620, novamente a capitania de São Cristóvão vem nomeada na mesa inquisitorial presidida pelo Visitador Marcos Teixeira: trata-se da confissão do estudante de filosofia no Colégio da Companhia de Jesus, Jorge Moniz de Lisboa, 27 anos, cristão novo, filho de Antonio Moniz de Lisboa, “morador em Sergipe Del Rei”, e de sua mulher Branca da Costa, ambos de nação. Também este jovem confessava-se de ter cometido “o pecado nefando de sodomia, três vezes, com João Albuquerque, estudante, metendo sua natura na parte traseira do dito cúmplice e derramando semente genital, sendo também paciente por uma vez”, nomeando ainda como parceiro a um Luiz Correa, mameluco, então casado no Rio de Janeiro.⁵⁸ Eis aí, por-

⁵⁶ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 388.

⁵⁷ Segunda Visitação, *op. cit.*, 1963, p. 446

⁵⁸ Segunda Visitação, *op. cit.*, 1963, p. 523

tanto, a prova de uma família hebréia também presente nas origens da colonização de Sergipe. Caso o sesmeiro Baltasar de Leão, que recebeu data no Vaza Barris em mercê assinada pelo Capitão Cosme Barbosa aos 15 de setembro de 1602, seja efetivamente membro da mesma abastada família de cristãos-novos residente da Capitania da Bahia, confirma-se mais outra presença da “gente da nação” em Sergipe entre seus primeiros colonizadores. A historiadora Anita Novinsky relata que outro judeu da mesma parentela, Simão de Leão, em 1614 teve contratos dos dízimos em Salvador e também em Sergipe Del Rey.⁵⁹

Mais sesmeiros de Sergipe aparecem citados na Segunda Visitação da Bahia: Antônio da Costa, “sargento do presídio de Sua Majestade, que há seis anos que reside nesta capitania de Sergipe e é atualmente morador nela e não tem terra em que lavrar e manter suas criações de gados e mais criações”, requereu e foi agraciado com meia légua no rio Vaza Barris em 16 de junho de 1602. Consta que esse colono era cristão velho, 35 anos, natural de Darque, Arcebispado de Braga, casado, então morador na Bahia, próximo ao Mosteiro de São Bento. É no Livro das Confissões onde encontramos pitorescas informações sobre suas crenças e condutas consideradas desviantes pela ortodoxia católica. Na tarde de 17 de setembro de 1618 ele se apresenta na Igreja do Colégio da Companhia de Salvador, e jurando sobre os Santos Evangelhos confessou que “há dois meses pouco mais ou menos, [teve] um cartapácio⁶⁰ pequeno e sento de mão que tratava de Quiromancia Judiciária, o qual leu e trasladou uma parte dele sem saber que era defeso.” Delatou-se mais, que “há três anos e meio, achando menos de sua casa dois pares de meia de seda e um corte de gibão, e desejando saber quem fizera o dito furto, fora a casa de Ana Coelha, a qual a rogo e mando dele confitente, fizera diante ele a feitiçaria que chamam das Horas de Nossa Senhora, que é do modo seguinte: tomou um livro das horas de Nossa Senhora e abrindo, lhe meteu uma chave de cadeado no meio ficando

⁵⁹ Novinsky, Anita. *Cristão Novos na Bahia*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, p. 87

⁶⁰ “Cartapácio: livro de mão de várias matérias, ou de papeis avulsos, calhamaço em mau estado.”

a maior parte da chave de fora, e fechando as horas com as brochas, por um dedo na chave e com o dedo de um menino seu filho, posto também na chave, de modo que ficava o livro no ar e nomeando-lhe ele confitente as pessoas em que tinha suspeita do furto de lhe fizeram, dera o livro uma volta no tempo em que ele nomeara um mameluco e um negro da terra e logo a dita Ana Coelha dissera que aqueles eram os que tinham cometido o dito furto”. Disse ainda mais: que chamara dois negros feiticeiros para curar sua filha menina, os quais fizeram mezinhas com umas ervas.⁶¹ Em sua mesma confissão, delatou outros dois vizinhos que também obtiveram sesmarias em Sergipe: Pedro Alves (Pedralves) Aranha, “homem de posse assim de gente como de criações”, casado, morador na Bahia, recebeu meia légua de terra em quadro no Rio Piauí em 16 de maio de 1596, referido como sendo dono de um negro escravo, o qual, por estar muito doente, “mandou chamar um negro feiticeiro residente na freguesia de Nossa Senhora do Socorro que diziam ser feiticeiro, o qual negro veio e curou o outro negro doente e no mesmo dia o deu sāo, tirando-lhe donde lhe doía com uma ventosa sarjada, um godilhão (nó) de cabelos que dizia serem feitiços de que estava doente o dito negro”. É também acusado de ter colaborado na trasladação do dito “Livro de Choromança”.⁶² Um terceiro sesmeiro de Sergipe aparece citado na mesma ocasião: Domingos de Andrade, que recebeu em 23 de maio de 1596 do Capitão Diogo de Quadros “meia légua de terras devolutas com todas as águas e matos que nela houver no Rio Real, chamado pela língua dos índios Hitanghai”, o qual, agora em 1618 ocupava o cargo de escrivão dos agravos da Relação da Bahia: foi delatado perante a mesa inquisitorial pelo mesmo falta: ter colaborado na transcrição do dito livro proibido.⁶³ Também o cristão velho Francisco da Costa, que recebeu meia légua na banda sul do rio Ipochi em carta assinada aos 22-4-1602, citado nesta Visitação como barqueiro,

⁶¹ Segunda Visitação, *op. cit.*, 1963, p. 447

⁶² Segunda Visitação, *op. cit.*, 1963, p. 448. “Quiromancia: adivinhação pelo exame das linhas da palma da mão.”

⁶³ Freire, *op.cit.*, 1977, p. 335; Segunda Visitação, *op. cit.*, 1963, p. 448

teria dito a um passageiro que “o livro de Diana era defeso”⁶⁴, demonstrando assim que, mesmo sub-repticiamente, circulavam alguns livros entre os primeiros colonizadores da Bahia e Sergipe. Seria esse Francisco da Costa o mesmo viúvo, porteiro da Relação da Bahia, acusado por Catarina Nunes, cristão velha, viúva, moradora na Rua da Ajuda em Salvador, de ter cometido “o pecado nefando de sodomia, metendo-lhe ele sua natura no corpo dela pela parte traseira e lançando-lhe a semente genital”⁶⁵.

Concluo esse cotejamento entre os moradores de Sergipe citados na documentação inquisitorial e nas cartas de sesmarias trazendo à baila três destacados membros da elite nordestina pertencentes à família de Egas Moniz Barreto, cepa que tem suas origens ainda no período visigótico e que foi inclusive cantada por Camões nos Lusíadas. Duarte Moniz Barreto, primogênito desta família, foi alcaide de Salvador, e em seu pedido de duas léguas de terras na “Tabaiana”, em 19 de abril de 1602, declarou que “veio ajudar a tomar esta terra do gentio em companhia de Cristóvão de Barros aonde gastou muitas de suas fazendas e hora manda um curral de vacas e gente” para povoar a novel capitania.⁶⁶ Apesar de toda sua excelência, recebeu das mãos do capitão Manoel Miranda Barbosa tão somente a metade das léguas que solicitara. Seu segundo irmão, cujo nome aparece também grafado como Anrique Moniz Barreto, pediu duas e obteve uma légua de sesmaria “ao longo do Vasa Barris da banda do sul donde acabar pero carneiro pera cima com todas as lenhas, águas e madeiras que na dita terra houver.”⁶⁷ Segundo podemos ler no *Catálogo Genealógico das Principais Famílias*, de Frei Jaboatão, esse terratenente, fidalgo da casa de Sua Majestade, natural da Ilha da Madeira, vereador na Bahia,

⁶⁴ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 380; Segunda Visitação, *op. cit.*, 1963, p. 372

⁶⁵ Segunda Visitação, *op. cit.*, 1963, p. 461-462

⁶⁶ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 369

⁶⁷ Freire, *op. cit.*, 1977, p. 393

morava então em Cotogipe, senhor do Engenho Matoim, no Recôncavo da Bahia,⁶⁸ sendo citado na Segunda Visitação como testemunha de uma blasfêmia proferida por um mercador judeu, que comparara o santo nome de Deus com suas contas comerciais. O Outro irmão de Duarte e Henrique, Diogo Moniz Barreto Telles, o quarto na ordem de sucessão, Sua mulher, Maria de Reboredo, com 46 anos em 1592, “queixou-se que seu marido na sua fazenda do Peruassu lhe dava muitas ocasiões de se enojar, por fazer sem razões e dormir com as escravas moças da casa.”⁶⁹ É igualmente citado na Mesa da Visitação, em razão de viver em suas terras um negro feiticeiro que fora por esse delito preso no aljube.⁷⁰ Todos esses Moniz ou Muniz Barreto, de Sergipe e da Bahia, alguns com o sobrenome Telles acrescentado, como dissemos, são descendentes do patriarca Egas Moniz Barreto, natural da Ilha da Madeira, o primeiro desta estirpe a viver nos Brasil, “no tempo em que só havia a Vila Velha e a povoação do Pereira junto à Vitória”, casado com Ana Soares. Segundo Frei Jaboatão e Pedro Calmon, “Duarte Moniz Barreto, primeiro filho do dito Egas Moniz Barreto e D. Maria da Silveira ou Ana Soares, foi o segundo alcaide-mor da Bahia, por doação que lhe fez da alcadaria-mor Antônio de Oliveira de Carvalhal, por casar com sua filha, D. Helena de Melo (17-12-1633) de quem teve oito filhos. Duarte Moniz Barreto, como vimos, acompanhou Cristóvão de Barros à conquista de Sergipe. Foi acusado nas Denunciações da Bahia de ter dito palavras heréticas “haverá quatro anos, por ser perder um pouco de fato, com agastamento e cólera, arrenegou de si.”⁷¹

68 Calmon, *op.cit.*, 1985, p. 286

69 Calmon, *op.cit.*, 1985, p. 271-272

70 Segunda Visitação, *op.cit.*, 1963, p. 396/452

71 Calmon, 270

À GUIA DE CONCLUSÃO

Esse trabalho comprova que ainda resta muita novidade a ser descoberta e interpretada a respeito das primeiras décadas da história de Sergipe Del Rey. Apesar das Cartas de Sesmarias e das Visitações do Santo Ofício estarem publicadas desde quando a maioria de nós, mesmo os mais velhos, ainda não tinha nascido, nenhum historiador se dera até hoje ao trabalho de cotejar esses dois corpus documentais, ambos riquíssimos de informações sobre a história social, política, econômica e das mentalidades.

Esse nosso ensaio está longe de ter esgotado tais fontes, posto que ainda restam a ser esquadrinhados os livros inquisitoriais relativos às Denunciações da Bahia e as Confissões e Denunciações de Pernambuco, sem falar nos Processos Inquisitoriais e Cadernos do Promotor ainda inéditos, conservados na Torre do Tombo – onde com certeza há referencias substantivas sobre o passado sergipano. . Mesmo as Cartas das Sesmarias, impressas primeira vez em 1891, estão a merecer análise integral e mais sistemática, posto que seu conteúdo sócio-antropológico e lingüístico persiste em ser subestimado.

Neste ensaio procuramos reconstruir aspectos do cotidiano, as aventuras e desventuras dos primeiros moradores da Capitania de Sergipe, dando voz, cor e vida a esta frente pioneira de soldados e colonos, sobre os quais até então, os historiadores contentaram-se em referir os nomes, cargos e eventualmente, suas realizações políticas. O cotejamento dos aludidos corpus documentais, sobretudo a documentação inquisitorial, confirmou a heterogeneidade étnica e cultural e a heterodoxia religiosa e também sexual destes fundadores da “sergipanidade”, cujos ancestrais, reunidos no território compreendendo entre o Rio Real e o São Francisco, revelavam a enorme diversidade de tipos humanos, incluindo, portugueses, índios, negros, baianos, franceses, soldados, nobres e plebeus, mamelucos, apóstatas, sodomitas, blasfemos, degredados, entre outros – cujas histórias de vida, mesmo que fragmentadas e até então desconhecidas, foram aqui resgatadas.

NOTAS PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SERGIPE

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO*

RESUMO

A colonização alemã no Brasil começou em 1818, com a fundação da Colônia Leopoldina no município de Mucuri, sul da Bahia, pelo cônsul alemão Peter Peycke e pelos naturalistas G. W. Freireiss e Morhardt. É propósito deste artigo contribuir para a compreensão da presença alemã em Sergipe. Ao longo do século XIX foram muitas as discussões registradas em Sergipe acerca da necessidade de mandar trazer colonos europeus. Em 1836, o presidente da Província de Sergipe, Fernandes de Barros, fez a defesa da importância de levar colonos e empresários estrangeiros para Maruim, a fim de acelerar o processo de desenvolvimento econômico daquela área do Vale do Cotinguiba, que florescia com a economia açucareira. Os primeiros alemães que se fixaram em Sergipe chegaram em 1839. Em Sergipe, a única experiência de assentamento de colonos alemães em torno da qual é possível encontrar registros, é a da Colônia Quissamã.

PALAVRAS-CHAVE: imigração, alemães, colonização, preceptoria, Sergipe.

* Professor Adjunto do Departamento de História da UFS. Doutor em História da Educação pela PUC/SP

ABSTRACT

The Germany colonization in Brazil started in 1818, with the foundation of the Leopoldine Colony, in district of Mucuri, south of Bahia, by the Germany Consul, Peter Peycke and by the naturalists G. W. Freireiss and Morhardt. This article intends improve the comprehension of Germany in Sergipe. During the 19th century there were many discussions in Sergipe about the need of bringing European colonials. In 1836, the president of Sergipe Province, Fernandes de Barros, defended how important was take colonials and foreign managers to Maruim to accelerate the development economical process of that Vale do Cotinguiba area, which appeared with sugar production. The first Germany that fixed in Sergipe arrived in 1839. In Sergipe, the only experience of the Germany colonials fixation, about which is possible to find records is Quissamã Colony.

KEY WORDS: immigration, germanys, colonization, Brazil, Sergipe.

É farta a bibliografia brasileira acerca da imigração alemã. Todavia, os estudos centram sua atenção principalmente sobre os três Estados da região Sul e algumas áreas da região Sudeste que receberam muitos colonos oriundos da Alemanha, principalmente no período que vai da segunda metade do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, na década de 40 do século XX. A maior parte dos estudos sobre o problema construiu uma representação segundo a qual a presença alemã no Brasil estaria reduzida a essas regiões, obscurecendo as possibilidades de outras interpretações. Há, contudo, muitos registros de imigrantes alemães em outras regiões do Brasil que ainda não receberam a necessária atenção dos estudiosos da história que se dedicam a este tipo de problema.

É necessário analisar com mais cuidado a importância que teve a presença alemã na região Nordeste do Brasil ao longo do século XIX, principalmente na constituição de modelos explicativos adotados por grupos que se opuseram ao regime monárquico (NASCIMENTO, 1999) e as suas contribuições ao desenvolvimento econômico. Tal presença é visível principalmente na Província de Pernambuco, onde se desenvolveu o movimento da chamada Escola do Recife, assentando as bases

do culturalismo brasileiro. O discurso da intelectualidade alemã foi apropriado por um grupo de intelectuais da Faculdade de Direito do Recife e ganhou força, transformando Tobias Barreto em grande expressão do movimento. O trabalho de Tobias Barreto levou a intelectualidade pernambucana a assumir com muito entusiasmo as idéias de teóricos como Ernest Haeckel, Rudolf von Jhering, Hermann Post e Eduard von Hartman. Mas, os padrões explicativos alemães também foram fortes no movimento da Escola Tropicalista Baiana, organizado em torno da Faculdade de Medicina da Bahia. Merece menção ainda a chamada Padaria de Idéias, “movimento que se organizou no Ceará em face da influência de alguns intelectuais que se formaram sob a orientação intelectual do grupo da Escola do Recife” (NASCIMENTO, 1999, 8).

A colonização alemã no Brasil começou em 1818, com a fundação da Colônia Leopoldina no município de Mucuri, sul da Bahia, pelo cônsul alemão Peter Peycke e pelos naturalistas G. W. Freireiss e Morhardt.

Dessa colônia participavam 133 pessoas. Em 1822 uma outra colônia alemã foi fundada no Vale do Peruíbe, bem próxima da Colônia Leopoldina. A Colônia Frankental, o segundo núcleo, trouxe colonos da região de Francônia. No mesmo ano, Peter Weyll cria uma outra colônia alemã na Bahia. Eram 161 pessoas que se estabeleceram na margem esquerda do rio Cachoeira, próximo ao atual município de Ilhéus. Naquela região do Estado da Bahia são comuns sobrenomes como Lorenz, Schaun, Berbert, Holenwerger e Weyll (NASCIMENTO, 1999, 126).

Dados sobre a imigração alemã no Brasil revelam que entre 1836 e 1948 entraram no país cerca de 260 mil alemães (BASTO, 1970). Somente os portugueses (1.766.771), italianos (1.620.344) e espanhóis (719.555) têm uma participação maior na colonização do território brasileiro (NASCIMENTO, 1999, 124).

É propósito deste artigo contribuir para a compreensão da presença alemã em Sergipe. O tema ainda não mereceu um estudo mais aprofundado por parte dos estudiosos da história sergipana, não

obstante a sua importância. As notas aqui apresentadas foram obtidas a partir de diferentes textos e documentos sobre a história de Sergipe, nos quais as referências estão dispersas. Além disso, foram examinados levantamentos sobre os alemães em Sergipe que vêm sendo organizados pelo cônsul honorário da Alemanha em Salvador, relatórios do Governo de Sergipe publicados em diferentes períodos, bem como registros existentes na imprensa local e no Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

A COLÔNIA DO QUISSAMÃ

Ao longo do século XIX foram muitas as discussões registradas em Sergipe acerca da necessidade de mandar trazer colonos europeus. Em 1851, o presidente da Província, Amâncio João Pereira de Andrade, defendia tal proposta, afirmando que a colonização proporcionaria a prosperidade de Sergipe e estimularia a mudança daquilo que ele considerava “costumes bárbaros e ferozes” dos habitantes sergipanos. O Estado de Sergipe criou as condições para o projeto da colônia agrícola formada por europeus desde o ano de 1894, quando aprovou a lei estadual nº 93, autorizando o governo a aplicar cem contos de réis por ano a fim de concretizar tal objetivo. Afinal, a imigração de estrangeiros “era entendida como uma forma de trazer novos hábitos culturais, de difundir o cultivo de outros produtos e técnicas agrícolas e industriais ou, ainda, de acordo com a mentalidade” vigente, aumentar o contingente demográfico de europeus e seus descendentes – os únicos capazes de produzirem uma sociedade civilizada, segundo o entendimento à época dominante (PASSOS Subrinho, 2000, 400).

Em Sergipe, a única experiência de assentamento de colonos alemães em torno da qual é possível encontrar registros, é a da Colônia Quissamã. Na área da Fazenda Quissamã funciona atualmente a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. Localizada na região leste do Estado de Sergipe, situada no quilômetro 96 da BR 101, Povoado Quissamã, Município de São Cristóvão, a Escola dista do centro urba-

no da capital aproximadamente dezoito quilômetros. Ela teve sua origem no Patronato São Maurício, criado em 1924, com curso de aprendizes e artífices destinado a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional. Atualmente é o único estabelecimento escolar do Estado de Sergipe a oferecer cursos de nível médio para a formação de técnicos destinados ao setor primário da economia (NASCIMENTO, 2004, 80).

O projeto de ocupar a área do Quissamã foi estabelecido a partir de 1922, durante o governo do presidente Maurício Graccho Cardoso, no contexto das suas preocupações com os problemas agrícolas de Sergipe e os impactos da atividade agrícola na economia local. Para dinamizar o setor, Graccho Cardoso criou o Banco Estadual de Sergipe e implantou centros experimentais de sementes selecionadas, com a finalidade de aperfeiçoar a produtividade e a qualidade do algodão em Sergipe. Com o mesmo propósito contratou um pesquisador norte-americano, o professor Thomaz R. Day, oriundo do Texas. O principal objetivo buscado com a presença deste especialista estrangeiro em Sergipe era fundar a Estação Experimental¹ Miguel Calmon. Em 1923, Graccho Cardoso criou o Departamento Estadual do Algodão.

Na área do Quissamã instalou-se o Centro Agrícola Epitácio Pessoa², sendo fundado um laboratório de análises com o objetivo de “atender ao requisito da falta de controle científico e conhecimentos técnicos na produção do solo” (SERGIPE, 1923). Mas, a pedra de toque do projeto naquela região foi o assentamento de

¹ “Sem estações experimentais é inútil querer que se implante com resultados satisfatórios, em qualquer país, o ensino agrícola adequado às necessidades locais”. A frase é de Melo Moraes, da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, de Piracicaba, no Estado de São Paulo. Cf. AZEVEDO, Fernando de. 1957. *A educação na encruzilhada*. São Paulo, Melhoramentos. p. 147.

² Na década de 1930, o Centro Agrícola Epitácio Pessoa foi transferido para o controle do Ministério da Agricultura e se transformou na Estação Experimental de Plantas Têxteis. Cf. BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1938. *Relatório das atividades do Ministério da Agricultura, durante o período de julho de 1934 a dezembro de 1935, apresentado pelo Ministro Odilon Braga*. Rio de Janeiro, Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. p. 15.

vinte e duas famílias de colonos alemães, uma experiência frustrada e abandonada em seguida. Graccho começou a preparar o processo de colonização ainda em 1923, quando editou o decreto 758, regulamentando a contratação e localização de imigrantes estrangeiros em Sergipe. O próprio presidente Graccho Cardoso registrou o início da experiência:

Iniciei a colonização estrangeira, com a localização, nos lotes adrede preparados, nesse estabelecimento, de 22 famílias alemãs. Penso que surtirá bom resultado este tratamento, que virá animar os proprietários agrícolas, que tanto sentem a falta de braços para o tamanho de suas terras, a procurarem esse valioso elemento (SERGIPE, 1924, 24).

Desde o século XIX a formação de colônias agrícolas com trabalhadores europeus era defendida por intelectuais e políticos.

No entender da *intelligentsia* nacional do século XIX, o principal problema brasileiro era o predomínio da população de origem africana e mestiça, de forma que o aumento do estoque da população de origem européia era um objetivo em si mesmo, ainda que, eventualmente, não resolvesse o problema de braços para a lavoura (PASSOS Subrinho, 2000, 280).

O projeto dos patronatos foi, em todo o país, tanto quanto possível, associado sempre à instalação de colônias agrícolas. Estas eram vistas, também, como uma possibilidade de fixar os egressos dos patronatos agrícolas, quando estes não conseguiam emprego nas propriedades particulares ou nas repartições do governo. A Colônia do Quissamã representava a contribuição do Estado de Sergipe ao projeto brasileiro de ampliar a entrada de brancos no país, ao mesmo tempo em que se impedia a entrada de africanos e asiáticos, ao lado de outras medidas que o presidente Graccho Cardoso tomara e que diziam respeito a decisões que o governo do Brasil vinha adotando quanto a políticas de saneamento, “de combate a epidemias tropi-

cais, de higiene e o desenvolvimento de projetos eugênicos (inclusive a defesa da esterilização dos considerados não regeneráveis, como os deficientes, loucos, epilépticos, delinqüentes, dentre outros)" (VAGO, 2002, 28).

As 22 famílias de colonos alemães chegaram a Aracaju em fevereiro de 1924, a bordo do vapor Comandante Miranda. Eram 82 imigrantes que receberam os lotes do Centro Agrícola Epitácio Pessoa. O fato era considerado tão importante que o próprio presidente do Estado, Graccho Cardoso, e o secretário de governo, Hunald Cardoso, estiveram pessoalmente a bordo do navio recebendo os colonos, dando boas vindas e os encaminhando para uma hospedaria na qual estes permaneceram durante oito dias (SERGIPE, DIÁRIO OFICIAL, 1924). Na mesma oportunidade foi designado o médico Alexandre Freire para inspecionar as condições de saúde dos imigrantes.

Ao serem transferidos para a Colônia, receberam as 20 casas que o governo mandara construir em lotes de 150 tarefas, todas dotadas com luz elétrica e instalações sanitárias. Além disso, os colonos recebiam assistência dentária e tinham a liberdade de escolher a cultura que pretendiam explorar.

Dezoito meses depois do assentamento, em setembro de 1925, o próprio presidente Graccho Cardoso informou à Assembléia Legislativa que, das 22 famílias iniciais, apenas 16 continuavam vivendo no assentamento, totalizando 53 pessoas. 29 alemães haviam abandonado o projeto. Contudo, o governante continuava otimista quanto ao futuro do empreendimento:

melhor não pode ser o estado de desenvolvimento da colônia, pelo que se pode inferir da boa disposição que os seus membros apresentam, resultante das ótimas condições sanitárias e da adaptação fácil de todos aos costumes regionais. Eles estão atualmente empenhados na cultura da cana, algodão, mandioca (SERGIPE, 1925).

Ao final de dois anos, apenas um alemão, Oscar Backhaus, permanecia em Sergipe. Suas condições de sobrevivência eram muito di-

fíceis e, sem condições de continuar vivendo na colônia, ele conseguiu se mudar para a Fazenda Varzinhas, em Laranjeiras, propriedade de uma família alemã (os Hagenbeck). Os demais alemães haviam abandonado a Colônia e o Estado. Alguns mudaram para a Bahia, outros foram para Santa Catarina e outros regressaram ao seu país de origem. Nesse período circulavam muitas histórias a respeito da miserável situação que se abatera sobre os colonos alemães do Quissamã. Os críticos do projeto afirmavam que o mesmo fracassara em função de dois fatores: a insalubridade do Quissamã, área sujeita a febres palustres, e os hábitos e padrões alimentares praticados em Sergipe dos anos 20 do século passado. Todavia, há estudos que atribuem o insucesso ao fato de os alemães que vieram para Sergipe serem homens urbanos, pouco afeitos a atividade agrícola. Costumam exemplificar com a situação do próprio Oscar Backhaus que no seu país era um desenhista têxtil especializado na produção de rendas (RODDEWIG, 2001).

Há uma explicação para o insucesso desse tipo de experiência. Autores como Josué Modesto dos Passos Subrinho afirmam que desde o século XIX,

os senhores de terras e de escravos nordestinos não acreditavam na imigração massiva como solução para a superação do trabalho escravo. No final da década de 1870, a imigração era encarada majoritariamente pela elite nordestina como um desperdício de recursos públicos, recursos que, no entender da mesma, deveriam ser direcionados preferencialmente ao crédito agrícola, à construção de ferrovias e portos, subsídios às linhas de navegação a vapor ou genericamente nos auxílios à lavoura (PASSOS Subrinho, 2000, 278).

OS PRIMEIROS IMIGRANTES

Em 1836, o presidente da Província de Sergipe, Fernandes de Barros, fez a defesa da importância de levar colonos e empresários estrangeiros para Maruim, a fim de acelerar o processo de desenvolvimento econômico daquela área do Vale do Contíngua, que florescia com a economia açucareira (SILVA, 1994, 92). Ainda na primeira metade do século XIX a imigração alemã teria forte presença na cidade e contribuiria de modo definitivo para o aumento da riqueza econômica local, fazendo de Maruim aquilo que os seus memorialistas costumam chamar de “o empório de Sergipe” (SILVA, 1994, 92).

Os alemães que se estabeleceram em Maruim eram artífices especializados, engenheiros, comerciantes, médicos e operários que exerceram grande influência na vida local e produziram uma descendência que possibilita a convivência em Sergipe de pessoas com sobrenomes notoriamente alemães como Hagenbeck, Munck, Löeser e outros.

Os primeiros alemães que se fixaram em Sergipe chegaram no ano de 1839. Eles optaram por viver na Vila de Maruim, o principal porto comercial existente na Província, responsável pela exportação do açúcar. Quase todos os estrangeiros chegaram àquela Vila viajando em patachos, escunas e brigues, as principais embarcações de dois mastros usadas à época. O Livro de Registro de Estrangeiros de Maruim³ dá conta do registro, em 1840, de Peter Heinrich Holtermann, um comerciante solteiro, com 51 anos de idade, nascido em Hamburgo. Um ano depois, em 1841, chegou Johann Heinrich Winter, outro comerciante solteiro, com 27 anos de idade, nascido em Hannover. O comerciante Gustav Wiesdesmann chegou a Maruim aos 34 anos de idade, solteiro, em 1847. No final da década de 40, em 1849, chegou Henrismann Kotsch, com 30 anos de idade, nascido em Hannover.

³ O Livro de Registro de Estrangeiros de Maruim foi aberto em 21 de junho de 1842 por João Caldeira Boto, a principal autoridade judiciária residente naquela Vila.

Quando o presidente da Província, Inácio Barbosa, estava transferindo a capital de São Cristóvão para Aracaju, em 1855, os principais centros em torno dos quais gravitavam os negócios econômicos sergipanos eram Laranjeiras, Maruim e Estância (RODDEWIG, 2001).

Os alemães ganharam maior visibilidade em Maruim, depois da instalação da casa A. Schramm & Co., dedicada a exportação de açúcar e importadora de mercadorias industriais e outros manufaturados europeus. A empresa teve como fundadores, em 1831, em Pernambuco, os irmãos Adolph e Ernst Schramm. Este último era o mais novo dos cinco filhos de Johann Gottfried Schramm e acompanhou o irmão Adolph, em 1812, quando este resolveu fixar residência no Brasil. Transferindo sua sede para Maruim, a empresa estabeleceu filiais em Salvador, Recife, Rio e Hamburgo. Em Maruim, Laranjeiras, Aracaju e Japaratinga os Schramm foram proprietários de trapiches (Grande, Dois de Julho, Quaresma, Santa Maria, Vitória, Maior, Magalhães e Melo) e arrendatários de barcos que transportavam a sua produção e as mercadorias que comercializavam entre os portos de Maruim, Laranjeiras, Aracaju, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Hamburgo. Além disso, a firma A. Schramm & Co. funcionou também como casa bancária, financiando “a produção dos engenhos e de outros estabelecimentos agrícolas e, possivelmente, a própria produção açucareira” (PASSOS Subrinho, 2000, 46). No ano de 1869, o mais importante descarregador de algodão em funcionamento na Província de Sergipe, era movido a vapor, com capacidade diária de processamento de 600 arrobas e estava instalado em Maruim, como um dos negócios da empresa Schramm.

A sede da empresa, em Maruim, estava localizada “à margem esquerda do raso, trançado e turvo Ganhamoroba, mirando-se no espelho liquefeito de suas águas salobras”, onde estava edificado um “suntuoso solar teutônico” (AGUIAR, 2004, 148). Ernst instalou a sede da empresa em Maruim, no ano de 1839. Na década seguinte, seu irmão Adolph retornou à Alemanha e assumiu a direção da filial da firma em Hamburgo.

Transplantada das margens dos rios Weser e Elba para aqui, a burguesia comercial dos Schramm logo tão intimamente se adaptou ao meio maruinense, que, dentro de poucos anos, aquela casa, de estrangeiro só lhe restava o nome, e de alemães a opulência doméstica, a robusta beleza heril das damas e o sonho imperialista que trabalhava as loiras cabeças dos seus afáveis gerentes (AGUIAR, 2004, 148-9).

Os negócios da casa Schramm começaram a se reduzir na última década do século XIX, até que desaparecessem por completo. Toda-via, durante toda a segunda metade dos anos oitocentos, a empresa foi um importante elemento de dinamização da economia sergipana. Segundo o pesquisador Josué Modesto dos Passos Subrinho, “entre as diversas atividades econômicas da Casa Schramm em Sergipe, há a suspeita, lançada por concorrentes britânicos, de participações no tráfico negreiro internacional” (FREITAS, 1991, 38).

Até retornar definitivamente à Alemanha na década de 60 dos anos oitocentos, Ernst fez apenas três viagens ao seu país de origem.

Na segunda viagem, voltou desiludido, pois sua tentativa de noivado fracassara. Somente na terceira visita, já com idade de 46 anos, teve sucesso em conseguir uma noiva alemã, disposta a compartilhar seu destino nos trópicos. Chamava-se Adolphine Jencquel, descendente de uma família de comerciantes há muito tempo estabelecida em Hamburgo (FREITAS, 1991, 5).

O casamento de Ernst e Adolphine aconteceu em setembro de 1858 e antes de chegar ao Brasil o casal passeou, em lua de mel, por Londres e Paris. Era comum, desde o início do século XIX, que os alemães vivendo no exterior tivessem esposas alemãs. Porém, normalmente esses casamentos ocorriam com mulheres alemãs também imigrantes e que já viviam fora do seu país. Era raro, no início dos anos oitocentos, que os homens alemães viajassem para a Europa, a fim de casar, trazendo a sua esposa para países como o Brasil. Porém, na metade do século XIX o fato não causava mais qualquer estranhamento.

Da união de Ernst e Adolphine nasceu o maruinense Max Schramm, em outubro de 1861.

O poderio econômico dos Schramm colocou a família no centro de tomada de decisões do poder político local, chegando um deles a ocupar a função de Cônsul da Alemanha em Sergipe. Essa inserção social era alimentada pela reputação de mecenatas que obteve Otto Schramm e que deixou marcas em benfeitorias como a doação do relógio e do órgão de tubos da Igreja matriz maruinense, ambos procedentes de Hamburgo (RODDEWIG, 2001). Esse decantado gosto pelo mecenato, alimentado por Otto Schramm, é apontado por alguns autores como responsável pela fundação de uma das mais importantes instituições culturais de Sergipe no século XIX, o Gabinete de Leitura de Maruim:

de palestras mais ou menos galvanizadas de românticos temas, entre as elegantes palmeiras e os esquisitos tinhorões do parque ajardinado daquele delicioso solar, aos serões domingueiros, foi que, consegui informar-me de fontes autênticas, surgiu a idéia da fundação do (...) Gabinete. Invejável e bem fadada sorte a desta nobre instituição literária, desabotoada em pensamento entre os roseirais e murtas em flor (AGUIAR, 2004, 149).

Há alguns indícios que podem servir como evidências que apontam na mesma direção adotada pelo memorialista Joel Aguiar. A ata de fundação do Gabinete de Leitura de Maruim, lavrada em dezenove de agosto de 1877, destaca a presença, entre os instituidores da agremiação, do comerciante Otto Schramm. Por outro lado, liderando a comunidade alemã residente em Maruim, ele abria as portas da sua casa aos compatriotas, que ali desfrutavam de um ambiente cultural tipicamente alemão, como descreveu sua cunhada, Adolphine Schramm, mulher do seu irmão Ernst:

Encomendamos uma seleção de livros interessantes, agora lidos por todos os participantes da nossa pequena colônia alemã. Parece uma

pequena biblioteca. Sou muito exigente em relação ao regulamento: o livro emprestado deve sempre ser devolvido para se receber outro da minha mão (FREITAS, 1991, 27).

Adolphine era uma mulher criada em ambiente burguês, que gostava do luxo e era dada a desfrutar de muito conforto material. Ela mesma assumia isso, em diversas ocasiões, a exemplo de uma carta que enviou à sua irmã, no dia cinco de fevereiro de 1861, comentando as privações da vida social maruinense: “sempre dei grande valor à chamada vida mundana. Amei o luxo e, facilmente, fui seduzida pelo que se chama de gente” (FREITAS, 1991, 30). O poderio econômico e a refinada educação que recebera em seu país de origem faziam com que o casal Schramm mantivesse hábitos sociais que impressionavam a vida maruinense do século XIX e, mais do que isso, chamavam a atenção mesmo de pessoas acostumadas a conviver em ambientes europeus sofisticados, como o médico alemão Robert Ave-Allemant descreve no seu trabalho *Viagem ao Norte do Brasil*:

Se quisesse, porém, descrever Maruim, conforme me receberam, bastaria recordar como Ulisses foi recebido pelos fenícios. A primeira casa que visitei foi o estabelecimento comercial do Sr. Schramm. Bastou realmente dar meu nome, para me ver, no mesmo momento, cercado de amáveis alemães e sentado com eles a uma farta mesa de jantar, cujas escolhidas iguarias, a presença de jovem e amável dona de casa alemã tornava ainda mais saborosa. Depois dessa amável recepção, saí pela cidade com um dos alemães presentes, o Sr. Winter, o muito antigo associado da firma Schramm, para a casa de campo do Sr. Schramm, onde o encontrei e sua esposa, chegada com ele, havia poucos meses, de Hamburgo, pela Bahia, uma senhora cuja nobreza e distinção não chamam a atenção só no Brasil, e, sim no Norte também. Em parte alguma em toda minha viagem me foi grato um amável acolhimento, tão verdadeiramente restaurador como em casa do Dr. Schramm em Maruim (AVÉ-ALLEMANT, 1961, 92-99).

Joel Aguiar, memorialista da vida maruinense, afirmou a propósito dos hábitos daquela família alemã:

Os Schramm exerceram em Maruim benéfica influência e a opulência do seu viver, como também a generosidade dos seus gestos ainda hoje são conhecidos. O cônsul Otto Schramm foi, para Maruim, um símbolo de rara cultura e um edificante exemplo de que o trabalho tudo vence (AGUIAR, 2004, 84). Velhos de hoje, que moços freqüentaram o solar dos Schramm, narraram-me o fausto que ali resplandecia nas largas e claras salas muradas de espelhos e adornadas a rigor; no salão-refeitório, em cuja imensa, pesada e custosa mesa de jacarandá, com pitorescos entalhes, lampejavam os mais finos cristais, tinia um serviço extravagante de prata reluzente, branqueava uma enorme toalha de linho holandês e aromatizavam o ambiente todos os frutos da Europa e todas as especiarias do Oriente. Nas lácteas espáduas e nos alabastros colos das sonhadoras filhas do Reno e do Danúbio, rangiam as sedas asiáticas e cintilavam as pedrarias italianas. Era o alto burguesismo comercial de Bremen e de Hamburgo em toda a sua magnificência, neste retalho geográfico da América Austral (AGUIAR, 2004, 149).

A senhora Schramm considerava a sua casa aconchegante e a descrevia em detalhes: duas salas-de-estar, uma sala-de-jantar, quarto de dormir, o quarto de vestir do marido Ernst, o quarto de hóspedes, o quarto da empregada, um quarto grande com armários e banheira e uma grande despensa. Todos os quartos davam para um corredor que dividia a casa em duas partes. A residência era toda cercada por varandas e na parte da frente tinha dois andares. Nos fundos estavam situados a cozinha e os estábulos e na parte mais baixa ficava um grande quarto onde dormiam os escravos, a lavanderia, um quarto de passar a ferro e a despensa para vinho, cerveja e batatas. A casa era muito bem ventilada. (FREITAS, 1991, 8). Todo o mobiliário era de jacarandá maciço com palhinhas finas, enquanto os móveis dos quartos tinham estilo rococó com pernas recuadas, *portères* de tule e cortinas. Segundo Adolphine, existiam na casa 13 tipos diferentes de cadeiras de en-

custo e de balanço (FREITAS, 1991, 11). Para administrar a residência ela contava com duas empregadas alemãs.

Além da sua casa, a alemã também gostava das noites de lua maruinenses e elogiava o céu cheio de estrelas, as frutas, os pássaros e as borboletas. Via ainda os hábitos alimentares como outro ponto alto da vida em Maruim, destacando a ótima sopa de carne que consumia diariamente, além da carne cozida com molho picante, as verduras, o maxixe, o chuchu, a abóbora, a farinha de mandioca, a galinha ao molho pardo, o enrolado de carne, os bolinhos de carne, a salada de arenque, os bolinhos de peixe, a carne assada com feijão preto, o inhame, a salada de batata, a carne de carneiro, a carne de porco. O comércio local pareceu a Adolphine Schramm um espaço adequado para se fazer boas compras (FREITAS, 1991, 8).

Todo esse refinamento, contudo, não fazia a felicidade da dona da casa, como pode ser compreendido na descrição que faz José Edgard da Mota Freitas, da vida de Adolphine Schramm em Maruim: “um pássaro numa gaiola de ouro” (FREITAS, 1991, 6). Apesar de toda a estrutura residencial de que dispunha e da admiração por alguns poucos elementos naturais e pela culinária, foi muito elevado o grau de estranhamento de Adolphine em relação ao ambiente dos trópicos. E, várias vezes, expressou claramente a sua amargura: “a vida aqui está ligada a tantas privações espirituais e naturais! Com as últimas é possível se acostumar, mas, com as primeiras, sente-se cada vez mais” (FREITAS, 1991, 15). Ela

não conseguiu adaptar-se ao rigor do clima tropical e à estreiteza do meio cultural. Essas dificuldades de adaptação afetaram-lhe (...) não só o corpo, mas também a alma. (...) As suas únicas compensações, para suportar as dificuldades do convívio numa terra distante, cujos costumes são tão diferentes daqueles da sua terra natal e cujo clima lhe destruiu a beleza física, são o amor do marido e a esperança de um dia retornar à Alemanha (FREITAS, 1991, 6).

Ao se manifestar sobre o seu estranhamento em relação ao ambiente, Adolphine reclamava da natureza dos trópicos, que lhe parecia

demasiadamente feia, em relação ao ambiente natural europeu. Sentia falta de flores, árvores e considerava as estradas e caminhos muito ruins, ao tempo em que registrava como era desagradável e salobra a água maruinense. Do mesmo modo, detestava as cobras, os lagartos, os escorpiões, o zumbido dos mosquitos, o calor tropical e as formigas. Na culinária, criticava a feijoada, a dificuldade para encontrar leite, a escassez de ovos de galinha e os preços dos gêneros alimentícios, que considerava muito caros. Nada, porém, comparável aos bichos de porco “que se encravam sob as unhas dos dedos dos pés e ali põem seus ovos e logo depois de uma hora, através de uma terrível coceira, anunciam sua presença” (FREITAS, 1991, 18). A terapia era aplicada através de uma cuidadosa assepsia dos pés realizada por um dos escravos. “A operação quase não dói e é sempre executada por negros que têm habilidade especial para tirar essas pústulas sem infeccionar” (FREITAS, 1991, 18).

Quando da sua chegada a Maruim, o casal foi objeto de todas as atenções por parte da comunidade alemã e alvo do estranhamento dos maruinenses e dos negros escravos que queriam ver “a senhora inglesa” – já que assim consideravam todas as mulheres de pele clara.

Até o final da década de 50 do século XIX Otto Schramm já havia instalado um consulado alemão na cidade e exercia a função de Cônsul. Quando o Imperador Pedro II visitou Maruim, em 1860, achavam-se hasteadas no local de desembarque algumas bandeiras dos países estrangeiros representados na cidade: Alemanha, Inglaterra, Suécia, Noruega, Nápoles e Áustria (SILVA, 1994, 92). Em 1878, quando da visita de Francisco Idelfonso Ribeiro de Menezes, presidente da Província, a Maruim, em nome do consulado alemão compareceram à solenidade Herman Kotsch, Johan Heinrich Winter e o próprio Otto Schramm. No local onde funcionou o consulado, instalou-se, no século XX, o Parque Otto Schramm.

A família Shcramm sofreu um duro golpe em Maruim, no ano de 1863, com a morte de Adolphine, mulher de Ernst Schramm, irmão de Otto, falecida em onze de abril daquele ano, por haver contraído cólera. Luterana, Adolphine não teve direito a ser sepultada na Igreja

Matriz nem no cemitério, como era o hábito de enterramento em relação às pessoas da elite, no período. O espaço destinado a sua sepultura foi uma área de terra na propriedade da família Schramm.

Nem todos os alemães que viviam em Maruim, contudo, podiam dispor do fausto proporcionado pela riqueza que os Schramm tinham à sua disposição. Em uma carta que enviou à sua mãe no dia cinco de fevereiro de 1859, Adolpheine é mordaz a esse respeito:

Vejo ao meu redor homens que dedicaram quase toda a juventude aos negócios no Brasil, sem que até agora tenham conseguido o necessário para retornar à sonhada terra natal. Se, de certa forma, conseguiram amealhar considerável patrimônio, investiram em terrenos impossíveis de vender, nas mãos dos fazendeiros, em prédios etc, que demandam anos para serem transformados em dinheiro (FREITAS, 1991, 15).

Para dar força à sua tese, buscou exemplos nos alemães que gravitavam em torno do seu círculo familiar. Citou nominalmente Busch, contador, com 38 anos de idade, cinco de trabalho no Brasil e dispondo apenas do seu salário para sobreviver. Wiedemann, com idade de 40 anos, exercia a função de caixa, trabalhando no Brasil durante 20 anos, dos quais 15 em Maruim. Entretanto, afirma considera boa a vida das mulheres no país: “Nós, mulheres, (...) temos vida boa aqui, pois nossos maridos gostariam de conservar-nos numa moldura” (FREITAS, 1991, 16).

Na década de 70 do século XIX uma outra família alemã se instalou em Sergipe: os Löeser. O comerciante Karl Löeser fixou-se em Maruim como gerente da Casa A. Schramm & Co. Casado com uma alemã, Alma, deixou uma prole de três filhos: Walter, Emy e Alice. No início do século XX, Karl transferiu-se para Aracaju e já era à época, ele mesmo comerciante autonomamente estabelecido com negócios de importação e exportação de açúcar, bacalhau, louça e ferragens. No período da I Guerra Mundial enfrentou dificuldades, em função das quais a sua mulher retornou à Europa. Sem que ela regressasse, Karl casou novamente no Brasil, formando uma nova família, com três fi-

lhas e um filho. Com o final da I Guerra, Walter, seu filho do primeiro casamento, retornou a Sergipe e ajudou o pai a ampliar os negócios de representações comerciais da família, além de atuar como Vice-Consul da Alemanha em Sergipe, despachante aduaneiro e professor de alemão. Ao morrer, em 1969, Walter havia reorganizado os negócios do pai e criado a empresa Walter Lõeser Ltda, que deixou sob a direção do seu primogênito, Siegfried.

Em Laranjeiras, ainda na segunda metade do século XIX, o cenário econômico recebeu a influência de Otto Jungklausen. Acredita-se ter sido ele o primeiro alemão que se voltou ao plantio da cana de açúcar em Sergipe. Adquiriu as usinas Comandaroba e Monte Alegre, que depois foram reunidas em uma propriedade batizada com o nome de Engenho Bismarck⁴. Como produtor de açúcar mandou buscar em seu país de origem vários engenheiros e técnicos agrícolas (RODDEWIG, 2001).

AS PRECEPTORAS

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque vem pesquisando de modo sistemático a presença das preceptoras alemãs em Sergipe. Num artigo que publicou em 2003, desvelou o trabalho de Marie Lassius (ALBUQUERQUE, 2003, 67). As preceptoras eram “provenientes, em sua maioria, da decadente aristocracia europeia (...) e tinham a incumbência de ilustrar os jovens das ricas famílias, preparando-os para cumprir o seu papel social” (ALBUQUERQUE, 2003, 68-69).

Marie Lassius chegou a Sergipe em 1861, solteira e protestante, como preceptorada família de Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão da Estância. Após a sua chegada, Marie Lassius assumiu as responsabilidades pela educação dos dois filhos mais velhos do patriarca contratante, Amélia e Pedro. Em 1867, concluída esta primeira tarefa, ela foi

⁴ O Engenho Bismarck foi adquirido por José Sobral, em 1928, e transformado na Usina Boa Sorte.

autorizada a prestar serviços para a família de Maria do Faro Rollemburg, D. Maria do Engenho Topo, onde ficou responsável pela formação das três filhas dessa matriarca: Clara, Luiza e Maria. Depois disso, ela retornou ao Engenho Escurial, de propriedade do Barão da Estânciia, para assumir a educação das suas duas filhas mais jovens, Aurélia e Anita, além de Serarfim e Izabel, primos órfãos das meninas. A preceptora era responsável pelo ensino de francês, piano e boas maneiras.

Uma outra preceptora alemã que vem freqüentando os estudos do pesquisador Samuel Albuquerque é Juliana Elisabete Roddewig, conhecida como Else Hagenbeck, que na metade da década de 10 do século XX foi viver na cidade de Laranjeiras, como responsável pela educação dos filhos da família Munck, e terminou casando com o agrônomo alemão Paul Hagenbeck.

A FAMÍLIA HAGENBECK

O agrônomo, especialista em culturas tropicais, Paul Hagenbeck tinha vinte e três anos de idade quando chegou ao Brasil, em 1911. O seu interesse pelo Estado de Sergipe ocorreu através de uma tia sua que morava em Laranjeiras e mantinha boas relações de amizade com Otto Jungklausen. Paul vislumbrara a oportunidade de ganhar dinheiro explorando o seu conhecimento a respeito das plantações nos trópicos e logo após a sua chegada começou a arrendar terras, plantando algodão e cana de açúcar. Ao final da I Guerra, em associação com dois outros teutos que viviam em Laranjeiras, Alfredo e Waldemar Suadicánis, iniciou a exploração da Fazenda Varzinhas, ainda hoje propriedade dos seus descendentes.

Casou, em 1923, com Juliana Elisabete Roddewig, também alemã, que conhecera na residência da família Munck, alemães que também residiam em Laranjeiras. Aliás, é recorrente entre as primeiras gerações de alemães que viveram em Sergipe o hábito de casar com compatriotas, talvez como estratégia de preservação dos seus padrões culturais. A única exceção encontrada até agora nos registros consulta-

dos diz respeito a Oscar Backhaus, que casou com uma negra sergipana (RODDEWIG, 2001).

Nas relações dos alemães com a comunidade local, uma outra característica era a de assumir um nome mais facilmente pronunciável pelos sergipanos. Assim, um dos filhos de Paul Hagenbeck, Hans Otto, era conhecido pela comunidade laranjeirense como João da Varzinhas. A sua mãe, Juliana Elisabete Roddewig, era conhecida em Laranjeiras como Else e viera para o Brasil em 1913, a fim de trabalhar como preceptora dos filhos de uma família da cidade paulista de Piracicaba. Dispensada da função em 1914, após o início da I Guerra, veio para Laranjeiras contratada como preceptora dos filhos da família Munck.

Paul Hagenbeck adquiriu as cotas de Alfred Suadianis na Varzinhas, em 1936. Ali viveu com Else e criou os quatro filhos, preservando hábitos culturais da sua terra, mantendo uma biblioteca com mais de mil livros em alemão, plantando batata, produzindo conservas, manteiga, pão e queijo, além de defumar os derivados da carne de porco. A família convivia com a comunidade alemã existente em Sergipe, como o representante da companhia aérea Condor, engenheiros que trabalhavam nas usinas de açúcar existentes no Estado, operários especializados e comerciantes (RODDEWIG, 2001).

A FAMÍLIA MUNCK

O engenheiro mecânico Karl Albert Gustav Munck chegou a Laranjeiras em 1907, aos 26 anos de idade, com o objetivo de trabalhar na montagem de máquinas dos engenhos de cana de açúcar. Voltou à Alemanha quatro anos depois, por poucos dias, para casar com Ana Hodewig Julia Roessung. Fixado definitivamente em Sergipe, com sua esposa, em 1918 criou uma companhia elétrica e firmou um contrato para instalar e manter a iluminação elétrica pública das casas e das ruas laranjeirenses, movida por motor Deutz a gasogênio que importara da Alemanha. Conhecia bem o município e a sua sede, tendo àquela altura já montado as máquinas de mais de 40 usinas açucareiras. Na

sua oficina mecânica trabalhavam mais de 150 operários, e dentre as inovações da modernidade que introduzira em Sergipe, se incluía a fabricação de gelo. Representante da empresa alemã *Maschinenfabrik Sangar Hausen*, especializada na fabricação de equipamentos para engenhos e usinas de açúcar, trouxe do seu país dois outros mecânicos: Adolph Bergeher e Hans Schudler, que o auxiliavam no trabalho de montagem dos equipamentos.

Quando voltou casado da Alemanha, em 1911, encontrou a cidade de Laranjeiras assolada pela epidemia de varíola, o que obrigou o casal Munck a permanecer por mais de um mês em Aracaju, como hóspedes da família Löeser. Em 1936 o casal mudou-se para a capital, encerrando seus negócios em Laranjeiras. Diabético, Albert Munck morreu em 1941. Sua mulher continuou vivendo na capital do Estado de Sergipe até 1976. No sítio de propriedade da família, em Laranjeiras, continua vivendo a sua filha Gisela Munck (RODDEWIG, 2001).

EPÍLOGO: A PRODUÇÃO DA INVISIBILIDADE

Os alemães começaram a ficar invisíveis em Sergipe a partir de uma série de eventos que marcaram a vida local. A mudança do eixo dinâmico da economia sergipana e da sede dos negócios da região do Vale do Cotinguiba para Aracaju, observada a partir das primeiras décadas do século XX, fez com que a presença alemã em Maruim e Laranjeiras se tornasse menos evidente.

As duas guerras mundiais da primeira metade do século XX contribuíram para o retraimento dos alemães que viviam no Brasil. Toda a atmosfera do nacional-socialismo criou um profundo mal estar não apenas para os Estados que se juntaram com o objetivo de combater a Alemanha em nome da civilização, mas também para os próprios alemães. No Brasil, várias empresas alemãs foram nacionalizadas nesse período. Um bom exemplo é o da Itabira Iron Ore, que, “depois de passar às mãos de um grupo nacional transformou-se, durante a Segunda Guerra Mundial, na Companhia Vale do Rio Doce, uma em-

“presa estatal” (MORAIS, 1994, 125). O partido nazista mantinha, através de vários empresários alemães aqui estabelecidos, uma ativa seção brasileira que era coordenada pela *Auslands Organisation*, através da sua seção exterior sediada em Hamburgo. Até chegar à posição que assumiu de entrar na guerra ao lado dos aliados, o Brasil vivera um longo namoro com os nazistas, durante alguns anos do Estado Novo. Esse namoro incluiu um processo de xenofobia contra os judeus que levou Getúlio Vargas a entregar a romena Genny Gleizer e a alemã Olga Benário à polícia nazista. Em 1941, por exemplo, Getúlio Vargas enviara um copioso telegrama de cumprimentos a Adolf Hitler pela passagem do seu aniversário, “desejando em nome do governo e do povo brasileiro, votos por sua felicidade pessoal e pela prosperidade da nação alemã” (MORAIS, 1994, 431).

Os alemães que viviam em Sergipe, também enfrentaram dificuldades. Durante a I Guerra Mundial, Karl Löeser teve o seu nome inscrito em uma lista reservada e pouco esclarecida que circulou no Brasil com os nomes dos “alemães indesejáveis”, perdeu a maior parte do seu patrimônio e viu sua família regressar ao seu país de origem. No período da II Guerra, após o torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães na costa sergipana, o ambiente de comoção que se estabeleceu fez com que a polícia apurasse as relações dos alemães residentes no Estado com o movimento nazista. No inquérito aberto pelas autoridades policiais de Sergipe, foram ouvidas cinqüenta e sete pessoas. Destas, dezesseis foram indiciadas: um Tcheco, um austríaco, quatro italianos e dez alemães. As principais acusações que pesavam sobre os alemães além da colaboração com os submarinos que torpedearam os navios mercantes brasileiros, eram a de manterem reuniões secretas e importarem armas (SANTIAGO, 1942, 2). Após as apurações, o afinador de pianos Herbert Merby recebeu duras acusações do chefe de polícia, Enoque Santiago,

pelos seus modos, suas declarações arrogantes nas casas onde trabalhava e seu sistema de viver. Em cada casa em que ia consertar piano deixava sempre a marca de sua suspeita. (...) No dia em que o povo

num arranco incontido invadiu a residência de Nicola⁵, Herbert tremia de ódio, como disse o senhor Antônio Correa de Andrade: “o governo há de pagar”. E como lhe aconselhasse que serenasse na sua cólera, ele repetiu para a dona da casa: “A senhora sabe o que é um alemão?”. Irreverente, incrédulo, ma educado, disse em casa do Senhor Roldão Fragoso, na rua de Laranjeiras, olhando para um quadro de Coração de Jesus, pendendo da parede, o seguinte: “Tire esse judeu cretino da parede”. Herbert não cessava de deprimir o Brasil, aconselhando aos filhos do senhor Antônio para aprenderem a língua alemã pois justificava: “A Alemanha vai tomar conta do Brasil” (SANTIAGO, 1942, 3-4).

Além de Herbert Merby, o chefe de Polícia fez também acusações a Rudolf von Doechn, por este não ser “contrário ao regime nazista. Acha que ele pode dar resultado benéfico para a Alemanha”; Paul Hagenbeck, sobre quem o chefe de polícia afirmara ser adepto do sistema nacional-socialista; Gunther Schmekel, responsável pelos negócios do Consulado Alemão da Bahia em Sergipe, também visto por Enoque Santiago como nazista (SANTIAGO, 1942, 5-6).

Walter Löeser, filho de Karl, permaneceu preso em Aracaju, durante 32 dias, em 1941, sem nenhuma acusação contra ele. Sobre Walter pesavam apenas algumas suspeitas, principalmente pelo fato de haver lutado no Exército Alemão durante a I Guerra e haver recebido, como oficial, uma condecoração: a Cruz de Ferro (RODDEWIG, 2001).

Apesar de todas as acusações que fez, o chefe de polícia afirmou que somente obtivera provas suficientes para incriminar Herbert Merby, deixando de encaminhar ao Ministério Público os nomes dos demais

⁵ O empresário italiano Nicola Mandarino foi acusado de ser um entusiasta dos países do Eixo, de possuir equipamento de rádio-transmissão e de hospedar em sua fazenda, no município de Itaporanga, tripulantes do submarino alemão que torpedeou os navios mercantes brasileiros Baependi. No dia em que circulou na cidade de Aracaju a notícia do torpedeamento, a população se dirigiu à sua residência que foi depredada. Nicola Mandarino e sua família foram salvos pela Polícia, que conseguiu retirá-los em segurança e levá-los à sua fazenda em Itaporanga d’Ajuda (SANTIAGO, 1942, 2).

acusados. Além disto, inocentou plenamente os alemães Otto Apenburg, Otto Karl Weide, Frei Euzébio Walter, Oscar Besthner e Oscar Backhaus (SANTIAGO, 1942, 6).

A entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, veio empacotada em alguns negócios que o governo do Estado Novo conseguiu realizar com os norte-americanos e também pela expropriação de todo o capital alemão investido no país.

Meses antes do embarque das tropas brasileiras para a Itália, em 1944, o governo brasileiro, em guerra com a Alemanha e Itália, baixou um decreto expropriando todos os bens dos chamados “súditos do Eixo”. Ou seja, toda empresa instalada no Brasil cujo controle estivesse nas mãos de capitais italianos, alemães ou japoneses passava a pertencer ao Estado brasileiro – mais especificamente, ao Banco do Brasil. Cumpridas as formalidades legais da expropriação, o banco passou a realizar leilões públicos das empresas (MORAIS, 1994, 435).

O confisco da empresas alemãs era visto como uma necessidade, pois, segundo as afirmações de autoridades policiais brasileiras, os nazistas atuavam no território do Brasil disfarçados de “amigos comerciais da Alemanha” (SANTIAGO, 1942, 2). Todos os alemães foram obrigados a um depósito obrigatório, de acordo com a fortuna pessoal de cada um, recolhido ao Banco do Brasil. De acordo com o Decreto-Lei 4.166, de 11 de março de 1942, tais recursos permaneciam à disposição da Agência Especial de Defesa Econômica do Brasil, para uma possível indenização ou reparação de guerra, sem vencer juros. Apesar de exemplificar, em Sergipe, somente Paul Hagenbeck foi obrigado a depositar Cr\$ 35.724,50 (Trinta e cinco mil, setecentos e vinte e quatro cruzeiros e cinqüenta centavos)⁶. (SERGIPE, 1949).

⁶ Apenas para que se possa estimar o valor de tal montante, com essa importância, na década de 40 do século XX, era possível comprar 75 bois da raça Indubrasil.

Para entender porque, não obstante a forte presença alemã em Sergipe desde a metade do século XIX, são poucos os estudos existentes a respeito do tema, é necessário considerar com Jacques Le Goff que

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1984, 95).

As circunstâncias do processo político fizeram com que a própria comunidade alemã buscasse uma posição social mais discreta e menos visível, após as duas grandes guerras, buscando confundir-se, tanto quanto possível, com os grupos locais. Por outro lado, a imagem que se construiu dos alemães, em função das tragédias vividas em face do nacional-socialismo, fez com que a vida social brasileira, em comunidades nas quais eles não eram majoritários, tivessem maiores reservas no seu relacionamento com eles.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Joel. *Traços da história de Maroim*. 2^a. Ed. Aracaju, Secretaria de Estado da Cultura, 2004.
- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. “Marie Lassius, uma preceptora alemã em Sergipe”. In: *Cadernos UFS História da Educação*. vol. V, Fascículo 1, 2003. p. 67-78.
- AVÉ-ALLEMANT, Robert. “Excursão à Província de Sergipe. Viajando para Aracaju no Rio Cotinguba. Maruim”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n° 26, Vol. XXI, 1961.
- BASTO, Fernando Lázaro de Barros. *Síntese da história da imigração no Brasil*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1970.
- FREITAS, José Edgard da Mota. *Cartas de Maruim*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1991.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *Encyclopédia Einaudi*. I. Memória-História. Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MORAIS, Fernando. *Chatô*. O rei do Brasil. A vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada ou a influência alemã durante a segunda metade do século XIX*. Londrina, Editora UEL, 1999.
- PASSOS Subrinho, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe 1850-1930*. Aracaju, Funcaju, 2000.
- RODDEWIG, Wolfgang. “Uma tentativa de colonização malograda”. (Inédito).
- _____. “Alemães em Sergipe”. (Inédito).
- _____. “Os Munck”. (Inédito).
- _____. “Os Hagenbeck”. (Inédito).
- _____. “Os Löeser”. (Inédito).
- SANTIAGO, Enoque. *Relatório do inquérito instaurado neste Departamento em consequência dos torpedeamentos de cinco navios*

brasileiros, e no qual se acham envolvidos vários estrangeiros (alemães e italianos). Aracaju, Departamento de Segurança Pública, 1942.

SERGIPE. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, Imprensa Oficial, 1924.

SERGIPE. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1923, ao instalar-se a Primeira Sessão Ordinária da Décima Quinta Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado*. Aracaju, Imprensa Oficial, 1923.

SERGIPE. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1924, ao instalar-se a Segunda Sessão Ordinária da Décima Quinta Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado*. Aracaju, Imprensa Oficial, 1924.

SERGIPE. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1925, ao instalar-se a Terceira Sessão Ordinária da Décima Quinta Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado*. Aracaju, Imprensa Oficial, 1925.

SERGIPE. ESTADO DE SERGIPE. COMARCA E LARANJEIRAS. DISTRITO JUDICIAL DE LARANJEIRAS. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE LARANJEIRAS. *Inventário de Paul Hagenbeck, falecido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 de setembro próximo passado*. 1949.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. *Inventário cultural de Maruim*. Aracaju, Secretaria Especial de Cultura, 1994.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica Gimnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

OS VALADARES: últimos cem anos de uma família sertaneja

PAULO VALADARES*

RESUMO

A família Valadares vive no Brasil desde o século XVI, quando o cristão-novo Jorge de Valadares refugiou-se aqui. Ele era médico, talvez seja o primeiro do país. Este ensaio é uma genealogia dos Valadares, de Sergipe, no último século.

PALAVRAS-CHAVE: cristãos-novos, genealogia e Valadares

ABSTRACT

The Valadares family has lived in Brazil since the 16th century, when the new Christian Jorge de Valadares took refuge here. He was a physician – perhaps the first one in country. This essay is a genealogy of the Valadares, from Sergipe, in the last century.

KEY WORDS: new christians, genealogy and Valadares.

* Sociedade Genealógica Judaica do Brasil

Comecei a fazer a genealogia dos Valadares no início dos anos noventa. Vivendo muito longe de onde eles surgiram, passei a colecionar documentos familiares, conversar em casa sobre o tema e trocar correspondência com raros membros da família que se dispuseram a isto. Enfrentei muitas dificuldades para esta coleta de informações. Os documentos de uma família sertaneja, sem vínculos familiares com as famílias senhoriais, são extremamente raros. Acrescente-se a pouca colaboração do clã, educado para viver silenciosamente. Porém tive a sorte que a minha mãe, Iandira Valadares, possuísse um orgulho imenso de sua ascendência e uma memória histórica bastante recuada no tempo, pois na juventude conversava com os seus maiores, já pensando em escrever algo sobre o tema. Depois encontrei por correspondência o primo Elias Valadares, criatura de uma generosidade bíblica, com o mesmo amor ao clã, que se dispôs a levantar informações biográficas da família. Como se percebe, aqui a autoria deste ensaio genealógico significa apenas a sua redação, pois o restante devo a Iandira e Elias Valadares. Como há outros primos Elias, me refiro a Elias de Aristeu. É a eles a quem oferto esta história, escrita com a mesma preocupação de Absalão, “*quando ainda vivia, se tinha feito levantar uma coluna no Vale do Rei: porque tinha dito: Eu não tenho filhos, e este será um monumento do meu nome*”¹. Idéia complementada pelo escritor sefardita Elias Canetti (1905 - 1994) em sua autobiografia “*Uma luz em meu ouvido*”: “*Lancei um desafio à morte, à minha morte e à dos outros. As pessoas que amei, meus pais, meu irmão George, e os que não amei, todos reviverão... enquanto eu for lido*”. É o que sinto enquanto escrevo estas linhas pensando no silêncio que a linhagem viveu todos estes anos.

¹ SAMUEL, II, 18:18.

GÊNESE

O primeiro deles, o cristão-novo Jorge de Valadares, chegou a Salvador, onde foi “physico-mor”, entre 1543 a 1553, vindo de Portugal. Apesar de sua discrição, pois não era conveniente chamar a atenção, ele entrou para a história da saúde brasileira por ter sido o nosso primeiro médico². Não há ainda uma genealogia publicada dos seus descendentes, vítimas da seleção operada pelos linhagistas brasileiros, o “genealogicídio” (neologismo criado pelo historiador Elias Lipiner), que excluem de suas genealogias o judeu e os seus descendentes. Porem se os Valadares estão ausentes dos livros de linhagem, estão presente nos “tições”, basta ler o Gustavo Barroso, eles estão entre as 21 famílias listadas na “*História Secreta do Brasil*” como pioneiras do judaísmo brasileiro³.

Valadares vem do verbo “*valadar, criar valas, fortalecer militarmente algum sítio com valas*”, usado como técnica bélica durante a Reconquista, quando os ibéricos procuravam expulsar os árabes da Península. O historiador Alfonso Toro escreveu metaforicamente que havia um “*deseo de poner um valladar entre judíos y cristianos*” nas leis que regulamentavam a sua presença, tanto em Portugal, quanto em Espanha⁴. Com o tempo, Valadares, passou a nomear algumas aldeias do norte e nordeste português. Depois, transformou-se em sobrenome, de uma família nobre, indicando posse de território, e de plebeus como indicativo de procedência.

Há três linhagens de Valadares brasileiros perfeitamente identificados e que não possuem parentesco entre si. A mais conhecida delas vive em Minas Gerais desde o século XVIII. Eles descendem do capitão de ordenanças José Fernandes, oriundo de Valadares, Portugal. Outra linhagem é de S. José do Egito em Pernambuco, liderada pelo comer-

² SANTOS (filho), Licurgo de Castro. *História da Medicina no Brasil*, pp. 27-9.

³ BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*, I, p. 29.

⁴ TORO, Alfonso. *Los judíos en la Nueva Espana*, p. XVIII.

ciante Inácio Mariano Valadares (1896 – 1966)⁵. A terceira é a que estamos contando a sua história.

Mesmo sem o registro é possível seguir a trajetória da família cristã-nova. Um deles, Manuel Filgueira Valadares, foi durante o domínio holandês representante de comerciantes judeus para a Bahia⁶. Em 1672 saiu num auto de fé em Granada o médico português Alonso de Angulo y Valadares, como judaizante⁷. Prudentes, os Valadares demandam o sertão, onde longe do alcance das Inquisições, buscam sua ascensão social, pois num meio ágrafo, eles são letrados e passam a ocupar os cargos da burocracia estatal. São coletores de impostos, tabeliães, e já no séc. XX, disputam com os latifundiários (herdeiros da nobreza portuguesa) os cargos eletivos da administração pública.

No deslocamento pelo sertão, meu bisavô João Valadares comprou a Fazenda Buril, em Simão Dias, interior de Sergipe. Ele chegou até ali, é uma hipótese, porque na região onde vivia, estourou uma revolução messiânica, comandada por Antonio Conselheiro, que seria sufocada com mais de trinta mil pessoas assassinadas. Sabe-se também que era protegido do Coronel João Dantas, patriarca de uma família de sesmeiros baianos. Outra explicação familiar dada por Elias Valadares, Elias de Porfírio, afirma que João Valadares seria filho de uma índia local chamada Gertrudes ou Tutuiá. O que contradiz a história da origem baiana.

A VIAGEM

Munido de um caderno, onde anotei as informações colhidas de meus pais, uma fotografia de meu avô e seus filhos (o mais antigo documento fotográfico da família), em fevereiro de 1996 resolvi visitar

⁵ VALADARES, Paulo. “Para os Valadares, rir ainda é a melhor política”, *O Boêmio* (Matão, S. Paulo), nº 160, 08-12-2000, p. 7.

⁶ WOLFF, Egon e Frieda. *Dicionário Biográfico, I, Judaizantes e Judeus no Brasil (1500-1808)*, p. 197.

⁷ CARO BAROJA, Julio. *Los judíos en la España Moderna y Contemporánea*, II, p. 223.

a nossa fonte. Tomei um ônibus para romper os dois mil e quinhentos quilômetros que nos separavam, duas noites e um dia, até chegar a Tobias Barreto e daí esticar a visita até o povoado de Samambaia. Lá, sem outra condução, aluguei um táxi e fui em frente.

O veículo cortou numa estrada estreita, terras áridas, monocromáticas, que pareciam cobertas de cinza, nenhuma mancha de verde. Terras planas, ao longe a Serra do Canapum, (nome de um tomate nativo). No alto, o sol arde e brilha, como uma moeda de ouro solta numa toalha azul. Na entrada do povoado, próximo a lagoa Tanque da Nação, um matadouro onde se abatem os bois e as vacas base da alimentação local. Nenhuma indústria, dois ou três bares. Samambaia toda deve ter umas vinte casas de tijolos, uma modesta Igreja Católica no centro. O meio de transporte ainda é o cavalo. Algumas pessoas armadas com espingardas artesanais, carregam num embornal alguma rolinha morta. A população é branca, alguns negros, todos envolvidos na subsistência, plantando, criando ou caçando. Este é o lugar que visito. Tudo está como meus pais deixaram ou como meus avós viveram. As pessoas aqui são substituídas apenas pelo nascimento e pela morte.

O GENEALOGISTA QUE VIROU LOBISOMEM

Eis-me em Samambaia, a pé, sem conhecer ninguém. Mas o historiador tem duas fontes de consulta em qualquer cidade: o cartório e o cemitério. Ele pode reconstruir o passado pelos documentos de papel ou pelas lápides, quando elas existem. O cartório estava fechado, pois o tabelião viajara, restava-me o campo santo. Foi o que fiz. Atravessei o povoado sob o sol forte e cheguei ao cemitério, cercado por um muro, algumas lápides, reconheci a de uns primos, vários camaleões fugiram espavoridos com a minha presença. Anotei os nomes e as datas dos túmulos que identificavam os falecidos.

Sem que eu soubesse o povoado ficara em polvorosa. Pois no dia anterior, fora enterrada neste cemitério uma moça de um lugarejo vizinho.

nho. Logo as comadres tinham a grande notícia: o noivo enlouquecido, ou para os arcaicos um lobisomem, viera desenterrar a morta. O povo aterrorizado fechou as suas janelas, os meninos foram proibidos de brincar nas ruas, apenas porque eu desejava conhecer o túmulo de meus antepassados. A confusão só foi desfeita quando me sentei ao lado de alguns assustados jogadores de baralho na praça local, para esperar a condução de volta. O mais alegre deles percebeu que eu não tinha aliança de noivo, portanto não era o lobisomem. Era o meu primo Germânia Valadares, que passou apresentar Samambaia para mim. Esclareceu que meu avô, Eusébio Valadares, que foi fazendeiro, cobrador de impostos, árbitro em conflitos de terras e poeta, não estava enterrado ali, mas no cemitério segregado chamado Sítio, destinado aos acatólicos. Próximo dali há outro exemplo deste separatismo, há um povoado chamado Forras somente para negros e outro, Palmares, exclusivo para brancos⁸.

Como cicerone, Germânia levou-me a conhecer outros parentes. Foi nesta apresentação que pude registrar como a memória oral é tão confiável quanto um registro cartorial. Explico. Procurando maiores informações sobre o meu avô, recolhendo uma informação aqui, outra ali, encontrei Aloilda Valadares, que recitou versos numa prosódia arabizada, que aprendeu com a sua mãe, e que esta ouvira de seu pai Eusébio, onde ele se identificou poeticamente: “*a 14 de Agosto / eu quero narrar aqui / 1880, a era que eu nasci. / Se digo tenho certeza / minha mãe era Teresa / e o meu pai João do Buril. / Nasci no Curral dos Bois, / aqui mesmo em Palmares. / Me criei nos arredores, / visitei alguns lugares. / Minha pátria sempre amo. / Vou dizer como me chamo: / Sou Eusébio Valadares. / Pisava firme e contente / porque dores não sentia. / Viajava sempre a pé / pra caatinga mais de dias. / Indo mesmo carregado / chegava desenfadado / e nunca me maldizia. / Chegou cinqüenta e seis, / futuro nenhum espero. / As dores foram chegando / não faço mais o que quero. / De tudo tenho lembrança / só me resta a esperança / das portas do cemitério*” .

⁸ FIGUEIREDO, Ariosvaldo de. *O negro e a violência do branco*, p. 72-3.

Pois compare estas informações com as que o Cartório do Ofício Único de Luisete de Souza Neto (meu primo pelos Cardoso) me forneceu: “*Certidão de óbito nº 256, fls 125 ev. Certifico que no livro C nº 01 de assentos de óbitos, consta o de Eusébio Batista Valadares, falecido em 09 de junho de 1962 ás 3:00 horas, filho de João Batista Valadares e Teresa Maria, idade oitenta e dois (...)*”. Não são as mesmas informações em linguagem diferente?

Saindo de Samambaia, fui para Simão Dias, onde fiquei hospedado na casa de Elias Valadares, pertencente ao ramo que se dedicou com sucesso à atividade política. Lá, os descendentes de Carolina Valadares, irmã de meu avô, se articularam numa oligarquia, substituindo as locais. Esta substituição não foi pacífica, tanto que membros destas famílias, como escritor Jorge Barreto, fustigou estes novos senhores, lembrando com azedume até a questão étnica, adormecida pelos novos tempos; “...oportunistas de origem muitas vezes desconhecida...hoje, senhores de si, esquecidos dos pratos que sujaram, fazem lembrar o velho provérbio, porco não se lembra de quando foi bacorinho...”⁹. Porco, neste caso, é o descendente de cristão-novo. Esta “acusação” voltou em 1987, quando o deputado Nelson Araújo (PMDB) “denunciou” (sic) a cumplicidade entre o governo de Valadares com um tal “consórcio judaico-brasileiro”¹⁰.

GENEALOGIA

Eis a genealogia parcial desta gente, respeitando o critério de somente acompanhá-los nos últimos cem anos, ou seja, durante quatro gerações. O genealista João Batista Valadares é quase uma sombra, pouco sabemos dele, mas é através dos seus genes que nos fazemos parentes, o que nos unifica a todos os personagens deste ensaio genealógico.

⁹ BARRETO, Jorge. *Minha terra e minha gente*, p. 64.

¹⁰ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*, VII, p. 400.

§ 1

I – JOÃO BAPTISTA (“João do Buril”) VALLADARES (grafia arcaica), deve ter nascido antes de 1860. Ele possuiu uma fazenda de nome “Buril” no povoado de Curral dos Bois, na “zona denominada *“Palmares” ao sudoeste da cidade [Simão Dias] nas cabeceiras do rio Piauí, em uma planície chamada “Várzea da Isca”*”. Este povoado nasceu de uma feira organizada por Juvenal Oliveira Santos, pai do poeta simâodiense Hermes Andrade de Oliveira, o “Solitário de Palmares”. A feira foi destruída pelo delegado e comerciante João Batista (“João de Quinquim”) de Carvalho sob o pretexto de “*cometimento de desordens e abuso da jogatina*”, mas em 30 de setembro de 1917 o povoado foi legalizado¹¹. João Valadares casou-se com TERESA MARIA DE JESUS. Identificamos sete filhos do casal:

- 1 (II) – PEDRO BATISTA VALADARES, que segue no § 2.
- 2 (II) – CAROLINA VALADARES, que segue no § 3.
- 3 (II) – MARIA BRANQUINHA VALADARES, que segue no § 4.
- 4 (II) – EUSÉBIO BATISTA VALADARES, que segue no § 5.
- 5 (II) – MARIA JOSÉ VALADARES, que segue no § 6.
- 6 (II) - MARIA DE JESUS VALADARES, que segue no § 7.
- 7 (II) – JOSEFA VALADARES, que segue no § 8.

§2

II – PEDRO BATISTA VALADARES casou-se com MARIA (“Dona Maroquinhas”) DE ALMEIDA, filha de Estanislau (“Seu Bilau”) Carlos de Almeida e sua esposa Maria Fabrícia de Almeida, neta paterna de Carlos José de Almeida e Angelina Joaquina de Almeida. Os ALMEIDA (do árabe, a mesa, por extensão, superfície plana), sobrenome tomado ao topôs do mesmo nome próximo a Guarda em Portugal, foram

¹¹ CARVALHO DEDA. *Simão Dias. Fragmentos de sua história*, p. 133.

proprietários no Boqueirão, serra do Canapum, em Sergipe. Eles criavam e compravam porcos, bois e muares para vendê-los na capital sergipana. Para a economia local eram abastados. O antropólogo sergipano Felte Bezerra afirma que os Almeida são originários de Campo do Brito e junto aos Vieira de Capela, os Porto e Figueiredo de Dores, caracterizam-se pela endogamia exagerada, cujo objetivo seria “*a manutenção, de certo modo, dos traços antropológicos dos povos da Europa no interior sergipano*”¹². Dois tio paternos de Dona Maroquinhas, Porfírio e Antonio Carlos, casaram-se com duas irmãs do seu marido, Carolina e Maria Branquinha. Um neto de Estanislau, Edson Valadares, descreveu o avô assim: “*Nasceu por volta de 1870, em uma fazenda sertaneja escondida entre montanhas e faleceu na capital do estado de Sergipe, aos 86 anos de idade, vitimado pelo câncer...sua estatura de 1,85 estava acima dos padrões das populações sertanejas....acreditava em Deus, freqüentava a igreja católica, mas não era carola...viajava pelo sertão e atravessava regiões desertas, as vezes perigosas, principalmente por causa de bandoleiros, estava sempre desarmado, embora portasse muito dinheiro destinado ao seu negócio de compra e venda de bovinos e muares....exercia os misteres de fazendeiro e de agricultor com rara competência e habilidade. Não fumava, nem bebia álcool, porém mascava tabaco...manejava a enxada, o machado, a foice e o facão com maestria...cuidava da saúde dos animais da fazenda com a competência de um veterinário, sendo capaz até de fazer cirurgias. Domava cavalos bravos como os melhores campeões de rodeios. Enfrentava bois gigantescos, violentos, usando apenas uma vara com ferrão. Matava animais, retirando os seus coros para curtir e vender no mercado....enfrentava as águas de rios caudalosos a nado ou montado...exímio pescador...laçava reses que corriam em grande velocidade pelos campos...o seu aboio forte, demorado e nostálgico, tornou-se famoso em todo o sertão. Mesmo ouvido a distância, presumia-se advindo de uma trompa, instrumento este que*

¹² BEZERRA, Felte. *Etnias sergipanas*, p. 81.

parecia estar escondido em sua garganta". Pedro e Dona Maroquinhas são os pais de:

- 1 (III) – EWERTON ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 2 (III) – ELIZABETH ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 3 (III) – EDSON ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 4 (III) – ELZA ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 5 (III) – EVERALDO ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 6 (III) – EDELVIRA ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 7 (III) – ESTER ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 8 (III) – JOSÉ ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 9 (III) – TEREZA MARIA ALMEIDA VALADARES, que segue.

III – EWERTON ALMEIDA VALADARES (Simão Dias, 21-04-1921 – 22-01-1993). Militar e vereador em Salvador. A sua fé de ofício registra as seguintes promoções no Exército Brasileiro: Cabo contador (1940), 3º Sargento (1941), 2º Sargento (1943), 1º Sargento (1948), Subtenente (1953), 2º Tenente (1958), 1º Tenente (1962) e Capitão (1965). Condecorações: Medalha de Bronze (junho de 1934), Medalha de Guerra (1946) e Medalha de Prata (1960)¹³. Casou-se por duas vezes, a primeira com MARIA DO CARMO GOMES e a segunda com PORCINA PIRES MACEDO. Com geração de ambos os leitos: Carlos, Eduardo, Amílcar, e do segundo casamento, Teresa Cristina, Ewerton e Juliana Desiré.

III – ELIZABETH ALMEIDA VALADARES c.c. GILENO GUEDES (falecido). São os pais de: Maria Elizabeth e Guacira.

III – EDSON ALMEIDA VALADARES: “*eu nasci na fazenda Buril, município de Simão Dias [07-01-1924]. Antes de completar um ano*

¹³ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, Ofício nº 189, Rio de Janeiro, 07-05-1999. Tenente-coronel Raimundo Ubiratã Messias de Matos.

*fui “doado” pelos meus pais aos meus avós que moravam na fazenda Boqueirão que ficava a seis quilômetros da Samambaia, onde eu fiz o meu curso primário, concluído aos dez anos. Deixei os meus avós e fui morar na capital, Aracaju, onde em 1945 eu obtive o diploma de Contador. Como já disse antes, em 1950 fui morar no Rio. Lá fui industriário, bancário, sub-contador da Metro Goldwyn Mayer e, finalmente em 1957 ingressei na PETROBRÁS por concurso” (depoimento por carta). Poeta e contista expressivo. Autor: *Memórias do sertão* (256 páginas). Foi casado (desquitou-se) com a prima MARIA VALADARES (§ 8). O casal tem os filhos: Edmary, Hércules, Carlos Roberto, Débora (adotada) e Deise (adotada).*

III – ELZA ALMEIDA VALADARES (02-03-1926), mãe de: Hugo José.

III – EVERALDO ALMEIDA VALADARES, jornalista e publicitário em Ilhéus. Casado por duas vezes: DALVA DEL PINO e depois com SUZANA SANTOS GOMES. São os seus filhos: Nadja, Dalva Maria, Elza, e do segundo casamento, Tânica, Arlison e Thais (criada pela irmã Tânica).

III – EDELVIRA ALMEIDA VALADARES c.c. NELSON COSTA. São os pais de: Helena Maria (dentista), Aparecida Maria (Procuradora de Justiça em S. Paulo) e Elza Maria (dentista).

III – ESTHER ALMEIDA VALADARES (07-12-1931), professora universitária e funcionária do Senado Federal.

III – JOSÉ ALMEIDA VALADARES (10-07-1933), serventuário de justiça em Brasília. Casado com GLAUCÉ MARIA DA COSTA BENÍCIO (22-09-1946). São os pais de: Ricardo José (médico em S. José do Rio Preto), Renato, Elaine e Rodrigo Luís.

III – TERESA MARIA ALMEIDA VALADARES (18-03-1939), nutricionista, casada com o dentista ANTONIO FELICIANO BATISTA,

primo do Senador Lourival Batista. São os pais de: Thomaz Antonio, Heron e Danuza.

§ 3

II – CAROLINA (“Tia Carrinha”) VALADARES (04-11-1885 – 16-10-1927). Casada com ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA, nascido no Boqueirão e falecido em 28 de dezembro de 1969, com “92 anos, 2 meses e 5 dias de idade”. Era filho de Carlos José de Almeida e Angelina Joaquina de Almeida, proprietários da Fazenda Boqueirão. “*Foi um dos maiores pecuaristas do distrito de Palmares, com duas fazendas, uma em “Buril”, no mesmo distrito, e outra no “Garapa”, distrito de Samambaia, município de Tobias Barreto. Era um homem sizado, porém quando mostrava o rizo, mostrava o coração. Não gostava de luxo, adorava o seu jaleco, seu chapéu de couro. As suas roupas preferidas eram de caque e de mescla. A sua ocupação principal era trabalhar com o seu gado, enquanto teve forças foi ele o seu próprio vaqueiro*” (Informação de Raimundo Monteiro). Ficou viúvo aos 51 anos e casou-se com Maria Silva de Jesus (minha mãe dizia que ela pertencia família Cansansão), gerando mais nove filhos: Evaldina, Edilde, Dulce, Zélia, Lindélia, Lindete, Lindeci e Laucide. Carolina e Antonio Carlos são os pais de:

- 1 (III) – AUREA VALADARES.
- 2 (III) – MOISÉS CARLOS VALADARES, que segue.
- 3 (III) – REGINA VALADARES, que segue.
- 4 (III) – PEDRO ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 5 (III) – JOSÉ CARLOS VALADARES, que segue.
- 6 (III) – MARIA ALMEIDA VALADARES, que segue.
- 7 (III) – OSMUNDO ALMEIDA VALADARES.
- 8 (III) – IRENO ALMEIDA VALADARES (18-09-1918 – 01-11-1968). Está sepultado em Samambaia. Com geração.
- 9 (III) – IRINEU ALMEIDA VALADARES.
- 10 (III) – ARISTEU ALMEIDA VALADARES, que segue.

11. (III) – ARISTIDES ALMEIDA VALADARES, que segue.
12. (III) – AGNALDO ALMEIDA VALADARES.

III – MOISÉS CARLOS VALADARES (25-11-1908 – 22-12-1968), comerciante de animais. Casado com DOMETILDES (“Tia Tide”) VILA NOVA (15-9-1915 – 20-11-1983). Não conheço a origem da família VILA NOVA. Há poucos registros deste sobrenome pelo sertão. Na comunidade de Canudos havia um comerciante nomeado Vila Nova. Não sei se são os mesmos. Moisés e Dometildes são pais de: Ednaldo, Maria (conhecida por Edna, c.c. Antonio Correia de Andrade, Antonio Batalha, grande proprietário rural em Palmares), Ednelza, Antonio, José, Elenaldo e Elizaldo. Há extensa geração deste ramo familiar.

III – REGINA VALADARES (16-06-1910) casada com JOAQUIM LEÔNCIO CHAVES (16-07-1900 – 14-07-1988). São os pais de: Manoel.

III – PEDRO (“Pedrinho de Antonio Carlos”) ALMEIDA VALADARES (26-11-1911 – 05-03-1965). Industrial e político. Foi Prefeito de Simão Dias (1959 – 1963). Dois filhos, a esposa e uma sobrinha dirigiram a cidade. Casado com JOSEFA MARIA (“Caçula”) MATOS (06-12-1922), originária de uma família proeminente local, foi eleita Prefeita de Simão Dias (1988 – 1992) ao superar uma crise político-familiar. Em 1988 os filhos Arnaldo (PFL) e José (PDC) lançaram-se como candidatos a prefeitura, enquanto o irmão Antonio Carlos era o Governador de Sergipe. Prevendo a divisão do eleitorado, uma reunião familiar escolheu por 20 a 7 um tertius, a mãe dos três, Caçula Valadares que foi eleita¹⁴. Eles são os pais de:

¹⁴ “Irmãos Valadares renunciam às suas candidaturas em SE em favor da mãe”, FOLHA DE S. PAULO, 10-09-1988, p. A-8.

1 (IV) – JOSÉ MATOS VALADARES (20-02-1942). Prefeito de Simão Dias (1973 – 1977, 2001 – 2004, 2004 em diante). Casado com Maria Yalma “Valadares”, com geração.

2 (IV) – ANTONIO CARLOS VALADARES (05-04-1943). Químico, advogado e político. Prefeito de Simão Dias (1967 – 1970), Deputado estadual (1971 – 1974 e 1975 – 1978), Deputado Federal (1979 – 1982), Secretário de Estado da Educação e Cultura (1979 – 1982), Vice-Governador (1983 – 1986), Governador (1987 – 1990) e Senador (desde 1995). Foi casado com ANA LUISA DORTAS, com geração.

3 (IV) – MARIA MATOS VALADARES (06-06-1944) casada com EDSON FREIRE CAETANO (05-08-1945), com geração.

4 (IV) - LAURA MATOS VALADARES (07-08-1945) casada com ANTONIO NUNES DE SANTANA (30-07-1939). São pais de quatro filhos, um deles é PEDRO ALMEIDA VALADARES NETO (1965), advogado e deputado federal. Casado e com geração.

5 (IV) – DALVA MATOS VALADARES (05-11-1946) casada com CARLOS ALBERTO SILVA (06-08-1943), com geração.

6 (IV) – ARNALDO MATOS VALADARES (30-06-1949) casado com EVANI VIEIRA, com geração.

7 (IV) – DILMA MATOS VALADARES (18-10-1952).

III – JOSÉ CARLOS VALADARES (09-03-1913) casado com LUIZA SILVA (18-08-1916). São os pais de: Pedro, José, Maria Edmary e José Edézio.

III – MARIA (“Tia Bilicota”) ALMEIDA VALADARES casada com JERÔNIMO MONTEIRO DA SILVA (30-09-1902), filho de Vital Monteiro da Silva e Minervina Rosa de Lima. Há geração de Tia Bilicota e Jerônimo em Americana, S. Paulo. Os MONTEIRO descendem do casal Martins das Queimadas e Teresa Maria de Jesus estabelecidos em Bonfim, Riachão do Dantas no final do século XIX. O sobrenome Monteiro teria sido dado a Martins por um caçador de onças, oriundo da Paraíba, que conhecia um Monteiro parecido com ele. A versão,

com aparência de lenda, é de Raimundo Monteiro, que ouviu de um velho. A maior descendência desta linhagem vem da família formada por Antonio Monteiro da Silva (filho do casal fundador) e Justiniana Ferreira, através dos onze filhos: Severino (c.c. Ignez), Virgílio (c.c. Antonia), Vital (c.c. Minervina), Severiano (c.c. Francisca), Tibúrcio (c.c. Jovina), Teresa (c.c. José Martins), Joana (c.c. Manuel Ribeiro), Maria Justiniana (c.c. José Rocha, ver § 5), Josefa (c.c. José), Amância (c.c. José Bonitinho) e Senhorinha (solteira). Segundo Raimundo Monteiro havia outros filhos, ditos “bastardos” de Antonio Monteiro: José Valadares, Januário, Gonçalo e Antonia da Cruz. São destaque familiares: Justiniano Monteiro da Silva (12-12-1886 – 17-09-1951), filho de Vital, proprietário do Engenho de Aguilhadas, conselheiro municipal e subdelegado de polícia em Palmares, comissário de ensino no governo de Eronides Ferreira de Carvalho em 1938. Casado com Maria Adélia da Silva, tiveram os filhos: Raimundo, Maria, José, Rosalvo, Noêmia, Valdemar, Vitalzinho e Isabel. O seu filho, Raimundo Monteiro da Silva (Fazenda Lagoa Grande, 21-04-1914 – 1997) foi poeta, boêmio e Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil de Palmares. Autor de dois opúsculos, “*Testamentos. Uma crônica de costumes*” e “*Cantares sergipanos. História de uma festa*”. Uma irmã de Vital, Maria Justiniana (“Madrinha Velha”) de Jesus, segundo descrição de sua neta materna Iandira Valadares, foi na velhice, uma senhora muito branca e gorda, de quem recebia dois “toes” por visita dominical. Quando ela sentiu a aproximação da morte mandou fazer o seu caixão, uma mortalha de renda branca, que pendurou no quarto esperando a hora final (1937 ?). Um de seus genros, José Romualdo, carpinteiro de profissão, mas homem rico, criava pavões e tartarugas imensas em sua fazenda. Na sua casa construiria uma cama extremamente original, uma série de gavetas superpostas em forma de pirâmide, cheias de moedas, muitas delas de prata.

III – ARISTEU CARLOS VALADARES (02-09-1921 – 26-10-1988) casado com ISABEL (“Belita”) ARAÚJO (26-07-1928). O casal teve os filhos:

1 (IV) – JOSÉ (“Zé Careca”) ARAÚJO VALADARES (22-10-1948)
c.c. MARIA CARMEM RAMOS (23-09-1944), com geração.

2 (IV) – MARIA ARAÚJO VALADARES (16-05-1951) c.c.
CARLOS ALBERTO SILVEIRA MELO (30-10-1961), com geração.

3 (IV) – HELENA ARAÚJO VALADARES (28-07-1952) c.c.
SAMUEL CELESTINO DOS SANTOS (22-02-1953), com geração.

4 (IV) – ELIAS (“Elias de Aristeu”) ARAÚJO VALADARES (26-10-1958) c.c. RAIMUNDA ANDRADE (02-07-1961), com geração.

III – ARISTIDES (“tio Ariston) CARLOS VALADARES (22-11-1922) casado com ADELAIDE CÉSAR. São os pais de: Carlos, Sidney, Sizinando, Suzete, Silvano, Célia, Cícero, Selmo, Selma e Suzinete.

§ 4

II – MARIA BRANQUINHA VALADARES casada com PORFÍRIO CARLOS DE ALMEIDA, filho de Carlos José de Almeida e Angelina Joaquina “de Almeida”. Era irmão de Antonio Carlos de Almeida (casado com Carolina Valadares, § 3) e tio paterno de Maria Almeida (casada com Pedro Valadares, § 2). Não consegui muitas informações sobre este ramo familiar. Maria e Porfírio são os pais de:

1 (III) – PEDRO VELHO VALADARES (adoptado pelo tio materno Eusébio Valadares, § 5).

2 (III) – ELIAS (“Elias de Porfírio”) VALADARES.

3 (II) – HERODIAS VALADARES.

§ 5

II - EUSÉBIO BATISTA VALADARES (Curral dos Bois, 14-08-1880 – Samambaia, 09-06-1962). Foi casado duas vezes e com extensa geração de ambos os leitos. Casou-se a primeira vez com FILOMENA SANTANA e pela segunda vez com JOSEFA ALZIRA (falecida em São Paulo, 23-06-1973), filha de José Francisco de Sant’Anna (conhecido

por José Rocha) e Maria Justiniana (“Madrinha Velha”) de Jesus (ver § 3). Eusébio teve duas propriedades rurais: a Fazenda Altamira nos Palmares e a Ervaçal em Samambaia. Na primeira fazenda onde ele morava e os filhos menores, plantava milho e mandioca; já na fazenda Ervaçal, base dos filhos maiores, cultivava algodão e feijão. A Fazenda Altamira foi comprada de José Gabriel Ribeiro de Santana pertencente a um grupo unido pelo parentesco: Vital Monteiro da Silva (1857 – 1939, sobre os MONTEIRO, § 3); o seu filho Justiniano Monteiro; o genro de Vital, Sátiro (“seu Satil”) Ribeiro de Santana (c.c. Bárbara Maria de Jesus, pais de: Ismael, Jacó, Diomédio e Eliseu); Olímpio José de Santana (padrinho de Justiniano) e Teodomiro Firmino da Silva, que comprou estas terras da Ordem Terceira do Carmo da Bahia por 8.200\$ 000 em 15 de dezembro de 1916. A Fazenda Ervaçal foi comprada em nome de “Alice Valadares e seus irmãos” de Manoel Costa Silva e Mariana da Costa Fontes (herdeiros de Cesarina da Costa Fontes) em 1948. Homem esclarecido ele se dedicava mais a política local que a administração de seus bens. Profundamente religioso, mas anti-católico, aderiu já adulto a Igreja Presbiteriana, como outros de seu grupo familiar. Escreveu bastante, mas os seus manuscritos se perderam, restando apenas poemas que foram transmitidos para os seus descendentes através da oralidade. É geração de Eusébio através dos dois casamentos:

1 (III) – MANUEL e RAIMUNDO (gêmeos falecidos na infância).

2 (III) – ASTÉRIO VALADARES DE SANTANA, falecido de um coice de cavalo em Assis (1948). Foi casado com a espanhola ANTONIA RUS, com geração.

3 (III) – ALICE VALADARES DE SANTANA casou-se por duas vezes, com JOSÉ (“Zezé”) GREGÓRIO e JOSIAS DE SEU BENIGNO. Com geração de ambos os leitos.

4 (III) – AGDA (“Gringa”) VALADARES DE SANTANA (05-02-1907 – 01-8-1984) casada com ZUZARTINO BOAVENTURA DE OLIVEIRA. São os pais de: Aloilda, Letiza, Zaqueu, Isaque, Zacarias e Lóide.

5 (III) – SEGISMUNDO (“seu Mundinho”) VALADARES DE SANTANA, casado na família Macedo, com geração.

6 (III) – SEZINANDO (“seu Nana”) VALADARES DE SANTANA. Na mocidade tentou a vida em S. Paulo, trabalhando em construção de pontes. Não se adaptou a vida sulista. A gota de água que levou a retornar a sua terra foi ouvir um pássaro silvestre cantar: “*Nana-coitado-de-ti-meu-filho*”. Casado na família Macedo, com geração.

7 (III) – MARIA (“Samaria”) DA SILVA VALADARES casada com JOÃO ROGÉRIO (“Aristeu”) DE OLIVEIRA, primo de Josias de seu Benigno (casado com sua irmã Alice). Com geração.

8 (III) – DORCAS VALADARES DA SILVA casada com JOÃO CORREIA DA SILVA, pais de: Noêmia, Rute, Samuel, Joel, João, Hulda, Róide, Maria e Ester. Com extensa geração em S. Paulo.

9 (III) – JOÃO BATISTA VALADARES NETO (Riachão do Dantas, 25-04-1925 – S. Paulo, S. Paulo, 16-05-1996). Casado com MARIA ENEIDA (“Neide”) RIBEIRO (Samambaia, 21-05-1935), neta paterna de Maria Senhora e Boaventura (“da Matinha”) José de Santana. Dentre as histórias bem-humoradas de Boaventura da Matinha, destaca-se uma onde contava que procurando o seu gado, teve um olho arrancado e que ele guardou para que mais tarde a sua esposa costurasse no buraco que ficara. João e Neide são pais de: José, Maria, Marisa, Marlene, Juraci e Marli. O querido primo José Ribeiro Valadares (1935), professor e contador, foi quem me levou a escrever esta história familiar, partindo de uma pergunta sua: “*porque esta família migrou (de Portugal)?*”.

10 (III) – JAIRO BATISTA VALADARES (Riachão do Dantas, 28-08-1926). Quando jovem possuia talento para a poesia oral. Um destes “repentes” surgiu quando a família construía uma casa, para substituir a velha sede da Fazenda Altamira. Para buscar os tijolos e as telhas que vinham da olaria de “seu Satil” era utilizado um carro puxado por uma junta de bois que se chamavam: Vialí, Delicado, Doce Fino e Re-finado, guiados por um carreiro negro. Foi o que bastou para ele trovar: “*Eu não quero ser carreiro / porque o diabo também foi, / carreiro vai pro inferno, / com vara de ferrar boi*”. Ele casou-se com JUDITE DA SILVA (Iepê, S. Paulo, 30-06-1942). São os pais de: Odebevézio (que vive na Alemanha), Sisaque, Gunhild, Aisamaque e Ebenezer. Com extensa geração.

11(III) – IANDIRA (“Dira”) DA SILVA VALADARES (Riachão do Dantas, 23-01-1928 – Campinas, 25-02-2001). Ela casou-se com PAULINO (“Miúdo”) RIBEIRO DOS SANTOS (Fazenda Fonte, Samambaia, 09-03-1923 – Campinas, 21-02-1996), filho de Joaquim (“Tomé”) Ribeiro dos Santos e Eretiana Maria do Rosário, neto paterno de Antônio e Isabel Ribeiro dos Santos e neto materno de Laurentino (“Lorinto”) Cardoso da Silva e Delmira Maria do Rosário. O rebanho caprino de Miúdo de Tomé tinha esta marca: *“canzil na orelha direita por baixo, duas mossas por baixo na esquerda”*. São filhos do casal: Paulo e Sara, ambos solteiros e sem descendência.

12 (III) – JOEL BATISTA VALADARES casada com ALICE MARQUES (Vista Alegre, 13-01-1938), filha de Francisco Marques e Lucia Ungaro. São os pais de: Joel, Alice, Jairo, Jair, Joáz, Jessé, Joabe e Joquebede, com extensa geração.

13 (III) – BRUNEHILDA (“Caçula”) DA SILVA VALADARES (27-11-1930 – 21-07-1999), casada com MANUEL (“Manezinho”) SALLÉS. São os pais de: Alcides, Enoque, Elias, Geni, Rute, Noêmia e Neide, com geração espalhada por vários estados. Ela está sepultada em Cerejeiras, Rondônia sob a epígrafe: *“Preciosa é à vista do Senhor a morte de seus santos”* (Salmos, 116:15).

14 (III) – IVANILDE (“Ivani”) DA SILVA VALADARES.

15 (III) - JAIR DA SILVA VALADARES, pai de: Dorcas, Jairo, Joel e Delma.

§ 6

II – MARIA JOSÉ VALADARES (11-09-1893 – 20-03-1985) casada com JOSÉ (“tio Limba”) MARTINS DOS SANTOS. São os pais de:

1 (III) – GILÁSIO VALADARES (4-12-1919).

2 (III) – ROSALVA VALADARES (20-04-1920).

3 (III) – IRINEU VALADARES SANTOS (15-12-1921).

§ 7

II – MARIA (“tia Vus”) DE JESUS (?) VALADARES casada com LÍDIO, irmão de “seu Benigno” (§ 5). Não consegui quase nada deste ramo. Mas soube que em Salvador vive Antonio Valadares, filho ou neto deste casal.

§ 8

II – JOSEFA VALADARES casada com JOÃO OLIVEIRA SOUSA (25-03-1904 – 19-07-1984). São os pais de:

1 (III) – MARINA VALADARES DE OLIVEIRA (Simão Dias, 03-07-1927), proprietária da conhecida *Sorveteria Valadares*, na rua Goiás em Aracaju. Com geração.

2 (III) – MARIA VALADARES DE OLIVEIRA (26-04-1924) casada com EDSON ALMEIDA VALADARES (§ 2), com geração.

FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (II)

RICARDO TELES ARAÚJO*

CAPITÃO-MOR ANTÔNIO MARTINS FONTES

Quando o capitão-mor de Sergipe Francisco da Costa terminou o seu primeiro governo (1732-1736), acusado de corrupção pelo seu inimigo Manoel Gomes Coelho, ouvidor geral da capitania de Sergipe del Rey, solicitou ao Rei D. João V que nomeasse um Ministro da Relação da Bahia para retirar sua residência do tempo em que serviu o referido posto. Solicitava ele que não deixasse o Ouvidor Manoel Gomes Coelho fazer a devassa na sua administração, pois tivera contendas com ele. A Corte nomeou para fazer o serviço o novo ouvidor, Agostinho Felix Santos Capelo, que em março de 1740 pegou o depoimento de 125 testemunhas sobre a administração do antigo capitão-mor.

A devassa de residência era pré-requisito para qualquer ocupante de cargos no período colonial que quisesse se habilitar para um novo cargo. Constava da coleta de depoimentos de um número muito grande de pessoas, de preferência dentre as principais da região, feitos com

* Genealogista

base em uma lista de acusações e perguntas padrões sobre o comportamento e o desempenho do administrador.

Entre as acusações feitas contra o capitão-mor pelo ouvidor Manoel Gomes Coelho estavam a de que ele recebia propinas para prover as patentes militares e os cargos públicos, como também que ele era muito violento e vexava pessoas de bem da capitania, inclusive por ter decomposto o padre por não ter esperado por ele para começar a missa. Na devassa feita pelo ouvidor Agostinho ele se saiu bem, apesar de algumas testemunhas terem confirmado o recebimento de propinas, que não era considerado uma falta tão ruim na época, por se compor de uma prática corriqueira. Uma testemunha disse, inclusive, que Antonio Martins Fontes pagou cem mil réis para o capitão-mor o prover na patente de capitão-mor da freguesia (não sabemos se de Campos ou de Lagarto, pois ambas foram preenchidas por ele). O fato é que, apesar dessas acusações, a maior parte das 125 testemunhas disse que o governo de Francisco da Costa fora muito bom e que o capitão-mor era limpo de mãos, desinteressado e de bom acolhimento às partes; que passou as mostras militares no tempo devido e fazia bem as demais funções militares; que provia os postos não por dinheiro mas por benemerências dos providos e nem depois de provido aceitava quaisquer mimos e propinas dos oficiais que todos os seus antecessores costumavam receber. As explicações agradaram ao Conselho Ultramari- no que o nomeou novamente capitão-mor em 1740.

Entre as testemunhas que depuseram estava o próprio capitão-mor de Lagarto, Antonio Martins Fontes, 64^a testemunha, que em 15/03/1740 declarou morar em Lagarto, viver de suas lavouras e ter 60 anos de idade, tendo nascido, portanto, provavelmente em 1680. Perguntado pelo conteúdo das leis do Reino e pelo conteúdo na carta junta do ouvidor que foi da capitania [Manoel Gomes Coelho], disse que *não sabia nada contra o procedimento do sindicado, nem que desse postos por dinheiro e o viu sempre passar as mostras nos tempos devidos e fazer as mais obrigações militares*. E perguntado pelo depoimento que deu a testemunha 36, João de Almeida Cardoso, disse que *a verdade era que o sindicado pretendeu apear do posto de capi-*

tão-mor que ocupa, porém vendo que tinha a patente confirmada por Sua Majestade e falando-se lhe por algumas pessoas de respeito o deixou servir o dito posto sem que para isso lhe desse os cem mil réis que dizia a dita testemunha¹.

Em 29/01/1732, já com o posto de capitão-mor da Vila do Lagarto, ele recebe o alvará de uma sesmaria de uma légua por três léguas no sertão do Rio Vaza-Barris, cuja légua de largura principiava na barra do riacho Salina e corria pelo rio do Peixe e acima até a Serra Negra pelo nascente, com todas as águas, campos, pastos e mais logradouros úteis, salvo prejuízo de terceiros e sob as condições do Foral e todas as mais².

Em 28 de fevereiro de 1739, ele aparece como Capitão-Mor da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real da Capitania de Sergipe del Rey, pedindo confirmação da segunda via da respectiva carta-patente, pelo fato de a primeira concedida pelo Conde de Vimieiro ter-se perdido no Conselho Ultramarino, quando para lá fora enviada para ser confirmada. Como o Conde de Vimieiro governou entre 21/08/1718 até o seu falecimento em 13/10/1719, deduz-se que a sua patente fora concedida neste período³. Como no depoimento da devassa de Francisco da Costa em 15/03/1740 e na de Manoel Francês em 1750 ele aparece como capitão-mor e morador na Vila do Lagarto, é quase certo que ele já ocupava o cargo de capitão-mor de Lagarto onde ele estaria obrigado a morar.

Antonio Martins Fontes aparece como 104^a testemunha no auto de residência de Manuel Francês, que foi capitão-mor de Sergipe de 1745 a 1748, falecendo no posto. Depois perante o ouvidor Domingos

¹ AHU Sergipe doc 330.

² Livro 4º de registro de sesmarias, folha 76v. In: Publicações do Arquivo Nacional, nº 27, p. 161

³ O Exmo. Conde de Vimieiro, D. Sancho de Faro, que da real casa de Bragança trazia a varonia foi o mandado sucessor do Exmo. Marques de Angeja e chegando a Bahia em 12/07/1718 tomou posse a 21 de agosto seguinte até o seu falecimento em 13/10/1719, sendo sepultado na Igreja dos Religiosos Capuchos de Nossa Senhora da Piedade (CALDAS, José Antonio. *Notícia Geral da Bahia etc.* Bahia: Tipografia Beneditina: 1951, p. 267).

João Viegas, em 22/02/1750, declarando ser capitão-mor, morador em Lagarto, senhor de engenho e com 71 anos de idade⁴. Antônio Martins Fontes nasceu provavelmente em 1679 em local que não conseguimos descobrir.

Em novembro de 1754, o Conselho Ultramarino manda passar patente na forma do estilo a Antonio da Costa Vale, que requereu ao Rei D. José I confirmação da patente do posto de capitão-mor das ordenanças da Vila de Lagarto. É possível que Antonio Martins Fontes, que foi capitão-mor de Lagarto e de Campos do Rio Real tenha falecido um pouco antes, em 1753 ou 1754.

Não sabemos com quem ele se casou, mas através do testamento do seu filho Barnabé Martins Fontes e cotejando-o com a justificação feita pelo seu neto João Martins Fontes, descoberta nos arquivos de Riachão do Dantas por Arivaldo Silveira Fontes, do IHGB e do IHGS, descobrimos que ele teve pelo menos os seguintes filhos:

- I.1 capitão-mor Barnabé Martins Fontes ⊗ Ana Josefa dos Anjos;
- I.2 padre Amaro Gonçalves Palha;
- I.3 sargento-mor Antônio Martins Fontes ⊗ Mariana Brandão de Barros.

Acredita-se que Antonio Martins Fontes possa ser descendente de Gaspar de Fontes Lemos, um dos primeiros homens que obtiveram sesmarias no Rio Poxim, no Rio Vaza-Barris, no lugar chamado Tinhare, em 1600, e em Itaporanga, em 1602. Gaspar Fontes foi um dos primeiros habitantes de Sergipe e recebeu pelo menos três sesmarias, conforme abaixo⁵:

⁴ AHU, Sergipe doc 371.

⁵ REGISTRO DE SESMARIAS DE SERGIPE - IHGS (o código foi devidamente classificado por ordem cronológica identificando sua nova numeração de pacote).

38 - FONTES, Gaspar

“...na testada de gaspar sousa em ipochi da banda de sul estam teras devolutas pede a Vossa Merce que en nome de sua M. lhe de mea llegoa de tera...
...Dou ao sopricante em nome de sua M. a tera que pede...”

São Cristovão 03 - 01 - 1600

Diogo de Coadros (Capitão e Governador desta Capitania)

50 - FONTES, Gaspar

“ Diz Gaspar de Fontes Lemos orador nesta capitania de seregipe que esta atualmente servindo na dita capitania a sua majestade de provedor da fazenda do dito Sr. E outrossim está servindo de ouvidor com alçada na dita capitania e ajudando a povoar com mulher e filhos e fabrica de que tudo está fazendo serviço a Deus e sua majestade e não tem terras em que levar seus mantimentos e trazer suas criações e no rio de vaza barris onde se chama tinhare esta uma dada de terra da banda do norte do dito rio que foi dada a um Paulo adorno o qual o dito Paulo adorno nunca povou nem cultivou nem fez benfeitorias nela e esta devoluta pede a Vossa mercê lhe faça mercê de lha dar de sesmaria em nome de sua M. por devoluta. conforme o pregão do Sr, governador geral d. Francisco de Sousa o qual pregão erm.

Dou ao suplicante em nome de sua M. a terra que pede por devoluta conforme pregão do senhor governador geral não vindo Paulo Adorno a povoar a dita terra dentro de seis meses seguintes.”

São Cristovão 12 - 03 - 1600⁶

Manuel de Miranda Barbosa (Capitão)

142 - SILVA, Sebastião (Morador na Bahia) RODRIGUES, Francisco e FONTES, Gaspar (Moradores nesta Capitania)

“...e que no rio de vaza baris da banda do Sull onde se chama jtaporamguá estam teras devalluto que nuca forão pavoadas nem Cultivadas de bramquo pedem a Vossa Merse lhes fasa merse Em nome de sua M. na parte que asima dizem dar-lhes quoatro lleguoas de tera por devalluta e a mjudisam se fora Em quodra pello dito rio asima corendo a tapera do Sorobim e da dita tapera em derejtura... ”

⁶ Em Felisbelo Freire, *História de Sergipe*, consta ter sido o ano de 1601.

...Dou ao sopriantes Em nome de sua M. na parte que pedem hua
lleguoas de tera..."

São Cristovão 07 - 08 - 1602

Cosme Barbosa (Capitão desta Capitania)

A primeira sesmaria de Gaspar de Fontes foi a do rio Poxim, em 03/01/1600. Se ao conseguir essa sesmaria ele tivesse a mesma idade com que o seu vizinho Sebastião Vasques conseguiu a dele (26 anos)⁷, ele teria nascido em cerca de 1574. Sendo mais velho do que Antonio Martins Fontes, o mais antigo Martins Fontes conhecido, em 105 anos, e considerando que cada geração em Sergipe tem cerca de 30 anos, Gaspar de Fontes talvez fosse bisavô ou trisavô do primeiro, se é que de fato era seu ancestral. Entretanto, com base no documento apresentado abaixo, salvo erro produzido por homonímia, Gaspar de Fontes nasceu em 1555, sendo de fato 124 anos mais velho do que Antonio Martins Fontes, portanto, mais antigo em quatro gerações. Se ancestral deste último, Gaspar de Fontes seria seu trisavô.

Gaspar de Fontes nasceu, na ilha de Santa Maria, nos Açores. Dois documentos convergem para isso: Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, de Heitor Furtado de Mendonça, 1591, e o *genere* de José Jacinto Fontes.

Dois livros de registros foram confeccionados durante a visitação de Heitor Furtado de Mendonça, deputado do Santo Ofício, em 1591, na Bahia: livro das denunciações e livro das confissões. No livro das denunciações consta uma denúncia feita por Gaspar de Fontes contra Francisco da Fonseca, Fernando Pires e André Gavião. Gaspar de Fontes declarou na ocasião ser natural da Ilha de Santa Maria, filho de Manuel de Fontes Cabral e de Isabel Pires, casado com Leonor Rodrigues e de idade 36 anos⁸, tendo nascido, portanto, em 1555.

⁷ Livro Primeiro do Governo do Brasil.

⁸ MENDONÇA, Heitor Furtado. *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*. São Paulo: Paulo Prado, 1925.

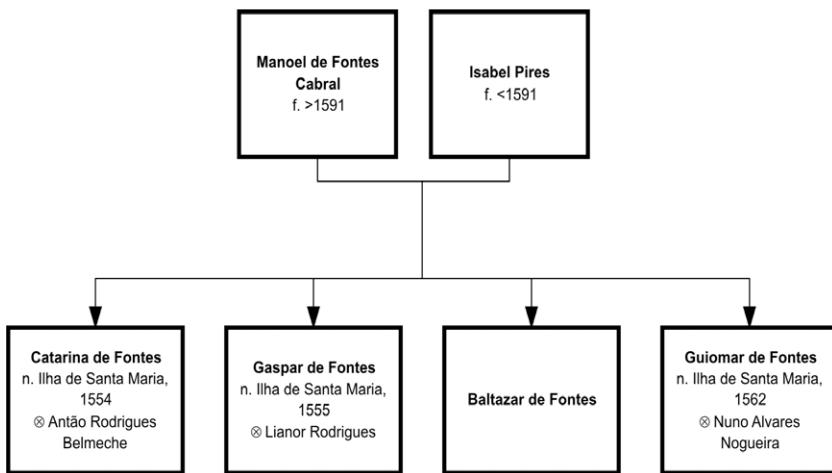


Figura 1: Ascendência de Gaspar de Fontes

Em 1808, José Jacinto de Fontes, natural da freguesia de N.S. da Estrela, Vila da Riba Grande, Ilha de São Miguel, Açores, morador na vila da Cachoeira, Bahia, se habilitou de *genere* ao sacerdócio, na diocese da Bahia. Demonstrou ser filho de Dionísio de Fontes e de Bárbara da Natividade e neto paterno de um Gaspar de Fontes, natural da ilha de Santa Maria, e de Maria Benevides, de Ponta Delgada⁹. Supondo que José Jacinto tenha nascido em cerca de 1780, seu avô Gaspar de Fontes teria nascido por volta de 1720. É provável que este Gaspar de Fontes, açoriano, nascido em 1720, pudesse descender de um ancestral comum do outro Gaspar de Fontes, morador em Sergipe, nascido por volta de 1555.

⁹ ADS, 28-Ge-24. Pesquisa feita por Zita Alves.

Gaspar Fontes foi citado duas vezes em sesmarias dadas a outras pessoas:

78 - DANDRADE, Mellchior Maciel

“...elle tinha hua dada de terra que lhe deo thome da rocha em tinhare ao llomguo do Rio de Vaza baris e por que a Carta em llivros das dadas são predidos e a dita terra esta oje por h aproveitar pede a a vosa merse em nome de sua M. mea llegoa de terra ha o llomguo do Rio Vaza baris e para o Sertão outra mea llegoa ou o que ouver a dada de antonio bareiros e a terra que foi dada a paullo adorno que por não vir povoar vosa merse a deu a gaspar de fontes...

...Dou ao Sopricante a terra que pede a Sin e da maneira que em sua pitisão fas mensão...”

São Cristovão 07 - 04 - 1601

Manuel de Miranda Barbosa (Capitão)

103 - VASQUES, Seebastião (Morador na Bahia)

“...no rio ipochi da banda do Sull na testada e Cabeiseiras de hua dada de terra que foi dada a gaspar de fontes lhe lhes estão terRas devalluto que nuqua forão povoadas nem Cultivadas pede a Vosa merse em nome de sua M. lhe fasa merse nas ditas testada e CabeiseiRas do dito gaspar de fontes dar lhe hua llegoa de terra en Coadra por devalluto...
...Dou ao Sopricante em nome de sua M. na parte que pede por devalluto mea llegoa de terra en Coadra...”

São Cristovão 21 - 01 - 1602

Manuel de Miranda Barbosa (Capitão)

Em 31/03/1657, morava em São Cristóvão um homem de nome Antonio de Fontes, que era esposo de Ana Dalpoem. Sua esposa tinha sido presa em São Cristóvão por ter participado do motim que expulsou o vigário de São Cristóvão Sebastião Pedroso de Góes. Esta revolução, segundo Felisbelo Freire, durou de outubro de 1656 até março de 1657. É possível que Antonio de Fontes fosse um elo de ligação entre o muito antigo Gaspar de Fontes e o capitão-mor Antonio Martins Fontes, quatro gerações depois. Quem sabe neto do primeiro e avô do segundo?



Figura 2: Hipótese de filiação de Antônio Martins Fontes

Existiu um José Martins Fontes que foi casado com Manoela Naves da Silveira, provavelmente da família Silveira de Angra do Heroísmo da Ilha Terceira, Portugal, que teve um filho de nome Barnabé Martins Fontes. Este Barnabé nasceu na Freguesia de Nossa Senhora do Lagarto e era casado com Lourença Maria dos Anjos e fez testamento em 27/09/1803, quando morava no seu sítio Porto das Almas, em Santo Amaro das Brotas¹⁰. O casal Barnabé e Lourença Maria teve um único filho de nome Luís de França. É possível que seu pai José Martins Fontes fosse também filho do Capitão-Mor Antônio Martins Fontes, embora não disponhamos de fontes documentais que o afirme.

Existiu, também, um Manoel Martins Fontes, habilitado de gênero em 1849¹¹, que foi batizado na capela de Santana, freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, Sergipe, em 04/03/1817, filho do segundo casamento de Roberto Martins de Sousa, batizado em Lagarto, SE, 27/10/1776, e de Ana Josefa de Mello, que se casaram na Cotinguiba, em 03/08/1802. Roberto Martins era filho de Teodoro Martins e de Joana de São José.

I.1 - CAPITÃO-MOR BARNABÉ MARTINS FONTES

Barnabé Martins Fontes foi nomeado capitão de uma companhia do Regimento de Auxiliares da Vila de Lagarto, comandado pelo coronel José Pacheco da Paz, por patente de André de Melo e Castro, con-

¹⁰ AJES, S. Cristóvão-LRT 1803/1804, 65.

¹¹ ADS, Gn53, doc. 1.

de das Galveias, em 11/07/1738, no lugar de José Rodrigues que o exercia interinamente sem confirmação de Sua Majestade. Disse o Conde Governador na patente que *convinha provê-lo em pessoa de valor e de merecimento e tendo eu consideração ao bem que por estas partes concorrem na de Barnabé Martins Fontes, a boa informação que o capitão-mor de Sergipe del Rey deu de sua suficiência e capacidade, esperando dele que nas obrigações que lhe tocarem com este emprego procederá muito conforme a confiança que faço de sua pessoa, hei por bem de o eleger e o nomear capitão da referida companhia de auxiliares que tem 50 soldados alistados e oito léguas de extensão etc etc.*

Barnabé Martins Fontes era Capitão-Mor das ordenanças da Vila do Lagarto, quando fez testamento, em Lagarto, aberto em 07/11/1770¹². Infelizmente, o Livro de Registro de Testamentos que contém este documento se encontrava com várias folhas faltando, subsistindo apenas parte do seu testamento, de onde conseguimos extrair o nome de sua esposa, Ana Josefa dos Anjos, e de dois de seus irmãos, mencionados nos capítulos 2º e 3º. Não sabemos se o Capitão-Mor teve filhos, mas é possível que não, pois o seu título de capitão-mor foi transferido para o seu irmão Antônio Martins Fontes, enquanto o mais comum seria passar para um filho.

I.2 PADRE AMARO GONÇALVES PALHA.

Nada sabemos da vida do padre Amaro Gonçalves Palha. É provável que o mesmo tenha nascido por volta de 1730 e talvez tenha se ordenado por volta de 1755. Todos os padres naquela época precisavam fazer a sua habilitação de *genere* para poderem se ordenar. Esta habilitação tinha como objetivo verificar se o postulante ao sacerdócio tinha sangue de cristão novo, de herege ou de muçulmano, ou se ele ou seus pais ou avós tinham exercido ofícios mecânicos (trabalhos bra-

¹² AJES, S. Cristóvão 1-LRT-1770/76.

çais), ou cometido crimes de lesa-majestade, condições tais que impossibilitariam o seu acesso ao sacerdócio. O processo costumava conter a certidão de batismo do habilitando e de seus pais, e de casamento desses últimos. Entretanto as habilitações de *genere* do Arquivo Diocesano de Salvador anteriores a 1800 estão desaparecidas.

A família Gonçalves Palha (ou Gonçalveres Palha) é, entretanto, muito antiga em Sergipe. Em 26/12/1689, João Gonçalves Palha, natural da Capitania de Sergipe del Rey e nela morador, casado, 64 anos de idade, testemunhou no processo de habilitação a familiar do Santo Ofício do também sergipano Luiz Ribeiro Barbas. João Gonçalves Palha nasceu, portanto, em cerca de 1625, antes da invasão holandesa, e apenas 35 anos após a conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros, sendo assim um dos mais antigos sergipanos. Pela diferença de idade que ele tinha do padre Amaro, cerca de 100 anos, ele pode ter sido seu bisavô, ou até trisavô.

Em 1697, o Conselho Ultramarino fez uma consulta sobre a representação que fez Leonor Monteiro, em seu nome e de seus filhos, ao Rei D. Pedro II, pedindo uma nova devassa da morte do seu marido o capitão Sebastião Rodrigues de Sousa da capitania de Sergipe del Rey. A morte teria sido a mando de Brás de Afonseca e de Gonçalo de Sá Souto Maior, com a cumplicidade de inúmeras pessoas influentes de Sergipe, inclusive do capitão-mor Gonçalo de Lemos Mascarenhas e de João Gonçalves Palha, o moço. Esse João Gonçalves Palha seria filho do primeiro, que provavelmente ainda vivia, pelo fato de ele ser conhecido como *o moço*, para diferenciar do seu pai que devia ser *o velho*.

I.3 SARGENTO-MOR ANTÔNIO MARTINS FONTES

Antônio Martins Fontes nasceu provavelmente em Lagarto, em data que não conseguimos descobrir. Quando do testamento do seu irmão capitão-mor Barnabé Martins Fontes, em 1770, ele ocupava o posto de sargento-mor, provavelmente do terço da Ordenança da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, de onde o seu irmão devia

ser o capitão-mor. Com a morte do irmão, ele deve ter sido promovido ao posto de capitão-mor do mesmo Terço, pois em 1787, ele aparece já com este posto em uma listagem dos corpos de ordenanças e milícias levantados pelo Governo da Bahia¹³. Em 1803 ele, ou um homônimo, aparece em uma listagem como capitão da 9^a companhia de cavalaria miliciana do 1º regimento de Sergipe, como tendo sido promovido em 12/07/1793.

Casou-se com Mariana Brandão de Barros, filha do capitão Teófilo Pereira Soares, nascido em 1689, e de Ana Brandão de Barros.

Antônio Martins Fontes foi pai de João Martins Fontes e de Mariana Brandão de Barros e acreditamos que também das outras pessoas mencionadas abaixo:

- II.1 João Martins Fontes
 - 1º ⊗ Ana Francisca da Silveira
 - 2º ⊗ Maria Francisca da Silveira
- II.2 Tenente Antônio Martins Fontes
 - ⊗ Francisca Manoel da Costa
- II.3 Barnabé Martins Fontes
- II.4 Mariana Brandão de Barros
 - ⊗ Antônio de Sousa Vieira.

¹³ AHU, Bahia, doc. 14397

II.1 JOÃO MARTINS FONTES

João Martins Fontes¹⁴ nasceu em Sergipe, na vila do Lagarto, em 23 de junho de 1762, filho do capitão mor do Terço das Ordenanças da Vila do Lagarto Antônio Martins Fontes e de Mariana Brandão de Barros.

A sua vida política foi levantada com base em fontes primárias pelo coronel e professor Arivaldo Silveira Fontes¹⁵, que reproduzimos abaixo:

João Martins Fontes ocupava em 1801 a função de juiz ordinário e presidente da câmara [de Lagarto]. Novamente em 1812, 1813 e 1819 exerceu o mesmo cargo, *sempre com integridade e louvor*. E foi também vereador da Cidade Capital da Província (São Cristóvão).

Em 1817, quando do movimento revolucionário em Pernambuco, acolhera por três dias, no seu engenho Barra (também chamado de Campo da Barra), o esquadrão de cavalaria da Província da Bahia que se dirigia para o norte. E não só municiara dos víveres, como ofertara ao referido esquadrão comandado pelo tenente-coronel Francisco de Paula e Oliveira algumas cavalgaduras, de que estava o mesmo necessitado. Ao começar o movimento pela independência postou-se logo ao lado dos patriotas. Em combinação com o capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil (depois dos *Imperiais Itapicuru*), da vila de Itapicuru, na Bahia, planejou a aclamação do Príncipe Regente em Sergipe. Vale lembrar a reação oferecida pelo então governador da província, Brigadeiro Pedro Vieira de Melo, aos propugnadores da liberdade. De Itapicuru comunicou-se com o futuro Visconde de Pirajá a fim de hipotecar a sua

¹⁴ Provavelmente irmão de Barnabé Martins Fontes e do Ten. Antônio Martins Fontes. Seu pai, Antônio Martins Fontes, aparece como Cap. Mor do Terço da Ordenanças da vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, em 1787 (AHU in ABN, vol 34, doc.). Seu avô paterno, obteve uma sesmaria no rio Vaza-Barris, em 1732 (PAN, vol 27) e descendência de Gaspar Fontes, sesmeiro do Vaza Barris, em 1601 (IHGS, Cx. 31A, Doc. 034).

¹⁵ FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e fatos de Sergipe*. Porto Alegre: SENAI, 1992. p. 130.

solidariedade à causa da Independência e deslocou-se para o julgado de São João Batista do Jeremoabo, na mesma província. Aí exercia a função de capitão-mor o seu genro Francisco Félix de Carvalho, com quartel no Caritá. E cercados de nobreza e povo fizeram a aclamação de D. Pedro. Retornou à sua fazenda Barra a fim de aguardar a chegada do capitão-mor de Itapicuru, que com 2000 homens se deslocava para a Estância, e receber o General Pedro Labatut, quando da viagem para a Bahia.

O general, oficialidade e tropa pernoitaram no engenho. Receberam voluntários (enviados pelo capitão-mor de Jeremoabo), mantimentos suficientes e mais 13 cavalos para a condução do general e da sua comitiva. E não ficou aí a ação de João Martins Fontes. Pouco depois recebeu os apetrechos de guerra, que acompanhavam o exército emancipador. Abasteceu a soldadesca de víveres e mantimentos, antes que seguisse viagem. Logo em seguida foi ao porto da Estância a fim de receber o armamento enviado da Corte para o General Labatut. Com 4 carros de bois, escravos e pessoalmente dirigindo os trabalhos, levou a referida carga até a Vila de Itapicuru.

Não exigiu recompensa pelo seu trabalho, nem recorreu ao Trono. Com tal simplicidade se manteve que, passados quase 100 anos, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Volume V - 1920* ao relembrar os pró-homens da nossa Independência esqueceu o seu nome. Mas em 1827, já velho e com os filhos encaminhados na política, resolveu perante o juiz ordinário da vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, sargento-mor Francisco Gabriel de Sousa Freire, e o escrivão da mesma vila, Simeão Corrêa Pimentel, fazer uma justificação dos serviços prestados à Pátria. E apresentou como testemunhas dos fatos acima referidos os cidadãos: capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru, oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, já referido, coronel Inácio Dantas dos Reis Leite, cavaleiro da mesma ordem e residente no engenho Camuciatá – Itapicuru, tenente-coronel Antônio Manoel de Sousa Bastos, oficial da mesma ordem e residente no engenho de Trapeguá, do termo de São Cristóvão, sargento-mor José Crisóstomo de Almeida, morador no sítio Bogio, do termo da vila de Santa Luzia

de Estância, sargento-mor Joaquim José Gomes, morador em São Cristóvão, capitão Félix José de Carvalho, morador no Engenho de Santa Cruz do Cantinho, termo do Lagarto, e capitão Venceslau de Seabra Lemos, morador no sítio Santo Antônio, termo do Lagarto. As testemunhas ouvidas confirmaram as suas palavras e reafirmaram que o justificante tinha muitos bens e era proprietário do engenho de fazer açúcar Barra e das fazendas de gado vacum e cavalar Pé de Serra, Riachão e Maria Preta, todos em terras próprias. Disseram *que era filho de pessoas nobres da Província (já falecidas), que se casara por duas vezes, com pessoas nobres (as irmãs D. Ana Francisca e Maria Francisca da Silveira) e já era viúvo*. Informaram que o seu pai e avô paternos, ambos de nome Antônio Martins Fontes, exerceram a função de capitão-mor das Ordenanças da vila do Lagarto. Também o seu bisavô paterno, Belchior da Costa Aranha, exercera o mesmo cargo. Descendia pelo lado paterno do Mestre de Campo Francisco de Brito e Castro São Paio e pelo lado materno de D. Ana Brandão de Barros, *ambos nobres e ilustres, aquele da Província da Bahia e esta da Província de Sergipe*. E a 31 de julho de 1827, em face do parecer das testemunhas, julgou o sargento-mor Sousa Freire que *se dê ao justificante o título pelas vias que pedir*.

Não sabemos qual a recompensa desejada. Não era o posto de capitão-mor, pois segundo J. Costa Pinto Dantas Jr., genealogista baiano, exercera a função de capitão-mor da Estância. Também Sebrão Sobrinho chama-o de capitão-mor. Além do mais a sua avançada idade (65 anos) não mais permitiria comandar tropas de ordenanças. A não ser que desejasse receber confirmação imperial da patente concedida por Labatut. Ou talvez pleiteasse uma das condecorações do Império, tão largamente distribuídas por D. Pedro I. Já idoso chegou a residir na sua fazenda Riachão. Aí fundara uma casa de oração. E finalmente, aos 86 anos de idade, no mesmo sítio, falecera o velho lutador”.

Casou-se em primeiras núpcias, em 23 de novembro de 1796, com Ana Francisca da Silveira, nascida em Sergipe, em 10 de fevereiro de 1780, filha de João de Campos e de Micaela Maria do Sacramento,

neta materna do sargento-mor Antônio Fernandes Beiriz, nascido em Beiriz, Portugal, em 1709, e de Francisca Catarina Souto Maior. Ana Francisca tinha sido batizada pelo vigário Raymundo, tendo como padrinhos Manuel da Silveira Nolete e Ana Josefa da Silveira. Ana Francisca da Silveira faleceu do parto do seu filho Manuel, em 31 de maio de 1806.

João Martins Fontes desposou, então, a sua cunhada Maria Francisca da Silveira, em 24 de junho de 1807. Ela nasceu em 28 de julho de 1790, foi batizada pelo padre Guilherme José da Silveira Nolete e teve como padrinhos José Rodrigues Dantas e Manuel da Silveira Nolete. Faleceu em 12 de março de 1815.

João Martins Fontes era dono das terras onde hoje se encontra a cidade de Riachão do Dantas, onde foram edificadas as primeiras casas do lugar. Erigiu a capela de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, quando residia no seu engenho “Campo da Barra”, na freguesia de Itabaianinha, depois Arauá, antes de se mudar para Riachão.

Faleceu João Martins Fontes em Riachão do Dantas, Sergipe, em 7 de julho de 1848.

Teve do primeiro casamento os seguintes filhos¹⁶:

- III.1 Manoel (« 22/07/1797. Faleceu no mesmo dia, após ser batizado em casa)
- III.2 capitão-mor Joaquim Martins Fontes
- III.3 Mariana Francisca da Silveira
- III.4 Isabel (★ 05/09/1800. Batizada pelo padre José Caetano da Silveira Nolete, tendo como padrinhos o sargento-mor Barnabé Martins Fontes e Francisca de Almeida. Faleceu criança)
- III.5 João Martins Fontes Jr.
- III.6 Ana Francisca da Silveira (Carvalho)

¹⁶ FONTES, João Martins. *Assento das idades dos meus filhos*, 1796. IHGS, Arquivo de João Dantas Martins dos Reis

- III.7 Micaela (★24/12/1804. Foi batizada pelo vigário-geral Guilherme José da Silveira Nolete, tendo como padrinhos o capitão Gaspar José de Carvalho e Joana Maria do Sacramento. Faleceu criança);
- III.8 Manuel (2º do nome)(★31/05/1806. Morreu no mesmo dia, junto com a mãe).

João Martins Fontes teve do segundo casamento os seguintes filhos¹⁷:

- III.9 Antônio Januário Martins Fontes
- III.10 Micaela Maria do Sacramento ✝ coronel Joaquim da Silva Cardoso
- III.11 José Martins da Silveira Fontes
- III.12 Maria Francisca da Silveira ✝ Paulo Freire de Mesquita.

¹⁷ Antes de Antônio Januário, ela teve um filho, sem nome, que morreu *de mal de sete dias*, cf. João Martins Fontes, op. cit.

POLÍTICA EDUCACIONAL, EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES: o impulso modernizador de José Rollemburg Leite e Acrísio Cruz (1947-1951)

HAMILCAR SILVEIRA DANTAS JUNIOR*

RESUMO

Este artigo, parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulada “*Estado, Educação e Hegemonia: reflexos da Pedagogia Experimental na Educação Física em Sergipe*”, objetiva analisar a política educacional nacional e seus reflexos no estado neste período, particularmente o que denomino de “impulso modernizador” na administração do Governador José Rollemburg Leite e do Diretor da Instrução Pública Acrísio Cruz, bem como sua relação com a Educação Física e o esporte. Através da análise dos documentos oficiais e de fontes orais, conclui-se que, não obstante, o vínculo às estruturas conservadoras e oligárquicas, essa administração promoveu um notável desenvolvimento na educação, educação física e esportes em Sergipe, capitaneada por reflexos da modernidade pedagógica, notadamente da Pedagogia Experimental.

PALAVRAS-CHAVE: política educacional; educação física & esportes; modernidade pedagógica.

* Professor Assistente do Departamento de Educação Física da UFS. Vice-Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação em Sergipe” (NPSE/UFS)

ABSTRACT

This article, part of a Master thesis named “*State, Education and Hegemony: reflexes of experimental pedagogy on physical education in Sergipe*”, aims to analyze the national educational policy and its reflexes within the state during this period, specially the one I call “*modernizing thrust*” in the administration of Governor José Rollemberg Leite and the Public Instruction Director Acrísio Cruz, as well as its relationship with Physical Education and sport. Through an analysis of official documents and oral sources, we concluded that, despite the bind with oligarquic and conservative structures, this administration promoted a remarkable development in education, physical education and sports in Sergipe, headed by reflexes of pedagogical modernity, in special Experimental Pedagogy.

KEY WORDS: educational policy; Physical Education & Sports; modernity pedagogical;

Segunda metade do século XX: o início de uma era voltada à reconstrução mundial, de rearticulação das estruturas sócio-econômicas dos países que cada vez mais estreitavam seus laços transnacionais, de um retorno à reflexão coletiva escudada na razão em oposição à barbárie da 2^a Guerra Mundial, revela uma perspectiva de avanço do pensamento educacional, reivindicações e demandas populares por um mundo democrático e igualitário. A Educação representava, então, uma possibilidade de espraiarem-se as bases democráticas de acesso dos homens para a construção deste novo mundo.

Hobsbawm (1997) revela que, nesse período, a alfabetização era projeto de todos os governos mundiais. Essa ampliação da área escolar provoca um “boom” na demanda de vagas no ensino superior, que se amplia a partir da década de 1950 gerando uma perspectiva ampliada de produção e consumo nos diversos setores, inclusive no educacional.

Na América Latina especificamente, região mais próxima da modernidade capitalista do Terceiro Mundo, o anseios e reivindicações por Educação se ampliam no pós-1945. O distanciamento entre a cidade e o campo, o litoral e o sertão que se manifestava, sobretudo pela educação, precisava ser superado. A superação era vista como possibilidade de ampliação e modernização da produção e escoamen-

to agrícolas e efetivação da inserção dos homens no jogo político de bases democráticas.

É nesse contexto que, no Brasil, se acirram os embates pela modernidade através da Educação e de uma escola pública universal. Fruto de reflexões oriundas de minha Dissertação de Mestrado, “*Estado, Educação e Hegemonia: reflexos da Pedagogia Experimental na Educação Física em Sergipe (1947-1951)*”¹, este artigo busca analisar a política educacional nacional e seus reflexos em Sergipe neste período, sob a administração de José Rollemburg Leite e Acrísio Cruz, bem como sua relação com a Educação Física e o esporte, partícipes desse processo.

1 - A POLÍTICA EDUCACIONAL NACIONAL: OS NOVOS EQUILÍBRIOS DE COMPROMISSO

A configuração da política educacional brasileira no pós-guerra orienta-se pelos embates científicos, técnicos, educacionais, sobretudo políticos travados desde a década de 1920, estendendo-se pelo primeiro período varguista (1930-1945). Tais tensões revelaram-se: na fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE); nas reformas da instrução pública implementadas em diversos estados; na promulgação e outorga das constituições federais de 1934 e 1937, respectivamente; na disputa entre católicos e liberais pela direção educacional a ser dada ao país, sem deixar de considerar os movimentos de caráter popular como os socialistas e anarquistas, oriundos das organizações operárias.

A partir de 1942, por iniciativa do Ministério da Educação e Saúde do Estado Novo, na pessoa de Gustavo Capanema, começa-se a reformar o sistema de ensino. Esta iniciativa tinha caráter exclusivamente reformista, pois se restringia a alguns ramos do ensino, em de-

¹ DANTAS JUNIOR, H. S. *Estado, Educação e Hegemonia: reflexos da Pedagogia Experimental na Educação Física em Sergipe (1947-1951)*. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE. Dissertação orientada pela Prof.^a Dra. Marta Vieira Cruz.

trimento de uma reforma integral do sistema. Tais reformas foram denominadas “Leis Orgânicas do Ensino”, em número de seis: Ensino Industrial, Ensino Secundário, Ensino Comercial, Ensino Agrícola, Ensino Primário e Ensino Normal.

Algumas dessas leis foram promulgadas no Estado Novo, enquanto que as três últimas foram promulgadas com novo presidente já eleito em 1946. Face ao alcance desse artigo, interessa-me de perto o Decreto-lei n.º 8529, de 2 de janeiro de 1946, ou “Lei Orgânica do Ensino Primário” e o Decreto-lei n.º 8530, da mesma data, ou “Lei Orgânica do Ensino Normal”. A opção pelos dois Decretos-leis impõe-se pela modificação dos princípios que os dirigiam, diferentes das outras leis orgânicas e muito mais convenientes a um período de restituição democrática que, dentre outros fatores, levam o Gal. Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República, na eleição de 2 de dezembro de 1945.

O Presidente Dutra realizou um governo de atendimento aos diferentes anseios sócio-políticos e partidários. No plano educacional, é gritante a tentativa de conciliação estabelecida em sua proposta de governo. Em discurso proferido na Bahia, em outubro de 1945, expõe a sua análise do problema educacional. Aos setores ligados à iniciativa privada, ratifica a responsabilidade do Estado no setor educacional, em consonância com o amparo e estímulo às iniciativas particulares de instituições e ordens religiosas e/ou profissionais. Aos setores liberais, retoma os conceitos estruturados na relação da Educação para todos e, indistintamente, como princípio democrático, como base necessária à preparação dos jovens ao trabalho produtivo, desde os primeiros anos escolares; e propõe a revisão da responsabilidade da União no financiamento do ensino primário, até então, entregue aos estados e a suas políticas de personalização e interesses (DUTRA, 1946, p. 5-16).

A análise do Decreto-lei n.º 8529 (Lei Orgânica do Ensino Primário) revela essa perspectiva enunciada de responsabilidade do Estado sobre a Educação primária, mas livre à iniciativa privada, própria da política conciliatória. Não obstante, revela, no enunciado de seus princípios, a relação com o pensamento educacional liberal em vigê-

cia, principalmente nas bases apontadas por John Dewey (1978), referentes ao interesse e esforço:

Art. 10. O ensino primário fundamental, deverá atender aos seguintes princípios:

- a) desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses naturais da infância;
- b) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos;
- c) apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerce para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização;
- d) desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social;
- e) revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem estar individual e coletivo (BRASIL, 1946a, p. 265).

De forma concomitante, o Decreto-lei n.º 8530 (Lei Orgânica do Ensino Normal) centralizou as diretrizes na medida em que descentralizou administrativamente o ensino. Baseou-se na formação de regentes do ensino primário e de professores primários, fundamentando-se também, em princípios da Pedagogia Experimental: adoção de processos pedagógicos ativos, primando pela transmissão dos conhecimentos e técnicas próprios à educação da criança (BRASIL, 1946b, p. 279).

No mesmo ano de 1946, a Assembléia Constituinte promulga a nova Constituição Federal, que corroborava os anseios internacionais, de garantias e direitos inalienáveis sustentados pelo Estado, inspirada nos princípios liberais próprios do século XX, distanciando-se das bases aristocráticas e oligárquico-conservadoras sem, contudo, romper efetivamente com essas bases. No âmbito educacional, estabelecia em seu Art. 5º, item XV, letra d, a responsabilidade da União em legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Como a política conciliatória de Dutra já havia cedido à UDN (principal nicho liberal) o Ministério da Educação, na figura de Clemente Mariani, ressurgem, com toda força, as possibilidades de reestruturação social pelas bases dos intelectuais liberais.

O Ministro Clemente Mariani constitui uma comissão de educadores, capaz de elaborar o projeto de reforma geral da educação brasileira. Reflexo desse momento de conciliação, a comissão era constituída por intelectuais escolanovistas e católicos: no bloco liberal, estavam Lourenço Filho, Almeida Júnior, Antônio Carneiro Leão, Teixeira de Freitas; no bloco católico, Alceu Amoroso Lima, Padre Leonel Franca, entre outros.

O projeto que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional é apresentado por Clemente Mariani em 28 de outubro de 1948. Mariani (1949) destaca, como base, o preceito constitucional da descentralização, denominada, em sua exposição de motivos, como “unidade na variedade”. Tal elemento sustentará a polêmica fundamental de todo o processo.

No “*Relatório Geral da Comissão*”, Almeida Júnior (1949) afirma o dever do Estado na orientação do ensino, na manutenção das escolas e na fiscalização das instituições educacionais. A orientação do ensino estaria, assim, sustentada em três bases: na descentralidade, devido à dimensão do país, o que urge a garantia do mínimo de conhecimentos que tracem os vínculos de união e coesão nacionais; na preparação dos indivíduos para o exercício dos direitos e deveres políticos no Estado democrático; e finalmente, na redistribuição social dos indivíduos, independente de sua origem social, mas de acordo com suas aptidões e oportunidades oferecidas.

A influência do pensamento liberal em educação, constante no projeto, é enfatizada no Relatório, ao discorrer sobre as finalidades da educação primária: cultural, ensinando as técnicas elementares, princípios intelectuais e morais e inserindo-a de forma prática no contato com o meio físico; política, relacionada aos anseios mundiais, formação do cidadão da pátria e consciência da necessária solidariedade entre os homens; biológica, proporcionando alimentação e exames médicos periódicos que impeçam a deterioração orgânica do homem e a profilaxia social, visando ocupar o dia da criança em atividades variadas que a resguarde, durante seu crescimento, de vícios e taras sociais.

Ao largo de todo o esforço da comissão em elaborar o projeto, o Líder do PSD na Câmara Federal, o ex-ministro Gustavo Capanema

redige um parecer contrário ao projeto, alegando sua finalidade política, não pedagógica. Os interesses político-partidários novamente obstram a sua tramitação. O Parecer de Capanema (1949) aprofunda a crítica ao projeto, taxando-o de anti-varguista e discorre com profundidade sobre as origens e sentidos das expressões “diretrizes e bases”; os sistemas de ensino dos estados; a tendência centralizadora do poder federal em outros países; o caráter nacional da educação e a dispersão da ordem pedagógica, concluindo pela refunidão ou emenda do projeto. Fato é que as sucessivas emendas redigidas pelo grupo de Capanema, resultaram no seu arquivamento.

Com a posse do novo Congresso Federal em 1951, segundo Saviani (1999), retoma-se o projeto e recomeçam as discussões que primam pela mutilação do original. As tensões e reações ao disposto constitucional de fixação das diretrizes e bases da Educação arrastar-se-ão por mais dez anos, até a conclusão em 20 de dezembro de 1961 da Lei n.º 4024, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional².

Todo esse processo revela as contradições do cenário político-educacional nacional. Os liberais acenavam para uma democracia plena sem, entretanto, buscar transformações na ordem sócio-econômica, mas sim, inserir o país nos princípios de modernidade do capital. Todavia, as reações a tal projeto apenas ilustram os ranços com que as elites do país, principalmente de raízes oligárquicas, enxergavam o acesso das massas ao jogo político democrático, após uma formação escolar efetiva.

A Educação Física acompanhará esse processo por duas razões: sua importância educativa, destacada numa pedagogia experimental de base liberal, e o seu atrelamento a interesses políticos de conformação dos *habitus* dos indivíduos. Contudo, não cabe, no momento, revisar toda a legislação deliberativa acerca da Educação Física no Brasil, que remonta a meados do século XIX, mas compreender o impulso

² Para análise desse processo é imperiosa a leitura de: SAVIANI, D. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 1999. _____. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 8. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2000.

que ganha a partir do Estado Novo e sua reorganização a partir da redemocratização nacional pós-1945³.

Os ecos da tradição militarista da Educação Física reverberam no Estado Novo. Do ponto de vista legal, a partir de 1929, com a instituição do Método Francês como obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino, enquanto não fosse criado o Método Nacional de Educação Física. Do ponto de vista da legitimidade de um projeto político, o Estado Novo põe, na pauta do dia, o corpo como edificação do espírito da raça brasileira: pura, forte e preparada para a produção. Segundo Lenharo (1986), o projeto estadonovista orientava-se por três teses: moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico e a ação do Estado no preparo do físico, na direção do mundo do trabalho.

A direção dada pelo Estado à Educação Física consubstancia-se, plenamente, em seu primeiro registro constitucional, em 1937. Na Constituição outorgada por Getúlio Vargas, a Educação Física é matéria em dois artigos:

Art. 131 - A Educação Física, o Ensino Cívico e o de Trabalhos Manuais serão obrigatórios em todas escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça àquela exigência;

Art. 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da nação (apud LUCENA, 1994, p. 37).

Tal perspectiva referenda a reflexão de Gramsci (2000) acerca da Estatolatria: não é possível ao Estado se manter, nem dirigir as classes

³ Para esta revisão, confira, R. F. LUCENA. Quando a lei é a regra: um estudo da legislação da educação física escolar brasileira. Vitória: UFES, 1994.

pela via única da força, urgindo a necessidade de preparar o terreno do consenso. Entendo que a Educação Física não é incorporada ao cotidiano escolar pela via legal ou da força, mas fundamentalmente pelo consenso legitimado por uma intervenção fundamentada cientificamente, com posterior estágio de nível superior, além da disseminação pelo aparato propagandístico das benesses da atividade física e do esporte para a saúde.

Atrelado à prática regular da Educação Física e levando em consideração a ampliação do alcance social das práticas esportivas, o governo estadonovista propõe-se à sua regulamentação através do Decreto-lei n.º 3199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as Bases de Organização dos Desportos no Brasil, criando o Conselho Nacional de Desportos (CND) e os Conselhos Regionais de Desportos (CRD).

Segundo Manhães (1986), a regulamentação esportiva, nesse período, envolve três discursos: da disciplina, no qual se intenta organizar e conduzir sua prática em direção ao desenvolvimento da formação espiritual e física da juventude; o nacionalista, que prega a prática regulamentada do esporte como expressão da “energia nacional”; e o moral e cívico, voltado à conformação dos jovens, sendo um elemento fundamental ao sistema educacional.

A redemocratização do país em 1945 irá modificar, como já aludido, a direção da educação nacional sem radicalizá-la, haja vista os compromissos assumidos pelos dirigentes do país. Um dos reflexos desse processo, segundo Ferreira Neto (1999), é a retirada dos militares da cena político-pedagógica na condução da Educação Física, o que acarretará na ausência de propostas fecundas para a área posteriormente.

Não obstante, na campanha do Gal. Dutra (1946), este manifesta, entre os seus princípios de organização do ensino, a educação do corpo, pela cultura física e desportos, principalmente, nas Leis Orgânicas do Ensino Primário e Ensino Normal.

Na Lei Orgânica do Ensino Primário, a Educação Física é regulamentada nos quatro anos do curso primário elementar e no ano único do curso complementar. Na Lei Orgânica do Ensino Normal, a disciplina “Educação Física” é incorporada às quatro séries do “Curso de Re-

gentes de Ensino Primário”, enquanto a disciplina “Educação Física, Recreação e Jogos” insere-se nos três anos do “Curso de Formação de Professores Primários”, voltando-se à orientação metodológica própria do ensino primário.

Contudo, no âmbito das discussões do projeto de LDB, a Educação Física será contemplada nos moldes de equilíbrio dos projetos políticos em tensão. Almeida Júnior (1949, p. 61) no *“Relatório Geral da Comissão”* infere como fins da Educação: “cuidar da saúde e do fortalecimento do corpo, inclusive pela prática sistematizada da ginástica, do Canto Orfeônico e dos desportos, individuais e coletivos, adequados”. O projeto refere-se à Educação Física, somente em dois momentos: na sua obrigação no ensino secundário e na regulamentação acerca dos professores primários que, para ministrá-la, deveriam participar de cursos especiais, organizados pelas Escolas Normais e por Institutos de Educação.

Como o projeto é refutado, arquivado, reprojetoado ao longo de 13 anos, a Educação Física será contemplada na Lei n.º 4024/61, de forma diferenciada. Em seu artigo 22, a lei referendara a obrigatoriedade da prática da Educação Física, nos cursos primário e secundário, até a idade de 18 anos.

Diante da desregulamentação da Constituição Federal de 1946 que indicou a elaboração de leis de diretrizes e bases para a Educação no Brasil, as constituintes estaduais se viram na obrigação de legislar acerca das competências dos estados nessa matéria. Nesse momento entram em cena as tensões geradas em Sergipe na administração de José Rollemberg Leite.

2 - A POLÍTICA EDUCACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO JOSÉ ROLLEMBERG LEITE (1947-1951): O IMPULSO MODERNIZADOR

José Rollemberg Leite é eleito em 1947 por uma coligação PSD/PR, com apoio da igreja católica e dos oligarcas canavieiros, numa síntese eivada de conservadorismo. Não obstante, entendo que sua administração foi criteriosa e responsável com a coisa pública, impingindo um novo impulso à educação no estado.

Rollemberg Leite já havia contribuído com a educação sergipana quando fora Diretor da Instrução Pública nas interventorias Federais do Cap. Milton Azevedo e do Gal. Augusto Maynard. Ressalte-se, nesse período, os contatos mantidos com Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen que impulsionam o ensino profissionalizante com a implantação, em Sergipe, do SENAI. Contudo, é na condição de governador que renovará a educação estadual através de uma política de conciliação dos setores conservadores que o elegeram (apoiado, por liberais progressistas) com os partidos de oposição (que apresentavam, em suas frentes, oligarcas dissidentes, ávidos pelo retorno ao poder).

O primeiro conflito a administrar foi a elaboração da Constituição Estadual. As eleições de 19 de janeiro de 1947 foram, conforme Figueiredo (1989), amplamente favoráveis à coligação da situação. Foram eleitos 13 deputados do PSD, 7 deputados do PR, 9 deputados da UDN e 1 deputado do PCB, do PTB e da Esquerda Democrática, o que revelava a maioria absoluta do bloco situacionista.

No campo da educação, foi apresentada uma posição de responsabilidade do poder estadual na manutenção do sistema educacional, numa perspectiva que corroborava os anseios liberais. O projeto de Constituição foi apresentado, em 18 de maio de 1947, por Manuel Ribeiro do PSD, Presidente da Comissão de Constituição (SERGIPE, 1947a: 1-10).

A promulgação da Constituição Estadual em 16 de julho de 1947, na matéria educacional, prescreve:

Art. 143. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios e ideais cristãos de liberdade e solidariedade humana.

Art. 144. Cabe principalmente ao Poder Público regular o exercício das atividades educacionais e a obrigação de manter o sistema de escolas destinadas a exercê-las⁴.

Em seguida, a Constituição apresenta no seu Artigo 147, os princípios norteadores da educação em Sergipe:

- 1º - conhecimento e domínio da higiene e da saúde;
- 2º - conhecimento e domínio dos recursos e oportunidades, especialmente agrícolas e climatológicas do meio físico local, de que depende a comunidade para o seu sustento;
- 3º - conhecimento e domínio da vida doméstica decente e cômoda, sem degradação nem exploração de crianças, nem mulheres;
- 4º - conhecimento e domínio da arte da recreação (SERGIPE, 1947b, p. 9).

Tais princípios, não constantes do projeto original, são apresentados por Manuel Ribeiro na Emenda nº 145, com uma justificativa ilustrativa da concepção liberal de educação e do quanto alguns parlamentares, ainda que em partidos conservadores, eram interlocutores das discussões processadas em nível nacional:

Temos observado que no estado atual da nossa escola primária como que a alfabetização tende a esgotar as finalidades educacionais. Ainda não existe orientação em que se procure fazer da escola um instrumento de adaptação do homem ao seu meio físico-cultural. Não é sintoma de espírito progressista continuar tão somente com indagações ou pesquisas psico-pedagógicas, no sentido de se verem as melhores condi-

⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Aracaju, n. 10019, 16 jul. 1947. p. 9. Do projeto apresentado em 20/05/47, a única modificação nesses artigos foi a inclusão do termo “cristãos”.

ções de aprendizagem. Se tais atividades são essenciais, não bastam, porém para uma obra educativa que satisfaça plenamente às necessidades presentes, como sejam as de domínio de seu meio físico, de adaptação ao meio social, enfim, de fixação do homem à terra, objetivo primordial da educação. A escola precisa de cumprir essa missão, se quer ser realmente útil, instrumento, por excelência de progresso.

A propósito, resumindo nosso pensamento podemos citar: A. Carneiro Leão: “o esforço para educar a criança alarga-se no esforço para desenvolver e melhorar a vida de toda a comunidade”. (A Sociedade Rural, pag. 304).

E mais adiante, no mesmo livro, à pag. 305: “Não ignoramos quanto os meios rurais são pobres em *líderes* construtores, quanto são os lares ineficientes em ação educativa, quanto é parca a dieta, quanto, às mais das vezes, é precária a saúde, quanto é retardatária a concepção moral e social da vida e do mundo”.

E, mais adiante, à pag. 314: “Para viver, a comunidade rural mais que qualquer outra precisa de conhecer seu meio físico e valor do solo, para cultivá-lo, para servir-se dele, de modo a obter sua subsistência, a subsistência dos seus e, pela exportação dos excedentes, recursos indispensáveis à manutenção do bem estar de todos”.

São a essas finalidades que a escola tem de servir, diferenciando-se, portanto, aquela que serve nos centros urbanos da que serve nas zonas rurais (RIBEIRO, 1947, p. 2-3).

A citação a Antônio Carneiro Leão, notório escolanovista e reformador da instrução pública no estado de Pernambuco, revela o vínculo estabelecido com os princípios da pedagogia experimental: a educação biológica; a relação do educando com o meio e o trabalho; a base de coesão moral. Tal justificativa revela a articulação com o contexto internacional, num momento em que, segundo Hobsbawm (1997), se maximiza a modernização da cidade e do campo, originada na revolução industrial, dentro de suas especificidades.

A situação da educação em Sergipe era extremamente delicada. Segundo J. Cruz (1944), o estado ocupava, em 1942, o último lugar

no país, no que se refere às conclusões do ensino primário elementar; o Ensino Normal, cada vez mais, vinha sendo esvaziado pela redução de perspectivas financeiras para as jovens professoras; a base oligárquica de favorecimento determinava as remoções das professoras, do interior para a capital e vice-versa, de acordo com os interesses dos chefes políticos; na zona rural, eram raras as escolas que possuíam alunos no 4º ano primário.

Diante dos problemas, atua de forma acentuada o professor Acrísio Cruz, Diretor do Departamento de Educação (DED), notório liberal e estudioso da pedagogia experimental. Sua ação direciona-se à ampliação da rede escolar, sobretudo na zona rural, criando as possibilidades de permanência do aluno na escola; à reforma do conceito de qualificação de professores e ao tratamento de forma legal e legítima do corpo docente, inclusive na questão das remoções das professoras.

Objetivando romper com os “apadrinhamentos” políticos, a Portaria n.º 1, de 5 de janeiro de 1949, do DED, determina que as transferências no magistério primário far-se-ão por conveniência do ensino, a juízo do Diretor Geral do Departamento ou a pedido, sendo que as condições eram: mínimo de 2 anos de exercício na localidade; atestado de conclusão de Curso de Aperfeiçoamento e maior número de “Cursos de Férias” (SERGIPE, 1949a, p. 3). A Portaria consegue estabelecer princípios democráticos que enfatizam a qualificação constante, o que, em tese, poderia propiciar um salto qualitativo na formação docente e, por conseguinte, na formação dos educandos.

Compreendendo que o avanço educacional não se dá apenas pelo caráter quantitativo e normativo, mas, sobretudo pela qualidade do corpo docente, institui instruções reguladoras para os “Cursos de Aperfeiçoamento de Professoras Primárias”. A Portaria n.º 495, de 12 de outubro de 1950, do DED, estabelece a necessidade de qualificação das professoras nas disciplinas: Português, Matemática, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Estatística Educacional, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais e Educação Física. Essa Portaria revela o cuidado com a elaboração dos programas, sujeitos à apreciação do Diretor do DED e

amparados nos princípios da pedagogia moderna, conforme o especificado no artigo 11:

... na execução dos programas serão adotados os meios de ensino mais convenientes, com aplicações práticas, participação em trabalhos de pesquisas, elaboração de práticas escolares em todos os seus aspectos, aproveitando-se por isto, da situação real no trabalho educativo (SERGIPE, 1950, p. 4).

A preocupação com a formação de professores nos moldes da pedagogia experimental é profundamente visualizada na reforma do Ensino Normal do estado. A Assembléia Legislativa, em Projeto de Lei, já propunha a adaptação do Ensino Normal às exigências da Lei Orgânica Federal, mas é a Portaria n.º 510, de 28 de julho de 1949, do DED, que determinará os programas das disciplinas do Ensino Normal. Esses programas são reveladores da profundidade da formação das professoras, tendo em vista a exposição dos temas próprios da Pedagogia Moderna, principalmente nas disciplinas de Psicologia Educacional; Puericultura; e Pedagogia.

Na “Psicologia Educacional”, o programa previa:

Quadro geral dos conhecimentos humanos. Classificação de Compte (sic). A Psicologia. Sua posição entre as ciências e suas aplicações. (...) A Psicologia Experimental. A Psicologia do anormal e sua aplicação à Psicologia Educacional. Alfredo Binet e o estudo da medição da inteligência. Freud e a Psicanálise. Thorndike e sua contribuição à Psicologia Educacional. As modernas correntes da Psicologia educacional. Claparéde e seus conhecimentos. Modernas correntes: William James e John Dewey. Síntese da evolução da Psicologia Educacional (SERGIPE, 1949b, p. 5).

Na disciplina “Puericultura e Educação Sanitária” indica o estudo de: “...Idade escolar. Adaptação da criança à escola. Recreios e jogos

infantis” (SERGIPE, 1949b: 5). Não obstante, é na disciplina “Pedagogia” que se constata a relação mais efetiva das professorandas com os princípios escolanovistas:

Pedagogia — conceito, origem, evolução e objeto. A Pedagogia como filosofia, ciência, arte e técnica da educação. Aspecto da educação. Ciências basilares da Pedagogia: a Biologia — a Sociologia — a Psicologia — a Ética etc. (...) A Escola Nova e a Escola Tradicional. Aspecto da Escola Nova. Principais vultos da Escola Nova. O papel do mestre na Escola Nova (SERGIPE, 1949b, p. 3).⁵

Não desejo aqui, apenas com a exposição dos programas de ensino do curso de formação de professores primários, fazer apologia ao grau de profundidade e erudição da formação das professoras. A experiência docente nos mostra que há uma grande distância entre o que se aprende no curso de formação e as possibilidades de ensino na escola primária. Procuro ilustrar que a direção da política educacional do período, em Sergipe, estava profundamente vinculada à modernidade pedagógica, por isso mesmo, acenava-se com a possibilidade de alavancar a educação pública no estado.

No que se refere à rede escolar, o governo Rollemburg Leite institui uma relação estreita com o Governo Federal, de forma a ampliar o alcance do sistema educacional. Consegue, ao final de sua administração, a construção de 218 Escolas Rurais, 2 Escolas Normais Rurais, 7 Grupos Escolares Rurais e uma reforma no Colégio Estadual de Sergipe, além da viabilização de 168 Cursos de Alfabetização de Adultos, dentro dos princípios da pedagogia moderna: a aliança entre educação e o meio de vida, entre educação e trabalho (LEITE, 1951).

Para Fortes (1991), a maior contribuição do governo Rollemburg Leite foi o impulso ao ensino superior, então inexistente no estado. O

⁵ Ressalte-se que essa Portaria foi publicada desmembrada no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO em diversas edições, a saber: n. 10548, 10559 e 10572.

governo passou a auxiliar com recursos, a Faculdade de Direito, criada em 1950, e a Faculdade Católica de Filosofia, fundada em 1951. Mas, sobretudo, a modernização se deu com a criação e instalação da Faculdade de Química e da Faculdade de Ciências Econômicas, com recursos próprios e administradas pelo Governo Estadual.

Entendo que a exposição, até aqui, ilustra com propriedade, a responsabilidade da administração de Rollemberg Leite com a questão educacional. Contudo, necessário se faz deter-se um pouco mais na questão fundamental do período: a inserção de Sergipe na “*Campanha Nacional de Escolas Rurais*”, viabilizada pelo Ministério da Educação, através do INEP. Entendo que esse processo ilustra, sobremaneira, o impulso modernizador desta administração, a articulação com a pedagogia moderna, o nível dos debates político-educacionais em Sergipe e as contradições inerentes às tentativas de modernização de um estado entranhado no conservadorismo.

A “*Campanha Nacional de Escolas Rurais*”, dirigida pelo Departamento Nacional de Educação, na pessoa de Lourenço Filho, e pelo INEP, na figura de Murilo Braga, teve em Sergipe, a direção de Acrísio Cruz, Diretor do DED, que intentou implantar uma ampla rede de escolas rurais em todos os municípios, com verbas federais. Ao final do Governo, às 20 escolas então existentes, somam-se 218 novas escolas construídas.⁶ Contudo, interessa-me, aqui, explicitar o processo político da atuação de Sergipe na campanha.

Acrísio Cruz apresentara tese intitulada “*A situação cultural do estado e a oportunidade da Campanha de Educação de Adultos*”, em Petrópolis (RJ), no “*Seminário Inter-American de Educação de Adultos*”, promovido pela UNESCO, sendo saudado pelas delegações de diversos países como o mais perfeito planejamento apresentado pelas Unidades da Federação. Em contrapartida, a oposição, através da imprensa escrita, ataca duramente a condução do processo pelo Diretor do DED.

⁶ Pode-se conferir a relação das 238 Escolas Rurais, discriminadas por município, na Pacotilha n.º 1215, Fundo E6, à disposição no Arquivo Público do Estado de Sergipe.

O “Correio de Aracaju”, de 19 de janeiro de 1949, em matéria não assinada, intitulada “*A negociata da Escola Rural está comprometendo o governo*”, ressalta a importância da campanha disseminada pelo Ministério, mas afirma que esta é deformada em Sergipe, principalmente por ser gerenciada por Acrílio Cruz, não pelo Diretor de Obras Públicas. Cobra providências do Diretor, o engenheiro Francisco Porto (UDN) e do Governador Rollemberg Leite, frente ao que denomina “negociata”. Denuncia que, enquanto o Governo Federal encaminha por Unidade-Escola Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), o estado recebe Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), assinando pelo valor integral, enquanto o engenheiro da Firma Grey recebe Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Acrílio Cruz, Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). A acusação é acompanhada de um desafio:

... porque não vem o Sr. Acrílio (sic) de público debater o assunto dizendo que isso é uma invencionice, esmagando assim, os seus acusadores? (...) Desafiamos esse manhoso e cínico politiqueiro que deserve o DED e compromete o governo, para vir publicar, assinado, por exemplo, pelo seu competente e honrado colega de administração, Diretor de Obras o seguinte: a) Os prédios de Escolas Rurais estão localizados convenientemente?; b) a obra executada vale Cr\$ 60.000,00 por unidade-prédio?; c) a construção é bôa e poderiam ser recebidos todos os prédios?; d) estão as escolas já prontas, funcionando regularmente? (A NEGOCIATA, 1949, p. 1).

Em nenhum momento, as acusações foram respondidas pelo governo do estado ou pelo Diretor do DED. Da mesma forma, ao longo de todo o ano de 1949, essa temática não voltou à baila nas páginas do “Correio de Aracaju”. Entendo que, por se tratar de um jornal de propriedade de deputados udenistas, e por não mais ter feito menção a essa problemática, tal artigo ilustra a perspectiva de discussões pontuais, carentes de profundidade e de polidez política que, até hoje, é a tônica do cenário político sergipano. As medidas educacionais tomadas eram, reconhecidamente, de vanguarda, mas alguns setores

atuavam na direção de manobrar a opinião pública com discussões e acusações que, se tinham fundamento, não eram levadas adiante. Essa perspectiva reforça a compreensão de que, no Estado oligárquico, os melindres pessoais e privados sempre estiveram acima dos interesses públicos.

Em direção oposta às denúncias apresentadas, a campanha em Sergipe só cresceu em importância. Em publicação do “*Diário de Notícias*”, do Rio de Janeiro, em 5 de março de 1950, e reproduzido no “*Diário Oficial do Estado*”, de 12 de maio de 1950, ressalta-se a liderança de Sergipe na execução do plano de obras da campanha em nível nacional. O estado apresentava, neste momento, 87,84% do total de 218 prédios, consignados pelo INEP, já finalizados.

Continuando a direção da campanha, o DED promove com auxílio do INEP, o “*Curso de Formação de Professores Rurais*”, ministrado pelo Professor Robert King Hall, da Universidade de Columbia, centro irradiador do escolanovismo. King Hall destacava-se, no período, pela sua atuação em missões culturais em países como Japão, Pérsia (atual Irã) e Brasil, através de estudos dos problemas educacionais ligados às populações do campo. O curso, freqüentado por 55 professoras, teve os seguintes temas: Integração da escola primária na comunidade rural; Elaboração do programa para a escola primária na comunidade rural; Formação de professores para a escola rural e os Novos processos de desenvolvimento econômico (LEITE, 1951, p. 74-75).

Em sua aula inaugural, em 10 de junho de 1950, o professor King Hall ressalta a excelência do projeto do INEP e a ousadia de Sergipe em não se ater unicamente ao planejado no projeto inicial:

... com verdadeiro espírito de iniciativa, o Diretor do Departamento de Educação vai criando meios e os adapta com inteligência, às realidades sergipanas. Vê na construção dos prédios de Escolas Rurais com moradia para as professoras, e com a escolha destas feitas no meio de onde são oriundas, melhor perspectiva para a estabilização do profissionalizado (HALL, 1950, p. 3).

Entendo, conforme o exposto, que a administração de Rollemberg Leite, no que tange às políticas educacionais, esteve pautada numa perspectiva de elevada compreensão da necessidade de impulsionar a modernidade em Sergipe. As medidas tomadas ao longo do governo revelam o interesse de ampliar a rede escolar, dilatando as possibilidades de inserção do homem na sociedade a partir dos princípios liberais do Estado de direito. Nessa direção, entendo que a melhor ilustração do governo, na condução do sistema educacional, é apresentada pelo Professor Felte Bezerra, na solenidade de inauguração do novo prédio do Colégio Estadual de Sergipe:

— Em vosso governo fica o timbre indelével do mestre e educador que sois, e nem poderia deixar de ser assim. (...) A educação ainda é, em dias presentes, como nos tempos idos do insígne Miguel Couto, o nosso problema fundamental. Não nos afastamos do aviso em que pese à suspeição com que poderemos ser taxados. Acreditamos firmemente que ainda é o grande bem, que nos defenderá de derrocadas e instigações maquiavélicas. (...) Ao educador, é impossível aceitar intentos sinceros, quando se oculta ou procura amesquinhá a influência, poderosa e sã, da alfabetização. E como tal não nos bastam apenas as primeiras letras, porque só compreendemos instruído o homem de conhecimentos humanísticos. No grau secundário, portanto, é que assenta o mínimo limite, que alcançado coloca a pessoa humana em condições de nortear-se sem alheias interferências. (...) Pois bem, Senhor Professor, cuidastes do assunto com a segurança e o carinho que ele requeria, como o demonstraram, de sobrêjo, o aumento de nossa rede escolar, o desenvolvimento do ensino rural, o elastecimento dos cursos secundários até o interior e, por fim, num maravilhoso encerramento, as úteis medidas de criação, impulso e amparo ao ensino superior, até então ausente entre nós. Não se diria que esgotastes o setor, que é inexaurível: mas ele constituiu, e todos sentimos isto, um ponto de honra do vosso governo, tão meritória e, por vós, tão confortadoramente executado (BEZERRA, 1951, p. 2-3).

Partindo de princípios gramscianos, entendo que, quanto mais extensa for a área escolar, tanto maior será o grau de civilização do Estado. No entanto, num espaço conservador, no qual a prática corrente é a absorção do público como privado, a perspectiva de Rollemberg Leite e Acrísio Cruz em ampliar a educação como um dos rumos fundamentais ao mundo moderno é eclipsada e vilipendiada por interesses privados. Tal perspectiva é referendada por Fortes (1991) quando afirma que a rede de escolas rurais, por manutenção inadequada, não durou mais que dois mandatos governamentais.⁷

O rumo tomado em relação a essas medidas, parece ser vaticinado pelo próprio Rollemberg Leite:

Fator de retenção demográfica, a educação ruralista que se iniciou e organizou em Sergipe, produzirá dentro em pouco tempo os seus benéficos efeitos, se houver uma ação técnico-administrativa contínua e entusiasta. Do contrário todo o esforço que aí está ficará perdido e então será um grande fracasso a lamentar no sistema educacional de nossa terra (LEITE, 1950, p. 15).

Independente das consequências das administrações posteriores, intentei demonstrar as contradições das políticas educacionais, em que um governo tido como conservador expande a educação a partir de princípios políticos e pedagógicos liberais. No mesmo esteio de contradições, objetivo agora, ilustrar as políticas para a Educação Física & esportes no período e os avanços e retrocessos próprios da política brasileira e sergipana.

⁷ Ressalte-se que os mandatos seguintes foram: da coligação PSD/PR, o Governo de Arnaldo Rollemberg Garcez (1951-1955); e da UDN, o Governo de Leandro Maynard Maciel (1955-1959).

3 - A POLÍTICA EDUCACIONAL, A EDUCAÇÃO FÍSICA & ESPORTE EM SERGIPE

A atuação do Estado na direção da Educação Física, em nível nacional, encontra paralelos e similitudes em Sergipe: o Regulamento da Instrução Pública de Sergipe, em 1890, inclui os princípios de higiene e exercícios físicos, como matérias constitutivas do ensino primário; no Regimento das escolas públicas de Sergipe, em 1913, a ginástica é componente dos quatro anos do ensino primário; novamente, no Regulamento da Instrução Pública de 1924 e no Regulamento do Ensino Primário de 1931, prescreve-se a educação física e a ginástica educativa como obrigatorias nas escolas sergipanas.⁸

Tendo em vista a dificuldade, em Sergipe, de professores qualificados na área, o professor Manuel Franco Freire, Diretor da Instrução Pública, na administração de Eronildes Carvalho, promove, em 1935, a vinda da denominada “Missão Carioca”. Chegam do Distrito Federal, os professores Vieira Brandão e Tito Pádua, respectivamente de Canto Orfeônico e Educação Física, para incrementar a prática dessas disciplinas no estado. A relevância dessa medida está posta na fala de algumas professoras: “À época, veio assim, um professor do Rio de Janeiro, muito famoso, Tito Pádua e um professor de música, o professor Vieira Brandão. Ele deu um incentivo imenso à Educação Física aqui” (SANTOS, R. B., 2002). Assim como, “houve também um incentivo, na época, eu era aluna da Escola Normal, e veio o professor Tito Pádua do Rio de Janeiro, para dar aulas para a gente. Foi um momento excelente, pois nós trabalhamos a ginástica e esportes como vôlei, atletismo, handebol” (MENEZES, 2002).

Esta ação esteve voltada, também, para a formação de quadros docentes para trabalharem na área, conforme atesta uma professora

⁸ Para melhor visualização do período, indico ao leitor, os trabalhos de A. C. R. Grunennvaldt (1999 e 2005), que aprofundam de forma mais destacada o alcance destas ações oficiais na consolidação da área em Sergipe.

ao referir-se a uma colega que lecionou a disciplina na Escola Normal, sem ter tido curso de formação em Educação Física:

Elá fazia tudo aquilo porque elá teve um tempo de prática, a duração do professor aqui, que ele ensinou a várias alunas, elá se destacou, porque elá não fez curso. Nem se falava em Curso de Educação Física, o professor Tito Pádua, ele veio ministrar. E desse curso que várias professoras tomaram parte, elá se destacou (SANTOS, M. C. C., 2002).

Na passagem de Rollemburg Leite pela Direção do DED, criou-se um gabinete médico e biométrico na sede do Departamento, onde os alunos deveriam fazer os exames antropométricos e clínicos no início do ano letivo. O gabinete estava sob a responsabilidade da Dra. Maria do Céu Santos Pereira, qualificada em Curso de Especialização em Medicina Esportiva na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), no Rio de Janeiro.

No âmbito de seu governo, na Constituição Estadual de 1947, pela primeira vez, a Educação Física é colocada como matéria constitucional específica, no capítulo referente à “*Educação e Cultura*”. No documento final, apresentado em 16 de julho de 1947, a matéria é assim assinalada:

Art. 166 - O Estado e os Municípios dispensarão orientação e estímulo à educação física, que será obrigatória, nos estabelecimentos de ensino, e subordinada aos princípios do aperfeiçoamento moral e espiritual da pessoa humana.

Parágrafo único - As organizações desportivas amadoristas serão auxiliadas eficaz e permanentemente pelo Estado e pelos Municípios, nos termos da lei (SERGIPE, 1947b, p. 9).

A matéria fora referendada pela Emenda n.º 156, proposta pelos Deputados José Corrêa dos Santos e João Melo de Oliveira (ambos do PSD), que assim a justificaram:

Quanto à Educação Física acrescentamos que ela precisa estar subordinada a princípios morais e espirituais. A Educação Física é também uma forma de aperfeiçoamento do homem. Este, porém, não é apenas corpo. O espírito é que dirige o corpo e, por conseguinte, deve orientar e controlar a educação do corpo.

O lema da Educação Física é “mente sã em corpo sã”, o que significa que o corpo precisa de desenvolvimento, saúde e energias para servir a alma sã. E só os princípios morais e espirituais conservam a saúde da alma humana. Por isso mesmo, devem ser os orientadores da Educação Física da pessoa humana.

Um simples exemplo basta para completar a justificativa: é que o desenvolvimento muscular do homem não deve processar-se esmagando o sentimento de pudor, a delicadeza de atitudes e a piedade.

Suprimimos, por desnecessária, a expressão — por todos os meios — de referência à orientação e estímulo a serem dispensados pelo estado à Educação Física. Basta dizer que o Estado e os Municípios dispensarão essa orientação e êsse estímulo. Aliás, não será por todos os meios, mas apenas pelos meios legítimos, possíveis e honestos (SANTOS e OLIVEIRA, 1947, p. 1-2).

Entendo que essa justificativa ilustra um distanciamento da argumentação que referendava os princípios educacionais centrados, dentre outros, no domínio da higiene e da saúde e conhecimento da arte da recreação. Enquanto o Deputado Manuel Ribeiro amparava-se em preceitos educacionais próprios da pedagogia nova, os Deputados, relatores da Educação Física, referendam-na em princípios próprios da pedagogia experimental, mesclados à perspectiva estadonovista: o fortalecimento orgânico como base do fortalecimento do espírito, base moral do cidadão. Tal justificativa reflete a convivência entre perspectivas antagônicas, que, pela própria dinâmica de ajustamento democrático, possibilita o concílio de compreensões em oposição, até por parlamentares de mesmo bloco partidário.

Como forma de qualificar docentes para a Educação Física no ensino primário e secundário, Rollemberg Leite e Acrísio Cruz sempre

criaram possibilidades de envio de professores para a ENEFD. À época de Rollemburg Leite como Diretor do DED e Acrísio Cruz como Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, ambos já haviam enviado para a qualificação, a professora Rosália Bispo dos Santos, que assim se refere à oportunidade:

Então eu fiz este Curso de Aperfeiçoamento e foi aqui que realmente começou a minha vida, porque conheci o professor Acrísio Cruz, que era o coordenador, o diretor do Curso de Aperfeiçoamento. E lá, ele me descobriu como boa estudante. Nessa época, chegou uma equipe da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil, em Aracaju. Eu estava assim na primeira fila e entrou o professor Acrísio Cruz, foi mostrar aquele curso, como funcionava. E aí a turma perguntou se ele não queria mandar alguma aluna para fazer o curso lá no Rio. Ele então, que gostava muito de mim, me indicou. Isso foi no fim de 1944. (...) Mas quem abriu meus caminhos foi o professor Acrísio Cruz, a quem rendo homenagem (SANTOS, R.B., 2002).

Não obstante essas oportunidades de qualificação, as professoras de Educação Física eram formadas, em sua maioria, pela Escola Normal e pelos Cursos de Aperfeiçoamento, além dos ocasionais cursos intensivos. Tal formação era realizada em cinco anos. A Portaria n.º 99, de 3 de março de 1939, assinada pelo então Diretor do DED, Arício Guimarães Fortes, revela, nos programas das disciplinas, relação profunda com bases científicas para a intervenção pedagógica. O programa da disciplina “Educação Física” estava pautado nas bases do método Francês, nos moldes apresentados por Marinho (1958): Fisiológicas, com planos de Educação Física e noções sobre o controle fisiológico dos resultados dos exercícios; Pedagógicas, com princípios gerais do método, regras para aplicação e de conduta na execução; Pedagogia Aplicada, com o trabalho das sete grandes famílias do método (marchar; trepar, escalar, equilibrar-se; saltar; levantar, transportar; correr; lançar; atacar e defender-se), pequenos jogos, grandes jogos e jogos desportivos (individuais e coletivos).

Na Portaria supracitada, as quatro primeiras séries revelam a preparação sistemática das professoras no modelo enunciado por Marinho: o Método Francês, seu valor e aplicação; Lição de Educação Física: sessão preparatória, lição propriamente dita e volta à calma; Lição de Educação Física para alunos do 1º ao 4º grau do ciclo elementar, do 1º e 2º grau do ciclo secundário, e do ciclo superior; Sessão de grandes jogos; Danças infantis, brinquedos cantados e dramatizações; competições desportivas (SERGIPE,1939, p. 781).

Tal modelo, em consonância com as determinações nacionais, orienta a ação das professoras na sua atuação pedagógica nas escolas. Com o processo de reordenação nacional pós-1945 e a Lei Orgânica do Ensino Normal, serão reformulados os programas para situá-los nos novos anseios pedagógicos e sociais.

A Lei n.º 30, de 4 de dezembro de 1947, reformula o Ensino Normal no estado, colocando no, agora denominado, Instituto de Educação Ruy Barbosa (IERB), quatro cursos: Curso Ginásial; Curso de Formação de Professores Primários; Curso de Especialização de Ensino Normal e Curso de Administração Escolar. Com essa determinação, as professoras passam a ter dois anos especificamente de curso de formação. A disciplina “Educação Física, Recreação e Jogos” será contemplada nos dois anos (SERGIPE,1947c, p. 1-3).

A Portaria n.º 510, de 28 de julho de 1947, do DED, fixa os programas das disciplinas do Curso de Formação de Professores Primários. Estranhamente, as demais disciplinas sofrerão ajustes nos seus programas (ainda que pequenos), enquanto a Educação Física mantém o programa do 5º ano, que fora estipulado em 3 de março de 1939. Entendo que não é tão importante a ausência de ajuste do programa, até porque o mesmo era extremamente atual e centrado em bases científicas modernas, mas é relevante destacar que a modernidade pedagógica, em certa medida, estava distante de consolidar-se na prática escolar.

Não obstante esse aspecto aparentemente estanque do Ensino Normal os avanços, na política educacional, foram se efetivando. Os Cursos de Aperfeiçoamento passam a ser regulamentados pela Portaria n.º 495, de 12

de outubro de 1950, do DED, em que a Educação Física é contemplada em condições de igualdade às demais disciplinas, no que tange à carga horária, ou seja, quatro aulas semanais. Destaca-se nas instruções reguladoras, o caráter de experimentação pedagógica da Educação Física:

Art. 8º - A Educação Física no Curso de Aperfeiçoamento não constitui uma disciplina que visa o desenvolvimento físico dos professores alunos, mas ministrar-lhes o perfeito conhecimento metodológico da matéria como prática educativa.

Art. 9º - Metade das aulas é ministrada praticamente, utilizando-se, para tanto, de turmas de estudantes, de diversos estabelecimentos de ensino (SERGIPE, 1950, p. 4).

A visualização dos Cursos de Aperfeiçoamento como um espaço profícuo do exercício da prática docente, sobretudo de experimentação e verificação dos óbices inerentes a essa prática, já era uma preocupação corrente para o professor Acrísio Cruz.

Após apresentar no 2º Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Hygiene Mental do Nordeste Brasileiro, realizado em outubro de 1940, em Sergipe, o trabalho “Personalidade infantil e Escola”, no qual tece críticas aos testes seletivos da escola que induz a desajustamentos infantis, pela ausência de serviços psico-pedagógicos especializados, Cruz passa a implementar, nos Aperfeiçoamentos, a prática da experimentação pedagógica.

Na condição de Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, na gestão de Rollemburg Leite, no DED, Acrísio Cruz promove, em 1944, uma pesquisa que revela seu profundo conhecimento acerca da ação pedagógica fundada em princípios científicos. Esta pesquisa, intitulada “Carência lúdica e escolaridade”, é apresentada no 3º Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Hygiene Mental do Nordeste Brasileiro, analisando a relação entre o desajustamento escolar e a carência de atividades lúdicas na infância.

Apoiando-se nas investigações em Psicologia de Schneersohn e Claparéde, que afirmam ser o surgimento da neurose infantil uma con-

seqüência do déficit de jogos, Cruz (1944) realiza um estudo experimental com 500 alunos de Grupos Escolares de Aracaju, durante um “Curso de Aperfeiçoamento para Professores Primários”. Nessa experiência verifica que, em cada grupo de 150 crianças com carência lúdica, em média 66 crianças apresentam escolaridade deficiente. Conclui que os programas escolares devem reconhecer: a carência lúdica como causa de neuroses infantis que produzem escolaridade deficiente; a observação dos recreios, com o fim de evitar o déficit lúdico; o incentivo às atividades lúdicas de acordo com a vontade, interesse e desenvolvimento das crianças; a investigação dos casos de escolaridade deficiente, tendo por base o conceito de causas ambientais e déficit lúdico.

Tal experiência revela referências teóricas ajustadas às discussões próprias da Pedagogia Experimental, bem como a importância dos jogos, planejados de forma científica para os infantes. Na mesma direção, Ruth Gouvêa, também tendo Schneersohn e Claparéde como base, afirma que

... o menino que não teve na escola elementar oportunidade para o brinquedo em grupo revela na escola secundária deficiência de habilidade e ajustamento social precário. E o plano do orientador inteligente será apoiado, não na idade, mas nas necessidades do grupo que élê dirige (GOUVÊA, 1946, p. 83).

No bojo das possibilidades de formação das professoras, uma opção era os “Cursos Intensivos”. O DED promove então, de 1º de julho a 4 de agosto de 1947, um “*Curso Intensivo de Educação Física*”, com freqüência obrigatória aos professores ministrantes dessa disciplina nas escolas primárias estaduais. O curso é ministrado por Iraci Sobral Lima e Maria Jaci de Oliveira, professoras da rede estadual, especializadas na ENEFD, que, no ato de encerramento, discorrem, aos presentes, sobre o Método Francês e sua aplicação na escola.

Entendo que essas ações demonstram o conflito entre as perspectivas relacionadas à Educação Física, oriundas do Estado Novo, e as propostas que a inseriam no cerne das proposições da pedagogia

experimental. Esse conflito reflete-se nas possibilidades de intervenção pedagógica que se materializariam concretamente nas escolas. Da mesma forma, o novo direcionamento legal da prática esportiva incidirá na prática docente, tendo em vista sua larga disseminação pelas diferentes instituições da sociedade civil.

Conforme já demonstrado, o esporte passa a ser matéria constitucional em Sergipe, a partir de 1947. Para autores como Manhães (1986), a prática esportiva será regida, ao longo das décadas de 1950 e 1960, pelos princípios originários do Estado Novo. No entanto, entendendo conforme Linhales (1996) que, no período de redemocratização pós-1945 há uma busca de concílio entre burocratismo autoritário e práticas populistas clientelistas, nas políticas referentes ao esporte. Na nova democracia, vislumbra-se a possibilidade de novas composições políticas num terreno de cada vez maior alcance, na sociedade brasileira.

Ao afirmar-se, na Constituição Estadual de 1947, o auxílio do estado e dos municípios às organizações desportivas amadoristas, institui-se legalmente o clientelismo e o personalismo. O futebol já era profissional no país desde 1933, ainda que em Sergipe se apresentasse um “profissionalismo marrom”. O preceito constitucional implicava o apoio irrestrito às instituições travestidas de “amadoras” que, por um lado, iniciavam a geração de capital privado às custas dos benefícios públicos; por outro, alcançavam e concentravam as massas populares em eventos cada vez mais presenciados pela classe política.

A inclusão do esporte e as possibilidades de auxílio geraram uma profusão de Estatutos de clubes de diversos municípios, sendo publicados no *Diário Oficial do Estado* e, consequentemente, habilitados a usufruírem das benesses públicas. Nos dez anos seguintes à publicação da Constituição, são publicados os Estatutos das seguintes associações: Associação Desportiva Confiança, de Aracaju; Rio Branco Esporte Clube, de Capela; Grêmio Recreativo e Cultural Lagartense; Associação Olímpica de Itabaiana; Associação Atlética de Sergipe, de Aracaju; Atlético Esporte Clube, de Aracaju; Vera Cruz Esporte Clube, de Neópolis; Grêmio Literário e Esportivo de Itabaiana; Associação Desportiva Maruinense; Madureira Futebol Clube, de Aracaju; Siqueira Campos

Sport Club, de Aracaju; Iate Clube de Aracaju; Braziliense Esporte Clube, de Maruim; Cantagalo Futebol Clube, de Aracaju; Estanciano Esporte Clube; e Vasco Esporte Clube, de Aracaju.⁹

Todos os clubes tinham por fim a divulgação das “diversas formas de Educação Física” através da prática esportiva. Observa-se, porém, que, à exceção do Iate Clube de Aracaju, da Associação Atlética de Sergipe e da Associação Desportiva Confiança (vinculada à prática do basquetebol), todos estabeleciam o futebol como desporto de base, sendo vinculados ou reivindicando vínculo à Confederação Brasileira de Desportos (CBD), órgão que regia o futebol brasileiro, além de outras modalidades esportivas. Tal fato referenda o princípio da legalidade para a política redistributiva do período, bem como o esporte que concentrará todas as ações políticas no Brasil, o futebol.

Ao longo do final da década de 1940 e toda a década de 1950, analisando o *Diário Oficial do Estado* e o *Diário da Assembléia do Estado de Sergipe*, é possível verificar o apoio financeiro a clubes para diversos fins: construção ou recuperação de sede social; subsídios financeiros para disputa de torneios nacionais; recompensa financeira para os vencedores do Campeonato Sergipano de Futebol; auxílio para desporto estudantil, principalmente, ao ensino superior vinculado à Federação Atlética dos Estudantes em Sergipe (FAES); até mesmo, proposta de isenção de impostos para aquisição de terreno e exploração do desporto de “corrida de cavalos” em Aracaju.

Entendo que a análise das políticas referentes à instituição esportiva merece um estudo específico que possa desnudar as contradições constituintes desse processo. A tentativa de ilustração das ações do Estado nas práticas esportivas, neste período histórico, justifica-se por entender que o esporte se reveste do ideário modernizador do momento, amplia enormemente sua disseminação na zona urbana e adentra o mundo rural, consolida-se nos meios de comunicação, prin-

⁹ Os Estatutos estão publicados no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO em diversas edições, respectivamente: n. 10142, 10156, 10271, 10391, 10736, 10858, 10931, 11300, 11522, 11645, 11975, 12044, 12245, 12351, 12434, 12612.

cipalmente na imprensa escrita, torna-se uma prática “democrática”, pois reivindicada, vivenciada e assistida pelas diversas classes sociais, sobretudo, um bem de consumo e incide na escola, de modo particular, através do momento próprio de sistematização dos movimentos corporais, as aulas de Educação Física.

Com efeito, posso concluir que o esporte estava massificado soci-almente e inseria-se no processo de reorganização política, nos moldes conciliatórios, ampliando as possibilidades de inserção das massas na sociedade democrática. Isso posto, entendo que as ações político-edu-cacionais de José Rollemburg Leite e Acrísio Cruz, bem como a regula-mentação da Educação Física escolar e a disseminação de práticas es-portivas como o remo e o futebol, desde as primeiras décadas do sécu-lo XX, ilustram, sobremaneira, a inserção do estado de Sergipe na dinâmica da modernidade.

FONTES

- ALMEIDA JUNIOR, A. Relatório Geral da Comissão. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 48-109, maio/ago. 1949.
- A NEGOCIATA da escola rural está comprometendo o Governo. *Correio de Aracaju*, Aracaju, n. 4745, p. 1, 19 jan. 1949.
- BEZERRA, F. Discurso na solenidade de inauguração do novo prédio do Colégio Estadual de Sergipe. *Diário Oficial do Estado*, Aracaju, n. 10933, p. 2-3, 17 jan. 1951.
- BRASIL. Decreto-lei n.º 8529, de 2 de janeiro de 1946. Expede a Lei Orgânica do Ensino Primário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 263-273, 1946a.
- _____. Decreto-lei n.º 8530, de 2 de janeiro de 1946. Expede a Lei Orgânica do Ensino Normal. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 276-287, 1946b.
- CAPANEMA, G. Parecer Preliminar apresentado na Comissão Mista de Assuntos Complementares. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 188-209, maio/ago. 1949.
- CRUZ, A. Carência lúdica e escolaridade. *Revista de Aracaju*, Aracaju, n. 2, p. 163-173, 1944.
- CRUZ, J. O problema das promoções e conclusões de curso no ensino primário elementar em Sergipe. *Revista de Aracaju*, Aracaju, n. 3, p. 99-114, 1944.
- DUTRA, E. G. O problema da educação nacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 19, p. 5-16, jan. 1946.
- GOUVÉA, R. Os jogos dirigidos na educação integral. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 24, p. 68-85, set./out. 1946.
- HALL, R. K. Discurso de Aula Inaugural. *Diário Oficial do Estado*, Aracaju, n. 10765, p. 3, 15 jun. 1950.
- LEITE, J. R. *Mensagem que apresentou por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1950*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1950.
- _____. *Mensagem ao povo sergipano*: apresentada à Assembléia Legislativa Estadual, por ocasião da abertura da sessão de 1951. Aracaju: Imprensa Oficial, 1951.

- MARIANI, C. Exposição de motivos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 5-22, maio/ago. 1949.
- MENEZES, M. B. T. Professora primária da Rede Estadual de ensino, formada na Escola Normal de Sergipe em 1938. Qualificada em Educação Física em Curso de Aperfeiçoamento em 1954. Entrevista concedida em 13/09/2002.
- RIBEIRO, M. Justificativa à Emenda n.º 145. *Diário da Assembléia Estadual de Sergipe*, Aracaju, n. 52, p. 2-3, 19 jun. 1947.
- SANTOS, J. C. e OLIVEIRA, J. M. Justificativa à Emenda n.º 156. *Diário da Assembléia Estadual de Sergipe*, Aracaju, n. 53, p. 1-2, 21 jun. 1947.
- SANTOS, M. C. C. Professora primária da Rede Estadual de ensino, formada na Escola Normal de Sergipe em 1941. Qualificada em Educação Física na ENEFD (Rio de Janeiro) em 1953. Entrevista concedida em 04/10/2002.
- SANTOS, R. B. Professora primária da Rede Estadual de ensino, formada na Escola Normal de Sergipe em 1942. Qualificada em Educação Física na ENEFD (Rio de Janeiro) em 1945. Entrevista concedida em 03/10/2002.
- SERGIPE. Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe. Projeto de Constituição Estadual. *Diário da Assembléia Estadual de Sergipe*, Aracaju, n. 34, p. 1-10, 20 maio 1947a.
- _____. Constituição Estadual de Sergipe. *Diário Oficial do Estado*, Aracaju, n. 10019, p. 1-10, 16 jul. 1947b.
- _____. Lei n.º 30, de 4 de dezembro de 1947. *Diário Oficial do Estado*, Aracaju, n. 10121 e 10122, p. 1-3, 14 dez. 1947c.
- _____. Departamento de Instrução Pública. Portaria n.º 99, de 3 de março de 1939. *Diário Oficial do Estado*, Aracaju, n. 7541, p. 781-782, 12 mar. 1939.
- _____. Departamento de Educação. Portaria n.º 1, de 5 de janeiro de 1949. *Diário Oficial do Estado*, Aracaju, n. 10400, p. 3, 8 jan. 1949a.
- _____. _____. Portaria n.º 510, de 28 de julho de 1949. *Diário Oficial do Estado*, Aracaju, n. 10548, p. 4, 6 ago. 1949b.
- _____. _____. Portaria n.º 495, de 12 de outubro de 1950. *Diário Oficial do Estado*, Aracaju, n. 10861, p. 4, 15 out. 1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEWEY, J. *Vida e Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FERREIRA NETO, A. *A pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. 1999. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
- FIGUEIREDO, A. *História política de Sergipe (1942-1955)*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. v. 3.
- FORTES, B. José Rolemberg Leite: um estadista. *Caderno de Cultura do Estudante – UFS*, Aracaju, n. 8, p. 12-20, 1991.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- GRUNENNVALDT, A. C. R. *A Educação Física, as normalistas e as professoras: a educação física na Escola Normal de Sergipe*. 1999. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.
- _____. *Europa, Brasil e Sergipe: desvendando as trilhas da educação física*. 2005. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LINHALES, M. A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. 1996. 295 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LUCENA, R. F. *Quando a lei é a regra: um estudo da legislação da Educação Física escolar brasileira*. Vitória: CEFID/UFES, 1994.
- MANHÃES, E. D. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARINHO, I. P. *Sistemas e métodos da Educação Física*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Divisão de Educação Física/Ministério da Educação e Saúde, 1958.

SAVIANI, D. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino*. 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 1999.

ACRÍSIO TÔRRES ARAÚJO: rompendo o silêncio com a sua Geografia de Sergipe*

VERA MARIA DOS SANTOS **

RESUMO

É propósito dessa reflexão construir o perfil do intelectual Acrísio Tôrres Araújo, que atuou no campo da Geografia de Sergipe, deixando aflorar, nesse perfil, o seu livro didático de Geografia de Sergipe, destinado ao ensino primário, escrito em 1966. Observar-se-á obra a partir do que diz Munakata e Chartier, que entendem o livro como objeto material. As fontes que forneceram informações para elaboração deste estudo compõem um corpo documental diversificado. Os contatos com o autor realizados através de cartas, entrevistas e, ainda, as pesquisas realizadas em acervos públicos e particulares, bem como o estudo de sua obra, foram a base para a construção do seu perfil como intelectual e para compreensão da importância do seu livro para a Geografia sergipana.

PALAVRAS-CHAVE: intelectual, livro didático, Geografia de Sergipe.

* O texto constitui capítulo da Dissertação de Mestrado defendida em 2004: “A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao XX”, orientada pelo Dr. Jorge Carvalho do Nascimento

** Técnica em Assuntos Educacionais da UFS. Licenciada em Geografia e Mestre em Educação pela referida Instituição.

ABSTRACT

I present in this study, an outline of the intellectual, Acrísio Tôrres Araújo, who worked for Sergipe Geography. She wrote a didactic book named Sergipe Geography. It was destined for elementary school. That book was produced in 1966. Unde the New Cultural History perspective, the syllabus of the book is supported in authors/concepts such as: Chartier, Darnton for understanding a didactic book. Chervel was used by me in order to understand the school subject and it was also used the intellectual concept of Bourdier and Sirinelli. I also used the concept of representation and appropriation to comprehend such as people represent cultural models imposed and how they are in circulation at a some moment. The information for elaboration of this study compose a diversified documentary body: contacts with the author carried through letters, interviews and, still, the research carried through in public and particular quantities, as well as the study of its workmanship, had been the base for the elaboration outline of the intellectual and for understanding of the importance of its book for Sergipe Geography.

KEY WORD: intellectual, didactic book, Sergipe of Geography, materiality, outline.

Esse estudo propõe-se a construir o perfil do intelectual Acrísio Tôrres Araújo, que atuou no campo da Geografia de Sergipe, e deixo aflorar, nesse perfil, o seu livro didático de *Geografia de Sergipe*, destinado ao ensino primário, lançado em 1966. O livro é focalizado em um conjunto de práticas escolares que contribuíram para a formação dos escolares sergipanos nos anos de 1960. Nesse sentido, é importante mencionar que este estudo não analisa o livro didático em si, mas o seu significado tendo em vista o momento em que foi publicado. Para desenvolver essa análise recorro a autores/ conceitos que entendem o livro como objeto material, a exemplo de Chartier¹ é um objeto material, diferente de outros tipos de escritos, cuja coerência e completude resultam de uma intenção intelectual ou estética. Para esse autor, a produção do livro didático deve ser entendida como um processo complexo que envolve diferentes atividades profissionais, como a ação do

¹ CHARTIER, Roger. Morte ou transfiguração do leitor? In: CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

autor, dos editores, dos impressores e adaptadores, tendo em vista o mercado escolar. Munakata² comprehende o livro didático como objeto material, constituído basicamente de tinta e papel. Em sua análise, o livro didático é um tipo de livro transportado, constantemente, da casa do seu leitor para um lugar específico que se chama escola e, desta, para o ponto inicial - e isso quase diariamente.

Os contatos com o professor Acrísio resultaram em um relato autobiográfico, fruto também de uma rememoração do passado, na qual o autor, a partir do tempo presente e orientado pela vida atual e pelo lugar social que ocupa, elaborou uma auto-interpretação do seu passado:

No processo de rememoração autobiográfica, opera-se uma transformação interna do indivíduo: o “eu” do passado não é o mesmo “eu” que se apresenta no momento da escrita. O esforço de reordenação das imagens passadas é condicionado pelo presente de quem se lembra. Isto significa a construção de uma outra unidade para o conjunto diverso das imagens passadas; em outras palavras, é a elaboração de um novo ponto de vista ou perspectiva em relação ao passado, que reconstrói a vivência primeira e todavia não coincide com ela. Dessa forma, o sujeito que se mostra ao leitor é antes o sujeito do presente e não o que é contado por ele próprio³.

Além disso, a lembrança autobiográfica é um ato pessoal, ou seja, é a expressão mais individualizada da memória. Lembrar é ao mesmo tempo acionar a memória para recapturar o passado e selecionar os eventos vividos. Araújo selecionou, no roteiro de entrevista as questões que iria responder, reservando outras para ele fazer futuramente seus “Capítulos autobiográficos”. Os fatos passados e reconstituídos pela memória individual do autor “(...) revelam do narrador apenas o

² MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. São Paulo, 1997. 218 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 4.

³ MALUF, Marina. *Ruidos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 31.

que ele “permite” que seja revelado, uma vez que é ele quem traduz o conteúdo factual e imprime nele uma significação”⁴. Sirinelli destaca também o caráter seletivo da memória em seu estudo sobre as elites culturais:

(...) estas elites arrastam uma memória selectiva, reflexo das grandes lutas ideológicas que ritmaram o século XX e que deixaram vencedores e vencidos. Por outro lado essa memória é uma memória dominada: por essência, os letrados sabem manejar o verbo e, por conseguinte, compor a sua história. Dar-lhes a palavra é expor-se a desempenhar o papel de caixa de ressonância de uma memória mais reconstruída que as vindas de outros meios⁵.

Outro conceito de fundamental importância para o desenvolvimento desse estudo é o de intelectual. Este não deve ser compreendido como entidade autônoma que sobrevive isoladamente da sociedade; muito pelo contrário, está a ela ligado, especialmente pelos laços políticos, que lhes conferem identidade. Nesse particular é importante verificar a posição que os intelectuais e os artistas ocupam na estrutura da classe dirigente. Nessa direção Bourdieu propõe “(...) uma análise da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual ou artística ocupam num dado momento do tempo na estrutura do campo intelectual”⁶. Compartilha desse entendimento Nunes, que, ao estudar os discursos dos médicos, engenheiros e educadores e considerar esses profissionais como intelectuais a partir da:

(...) própria posição que tais indivíduos se auto-atribuíam e reivindicavam ocupar na sociedade de sua época enquanto categoria social par-

⁴ MALUF, op. cit. p. 31

⁵ SIRINELLI, Jean-François. *As Elites Culturais*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 275.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *Economia da trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1982. p. 191.

ticular. Embora construíssem sua identidade com referência a campos profissionais específicos, assumiram a posição de intelectuais na medida em que, para além dos limites restritos a tais campos, pretendiam formular uma visão geral e um modelo explicativo para o país (...)⁷.

As fontes que forneceram informações para elaboração deste estudo compõem um corpo documental diversificado. Os contatos com o autor realizados através de cartas, entrevistas e, ainda, as pesquisas realizadas em acervos públicos e particulares, foram a base para a construção do seu perfil como intelectual e para compreensão da importância do seu livro para a Geografia sergipana.

“Quando aqui chegou o jovem Acrísio Tôrres Araújo, pensei que se tratasse de um aventureiro, como muitos que aqui aportam com o fim de, bancando o pedagogo, explorar a direção dos colégios primários e secundários”⁸. Foi nesse tom que o jornalista Zózimo Lima, da *Gazeta de Sergipe*, iniciou uma extensa reportagem sobre esse personagem da história sergipana, que aqui chegou em outubro de 1963. Esse migrante estava apenas de passagem pelas terras sergipanas e, como ele próprio relatou, veio visitar um irmão engenheiro; o seu destino era outra cidade:

Há pouco mais de quatro anos chegava eu a Aracaju, com minha mulher, seis filhos (o sétimo, último, nasceria aqui), muitas dificuldades e algumas esperanças. Minha intenção era fazer dessa bela cidade um ponto de escala para alcançar Curitiba, no Paraná, onde sempre sonhei viver os meus dias terrenos⁹.

Esse aventureiro “aqui deixou-se ficar, encantado, quem sabe, com a paisagem verdejante dos coqueirais que farfalham, numa

⁷ HERSCHEMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso. Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorm, 1996. p. 8.

⁸ LIMA, Zózimo. O professor Acrísio Tôrres. In: *Gazeta de Sergipe*. Aracaju, 14 de março de 1970. p. 2.

⁹ ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *O Secretário de Guilherme Campos*. Aracaju: Livraria Regina, 1968. p. 13-14.

eterna sinfonia de esperança”¹⁰. Nessa cidade teve de enfrentar toda sorte de obstáculo que se interpõe à escalada profissional de um migrante.

Acrísio Tôrres Araújo nasceu em Crateús, oeste do Ceará, já na divisa com o Piauí, no dia 10 de abril de 1931, filho do comerciante e criador Gonçalo de Araújo Chaves e de Maria Tôrres Araújo, originário de uma família católica, de prole numerosa, composta de sete irmãos e quatro irmãs. Na entrevista, Acrísio Tôrres foi, aos poucos, puxando os fios da memória e deixando aflorar imagens selecionadas dos melhores momentos da sua infância que, segundo ele, estiveram relacionados aos livros ou na companhia deles; as suas amizades eram com os meninos mais estudiosos. De fio em fio, foi soltando as meadas da memória e lembrou que foi uma criança retraída e estudiosa, “as brincadeiras não me atraíam. Deviam me considerar um menino doente”. Fez questão de revelar que seus pais foram sempre incentivadores e preocupados com a educação dos filhos e costumavam falar dos velhos educadores com profunda veneração e reconhecimento. “Talvez, por isso mesmo tenha tido sempre uma grande curiosidade a respeito desses mestres de outros tempos, cujos ensinamentos parecem ressoar nos nossos dias”¹¹.

Acrísio iniciou seus estudos aos seis anos de idade, em 1936, com o mestre Diogo com quem teve uma boa educação, despertando-lhe o amor pelos livros. Em 1939 foi estudar num colégio interno, numa cidade próxima. Lembrou que nesse momento sentiu muito a separação do convívio com os pais. A vivência em um grande centro só aconteceu quando foi para Fortaleza fazer os estudos superiores, onde diplomou-se em Direito, em 1955, com 24 anos.

Casou-se, teve sete filhos e iniciou a sua trajetória profissional como advogado, profissão, aliás, escolhida por vocação: “nunca fiz senão o

¹⁰ GUIMARÃES, Marques. Prefácio. In: ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *O Secretário de Guilherme Campos*. Aracaju: Livraria Regina, 1968.

¹¹ ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *Discurso de Posse na Academia Sergipana de Letras*, Aracaju: mimeo. 1974. p. 3.

de que eu gosto, intelectualmente”, enfatizou¹². Depois foi absorvido pelo magistério, jornalismo e letras. Escreveu seu primeiro trabalho em 1960, para prestar concurso para ocupar a cadeira de História do Brasil, no Liceu Piauiense, em Teresina: *Napoleão e o Brasil*. Tinha quatro candidatos e o concurso foi cancelado¹³. Convém frisar que, ao responder as questões sobre a sua vida pessoal, Acrísio Tôrres foi sucinto, não detalhou e nem datou os acontecimentos de sua vida.

A Ponte do Imperador é a lembrança mais antiga da cidade de Aracaju, que lhe pareceu, à primeira vista, amável e acolhedora. Morou no bairro Salgado Filho e, conforme relatou,

(...) longe estava, porém de imaginar que uma imensa e agradável tarefa, ainda que de realização modesta, me estava reservada na terra de Tobias Barreto. A consciência perfeita dessa obra, eu tive, logo ao penetrar, pela primeira vez, os amplos salões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe¹⁴.

Relembrou essa primeira visita e o seu encontro com o senhor Epifâneo Dórea: “(...) numa tarde quente de novembro de 1963 quando ali me apresentei, diante do imponente edifício, n. 41, da rua de Itabaianinha, e subi, lentamente, como se contasse os degraus da entrada, guardada por dois leões esculturados”¹⁵. Foi nessa instituição que Acrísio Tôrres teve, pela primeira vez contato com as obras de História e de Geografia de Sergipe existentes:

Pouco depois eu folheava e lia passagens de Fellisbelo Freire, que me lembraram o seu amigo e incentivador, o cearense Capistrano de Abreu; verifiquei que o seu importante trabalho, embora carente de retifica-

¹² ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *Entrevista concedida a autora*. Brasília, em 20 de julho de 2003.

¹³ ARAÚJO, *Carta para a autora*. Brasília, 20 de julho de 2003.

¹⁴ ARAÚJO, 1968. op. cit. p. 14.

¹⁵ ARAÚJO, 1968. op. cit. p. 15.

ções em muitos pontos, só chegava até meados do século XIX. Essas mesmas constatações e observações podem ser aplicadas no que diz respeito à geografia e outras ramificações da ponderável cultura de Sergipe¹⁶.

Conforme mostra a citação, o professor Acrísio percebeu que o livro didático de História, de Fellisbelo Freire, estava completamente defasado e precisava de retificações. Deixou claro que no caso da Geografia a situação não era diferente; constatou que os livros didáticos de Geografia e de História de Sergipe existentes eram inadequados para o ambiente escolar dos anos de 1960. Foi a partir dessa constatação que ele começou a pensar em escrever os seus didáticos.

(...) esta circunstância – incompletude da história e geografia, em especial, me despertou a atenção e o interesse; foi a minha hora decisiva. Foi ela que me levou a planejar, naquela mesma tarde de novembro, o empreendimento que resultou na publicação, em março de 1966, de minha história de Sergipe, e, como efeito lógico, de outras modestas obras que se revelaram úteis e proveitosas¹⁷.

Em 1966, ensinava no Colégio Tobias Barreto, do Professor Alcebíades Melo Vilas Boas, sendo um grande incentivador para a realização do seu primeiro livro didático. “Foi ele, iniciativa dele, incluiu a História de Sergipe na disciplina História do Brasil (curso colegial)”¹⁸, fato que levou o professor Acrísio a sistematizar o conteúdo de História para que pudesse ministrar as suas aulas, pois como constatou os livros didáticos existentes não podiam orientá-lo na tarefa docente.

Acrísio estreou no mercado editorial, no ramo de didáticos, em 1966, com a *Pequena História de Sergipe*, publicação que dependeu

¹⁶ Idem, *ibidem*. p. 14.

¹⁷ ARAÚJO, 1968. op. cit. p. 16.

¹⁸ ARAÚJO, 2003. *Entrevista concedida a autora*. Brasília, 20 de julho de 2003.

dos contatos e de apoios que seu autor conseguiu mobilizar no começo da sua carreira profissional em Sergipe. Nesse sentido, ressaltou o apoio do jornalista Antonio Francisco de Jesus, que assinava sob o pseudônimo de A F. de Jesus, do jornal *A Cruzada*, e que o ajudou muito, divulgando o seu livro na imprensa sergipana:

Iniciadas a composição e edição de minha História de Sergipe, mercê da boa vontade de velho tipógrafo, vencendo os embaraços que ao governo não interessou afastar, devido à miosé de secretários, vim a ter a primeira demão na imprensa da terra; foi uma surpresa confortadora. Um jovem jornalista do semanário “A Cruzada”, numa atitude de compreensão e irmão a um desajudado escritor, deu completa cobertura, em artigos às vezes incendiários, a obra que eu entregaria meses depois ao interesse de um público que não conhecia¹⁹.

Nessa representação, observa-se que o professor Acrísio não recebeu o apoio desejado por parte das autoridades educacionais do Estado, para a publicação do seu primeiro livro. Mesmo assim continuou seu intento, apoiado por aquele jornalista, que anunciou a iniciativa desse jovem cearense na sua coluna intitulada: “Livros, Cinema e Outras”.

Essa notícia suscitou uma grande quantidade de perguntas, de pessoas interessadas em saber maiores detalhes sobre a *Pequena História de Sergipe*. Para acalmar a impaciência e a expectativa dos leitores sobre o livro, o citado jornalista fez um relato, fornecendo informações a respeito da obra que ainda se encontrava na gráfica:

Já noticiamos mais de uma vez o lançamento literário que está programado para o próximo mês de março em nossa capital. Como todos sabemos, trata-se do livro “Pequena História de Sergipe”, do professor Acrísio Araújo.

¹⁹ ARAÚJO, 1968. op. cit. p. 16.

Atendendo a vários pedidos e perguntas sobre o andamento da referida obra, publicamos na oitava página desta edição, além de um comentário sobre os primeiros capítulos um relato do andamento dos serviços de impressão.²⁰

Aquele jornalista destacou a importância da obra do professor Acrísio, ressaltou as suas qualidades e revelou a intenção do autor – que o seu livro fosse incluído nos currículos escolares do Estado:

O filósofo, advogado, historiador e poeta cearense Dr. Acrísio Araújo, aqui radicado há mais de dois anos, fez um estudo profundo da nossa terra durante esse período de tempo em que aqui esteve, estudo este que será impresso e publicado brevemente.

O livro terá como título – “Pequena História de Sergipe”. Pelo estilo empregado, tem o prof. Acrísio Araújo esperança que seu livro seja incluído entre os livros didáticos nos currículos das escolas de Sergipe. Não tivemos oportunidade de ler o escrito, ouvimos porém, elogiosas referências a respeito²¹.

O *Diário de Aracaju* comentou o esforço do historiador cearense que oferecia aos sergipanos uma História de Sergipe.

Há mais de 2 anos que um cearense aqui radicado estuda a história do nosso Estado, através de documentos dos tempos da Colônia, do Império e da República, existentes nos Arquivos e nas Bibliotecas.

Este homem, o Dr. Acrísio Torres Araújo – filósofo, advogado, historiador e poeta.

O seu livro intitulado – Pequena História de Sergipe. O original já se encontra na Livraria Regina Ltda, desta capital, para ser impresso.

²⁰ A CRUZADA. Aracaju, 22 de janeiro de 1966. p. 1.

²¹ A CRUZADA. Aracaju, 09 de Janeiro de 1966. p. 9.

Espera o Dr. Acrísio poder lançar o seu livro, no dia 1º de março vin-douro, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A obra é prefaciada pelo professor Virgílio Sant'Anna, um dos maiores historiadores e dos melhores professores de Sergipe.

Pelo estilo empregado, tem o Professor Acrísio Araújo grande esperan-ça que o seu trabalho literário seja incluído nos currículos escolares como livro didático.

Crêmos que os sergipanos saberão dar o seu apôio a êste homem que sacrificou mais de 2 anos de sua preciosa vida em profundos estudos sôbre nosso Estado, a fim de nos oferecer uma obra realmente útil e científica.

As referências que temos ouvido a respeito do livro em aprêço, são sempre elogiosas.²²

Depois do apoio recebido do jornal *A Cruzada*, principalmente, e do *Diário de Aracaju*, o escritor teve os seus ânimos incentivados e as suas esperanças cresceram e:

(...) foram mesmo dissipando os laivos de desânimo que haviam pontilhado levemente o meu espírito ante as primeiras dificuldades. Vez por outra, alguém, um futuro leitor, aparecia na tipografia, e apontando a nota do jornal, indagava quando o livro estaria pronto, e, nesses interessados alguém eu passei a ver centenas de outros; procurei o jovem jornalista e lhe apertei reconhecidamente a mão.²³

Calazans, ao se reportar ao trabalho do professor Acrísio, comentou que depois que o compêndio de Elias Montalvão – que tratava da História e Geografia de Sergipe – saiu das escolas, os professores e alunos ficaram sem meios de conhecer a história sergipana. Acrísio,

²² DIÁRIO DE ARACAJU. Aracaju, 12 de janeiro de 1966. p. 06.

²³ ARAÚJO, 1968. op. cit. p. 17.

com a sua nova produção, “(...) tomou a incumbência de preencher a lacuna, escrevendo uma História para o 3º ano primário (...)”²⁴. O livro do professor Acrísio foi recomendado pelo Conselho Estadual de Educação em parecer aprovado em 1966, tornando-se um subsídio para o professor primário e um guia para o estudante de História de Sergipe. O seu lançamento foi anunciado por diversos jornais sergipanos: *A Cruzada, Diário de Aracaju e o Diário Oficial do Estado de Sergipe*. *A Cruzada* registrou esse momento, enfatizando que o primeiro milheiro da obra tinha-se esgotado:

O primeiro milheiro da inicial edição da pequena História de Sergipe esgotou-se por completo. O professor Acrísio Torres Araújo informou-nos que agora cuida de uma nova edição de sua tão útil obra. Vem ampliada, devidamente corrigida, com ilustrações e com encadernação mais segura.

Fomos informados também que a Secretaria de educação e cultura do Estado, na sua ânsia de proporcionar ao Estado uma cultura sempre mais alta, através de seu secretário, Sr. José Carlos, está providenciando já o início de composição do livro do professor cearense, será uma dupla vitória. Dos sergipanos e da Secretaria que, assim, caminha para a sua realização como órgão ao bem da cultura. De parabéns, portanto, o Sr. Secretário José Carlos que vem marcando sua estada à frente da Secretaria com uma luta séria e frutuosa, ao bem da inteligência do trabalho intelectual²⁵.

Na edição de 12 de fevereiro, A. F. de Jesus anunciou que, a partir da semana seguinte, *A Cruzada* estaria entrevistando semanalmente um homem das letras de Sergipe ou que estivesse residindo atualmente em nosso Estado. O objetivo da entrevista seria “(...)

²⁴ CALAZANS, José. 1992. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: *Aracaju e outros temas sergipanos: esparsos de José Calazans Brandão da Silva*. Aracaju: Governo de Sergipe-FUNDESC. p. 27.

²⁵ A CRUZADA. Aracaju, 12 de novembro de 1966. p. 9.

apresentarmos o que já conhecemos em parte, trazermos à luz da popularidade os que ainda não tiveram ensejo de se tornarem conhecidos, mas que possuem de fato a veia genial de um verdadeiro homem dedicado à cultura e à arte”²⁶. Ressaltou que o professor Acrísio seria o primeiro intelectual a ser entrevistado por ser ele; um escritor que à época estava trabalhando em uma obra dedicada a Sergipe, e por ser a citada obra já bastante nossa conhecida. No dia 19 daquele mesmo mês, o jornalista realizou aquela entrevista, fornecendo aos leitores um amplo relato da vida e obras publicadas desse intelectual forasteiro.

Já o *Diário Oficial do Estado* registrou a visita que Acrísio Tôrres fez ao Governador, presenteando-o com um exemplar da referida obra:

O chefe do governo recebeu, nas primeiras horas da noite de sexta transata, na Residência de veraneio da Atalaia, o professor Acrísio Torres de Araújo, que ofereceu ao S. Excia. com expressiva dedicatória um exemplar de sua “Pequena História de Sergipe”, de sua autoria divida em 40 capítulos e contendo 78 páginas. O chefe do Estado, manifestando-se ao cativante gesto do jovem historiador, louvou-lhe a iniciativa, prometendo lêr, com interesse e simpatia, o seu trabalho²⁷.

Com essa publicação, Acrísio Tôrres Araújo abriu espaço para uma acirrada disputa intelectual no campo da História e começou a ampliar a sua rede de relações, estabelecendo-se entre as figuras políticas e culturais de prestígio em Sergipe.

Depois da *História de Sergipe* o professor Acrísio lançou a sua *Geografia de Sergipe*. Depois de uma grande ausência de livros didáticos sobre Sergipe, somente em 1966 falou-se em livro didático de Geografia de Sergipe. Também foi nesse ano que o Governo do Estado apresentou a Lei nº 1396, dispondo sobre o Sistema Estadual de

²⁶ A CRUZADA. Aracaju, 12 de fevereiro de 1966. p. 7.

²⁷ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Aracaju, 19 de abril de 1966. p. 8.

Ensino, respaldado na Lei 4º24/1961. No que se refere ao ensino primário, enfatizou-se: “(...) no currículo mínimo de Estudos Sociais serão focalizados com realce os episódios e reconhecimento ligados ao Estado de Sergipe sem prejuízo dos referentes ao Brasil, como Pátria de todos brasileiros”²⁸. No ensino médio, o aluno, além de outros conhecimentos, “deve demonstrar um razoável aprendizado da Língua Portuguesa, e demonstrar familiarização com os problemas brasileiros, através de conhecimentos sobre a História e Geografia do Brasil”²⁹. Quanto ao ensino primário, é importante notar que a Geografia aparece como uma disciplina integrante da área de Estudos Sociais. A constituição dessa área substituiria as disciplinas consideradas tradicionais: História e Geografia. “A introdução dos Estudos Sociais nas escolas de primeiro e segundo graus fazia parte de um processo mais amplo de reforma da educação brasileira, iniciada já no mesmo ano em que os militares deram o golpe e assumiram o comando do Estado brasileiro”³⁰. Segundo Martins,

(...) isso implica considerar que o projeto de Estudos Sociais como matéria do ensino antecedeu ao projeto da reforma de 1971. Podemos inferir que à criação dessa matéria no ensino fundamental correspondia a retomada de um projeto antigo e que encontrou possibilidades de implantação graças a uma política ampla de reforma”³¹.

Em relação aos livros didáticos de Estudos Sociais, Munakata destaca:

²⁸ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Lei nº 1.396 14 de setembro de 1966. Aracaju, 21 de setembro de 1966. p. 1-3.

²⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Lei nº 1.396 14 de setembro de 1966. Aracaju, 21 de setembro de 1966. p. 1-3.

³⁰ ROCHA, Genylton Odilon Rego da. *Uma breve história da formação do (a) professor(a) de Geografia no Brasil*. São Paulo: Terra Livre, n. 15. 1998. p. 135.

³¹ MARTINS, Maria do Carmo. As Humanidades em Debate In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda; RANZI, Maria Fischer (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. (Estudos CADPH. Série Historiografia). p. 145.

As “críticas mais duras” eram endereçadas aos livros de Estudos Sociais, que “não levam os alunos à compreensão da realidade e ainda impedem que eles ‘se situem no espaço e no tempo da realidade social brasileira, indispensáveis para a formação da cidadania’ (*Folha de São Paulo*, 23/4/1994, p. 3-4)”. Assim, os livros de Estudos Sociais (história e geografia) são, em sua maioria, atemporais. Nunca usam fotografias que poderiam contextualizar as atividades propostas em um determinado local e época³².

Foi nesse ambiente e no momento em que se reclamava a falta de uma produção didática que englobasse os aspectos da vida sergipana que a *Geografia de Sergipe* para o 3º ano primário, de Acrísio Tôrres Araújo, chegou ao meio escolar. Assim como o seu livro de História, a *Geografia de Sergipe*, antes de ser publicada, foi também comentada pela imprensa, que registrou as configurações sociais próprias do final dos anos de 1960. O autor comentou, na entrevista: “(...) todos os jornais, os de Aracaju, e os do interior, Estância, sobretudo, Propriá, etc., noticiaram a publicação de meus livrinhos para o primário”³³, pois até aquele momento “nenhum livro de Geografia de Sergipe era utilizado nas escolas; a minha Geografia de Sergipe passou a ser utilizada por alunos e, em geral, por professores”³⁴. Além desse fato, os jornais daquele tempo evidenciaram que o autor da obra em questão era um cearense que não era bem visto pelo grupo de intelectuais sergipanos e mostraram também a reação destes à iniciativa de Acrísio Tôrres. O *Diário de Aracaju* elaborou a seguinte nota:

O senhor Acrísio Torres de Araújo, que já tem um livro publicado adotado com grande aceitação em diversos estabelecimentos de ensino no Estado, está elaborando uma Geografia de Sergipe, para Curso Superior

³² MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Filosofia da História e da Educação, 1997. p. 62.

³³ ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *Entrevista concedida a autora*. Brasília, 20 de julho de 2003.

³⁴ Idem.

e Geografia e História de Sergipe a ser adotada nas escolas primárias. O lançamento dos dois livros está previsto para janeiro do próximo ano³⁵.

O jornalista A F. de Jesus, do *A Cruzada*, cobrou de Acrísio Tôrres a *Geografia de Sergipe*, anteriormente por ele anunciada:

O professor Acrísio (aquele cearense que fêz a História de Sergipe) anda agora preocupadíssimo. Segundo ele mesmo dizia, êste ano de 66 seria sua época de mais produzir. Faria, além da História (já esgotada e em cogitação para outra edição), uma Geografia, livrinhos infantis (uma queda sua e de muito carinho) e outra porção de trabalhos literários. Mas, parece que tudo vai ficando só na cabeça do sonhador intelectual. O tempo vai passando e nem para tirar uma segunda edição de sua História de Sergipe, êle está encontrando cobertura das autoridades (algo necessário, infelizmente!). Bem, professor, que faremos nós aqui?³⁶

Zózimo Lima, através da *Gazeta de Sergipe*, além de informar sobre o novo livro didático de *Geografia de Sergipe*, mencionou que os livros utilizados naquele momento em nossas escolas estavam completamente desatualizados:

Está no prelo, segundo me informaram, a “Geografia de Sergipe”, escrita pelo prof. Acrísio Torres, autor da já divulgada “História de Sergipe”. Foi necessário que viesse do sertão do Ceará um jovem intelectual para escrever a nossa história e a nossa geografia, de vez que as escritas anteriormente estão em grande parte desatualizadas. Aguardemos o novo livro do prof. Acrísio, que escreveu bem e seguro nas suas investigações³⁷.

³⁵ DIÁRIO DE ARACAJU. Aracaju, 15 de março de 1966. p. 2.

³⁶ A CRUZADA. Aracaju, 19 de novembro de 1966. p. 9.

³⁷ GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, 10 de março de 1967. p. 2.

A *Geografia de Sergipe*, do professor Acrísio, ficou pronta no final de 1966, e nesse mesmo ano o autor submeteu-a à apreciação do Conselho Estadual de Educação. O jornal *A Cruzada* noticiou essa passagem, além de mencionar a falta de um livro dessa natureza em nossas escolas:

O professor Acrísio Tôrres Araújo brevemente estará autografando a segunda edição de sua História de Sergipe. Já vai bem adiantado o serviço de impressão.

A maior alegria do mestre cearense é, entretanto o parecer que o Conselho Estadual deu sobre os dois livros que pretende lançar: História de Sergipe e Geografia de Sergipe para o quarto (sic) terceiro ano primário. O conselho achou a obra do professor uma iniciativa digna de aplauso e que certamente alcançará grande receptividade entre os estabelecimentos de ensino: Em Sergipe se aprende tudo, menos a história de nossa terra, a não ser em compêndios sobre História do Brasil.

O parecer foi aprovado no dia 9 de novembro de 1966 e a relatora foi a professora Neyde Mesquita. É mais uma vitória justa para o professor. Serão mais elementos para a educação de nosso povo³⁸.

Sobre esse fato, mencionou o professor Acrísio:

O Conselho Estadual de Educação recebeu bem, com amável surpresa, a minha iniciativa de submeter à apreciação de seus conselheiros, os meus livrinhos Geografia de Sergipe e História de Sergipe, 3º ano primário. No encaminhamento, pedi sugestões, mas o CEE se limitou a elogios estimulantes à minha pessoa, ao meu trabalho³⁹.

Consultando o Livro de Atas do Conselho Estadual de Educação, a *Geografia de Sergipe* do professor Acrísio foi um dos pontos

³⁸ A CRUZADA. Aracaju, 07 de Janeiro de 1967. p. 6.

³⁹ ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *Entrevista concedida a autora*. Brasília, 20 de julho de 2003.

de pauta de reunião realizada no dia 19 de outubro de 1966, estando presentes os seguintes conselheiros: Dalila Cortês Rollemburg, Luciano Duarte, Neyde Mesquita, Celina Oliveira Lima, José Carlos de Souza, João Moreira Filho, Cabral Machado, Lauro Nascimento, Francisco Novais e Acrísio Cruz; estiveram ausentes Barros Sampaio, Alcebíades Vilas Boas e, comparecendo como convidado, o Dr. João Simões dos Reis. Na ocasião “foram lidos ofícios do professor, encaminhando os seus originais de “História e Geografia de Sergipe”, de sua autoria”⁴⁰. A tramitação do pedido de apreciação da obra, na citada instituição, desencadeou uma ampla discussão em torno do conteúdo proposto pelo novo livro, refletindo uma grande disputa no campo intelectual, fato perfeitamente compreensível se considerarmos que “o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora”⁴¹ e se considerarmos ainda que, para um grupo de intelectuais sergipanos, Acrísio era um recém-chegado a Aracaju que ensinava em escolas particulares. Ainda nesse enredo, é importante ressaltar que estava em vias de conclusão a *Geografia de Sergipe* dos professores Campos e Fernando Figueiredo Porto, ambos intelectuais renomados e professores do curso de Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Esses professores pertenciam a um grupo de intelectuais do qual Dom Luciano Cabral Duarte, membro do Conselho Estadual de Educação, fazia parte. É importante perceber a posição que esse grupo colocado em situação de concorrência pela legitimidade intelectual ocupava naquele momento na estrutura do campo intelectual⁴².

⁴⁰ ESTADO DE SERGIPE. *Ata da centésima quarta sessão plenária do Conselho Estadual de Educação. Aracaju, 19 de outubro de 1966. Conselho Estadual de Educação.*

⁴¹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Fundação Getúlio Vargas. 1998 p. 248.

⁴² BOURDIEU, Pierre. 1982. *Economia da trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva. p. 191.

Na reunião do dia 16 de novembro de 1966 estiveram presentes os conselheiros: Presidente José Carlos de Souza, Carlos Alberto Barros Sampaio, João Moreira Filho, Alcebíades Villas Boas, Manuel Cabral Machado, Celina Oliveira Lima, Neyde Mesquita, Dalila Côrtes Rollemburg e Luciano Cabral Duarte, estando ausentes os conselheiros Lauro Nascimento, Acrísio Cruz e Francisco Melo Novais. Nessa reunião foi solicitado mais uma vez à conselheira Neyde Mesquita que desse o seu parecer sobre o programa de História e Geografia de Sergipe elaborado pelo professor Acrísio:

(...) o trabalho deveria receber um voto de louvor pelo seu esforço, mas, que achava o trabalho incompleto e opinava pela sua ampliação e aperfeiçoamento. O conselheiro Luciano Duarte sugeriu que o Conselho não oficializasse nem este nem outro livro didático. Esta foi a conclusão chegada após vários debates⁴³.

Conforme Miceli a produção e o consumo de obras destinadas aos escolares

(...) são reguladas, em medida significativa, pelos critérios de legitimidade invocados por grupos de agentes cujos interesses em preservar as posições de que desfrutam exigem a manutenção de uma reserva para as obras que produzem e a comercialização da autoridade intelectual de que se revestem os juízos que externam⁴⁴.

Mais um mês e a obra daquele professor ainda tramitava no Conselho Estadual de Educação. Na reunião de 21 dezembro de 1966, com os seguintes conselheiros presentes: Alcebíades Vilas Boas, Barros Sampaio, Moreira Filho, Melo Novais, Lauro Nascimento, Celina

⁴³ ESTADO DE SERGIPE. *Ata da centésima sétima sessão plenária do Conselho Estadual de Educação.* Aracaju 16 de novembro de 1966. Conselho Estadual de Educação.

⁴⁴ MICELI, Sérgio. 2001. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 157.

Lima, Neyde Mesquita, Cabral Machado e na ausência os conselheiros, Luciano Duarte, Dalila C. Rollemburg, Acrísio Cruz e José Carlos de Souza, este último a serviço do conselho, “(...) foi lido o parecer da Cons. Neyde Mesquita e do Cons. Relator, prof. Alcebíades Melo Vilas-Bôas, sobre a História e Geografia de Sergipe do Prof. Araújo, que foram aprovadas”⁴⁵. Desse modo, a obra obteve o aval do Conselho Estadual de Educação, em 1966, para circular nas escolas públicas do Estado de Sergipe. O parecer de aprovação ressaltava a importância desse livro para os professores e para os estudantes da época:

Depois de um estudo dos originais de História de Sergipe e Geografia de Sergipe, do prof. Acrísio Tôrres Araújo, que foram encaminhados a este CONSELHO no sentido de serem aprovados e adotados no 3º ano primário, concluímos que esta é uma iniciativa digna de aplausos.

Estamos certos de que o seu trabalho terá melhor receptividade em todas as escolas de Sergipe.

Opinamos que o CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO recomenda estes livros como subsídio para o professor primário e um guia para o estudante de História e Geografia de Sergipe⁴⁶.

A *Gazeta de Sergipe* afirmou que os colégios do interior e da capital adotariam aquele livro e informou sobre a quantidade de exemplares produzidos:

A maioria dos colégios particulares de nossa capital e do interior do Estado adotará a partir desse ano os livros “História de Sergipe” e “Geografia de Sergipe”, ambos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, no seu parecer nº18/66.

⁴⁵ ESTADO DE SERGIPE. *Ata da centésima nona sessão plenária do Conselho Estadual de Educação. Aracaju 21 de dezembro de 1966. Conselho Estadual de Educação.*

⁴⁶ ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *Geografia de Sergipe*. 4^a ed. São Paulo: Editora do Brasil, [1968 ?]. p. 95.

Ambos os livros de autoria do professor Acrísio Torres Araújo que vem dedicando-se no seu trabalho de contar a História de Sergipe.

O referido professor também é autor da pequena história de Sergipe, e também lançará nos próximos dias a segunda edição deste livro que vem com o nome “História de Sergipe” mais ampliada e ilustrada.

Em conversa com a nossa reportagem o professor Acrísio Torres de Araújo disse que inicialmente a edição desses dois livros escolares será de 5 mil exemplares mas de acordo com os constantes pedidos vindos dos diretores dos estabelecimentos de ensino primário não só da capital como do interior do Estado deverá ser impressa uma segunda edição desses dois livros⁴⁷.

A Cruzada destacou o sucesso do livro e comentou a fala do autor, que tinha recebido encomendas de quase todo o interior sergipano. “Até os cursos pedagógicos adotarão os meus dois livros”⁴⁸. Em fevereiro, aquele jornal noticiou mais uma vez sobre os livros História e Geografia de Sergipe para terceira e quarta séries, do professor Acrísio: “Já estão prontos e circulando os dois livros do professor Acrísio, História e Geografia de Sergipe para a terceira e quarta séries”⁴⁹. O jornal comentou ainda, conforme o autor, que os referidos livros “(...) vêm obtendo grande sucesso nos meios escolares, visto que quase todos os diretores de grupos e colégios da capital e do interior estão adotando em seus cursos”⁵⁰.

Em meio aos elogios vieram as críticas efetuadas pelos jornais, denunciando o pensamento dos intelectuais sergipanos. *A Voz de Lagarto* elaborou uma nota endereçada ao professor, criticando-o pela deficiência da sua cultura mas ao mesmo tempo, parabenizando-o pela sua produção.

⁴⁷ GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, 12 de fevereiro de 1967. p. 2.

⁴⁸ A CRUZADA. Aracaju, 11 de fevereiro de 1967. p. 9.

⁴⁹ A CRUZADA. Aracaju, 11 de fevereiro de 1967. p. 9.

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

Tivemos oportunidade de ler algum dos livros de autoria do ilustre professor Acrísio Torres e entre êles destacamos História de Sergipe e Geografia de Sergipe, ambos do 3º ano primário, os quais foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação e merecem a preferência dos educandários do nosso Estado.

Sem nos aprofundarmos sobre os méritos do ilustre professor pela deficiência de cultura, declaramos que estamos convencidos de que os dois livros mencionados, nos parecem dignos de serem usados em todos os educandários do Estado. Mesmo porque, ninguém até o momento, produziu obras que superassem a História e a Geografia de Sergipe.

Pode alguém discordar de alguns fatos ou datas mencionadas na História de Sergipe porque “mestre de obras feitas” existem muitos, mas ninguém se propôs a produzir obras mais aproximadas da verdadeira e real história do nosso Estado.

Parabenizamos, pois, ao jovem e ilustre professor Acrísio pelo seu talento e, principalmente, pela sua dedicação a Sergipe, dando sua valiosa colaboração à juventude do nosso Estado⁵¹.

Nessa representação são apontados alguns equívocos cometidos pelo autor que na opinião daquele jornal, Acrísio deu ênfase à parte econômica, tratou da vegetação do Estado superficialmente e ainda classificou o coco como produto agrícola:

O professor Acrísio Tôrres Araújo está se tornando importante, em nossos meios cultos. Um ano atrás lançou corajosamente um livro, mais um esqueleto intitulado, ‘Pequena História de Sergipe’, e agora acaba de lançar mais dois livros (mais folhetos), de grande utilidade e valor. A Geografia de Sergipe do professor Acrísio Tôrres para os cursos primários (em corpo 12) de apenas 70 páginas. É uma obra mais econômica do que física, isto devido certamente à maior facilidade em se conseguir matéria sobre a economia. O autor esquece a vegetação do Estado

⁵¹ A CRUZADA. Aracaju, 18 de fevereiro de 1967. p. 3.

e fala sempre pelo alto, sem determinar claramente as coisas. Quanto ao mais o livro atende à necessidade de uma obra semelhante. Dentro dos senões que captamos em rápida leitura assinalaremos dois: na página 46 côco é citado como um produto agrícola quando se costuma classifica-lo como extrativo. E na página 54 ‘cabritos’ é usado para determinar de modo geral a raça caprina, quando cabrito é apenas o bode novo, ainda⁵².

Convém ressaltar os contatos que o professor Acrísio manteve com intelectuais sergipanos, submetendo a sua *Geografia de Sergipe* à apreciação daqueles, a exemplo de Lima que comentou o fato na *Gazeta de Sergipe*:

(...) ofereceu-me o prof. Acrísio Torres um volume da “Geografia de Sergipe” para os terceiro e quarto anos do curso primário e o resumo da “História de Sergipe” para o mesmo ciclo. A maneira simples porque escreve o escritor cearense faz com que os seus ensinamentos entrem e se alojem com facilidade na cachola dos garotos⁵³.

Na entrevista, o autor descreveu o processo de elaboração de sua *Geografia de Sergipe* e destacou: “(...) tive apenas de escrever a Geografia de Sergipe e os outros livrinhos didáticos do primário, tarefa agradável”⁵⁴. Quanto aos autores que subsidiaram a escrita da sua segunda obra didática, respondeu-nos de modo controverso que leu “Silva Travassos, Laudelino Freire, Silva Lisboa, Elias Montalvão e outros que se ocuparam da corografia sergipana”⁵⁵, mas que não o ajudaram em nada. E acrescentou: “(...) por curiosidade, li o Resumo didático para uso das escolas públicas de Sergipe, de 1878, de Laudelino

⁵² A VOZ DE LAGARTO. Lagarto, 24 de setembro de 1967. p. 6.

⁵³ A CRUZADA. Aracaju, 11 de março de 1967. p. 9.

⁵⁴ GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, 30 de março de 1967. p. 2.

⁵⁵ Idem.

Freire. Foi o primeiro livro didático, um resumo do livro do irmão, Felisbelo Freire (*História de Sergipe*)⁵⁶. Na sua ótica, as Corografias, a exemplo da Corografia de Sergipe, de Silva Lisboa, “(...) tratou as partes da geografia sergipana, de regiões mais importantes. Eu procurei escrever a Geografia de Sergipe como um todo”⁵⁷. Falou que os livros que o antecederam “já tiveram o seu tempo, já bem distante, e minha Geografia de Sergipe, digo-o sem vaidade, mas consolado, parece continuar atual, dependendo apenas de revisão, suplementação”⁵⁸.

Contou-nos também que, além das leituras, fez viagens pelo interior do Estado, viagens que eram na verdade passeios:

Fiz viagens de recreio com minha família por todo o pequeno território sergipano. Natural, nessas viagens reuni observações muito úteis (inclusive fotos), históricas, geográficas, lendárias, muito úteis aos meus livrinhos primários, sobretudo às *Leituras Sergipanas*, 1º, 2º, 3º, 4º anos⁵⁹.

Nessas viagens visitou as cidades mais importantes do Estado: “Estância, Lagarto, Itabaiana, Propriá, mesmo porque era sempre convidado para pronunciar palestras em escolas públicas dessas cidades”⁶⁰.

Quando indagado se na época em que estava produzindo a *Geografia de Sergipe* tinha mantido contato com os professores do curso de Geografia da Faculdade Católica de Filosofia, respondeu-nos que não, e citou os seus interlocutores na época: “Orlando Dantas, da GS, na qual colaborei desde 1974, Virgílio de Sant’Anna, de quem escrevi a biografia, Epifânio Dória, Jackson da Silva Lima, Gonçalo Rollemburg, Mário Cabral, José Calasans, M. Cabral Machado, João Oliva Alves”. Discutiu muito sobre o que estava fazendo: “Muito conversei com o

⁵⁶ ARAÚJO, Acrílio Tôrres. *Entrevista concedida a autora*. Brasília, 20 de julho de 2003.

⁵⁷ Idem

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ Idem, *ibidem*.

profº Virgílio de Sant'Anna, Epifânio Dória e, sobretudo, com Áurea Melo e Gildete Lisboa sobre os livrinhos primários, sergipanos, que estava escrevendo; foram grandes estímulos ao meu trabalho didático”⁶¹. A professora Gildete Lisboa foi contactada para falar-nos desse momento, mas informou-nos que não seria possível, uma vez que ela o conhecia muito pouco.

Nas observações sobre o conteúdo da obra identificaram-se três partes: Sergipe Físico, Sergipe Político, Sergipe Econômico.

A primeira parte está dividida em 7 itens: localização de Sergipe no Brasil, os limites, o relevo, o clima e a vegetação, os rios, as lagoas e ilhas e as regiões do Estado, cada um iniciando-se com uma ilustração, apresentando em seguida o conteúdo e finalizando-se com um exercício em torno de cinco questões, às vezes seguidos de novas ilustrações.

A segunda parte está dividida em 6 itens: ocupação do território sergipano, evolução política, organização administrativa, a instrução em Sergipe, Aracaju como capital do Estado e os municípios mais importantes. A estrutura de cada lição é a mesma: ilustração, texto, exercício, também com algumas ilustrações no final.

A terceira parte é a mais longa, contendo 13 itens, nos quais se destacam os seguintes produtos agrícolas: a cana-de-açúcar, o coco, o arroz e o milho, o algodão; destacam-se também a produção animal, a extrativa e a industrial; os recursos do subsolo, a vida comercial; os serviços de comunicação, as vias de transportes e a rede elétrica. A obra concluiu-se falando sobre o futuro de Sergipe, sendo a organização dos conteúdos idêntica às demais partes. O quadro a seguir mostra como o autor desenvolve o conteúdo.

⁶¹ Idem, *Ibidem*.

CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA DE SERGIPE/1966

CONTEÚDOS	ASPECTOS ABORDADOS
SERGIPE FÍSICO Sergipe no Brasil	Brasil nossa pátria; superfície e Estados membros (22), territórios (4) e Distrito Federal (1). Enfatiza que Sergipe é o menor Estado, cita a sua área e população.
Limites de Sergipe	O país é dividido em cinco regiões: norte, nordeste, leste e centro-oeste. O Estado de Sergipe está situado na leste setentrional. Limites, pontos extremos e extensão, de norte a sul e leste a oeste.
Relevo de Sergipe	Relevo: altos e baixos e, às vezes, os abismos encontrados na crosta terrestre. Efeitos da erosão sobre os terrenos, a maior altitude, Serra de Itabaiana, e outras serras.
Clima e vegetação	Clima, a classificação do clima de Sergipe: quente e úmido e quente e seco. Suas estações: inverno e verão. Vegetação resultante do clima, densa no litoral e rala no interior. outras zonas climáticas: zona dos cocais/litoral, zona da cana-de-açúcar/massapê, o agreste/cajueiro, aroeira, ipê e o sertão/caatinga.
Rios de Sergipe	Cinco rios (S. Francisco, Real, Sergipe, Vaza Barris, Japarabuá), com descrição e indicação das nascentes e dos locais por onde passam.
Lagoas e ilhas	A ilha de Barra dos Coqueiros, a maior, as Ilhas de Arauá, Pataíba, São Pedro, com descrição. A importância da lagoa do Cedro.
As regiões de Sergipe	Cinco regiões fisiográficas: litoral, central, oeste, baixo São Francisco e sertão do São Francisco. Localização de cada uma e dos seus rios. Municípios de Sergipe segundo as regiões definidas
SERGIPE POLÍTICO A ocupação de Sergipe	A ocupação pelos portugueses, primeiros habitantes, presença dos corsários franceses – piratas; a missão jesuítica e os combates entre colonos e índios ajudados por franceses.
A evolução política	A primeira capital, participação de Inácio Barbosa na transferência da capital. Sergipe, Província do império e Estado/membro da República. Progresso de Sergipe.

CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA DE SERGIPE/1966

CONTEÚDOS	ASPECTOS ABORDADOS
A organização administrativa	País república federativa, constituição da nação brasileira: 22 Estados, 4 Territórios e um Distrito Federal. Os poderes legislativo, executivo e judiciário com descrição.
A instrução em Sergipe	Difusão em todo Estado, em diversos níveis. As escolas primárias: 211 escolas. Homens eminentes de Sergipe: Tobias Barreto, Felisbelo Freire, Jackson de Figueiredo.
Aracaju, a capital	Área municipal, nº de habitantes. Serviços de transporte, hospital. A comunicação com o interior do Estado pelas rodovias. Na capital, viação ferrea, porto e aeroporto. Aracaju destinada a ser a capital mais importante da região leste.
Municípios mais importantes	Aracaju, Lagarto, Estância, Propriá, Itabaiana, São Cristóvão, Simão Dias , Carmópolis.
SERGIPE ECONÔMICO A cultura do coco	Cultura importante. 3º lugar como produtor de coco. Principais municípios produtores localizados na região litoral
Arroz e o milho	A cultura do arroz na região banhada pelo rio São Francisco. Variedades de arroz cultivadas e municípios produtores. Cultura do milho praticada em todas as regiões do Estado e dificuldades que impedem o desenvolvimento desse produto.
A cultura do algodão	Desde o império, Sergipe como produtor de algodão. A influência da guerra de Secessão na América do Norte. Diminuída a produção do algodão com o fim da guerra, não sendo o bastante para as necessidades da indústria de tecidos, cultura em declínio (pragas, sementes não selecionadas), principais municípios produtores – zona semi-árida.
A produção animal	Criação de bovinos/grande atividade econômica. Garcia D' Ávila e os primeiros currais. Principais rebanhos – eqüinos, muares e ovinos – e quantidade de cabeça por região.
A produção extrativa	No setor mineral, desenvolvimento pequeno. O sal marinho como mais importante produto/litoral. Produção extrativa animal muito pequena, sendo a pesca a mais importante produção desse setor. Produção vegetal é expressiva; casca de angico, castanha de caju, madeira, lenha, carvão, caroá, fibras e cordas de sisal, fibras de tucum.

CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA DE SERGIPE/1966

CONTEÚDOS	ASPECTOS ABORDADOS
A produção industrial	A industrialização. O governo de Sergipe e o desenvolvimento das indústrias de pequeno, médio e alto porte. Indústrias mais importantes: açúcar, couro, bebidas, peles, fumo e madeira.
Recursos do subsolo	Abundância de Petróleo/Carmópolis; produção de 10 mil barris, municípios produtores. O potássio importante produto para a agricultura e principais reservas do Estado
A vida comercial	Comércio inicial apenas com a Bahia. Inauguração com Felisbelo Freire da linha de vapores entre Sergipe e o Rio de Janeiro, ampliando o comércio. Comércio através das vias terrestre e fluvial, por cabotagem e com o estrangeiro. Ferrovias e material flutuante.
Serviços de comunicação	Os correios de superfície e aéreo, o telegráfico, o telefone, com descrição de cada um.
As vias de transportes	Sistemas de transportes: rodovias, ferrovias e transporte aéreo, marítimo e fluvial. Transporte aéreo feito pelas companhias Varig, Vasp e Cruzeiro do Sul. Os transportes marítimo e fluvial, os menos onerosos. Além do aeroporto Santa Maria, campos de pouso em Capela, Estância, Itabaiana, Propriá, Simão Dias e Tobias Barreto.
A rede elétrica	Importância da hidrelétrica de Paulo Afonso. Previsão de eletrificação de todo o Estado até 1969. A Energipe como distribuidora de energia elétrica
O futuro de Sergipe	Grande futuro: energia elétrica abundante, petróleo, sais minerais e alto nível cultural. Criação da Universidade.

Fonte: Geografia de Sergipe para a terceira série primária de Acrísio Tôrres Araújo, 4^a edição.

Através de textos pequenos, linguagem clara e direcionada para o aluno, o professor Acrísio apresentou o conteúdo da sua Geografia de forma descriptiva, sendo os principais conceitos que trabalhou foram: relevo, clima, vegetação. Esses conceitos privilegiavam a descrição de forma sucinta dos fenômenos geográficos, que foram tratados

a partir de um enfoque histórico e desenvolvimentista e utilizou como fonte de comprovação dos dados, o Censo de 1960. Vale acrescentar que o caráter descritivo e as explicações diminutas são características das Corografias sergipanas, produzidas no século XIX e Acrísio Tôrres Araújo conservou esse caráter na sua Geografia de Sergipe, produzida ao final dos anos de 1960.

Nas páginas iniciais desse livro, o autor enfatizou o papel da família e do professor na educação das crianças e ainda destacou a função da escola, como responsável pela preparação da criança para a vida, para o futuro, para a sua profissão, contribuindo dessa maneira, para o progresso da nação, como revela o objetivo do livro:

Assim continuarei confiante na sua inteligência e interesse no sentido de dar às crianças de hoje, o que as de ontem não tiveram: conhecimento de sua terra. Pois desta maneira, as crianças sergipanas, quando adultas, terão mais capacidade de amar aquilo que V. lhes tiver ensinado a conhecer, amar e respeitar⁶².

Ainda nas páginas iniciais o autor se dirigiu aos pais, mestres e principalmente à criança, para falar da confiança que nesta deposita, considerando o que ela poderá fazer no futuro, estudando os conteúdos desse livro com amor. Todo o discurso embutido nessas palavras é recheado de um sentido de amor à terra, de nacionalidade para que no futuro essas crianças possam defender e assumir as atividades políticas do Estado:

Tenho na criança uma confiança ilimitada, infinita como aquela demonstrada por Cristo.

Por isso mesmo, volto-me cheio de esperanças para você, criança que tem nas mãos este livrinho. Estude-o, estude-o com amor, aprenda-o bem, pois ele é sua terra, é seu berço, é você.

⁶² ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *Entrevista concedida a autora*. Brasília, 20 de julho de 2003.

(...) Assim fazendo, quando você crescer, tornar-se adulto, amará mais Sergipe, dele se orgulhará e o defenderá sempre com ardor e segurança. E poderá assumir, com mais facilidade e plenitude, as tarefas políticas de governo que hoje repousam nas mãos se seu pai, honrando-o e engrandecendo-o o Estado⁶³.

Nesse objetivo, percebe-se claramente a ideologia patriótica e nacionalista que se pretendia inculcar nas crianças, embutido no conteúdo da Geografia o sentimento de defesa e de amor à pátria. Considerando essa ideologia, é importante mencionar Baía Horta⁶⁴ que destacou a utilidade da disciplina Geografia dentro da orientação nacionalista-patriótica no governo de Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1945. Para esse autor os valores nacionalistas e patrióticos deveriam ser transmitidos às crianças desde a tenra idade e os livros didáticos de Geografia produzidos nesse tempo foram portadores dessa ideologia, levando aos escolares a idéia de amar a pátria acima de tudo. Não obstante o período estudado por Baía Horta não permitir comparações, com o período estudado, mas é importante perceber a força da ideologia patriótica, que permeou o discurso do livro didático de Geografia de Sergipe produzido em 1966. Imbuído desses valores o conteúdo desse livro possibilitou ao aluno fazer uma descrição dos aspectos físicos, econômicos e políticos. Foi assim que os alunos desse tempo estudaram os lugares onde os acontecimentos históricos eram produzidos.

Concluindo, de 1921⁶⁵ quando foi produzido o último livro didático, até 1966 passaram-se 45 anos de absoluto silêncio em termos de produção de livros que trataram dos aspectos geográficos de Sergipe. A *Geografia de Sergipe* do professor Acrísio surgiu numa época em que os jornais denunciavam que o nosso professorado limitava-se a

⁶³ ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *Geografia de Sergipe*. op. cit. p. 9.

⁶⁴ Idem, ibidem. p. 11.

⁶⁵ HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: o regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994. p. 58.

dar lições de Geografia com livros desatualizados. “Já não servem, também, por sucessivas alterações nos quadros político, econômicos e sociais, os compêndios de Silva Lisboa e Elias Montalvão”⁶⁶. O livro do professor Acrísio, foi muito importante para a época e teve uma grande repercussão na imprensa do Estado. Trouxe muitas inovações em termos do conteúdo, apresentação de ilustrações no texto e proposição de exercícios. Desse modo foi importante, considerando que o mesmo apresentou uma sistematização do conteúdo da Geografia de Sergipe para os alunos e professores do ensino primário em 1966, além de ter despertado no aluno o conhecimento, o amor e a defesa da sua terra, da sua Pátria.

⁶⁶ Os últimos livros didáticos que trataram dos aspectos geográficos foram produzidos por: Elias do Rosário Montalvão em 1916. *Meu Sergipe: ensino da História e Chorographia de Sergipe e História e Corographia de Maroim*, produzido em 1921.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *Carta para a autora*. Brasília, 20 de julho de 2003.
- . *Entrevista concedida a autora*. Brasília, 20 de julho de 2003.
- . *Discurso de Posse na Academia Sergipana de Letras*, Aracaju: mimeo. 1974.
- . *O Secretário de Guilherme Campos*. Aracaju: Livraria Regina, 1968.
- . *Geografia de Sergipe*. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, [1968 ?].
- BOURDIEU, Pierre. *Economia da trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.
- CHARTIER, Roger. Morte ou transfiguração do leitor? In: CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CALAZANS, José. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: *Aracaju e outros temas sergipanos: esparsos de José Calazans Brandão da Silva*. Aracaju: Governo de Sergipe-FUNDESC, 1992.
- GUIMARÃES, Marques. Prefácio. In: ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *O secretário de Guilherme Campos*. Aracaju: Livraria Regina, 1968.
- HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso. Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: o regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- LIMA, Zózimo. O professor Acrísio Tôrres. In: *Gazeta de Sergipe*. Aracaju, 14 de março de 1970.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARTINS, Maria do Carmo. As Humanidades em Debate In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda; RANZI, Maria Fischer (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. (Estudos CADPH. Série Historiografia).

- MICELLI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. São Paulo, 1997. 218 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ROCHA, Genyton Odilon Rego da. “A Geografia escolar nos fins do século XIX: revisitando os pareceres de Ruy Barbosa de 1882”. In: *Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*. Vol. I, Rio Claro: UNESP, 1999.
- SANTOS, Vera Maria dos. *A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX*. Aracaju, 2004. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.
- SIRINELLI, Jean-François. “As Elites Culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

JORNAIS E ATAS:

A CRUZADA. 1966, 1967.

A CRUZADA. 1966.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. 1966

DIÁRIO DE ARACAJU. 1966.

A VOZ DE LAGARTO. 1967

GAZETA DE SERGIPE. 1967, 1969.

ESTADO DE SERGIPE. Ata da centésima quarta sessão plenária do Conselho Estadual de Educação. Aracaju, 19 de outubro de 1966. Conselho Estadual de Educação.

ESTADO DE SERGIPE. Ata da centésima sétima sessão plenária do Conselho Estadual de Educação. Aracaju 16 de novembro de 1966. Conselho Estadual de Educação.

ESTADO DE SERGIPE. Ata da centésima nona sessão plenária do Conselho Estadual de Educação. Aracaju 21 de dezembro de 1966. Conselho Estadual de Educação

PAGINAS DA SAUDADE

FERNANDO PORTO

LUIZ ANTONIO BARRETO*

Morreu, em 29 de junho de 2005, em São Carlos (SP), o engenheiro e professor Fernando de Figueiredo Porto, nascido em Nossa Senhora das Dores, em 30 de maio de 1911. Ele vivia na cidade paulista em companhia da família do filho Rodrigo desde que perdeu, repentinamente, em Aracaju, o filho Roberto. Fernando Porto, como ficou conhecido em Sergipe, foi um dos mais importantes intérpretes da cidade de Aracaju. Sua definição, geografia, formação e história, e seus livros “A Cidade do Aracaju – 1855-1865”, publicado há exatos 60 anos, e “Alguns Nomes Antigos do Aracaju”, sua mais nova contribuição à cidade, são referências singulares na bibliografia de Sergipe.

Filho de Irineu de Figueiredo Porto e de Laura de Figueiredo Porto, Fernando Porto fez seus estudos em Nossa Senhora das Dores e em Aracaju, profissionalizando-se em Ouro Preto, Minas Gerais, na célebre Escola de Engenharia. Foi intendente de Propriá, por algum tempo, antes de exercer suas atividades profissionais na Prefeitura de Aracaju, desde a gestão de Teófilo Dantas. Nas administrações do governador José Rollemberg Leite (1947-1951 e 1975-1979) foi levado a trabalhar no Estado, ocupando a Diretoria de Obras, no primeiro Governo, e a

* Orador do IHGS

presidência da Energipe, no segundo Governo. José Rollemburg Leite, que também era professor de Matemática e de Física, foi colega de Fernando Porto na tradicional Escola de Engenharia de Minas.

Com a criação das escolas superiores, no primeiro Governo José Rollemburg Leite, Fernando Porto integrou o corpo docente da Faculdade Católica de Filosofia, ensinando Geografia. Vêem daí as suas pesquisas e os seus importantes estudos sobre a cidade do Aracaju, cuja mudança lhe pareceu “uma vitória da Geografia”, em alusão a topografia da área conhecida como Olaria, no centro da região conhecida como Aracaju, e que tinha no encapelado do Santo Antonio seu principal núcleo populacional. Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, em 1967, e a incorporação da FAFI, Fernando Porto passou a compor o quadro de professores da UFS, aposentando-se em 1980, depois de longa, lúcida e rica contribuição cultural.

Ao lado de José Calasans e de Mário Cabral, Fernando Porto foi um dos organizadores da Revista de Aracaju, editada pela Prefeitura Municipal de Aracaju, a partir de 1945 (criada pelo Decreto-Lei 82, de 18 de agosto) e que, por alguns anos, foi a mais completa publicação sergipana ao lado da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No início dos anos 1970, ao lado de Maria Thetis Nunes, José Silvério Leite Fontes, Emanuel Franco e de outros intelectuais, Fernando Porto passou a compor a Diretoria do IHGS, no esforço de salvaguardar a memória recolhida aquela que já foi conhecida como “Casa de Sergipe”, fundada em 1912 por Florentino Menezes e outros agitadores culturais sergipanos. A Revista de Aracaju, que perdeu periodicidade anual, é uma das mais preciosas fontes documentais e críticas da capital e do Estado de Sergipe.

Discreto, amável, crítico, muitas vezes irônico, Fernando Porto casou-se com a professora Núbia Porto, do Jardim de Infância Augusto Maynard, com quem manteve uma longa união. Sua casa da rua de Santa Luzia era freqüentada por seus amigos e admiradores. A morte da mulher causou profunda consternação e tristeza, reduzindo sua presença, sempre ao lado de amigos, em compromissos social. Foi, durante muitos anos, ao lado de Jaime Araújo, Geraldo Sobral,

Fernando Barreto Nunes, os irmãos Pacheco, Antonio Góes, João Augusto Gama da Silva e outros, um habitué do Cacique Chá, nas manhãs de sábado.

Com Fernando Barreto Nunes gostava da Lanchonete Luzitânia, do português Abel Gonçalves, na rua de Laranjeiras. Foi a morte do filho Roberto, repentinamente, o mais duro golpe, pois era com o filho que ele morava, em Aracaju. O outro filho, Rodrigo, veio buscá-lo para o convívio da família no interior de São Paulo. Os contatos com Aracaju passaram, então, a ser apenas telefônicos, recebendo o carinho dos amigos e admiradores, como ocorreu no dia 30 de maio, data do seu aniversário.

Humanista, homem de cultura científica, Fernando Porto preencheu uma notável carreira de engenheiro, de professor e de intelectual, honrando a tradição de inteligência e de cultura de Sergipe e dos sergipanos.

URBANO NETO

LUIZ ANTONIO BARRETO*

O 18 de outubro de 2005 marca o Centenário de Nascimento de Urbano de Oliveira Lima Neto, nascido no Engenho Tuim, no município de Arauá. Filho de João Epifânio de Lima Neto e de Maria Joaquina de Andrade Lima, Urbano Neto, Urbano Neto, como ficou conhecido, estudou na Estancia, antes de ser transferido para o Seminário Sagrado Coração de Jesus, desde 1913 instalado em Aracaju, graças ao papel do primeiro Bispo, Dom José Tomás Gomes da Silva. A vocação para o campo, contudo, prevaleceu, levando Urbano Neto a estudar agronomia na Bahia, formando-se em 1928, na então Escola Agronômica da Bahia, em São Bento das Lages, São Francisco do Conde. Seu irmão, José Olino, antes de seguir a carreira médica, na Bahia, também passou pelo Seminário sergipano. João Bosco, o outro irmão, tomou o caminho da Faculdade de Direito, tornando-se magistrado.

A formação dos sergipanos abastados passava pelos Seminários e pelas escolas de Direito e de Medicina. A família de João Epifânio de Lima Neto não fugia à regra, nem naquela e nem nas novas gerações. As fazendas Tuim e Baixão, no município de Arauá e de Pedrinhas, com engenho de fazer açúcar, gado de corte e de leite, pareciam um patrimônio que

* Orador do IHGS

transbordava dos seus proprietários para as duas pequenas cidades, e para as suas pobres populações. Arauá ligada, por laços fortes, a Estancia, como Pedrinhas orbitava em torno de Boquim. Arauá com suas bebidas, seu leite, queijo e manteiga da marca Buril, de João Costa e depois do seu filho Joaldo Costa, Pedrinhas com seu fumo, sua pimenta do reino, suas laranjas, criando uma gerações de produtores, quase todos saídos do anonimato, contrastando com a tradição dos fazendeiros: Otoniel, da fazenda Caminhão, cuja cancela parecia ser o limite da cidade, Florentino, Zé da Areia, a viúva do Siri, todos perdendo importância na medida em que os sítios do Mutumbo floresciam como pequenas unidades produtivas, alimentando um comércio variado no dia da feira.

Urbano Neto empenhou sua formatura no enfrentamento da crise da fazenda da família, no Arauá. E fez, como agrônomo, uma bela figura, projetando sua imagem técnica e profissional, em funções públicas que dinamizaram as atividades agrícolas do Estado, modernizando-as. É o caso da avicultura intensiva, da citricultura, da renovação algodoeira de Sergipe. Mais do que atuar, Urbano Neto refletia sobre a problemática da economia primária do Estado, como fez com os estudos sobre a mandioca, referência da escassa bibliografia sergipana especializada.

Assim como o Arauá lhe deu vida e abriu as portas do futuro, Estancia lhe deu a formação cultural, artística, patrimonial, cujo gosto desenvolveu por toda a vida. Urbano Neto estava entre os estancianos ilustrados pelas palestras de Jorge Amado, em torno da Papelaria Modelo, de João Nascimento Filho. O magistério no Colégio Sagrado Coração de Jesus, a campanha em favor do monumento a Gumercindo Bessa, a responsabilidade por levar Oreste Gatti a pintar, com a maestria da arte italiana, o teto da Matriz catedral, deram a Urbano Neto uma cidadania estanciana, completada com o casamento com Ana Maria Silva de Lima, e com o nascimento de 8 dos seus 9 filhos e, enfim, com o reconhecimento público de sua presença benfazeja, através da formalização, pela Câmara Municipal, com o Título de Cidadão de Estancia.

Estancia deu a Urbano Neto a passagem para Aracaju, onde viveria e realizaria uma biografia de atuante partícipe e dirigente cultu-

ral. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e foi seu presidente, entrou na Academia Sergipana de Letras para ocupar a Cadeira 13 do Sodalício, repleta de música (seu Patrono foi o poeta, compositor e orador sacro Frei José de Santa Cecília), de história (o primeiro ocupante foi Clodomir Silva) e de poesia (Freire Ribeiro o antecedeu), com forte identidade; e foi, também, Conselheiro e Presidente do Conselho Estadual de Cultura. Um agente cultural, enfim, da mais alta qualificação, embora sempre aberto a discutir e disposto a rever seus conceitos. Estudava heráldica, mas não radicalizava nos emblemas que os povos adotam em suas histórias. Foi seu preparo e sua disposição para colaborar que levaram o Bispo a requiritá-lo para integrar a Comissão de Artes Sacras da Diocese de Aracaju, juntamente com o monsenhor Carlos Camélio Costa, responsável pela reforma da Catedral de Aracaju, e com Oreste Gatti, que pintou o teto da velha matriz.

Na passagem entre o rural e o urbano (sem trocadilho) o interior e a capital, o lúdico das funções e as obras artísticas das igrejas, a conversa mansa das noites luarejadas do engenho Cassunguê e a história dos bens e dos patrimônios históricos, Urbano Neto integrou uma geração incorinformada com a ditadura interna e com a guerra mundial, sendo um dos fundadores do Centro de Estudos Econômicos e Sociais de Sergipe, ao lado de José Calasans, Garcia Moreno, Orlando Dantas, Marcos Ferreira de Jesus, Jorge de Oliveira Neto, e de muitos outros parceiros de utopias. E com a redmocratização de 1945 e dos anos seguintes alistou-se na União Democrática Nacional, candidatando-se, sem êxito, uma única vez, a uma vaga na Assembléia Constituinte e Legislativa de Sergipe, ao lado de outros membros do Centro, tomados de civismo, exultando pela normalização da vida democrática.

Elegante, cordial, amigo, Urbano Neto ampliou as suas relações e construiu uma imagem que ainda hoje é guardada nos ambientes culturais do Estado. Discreto, avesso à publicidade pessoal, Urbano Neto cumpriu, sem pressa, uma vida longa de 85 anos, morrendo em 26 de setembro de 1990, em Aracaju, sendo sepultado em Estancia, num gesto de fidelidade para com a terra que lhe deu vida intelectual.

JOSÉ SILVÉRIO
LEITE FONTES

JOSÉ IBARÊ COSTA DANTAS*

Com a morte do professor José Silvério Leite Fontes, ocorrida no dia 06 de dezembro de 2005, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) perdeu um dos seus sócios beneméritos mais ilustres. Nascido em 06 de abril de 1925, na cidade de Aracaju, seus pais, Silvério da Silveira Fontes e Iracema Leite Fontes, educaram-no dentro dos princípios e dos valores cristãos. Menino de pouca saúde, foi alfabetizado pela avó paterna e cursou o primário numa escola particular. No ginásio do Colégio Tobias Barreto, estabelecimento de regime militarizado, teve mestres respeitáveis, entre os quais Artur Fortes, que despertou no jovem Silvério Fontes seu gosto pela História. Entretanto, sem opções locais, foi estudar Direito na Bahia, onde suas idéias políticas foram se plasmando.

Em Salvador, foi aluno do brilhante mestre Helbert Parentes Fortes, que exercia grande influência sobre os alunos. Segundo o próprio Silvério Fontes afirmou em entrevista quarenta anos depois: “Era um grande educador. Ensinava todas as coisas que o homem precisava no ponto de vista do seu espírito. Devo a ele inclusive, a minha militância

* Presidente do IHGS.

no catolicismo, embora hoje eu discorde dele no ponto de vista político, pois não [sou] integralista”¹.

Era um tempo de predominância das idéias autoritárias. Se desde, pelo menos, os anos vinte, as análises de uma forte corrente de pensadores nacionais, tais como Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Jackson de Figueiredo eram marcadas pela crítica ao liberalismo e à democracia, nos anos trinta, enquanto lá fora as experiências totalitárias prosperavam, internamente os movimentos integralistas e comunistas disputavam espaço dentro da ditadura varguista, cuja intolerância se acentuou com o Estado Novo (1937/45) e foi-se mantendo com forte propaganda e práticas coercitivas. Quando, em 1941, Silvério Fontes foi estudar na Bahia, o integralismo já havia sido colocado na ilegalidade pelo governo Vargas, mas continuava encontrando simpatia entre intelectuais, inclusive católicos, como Helbert Parentes Fortes. Sob o influxo de suas idéias, Silvério Fontes participou da Juventude Universitária Católica em Salvador e, após sua formatura na Bahia em 1946, retornou a Sergipe, onde persistiu como militante, convicto de seu credo.

Em Aracaju, engajou-se no movimento da Ação Católica, sob a orientação do líder cristão Hélio José Ribeiro, outra pessoa que marcou muito sua vida, e a quem considerava “afirmativo, capaz de desafiar situações, de ser intransigente na defesa de suas idéias e de dar um testemunho de generosidade, de sofrimento pela sua fé”². Orientado por essa liderança, foi conhecendo melhor os autores católicos, entre os quais Bergson e Leon Bloy, a quem via como um “exemplo de um cristão descompromissado. De um cristão que diz aquilo que ele acha que seja verdade e que tem a coragem de viver pobemente”³.

Inspirado nesses exemplos de vida austera, Silvério Fontes persistiu praticando seu catolicismo com muita firmeza. Vivendo até certo

¹ José Silvério Leite Fontes. Entrevista a Hunald de Alencar in Jornal da Cidade, 04 e 05.1972.

² José Silvério Leite Fontes. Idem. Ibidem.

³ José Silvério Leite Fontes. Idem. Ibidem.

ponto como um asceta, que dá seu testemunho, enfrentando o mundo e as críticas de forma desassombrada, foi aprofundando seus conhecimentos, estudando não apenas autores cristãos como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, mas também os grandes clássicos da Filosofia, especialmente Aristóteles, Kant e Hegel, tornando-se um dos maiores pensadores sergipanos do seu tempo.

Sem grande vocação para advocacia, optou pela vida de professor. Em 30 de abril de 1947 ingressou então na Escola Técnica de Comércio Conselheiro Orlando, situada na Praça Camerino, dando início à sua vivência no magistério. Àquela altura, o movimento católico, liderado por Alceu Amoroso Lima, assimilava as idéias de Jacques Maritain, que desde pelo menos 1936, indicava compatibilidade da militância católica com a Democracia. Era uma fase de transição, quando as crenças autoritárias, inclusive de antigos simpatizantes do integralismo, eram questionadas diante do reconhecimento da importância da liberdade. Mas era uma mudança difícil, especialmente para os militantes preocupados com o avanço do Partido Comunista nos primeiros anos de regime democrático. Aos poucos, foram, no entanto, percebendo as inconveniências das vias totalitárias e passaram a condená-las.

Diante da campanha para governador (1947), a Liga Eleitoral Católica atuou ativamente e a cúpula da Igreja Católica decidiu proibir os católicos de votar na coalizão UDN/PCB. Silvério Fontes participou das discussões, filiou-se ao PR, que, aliado ao PSD, venceu o pleito. José Rolemberg Leite tomou posse como governador e o professor prosseguiu ministrando suas aulas e participando dos movimentos da Ação Católica, freqüentando as palestras, aprofundando suas reflexões. Conforme confessaria mais tarde, as leituras de Alceu Amoroso Lima e de Jacques Maritain foram contribuindo para que descobrisse a importância da liberdade e da democracia. Sua longa palestra em 1948 no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, expondo as linhas mestras do pensamento daquele filósofo católico francês, é ilustrativa de suas preocupações daquele tempo.

No período de 1951 a 1955, conheceu os meandros e as mazelas da política estadual com a experiência de secretário particular no go-

verno Arnaldo Garcez. Em 1953, transferiu-se da Escola de Comércio para o Instituto de Educação Rui Barbosa, a vetusta Escola Normal, efetivado na cátedra, após concurso com a defesa da monografia sobre *Jackson de Figueiredo - o sentido de sua obra* (1952) na qual deixava impressa a firmeza do ensaísta e a agudeza do pensador. Mas, o que passou a despertar atenção dos que o cercavam era a seriedade com que Silvério Fontes desempenhava suas tarefas e a tenacidade com que enfrentava a faina diurna. Sem jamais acomodar-se, prosseguiu estudando, afirmando-se com seu talento cada vez mais respeitado. Ao deixar o governo de Arnaldo Garcez, já casado desde 1954 com Dona Elze Silveira, os filhos foram nascendo quase anualmente e os compromissos ampliaram-se. Aquela figura então esguia, ligeiramente curvada, parecia possuir a mágica de multiplicar o tempo. Lecionava em várias instituições, inclusive no Colégio Patrocínio S. José (1848/56) e na Faculdade de Filosofia, então dirigida pelo padre Luciano Duarte, que sempre encontrava em Silvério Fontes um colaborador disposto a dar mais uma disciplina com remuneração simbólica. Era um tempo em que sua carga de aulas semanal se estendia pelos três turnos. Ao lado dessas atividades, encontrava tempo para preparar aulas, corrigir centenas de testes, colaborar em jornais, pronunciar palestras como as que publicou no opúsculo, *Quatro Estudos* (1958), sobre temas diversos, ao tempo em que dispunha-se a enfrentar novos desafios.

A partir de 1956, passou a integrar também o corpo docente da Faculdade de Direito de Sergipe. Em 1958, concorreu a um dos mais difíceis concursos da época, o da cátedra do Colégio Estadual de Sergipe. Com a tese sobre *A Formação do Conceito de Fato Histórico na Cultura Ocidental*, mostrou sua familiaridade com o pensamento dos principais historiadores e filósofos que plasmaram a cultura do velho mundo, assim como deixou patente a força de sua erudição vasta e segura. Conseguiu a primeira colocação e transferiu-se da Escola Normal para o velho Ateneu, enquanto continuava na Faculdade de Filosofia e depois na Escola de Serviço Social. Apesar de ministrar tantas aulas, a remuneração somente melhorou um pouco a partir de 1962, quando ingressou como professor na Escola Técnica Federal.

Inquieto, ganhou bolsa para estudar na Europa mas, atormentado pelas crises de diabetes que o acompanhavam desde os vinte anos, retornou prematuramente sem realizar seus objetivos. Entretanto, não desanimou. Passou a freqüentar em Recife curso de doutorado em Filosofia do Direito, solidificando seus conhecimentos filosóficos. Quando pensava em nova tese, a militância da política sindical o envolveu.

Apesar de católico, neotomista, leitor dos clássicos, incorporou-se, em certa medida, ao pensamento de esquerda da época, enquanto concordava com o projeto político de cunho nacionalista, sob a predominância do estado. Postulava um modelo desenvolvimentista firmado na soberania nacional ao tempo em que reconhecia a necessidade de transformações da estrutura social. Essa postura, de certo modo, encontrava respaldo em alguns teóricos franceses, tais como o Padre Lebret e Emmanuel Mounier. Esses autores, cujas obras encontraram grande receptividade no Brasil, ao tempo em pregavam a valorização da pessoa humana, através do Personalismo e do Solidarismo, criticavam o individualismo dos capitalistas e mostravam-se cada vez mais sensibilizados com a questão social. Continuavam rejeitando o ateísmo dos marxistas, mas simpatizavam com a luta das classes subalternas, refletindo inclusive na doutrina social da Igreja Católica.

Silvério Fontes acompanhava com atenção esse movimento de idéias e firmava suas convicções nacionalistas com fundamento filosófico, a partir das leituras de Fichte (1762/1814) e de Hans Kohn (1891-1971), entre outros. Sabendo do avanço do movimento operário na Europa e conhecendo os problemas dos professores, em início dos anos sessenta dedicou-se à política sindical, tornando-se secretário, vice-presidente e, enfim, presidente do sindicato dos professores do Estado, impondo-se como um dos líderes sindicais mais ouvidos e respeitados daquele momento. Foi em sua gestão, nos estertores do governo Goulart, em dezembro de 1963, que eclodiu a famosa greve dos professores, ampliando-se por todo funcionalismo público estadual. Foram dias de grandes agitações marcados de pronunciamentos, freqüentes reuniões, negociações duras, tudo em clima de grande tensão ante o interesse do governo em dividir e enfraquecer o movimento, que che-

gou ao fim com um resultado honroso, sobretudo pelo senso de proporção e a habilidade do presidente do sindicato.

Com a ascensão do regime autoritário, passou a ser visto pelos militares como um ativista perigoso, tendo sido convidado a depor no 28º BC. Não passou uma temporada prisioneiro em face de seu estado de saúde e por ter seu irmão entre os oficiais que serviam naquele quartel. Apesar disso, Silvério Fontes foi impedido de exercer cargo de confiança na administração pública por mais de duas décadas. Contudo, ao contrário de muitos companheiros de militância pré-64, que mudavam de posição, o pertinaz professor continuou a agir coerente com seus princípios.

Foi o grande líder fundador do *Grupo de Estudos Sociais e Políticos de Sergipe (GESPS)*, em 1965, aglutinando jovens e velhos intelectuais para discussões de idéias, fato até certo ponto intolerável naquele momento. Sempre ativo, esforçava-se em conseguir espaço para reuniões, estimulava debates, promovia seminários, não obstante as ameaças de repressão.

Por outro lado, persistia em sua atuação sindical na Federação Interestadual de Trabalhadores de Estabelecimento de Ensino ou na Confederação em mandatos sucessivos, para indignação dos militares e/ou dos seus subalternos que, enquanto perdurou o domínio autoritário, lhe negavam oportunidade de ascensão profissional, inclusive “folha corrida” sem restrição. Ademais, filiou-se ao MDB e participou ativamente do movimento pela liberalização das instituições nacionais como etapa para a conquista da democracia no país. Quando o MDB transformou-se em PMDB, não o acompanhou e, em 1990, filiou-se ao PSB, de onde nunca saiu.

Em 1969, tentou o concurso para juiz, mas o Tribunal de Justiça vetou sua inscrição. Impedido de ser magistrado, esteve advogando por algum tempo e foi eleito Presidente da OAB-SE por duas vezes. Bateu-se pelos direitos humanos, pela ética na advocacia e na política. Integrou o Conselho da OAB-SE por outros dois períodos, lutou por uma sede própria e conquistou o respeito e admiração dos seus pares, deixando marcas duradouras. Ao final, depois de impedirem-no pres-

tar concurso para juiz, terminaram entregando-lhe a Medalha da Ordem Nacional do Mérito Judiciário.

Na década de sessenta, como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), mesmo com pouca disponibilidade de tempo, dirigiu por alguns meses *A Casa de Sergipe* e ajudou a superar a crise que a afetava, persuadindo a professora Maria Thétis Nunes a assumir à presidência daquele órgão. Em 07 de julho de 1969, no auditório do IHGS, foi recebido pelo poeta J. Freire Ribeiro na Academia Sergipana de Letras, ocupando a cadeira número 5, que tem como patrono Ivo do Prado. Pronunciou discurso indicativo de sua erudição e de sua objetividade, condensando de forma brilhante a questão dos limites, tema que tanto preocupara o patrono da cadeira que passava a ocupar.

Enquanto isso, continuava sua faina de professor ensinando simultaneamente disciplinas diferentes sem jamais fazer da cátedra tribuna de proselitismo de suas idéias religiosas ou políticas. Filosofia, Metodologia da História, História do Brasil, História Contemporânea foram algumas matérias ministradas no curso de História. Em Direito lecionou Ética, Filosofia do Direito, Direito Internacional Público. Foram quase cinqüenta anos de magistério, com sua postura de mestre sóbrio, criterioso, rigoroso nas avaliações para alguns, mas aberto às críticas e ao debate.

Participou ativamente da criação da Universidade Federal de Sergipe. Organizou o movimento docente, presidiu a ADUFS, seu órgão de representação, dirigiu o Departamento de História, integrou comissões, conselhos superiores, fazendo-se sempre respeitar pela sua sensatez e sabedoria. Durante um quatriênio foi Procurador Geral da UFS, comandando o setor jurídico daquela instituição.

Lecionando Filosofia e Metodologia da História, entre outras disciplinas, preocupou-se com a situação dos arquivos públicos. Elaborou projeto de levantamento das fontes primárias da História de Sergipe, participou de congressos e estimulou a reorganização dos arquivos. Por esse tempo, foi ao Rio de Janeiro e conseguiu cópia de grande parte da documentação da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional sobre Sergipe e entregou-a ao Departamento de História.

Diante das exigências institucionais de professores titulados, enfrentou o concurso de livre docência com tese sobre *Quatro Diretrizes da Historiografia Brasileira Contemporânea* (1975), análise perspicaz da obra de quatro nomes dos mais expressivos de nossa ciência social. Ao lado da produção acadêmica, que envolvia também pequenos ensaios de história e/ou filosofia, orientava solicitamente gerações de alunos com abnegação, humildade, polidez e grande tolerância, manifestando profundo respeito pelas idéias alheias e despertando vocações.

Nos anos oitenta, juntou parte de sua colaboração em jornais e publicou com o título *Coluna de Jornal* (1985), fonte preciosa para conhecer seu pensamento em vários momentos sobre temas diversos.

Somente aposentou-se na compulsória, ao completar setenta anos. A essa altura, sua saúde mostrava-se mais debilitada. Sofrendo de diabetes desde os tempos da mocidade, conviveu com a doença por quase toda a vida sem lamentações. Em fins dos anos noventa, foi perdendo o controle dos movimentos. Apesar de imobilizado ao leito nos últimos cinco anos, continuou lúcido, interessado nos problemas do mundo, professando sua fé no cristianismo, filosoficamente como um neo-tomista, discípulo de Jacques Maritain e, na política, um nacionalista preocupado com a defesa da soberania nacional.

Sem condições de produzir, com o apoio e o incentivo de seus familiares, preocupou-se em reunir em livros alguns de seus trabalhos inéditos ou publicados sem boa divulgação. Graças a essas iniciativas, surgiram *O Pensamento Jurídico Sergipano* (2003) com textos dedicados a questões do Direito, especialmente de “juristas sergipanos formados pela Faculdade de Direito do Recife, cuja figura marcante é a de Tobias Barreto”, a quem aliás é dedicado o maior número de páginas. Por estes estudos, pode-se observar o senso de objetividade, ao selecionar as questões mais significativas e desenvolvê-las com profundidade sem sacrificar a clareza e o ensinamento preciso.

Em seguida, a Secretaria de Estado da Cultura publicou também *Formação do Povo Sergipano* (2004), agrupando ensaios pouco divulgados, uma bela amostra de suas reflexões sobre problemas diver-

sos, chamando atenção para a insegurança da crítica local ao reconhecer o valor dos seus filhos somente após o pronunciamento externo.

Apesar de atormentado com suas limitações físicas, reunia em sua casa semanalmente um grupo de amigos para discutir questões teológicas da sagrada escritura. Contudo, cada vez mais limitado, com dificuldade até para expressar com desenvoltura seu pensamento, foi diminuindo suas intervenções até quando seu estado agravou-se. Foi hospitalizado e faleceu na manhã de 06 de dezembro de 2005 um dos maiores pensadores do século XX em Sergipe. Um homem de pensamento e ação respaldados por uma fé inabalável.

OBRAS DE JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES

I. LIVROS E TESES.

1. *Jackson de Figueiredo*: sentido de sua obra: Aracaju, Livraria Regina Ltda, 1952, 105 pp.
2. *Formação do Conceito de Fato Histórico na Cultura Ocidental*. Aracaju, Livraria Regina Ltda, 1958, 107 pp. (Tese de Concurso à Cátedra de História Geral no Colégio Estadual de Sergipe).
3. *Coluna de Jornal*. Aracaju, Fundesc, 1985.
4. *Marxismos na Historiografia Brasileira Contemporânea*. S. Cristóvão, Editora da UFS, 2000, 150 p. Este texto foi resultante de sua Tese de Livre Docência: *Quatro Diretrizes da Historiografia Brasileira Contemporânea*, Aracaju, 1975.
5. *Razão e Fé em Jackson de Figueiredo*. Aracaju, EDUFS, 1998, 178 p.
6. *Pensamento Jurídico Sergipano: O Ciclo de Recife e outros ensaios*, Aracaju, Edufs, 2000.
7. *Ser Mundo e Esperança*. Aracaju, Secretaria de Estado da Cultura- SEC, 2003, 236 p.
8. *O Pensamento Jurídico Sergipano. O Ciclo de Recife*, S. Cristóvão, Editora da UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2003, 195 p.
9. *Formação do Povo Sergipano (Ensaios de História)*. Aracaju, Secretaria de Estado da Cultura- SEC, 2004.

II. OBRA EM CONJUNTO

Igreja e Século. Centenário da Rerum Novarum (1891-1991). Comentários. Aracaju, s/d

III. OPÚSCULOS

1. *Quatro Estudos*, Aracaju, Regina Ltda, 1958, 70 p.
2. *A Formação do Povo Sergipano, O Sodalício, Academia Sergipana de Letras, 70 anos (1929-1999)*, Aracaju, 1999.
3. *Labatut em Sergipe. Cadernos da UFS, Aracaju/UFS, Setor Gráfico da UFS*, 1972, pp. 14/21.

4. *Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe*. Cadernos da UFS, Aracaju/UFS, Setor Gráfico da UFS, 1972, 13 p.

IV. TRABALHOS APRESENTADOS EM SIMPÓSIOS

1. *Valores e Historicidade*. Tese apresentada ao IV Congresso Nacional de Filosofia. Fortaleza, 1962.
2. *A História como Ciência*, trabalho apresentado no XI Simpósio da ANPUH
3. *Um Projeto de História de Sergipe* - trabalho apresentado no VI Simpósio de História do Nordeste Brasileiro de 24 a 27.07.1974

V- ARTIGOS PUBLICADOS EM REVISTAS

1. Bergson e o Direito. *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*, Ano VII, N°. 7, 1959.
2. Para uma Filosofia da História, in *Revista da Faculdade Católica de Filosofia*, ano VII, n° 2, 1967, pp. 44-51.
3. O Tempo e a História: Problemas de periodização, in *Revista da Universidade Federal de Sergipe*, Ano I, n° 1,1979, pp. 41-55.
4. O Saber e a Cultura, in: *Revista da Academia Sergipana de Letras*, n° 29, 1984, pp. 43-63.
5. Tobias Barreto- O Publicista, in *Revista do Tribunal de Justiça do Estado*, n. 6, 1984, pp. 101-129.
6. Tobias Barreto: Monismo e dualismo, in *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe*, n°. 30, 1989, pp. 79-88.
7. Digressão sobre um tema tobiático. *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe*, n. 1, 1991, pp. 97-103.

VI. DISCURSOS:

1. Saudação ao acadêmico José Bonifácio Fortes, in: *Dois Depoimentos*, Aracaju, Unigráfica, 1981, pp. 1/24.
2. Posse na Academia Sergipana de Letras in *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Aracaju, n. 24, maio/1974.

VII. PALESTRAS

1. Entre as várias palestras, algumas foram publicadas, em obras acima, outras divulgadas de forma mimeografadas como *Doutrina da Segurança Nacional* e *O Significado Histórico da Revolução Francesa*. A maioria, no entanto, sem registro.

VIII. TRADUÇÃO

Henri Irinée Marrou. *Como compreender o ofício de historiador.* (mimeo)

RELATÓRIO

Segundo ano de gestão - 2005

JOSÉ IBARÊ COSTA DANTAS*

No segundo ano de administração, continuamos a nos empenhar no sentido de cumprir as metas anunciadas em nosso discurso de posse. Mas as possibilidades de transformação foram se revelando mais limitadas.

Conforme mostramos em nosso relatório anterior, no ano de 2004 empreendemos restaurações de vários compartimentos no prédio, assim como a organização da Biblioteca e da Pinacoteca, além de ações na Hemeroteca e mudança na rotina de atendimento e no funcionamento da casa. Mas, a grande reforma física do prédio, que envolvia o auditório, a substituição das janelas apodrecidas, a pintura externa, reforço em algumas paredes que estão trincadas e a troca do telhado continuaram como sonhos irrealizados. Depois de encomendar e receber um projeto global de reforma do prédio elaborado pelo arquiteto Rui Almeida, enviamos-lo ao Banco do Brasil e à Petrobras com intermediações influentes, mas nenhuma dessas instituições dispôs-se a patrocinar a obra.

* Presidente do IHGS.

Sem outra alternativa, voltamos a recorrer ao prefeito Marcelo Déda, em audiência de 12.01.2005. Como se tratava de financiar uma importância relativamente grande - R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais), o prefeito propôs ao governador uma parceria: o Estado, que dispõe de mais recursos, entraria com R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e a prefeitura com R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais). Combinado o acordo, enviamos correspondência ao chefe da Casa Civil, Flávio Conceição, solicitando audiência com o governador a fim de acertar os detalhes do convênio e do repasse. Enquanto isso, falamos com assessores e velhos amigos de João Alves Filho, que se mostraram receptivos e empenhados, mas a audiência jamais se concretizou.

Diante dessa dificuldade, voltamos a estabelecer contato com a Petrobras e tornamos a enviar o projeto de reforma, mas outra vez foi negado, assim como um pedido de manutenção do IHGS através da contribuição de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais.

Em abril/2005, quando a grande reforma parecia inviável, começaram a surgir recursos valiosos: da Assembléia Legislativa vieram R\$ 11.000,00 (onze mil reais) repassados pelos parlamentares. A deputada Ana Lúcia Menezes destinou R\$ 6.000,00 (seis mil reais), o deputado Luiz Garibalde Mendonça R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ex-deputada Maria Mendonça R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e o Presidente da Assembléia Legislativa, Antonio Passos, R\$ 1.000,00 (um mil reais). Era o resultado do atendimento a nosso apelo em correspondência entregue diretamente aos 24 parlamentares.

Outro crédito recebido em abril foi o de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) correspondente ao repasse de três parcelas atrasadas do Convênio com o Governo do Estado. Por este tempo, firmamos outro convênio com a Funcaju, através do qual o IHGS passaria a receber R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

Com esse volume de recursos em mãos, passamos a realizar paulatinamente algumas reformas no prédio, sobretudo do auditório, envolvendo reposição de janelas, pintura, conserto de aproximadamente noventa cadeiras e substituição do forro. Ajudado pela intermediação

atenta de Luiz Eduardo Magalhães, membro da Comissão de Finanças e Patrimônio, e de seu filho João Ricardo Maia Magalhães, conseguimos adquirir o material do forro de PVC diretamente da fábrica, por preço bem inferior ao das lojas. Depois de alguns contratemplos angustiantes, provocados pelo atraso na entrega, o novo forro foi colocado e, quando o IHGS completava 93 anos de existência, o auditório foi reaberto ao público na sessão solene de 08 de agosto, permitindo assim ampliar as atividades da instituição. Enquanto isso, foram atendidas outras necessidades prementes, como a instalação de sistema de segurança e a contratação de uma empresa, a Sacel, para monitoramento do prédio, que fora arrombado em fevereiro de 2005. Ademais, foram montadas duas grandes estantes de aço, com aquisição de mais de uma centena de prateleiras. Por esse tempo, cuidamos da restauração de quadros e molduras. A sala do Museu foi restaurada através de serviços de instalação elétrica, reboco e pintura. Com parte da verba repassada pela deputada Ana Lúcia Menezes, adquirimos um moderno computador e disponibilizamos aos consulentes a fim de poder utilizar os CD's dos jornais patrocinados pela Petrobras.

Dessa forma, conseguíamos paulatinamente ir reformando o prédio e ampliando a rede de serviços, entre os quais, merece ser lembrada, a concessão de uma máquina Xerox, através do SENAC, sob a iniciativa do seu presidente, o deputado José Walker de Carvalho. Para que esse pleito fosse atendido, deve ser destacada a intermediação do 2º. Secretário José Rivadálvio Lima, que tem se revelado um auxiliar muito eficiente na concretização das reivindicações do IHGS.

Em virtude da dedicação, da capacidade profissional e da sensibilidade artística da Diretora do Museu Galdino Bicho e da Pinacoteca Jordão de Oliveira, Verônica Maria Menezes Nunes, foi realizada a segunda exposição temática na pinacoteca. Enquanto a primeira mostrou uma coleção de retratos de personagens e autores renomados, a segunda expôs as valiosas obras que a família de Galdino Bicho doou ao IHGS nos anos sessenta do século XX.

Além da Pinacoteca, Verônica Maria Menezes Nunes, assessorada por Beatriz Góis Dantas e Fabrícia Oliveira Santos e contando com o

trabalho de estagiários Fagner Araújo Costa e Hemerson Alves de Menezes, organizaram o Museu, que era um amontoado de peças variadas e heterogêneas. Buscando algum sentido na apresentação de suas peças, foi montada a exposição, preservando o restante do material na reserva técnica.

Não obstante os pequenos recursos possíveis de serem utilizados para melhorar a situação de peças artísticas, ao longo dos anos de 2004 e 2005 foram sendo realizados inventários e diagnósticos do acervo, conforme pode ser avaliado pelos documentos produzidos pela professora Verônica Maria Menezes Nunes, junto com seus auxiliares, atestando sua dedicação e zelo pelo patrimônio artístico do IHGS, conforme pode ser avaliado pelo quadro I:

Quadro I
 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
 MUSEU GALDINO BICHO E PINACOTECA JORDÃO DE OLIVEIRA
 LEVANTAMENTO DAS PEÇAS QUE FORAM RESTAURADAS
 03/2004 a 12/2005

Nº de Tombo	Título	Serviço Realizado	Prestador
2004/0248	D. Pedro II	Substituição da moldura	AVM
2004/0247	D. Tereza Cristina	Substituição da moldura	AVM
2004/0124	Manuel Joaquim Fernandes de Barros	Restauração da moldura	Sr. Gerson
		Restauração em área da tela	Walter Góis
2004/0123	Manuel Joaquim Fernandes de Barros	Restauração da moldura	Sr. Gerson
2004/0109	Não identificado	Restauração da moldura	Sr. Gerson
2004/0068	Florentino Menezes	Restauração da tela	Walter Góis
		Substituição da moldura	Artes, Antigs. e Molduras Ltda
2004/0025	Passeio no bosque	Colocação de moldura	Artes, Antigs. e Molduras Ltda
2004/0026	Paisagem	Colocação de moldura	Artes, Antigs. e Molduras Ltda
2004/0027	Lazer na praia	Colocação de moldura	Artes, Antigs. e Molduras Ltda
2004/0008	Madona com criança	Higienização	Walter Góis

Quadro I
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
MUSEU GALDINO BICHO E PINACOTECA JORDÃO DE OLIVEIRA
LEVANTAMENTO DAS PEÇAS QUE FORAM RESTAURADAS
03/2004 a 12/2005

continuação

2004/0022	Rocha Pombo	Restauração da tela	Walter Góis
2004/0130	Pedro de Calazans	Restauração da tela	Walter Góis
2004/354	João da Silva Melo	Restauração da moldura	Sr. Gerson
2004/0007	Paisagem com pedra	Colocação de vidro	Artes, Antigs. e Molduras Ltda
2004/0003	Figura	Colocação de vidro	Artes, Antigs. e Molduras Ltda
2004/0004	Cabanas	Substituição da moldura	Artes, Antigs. e Molduras Ltda
	Gal. Vicente Lopes de Medeiros Chaves	Substituição da moldura, Colocação de vidro	Molvidrolar
2004/0256	Cap. Gracindo Fernandes de Sá	Substituição da moldura, Colocação de vidro	Molvidrolar
2004/0091	João Batista de Carvalho Daltro	Restauração da moldura Obs. A tela necessita urgentemente de restauração	Sr. Gerson
2004/0110	Fausto Cardoso	Colocação de moldura	AVM. O serviço foi pago pela Prefeitura Municipal de Divina Pastora.

Fonte: Dados fornecidos pela Diretora da Pinacoteca e do Museu do IHGS, Verônica Maria Menezes Nunes

Tudo isso foi resultado de ações silenciosas, mas contínuas de quem se dedicou a zelar pelo acervo artístico do IHGS.

Outro serviço de grande mérito foi a organização da biblioteca. Depois de registrados todos os livros e recondicionados limpos nas estantes, sobrou a parte mais difícil: cuidar de aproximadamente duas dezenas de milhares de periódicos. Nessa tarefa foi realizado um grande mutirão que contou com a cooperação de estagiários, voluntários e mensalistas que, através de grande esforço, juntaram todos os periódicos por título e número e realizaram limpeza, empacotamento e numeração para registro no computador. Foi um trabalho árduo e

desafiante, concretizado graças à competente coordenação do professor Itamar Freitas e a boa vontade de todos os envolvidos nos serviços.

No estágio atual das revisões do acervo, o patrimônio do Instituto referente ao número de exemplares de livros e revistas é o seguinte:

Quadro II

Nº Exemplares	Acervo identificado (2005)
14880	Livros do Acervo Geral
1922	Periódicos sergipanos
6866	Livros da Sessão Sergipana
393	Obras de referência
18.000	Periódicos do Acervo Geral (limpos e empacotados) (estimativa)
42.061	Total

Fonte: Dados fornecidos pelo Diretor da Biblioteca e do Arquivo, Itamar Freitas.

Comparando o registro da freqüência dos leitores, verificou-se um aumento dos consulentes no ano de 2005 em relação ao ano anterior, conforme pode ser observado pelos dados abaixo:

Quadro III
Quantitativo da freqüência mensal dos leitores
2004

Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
239	164	171	131	203	210	177	288	365	224	2.172

Fonte: Dados fornecidos pelo Diretor da Biblioteca e do Arquivo, Itamar Freitas.

Mesmo considerando os dados a partir de março, quando passamos a dispor de elementos, nota-se um aumento significativo em quase todos meses.

Quadro IV
Quantitativo da freqüência mensal dos leitores
2005

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
236	221	313	430	324	343	231	379	326	321	298	38	3.455

Fonte: Dados fornecidos pelo Diretor da Biblioteca e do Arquivo, Itamar Freitas.

A queda em novembro e dezembro de 2005 pode ser atribuída ao período de greve na UFS. Se considerarmos o movimento excluindo os meses de janeiro e fevereiro, a exemplo do que ocorreu com o ano de 2004, mesmo assim encontraremos em 2005 um total de 2.998, bem acima dos dez meses de 2004.

Quando procuramos ver o que os consulentes consultavam, encontramos o seguinte resultado:

Quadro V
Tipologia e quantitativo do acervo consultado mensalmente
Ano 2004 a partir de março
2004

Acervo	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acervo Geral	6	1	0	50	35	8	19	34	4	4
Arquivo	65	30	36	17	21	25	18	19	28	5
Hemeroteca	179	73	88	157	105	105	88	130	148	88
Obras de Referência	10	4	6	26	10	10	22	49	67	36
Sessão Sergipana	140	132	98	208	304	304	354	339	431	219
Total de Consultas	400	240	223	458	475	452	501	571	678	352

Fonte: Dados fornecidos pelo Diretor da Biblioteca e do Arquivo, Itamar Freitas.

Computando os totais de consulta de março a dezembro de 2004 encontramos uma soma de 4.350.

Quadro VI
Tipologia e quantitativo do acervo consultado mensalmente
Ano 2005
2005

Acervo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acervo Geral	18	09	05	12	07	10	02	33	30	49	35	00
Arquivo	27	42	33	13	08	12	06	07	12	04	03	00
Hemeroteca	136	134	195	225	223	166	245	205	105	135	160	22
Obras de Referência	35	18	22	35	25	35	14	26	24	24	18	02
Sessão Sergipana	243	225	472	478	308	303	196	643	544	362	567	124
Total de Consultas	459	428	727	763	571	526	463	914	715	574	783	148

Fonte: Dados fornecidos pelo Diretor da Biblioteca e do Arquivo, Itamar Freitas.

O inventário do acervo bibliográfico resultou na produção de vários catálogos no suporte de papel e nos computadores que se encontram à disposição dos pesquisadores.

Demonstrativo desse acervo organizado pode ser visto no Quadro acima do referido professor, onde consta que o total geral de consultas no curso do ano de 2005 chegou a 7.071. Se eliminarmos os meses de janeiro e fevereiro para compararmos com o movimento do ano anterior, mesmo assim encontramos a soma de 6.184, número bem superior ao registro de 2004. Pelos referidos quadros, pode-se observar como a sessão sergipana continua sendo a mais procurada pelos pesquisadores, seguida pela Hemeroteca da Instituição.

Dando seqüência à organização do acervo, foi iniciado o trabalho no arquivo. Os documentos dos baús, que há muitos anos esperavam por pesquisadores para avaliar seu conteúdo, foram limpos, dispostos em caixas e tiveram sua classificação iniciada, demandando muito tempo para sua conclusão.

Em 2005 ampliamos a divulgação dos símbolos do IHGS, tentando de várias maneiras projetá-lo à altura de sua importância cultural no cenário sergipano. Se no ano passado já havíamos atualizado o brasão, neste ano publicamos e distribuimos um folder e encomendamos a confecção de um broche, disponibilizando-o, mediante venda aos sócios e a todos os amigos da instituição.

Realizamos, ao longo do ano, várias cerimônias com a participação dos sócios, de autoridades e de outras pessoas amigas do IHGS. Em março entregamos Diplomas a numerosos sócios efetivos que não dispunham do documento de pertencimento à Casa de Sergipe.

No mês seguinte, houve a cerimônia de entrega dos CDs acompanhados do respectivo catálogo. A solenidade contou com a presença de várias autoridades, inclusive do Reitor da UFS, que recebeu uma cópia de toda a coleção, composta de 373 unidades, resultante do convênio com a Petrobras. O prefeito Marcelo Déda e o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, renovaram suas promessas em ajudar o IHGS ao tempo em que eram agraciados com o Diploma de Sócio Benemérito do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, em reconhecimento pelas ajudas a esta casa de cultura.

Em julho comemoramos a emancipação política de Sergipe, quando inclusive tivemos oportunidade de lançar o número 34 da Revista do IHGS. Em agosto, reinauguramos o auditório, festejando o 93º aniversário do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe. Em setembro, homenageamos três confrades recentemente falecidos: José Calazans, Bonifácio Fortes e Fernando Porto. Por fim, em novembro, empossamos e diplomamos novos sócios efetivos e homenageamos a memória de Urbano Lima Neto, ex-presidente do IHGS, pelo centenário do seu nascimento. Na oportunidade, apresentou-se o Grupo de Música Antiga Renantique, que embeveceu a todos com canções medievais desconhecidas do grande público. Após a cerimônia, foi aberto o Museu Galdino Bicho e entregue à visitação do público.

Participamos, às nossas expensas, de um Simpósio em João Pessoa, quando 14 Institutos históricos estiveram representados pelos seus presidentes. Em meio à vasta temática, destacou-se a discussão sobre a sobrevivência dessas casas. Ao final, foi subscrita por todos uma carta de propósitos e reivindicações no sentido de congregar as ações, inclusive para envidar esforços no sentido da aprovação de uma proposição que assegura aos Institutos um dotação federal que lhes permita sobreviver com mais dignidade.

A Revista do IHGS vai readquirindo sua periodicidade anual. Depois da publicação do nº 33, que já encontramos encaminhado, com o apoio do Secretário do Estado da Cultura, José Carlos Teixeira, foi publicado este ano o nº 34. Quanto ao nº 35, os artigos recebidos estão sendo apreciados pela comissão encarregada de avaliá-los, devendo sair no segundo semestre de 2006.

Apesar dos apoios e das realizações, foi um ano de preocupação e de vários problemas. A inviabilidade da grande reforma, trouxe inicialmente algumas frustrações. O convênio com o governo do Estado chegou ao seu termo em início de setembro. Apesar da regularidade de toda prestação de contas, o novo contrato demorou a ser concluído, fazendo com que a liberação da primeira parcela somente ocorresse em início de dezembro. Nesse interstício, vivemos momentos de sérias dificuldades, pois à medida que melhorávamos os serviços prestados à sociedade, o custeio da manutenção e do funcionamento ampliava-se. Lembremo-nos que além do aumento das despesas com energia e água, limpeza e material de expediente, acrescentaram-se as contas com telefone e segurança.

O convênio celebrado com a Prefeitura de Aracaju, que explicitamente permitia pagar nosso funcionário, no momento da prestação de contas foi bloqueado pelo controle interno da secretaria de finanças. Dessa forma, o pagamento do funcionário, contratado em início de 2004, que encontramos trabalhando de forma irregular no IHGS, tornou-se problemático e angustiante. Como os convênios não permitem despesas com pessoal, chegou-se ao ponto dos membros da diretoria cotizarem-se para honrar o compromisso. Para que tal fato não volte a acontecer, fizemos contatos com o Banese no sentido de implantar a cobrança da anuidade dos sócios efetivos através de boletos bancários. Dessa forma, esperamos diminuir a inadimplência que ultrapassa a casa dos 30%. Sobretudo aquelas personalidades mais laureadas têm resistido bastante a pagar o IHGS.

Por outro lado, vimos reiterando, junto a empresários e a associações, solicitação no sentido de participarem como mantenedores do IHGS com uma importância mensal que permita atender às despesas

que os convênios não cobrem. A Cerâmica Sergipe já vem contribuindo e tudo indica que outras entidades irão participar da manutenção do IHGS.

Entre fins de novembro e início de dezembro, a situação melhorou com a locação do auditório para eventos e a liberação das parcelas provenientes dos convênios firmados com a prefeitura e o governo do Estado, permitindo, inclusive a reposição da estante de madeira impregnada de cupim e removida às pressas, por prateleiras de aço. Por outro lado, já melhoramos um pouco o sanitário do auditório e reformamos inteiramente o sanitário do pavimento térreo, que estava em situação vergonhosa. Além disso, mesmo deixando de lado problemas estruturais que demandam recursos elevados, consideramos como tarefas imprescindíveis a realizar: a substituição de algumas janelas da frente, a pintura externa e a restauração dos quadros.

Como nosso primeiro mandato foi chegando ao fim, publicamos edital, convocamos os sócios efetivos para a eleição do dia 12.12.2005 e a atual diretoria voltou a candidatar-se para administrar a entidade no biênio 2006/2007.

Não houve chapa concorrente e a diretoria foi reeleita, visando continuar o trabalho desenvolvido com a pretensão de tornar o IHGS uma entidade que realmente presta serviços de qualidade à sociedade, produzindo saber e zelando continuamente pelo seu patrimônio e pela memória do seu povo.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

EDITAL N° 01/2005

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

A Comissão de Documentação e Divulgação do IHGS torna público que, até o dia 30 de outubro de 2005, estará recebendo trabalhos, sob a forma de artigos, resenhas, edições de fontes, conferências e comunicações com perspectiva histórica, geográfica, antropológica e sociológica, que serão encaminhados para apreciação do Conselho Editorial da Revista do IHGS. Os trabalhos concorrentes deverão ter caráter inédito, sendo fruto de pesquisa ou ensaio que verse sobre questões relativas ao território sergipano.

As colaborações para a Revista do IHGS devem respeitar as seguintes especificações: os textos terão a extensão máxima de 25 laudas, digitadas em fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12 (nos subtítulos 14; nas citações 11; nas notas de rodapé 10), espaço 1,5 (um e meio), margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé do texto, podendo constar de referências bibliográficas e/ou comentários críticos; os artigos serão acompanhados de resumo de no máximo 10 linhas, do *abstract*, de três palavras-chave e de 3 *key-words*; abaixo do nome do autor deverá constar a instituição à qual se vincula; as traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto; caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada; todos os trabalhos devem ser apresentados em disquete e em 4 vias impressas em cor preta e papel branco (A4), das quais 3 não exibirão os dados de identificação do autor. O programa utilizado deve ser compatível com o *Word for Windows*. Os textos deverão ser produzidos de acordo com as normas da ABNT (2002). A prévia revisão gramatical caberá ao autor do texto. As figuras, fotos e mapas deverão vir em folhas separadas e com indicação de inserção no texto.

Todos os textos serão submetidos aos pareceristas das Comissões de História e Geografia. A Comissão de Documentação e Divulgação se reserva ao direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas explicitadas e comunicará ao autor(a) se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestões de alteração parcial, ou se foi recusado. Nesse último caso, o autor terá um mês, após o comunicado, para resgatar o material enviado ao IHGS. A referida Comissão, também, decidirá quanto ao momento oportuno para publicação das contribuições aceitas.

Os autores dos textos selecionados receberão dois exemplares do número que contiver sua colaboração. Os trabalhos, com devido endereço postal do remetente, deverão ser entregues ou remetidos à Comissão de Documentação e Divulgação via correios para o endereço: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Rua Itabaiana, n. 41, centro, CEP: 49010-190, Aracaju, SE.

Aracaju, julho de 2005

Samuel Barros de Medeiros e Albuquerque
(Coordenador da Revista do IHGS)